

DIÁLOGOS

CIÊNCIAS CONTÁBEIS

PRODUÇÕES CIENTÍFICAS 2024.2

Publicação em 2025



CIENTÍFICOS EM

Cleber Soares de Brito
Thyago Henriques de Oliveira Madruga Freire
(Organizadores)

ISBN 978-65-5825-243-6

DIÁLOGOS CIENTÍFICOS EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS 2024.2

Thyago Henriques de Oliveira Madruga Freire
Cleber Soares de Brito
(Organizadores)

Centro Universitário UNIESP

CABEDELO
2025



CENTRO UNIVERSITÁRIO UNIESP

Reitora

Érika Marques de Almeida Lima

Editor-chefe

Cícero de Sousa Lacerda

Editor-assistente

Karelline Izaltemberg Vasconcelos Rosenstock

Editora-técnica

Elaine Cristina de Brito Moreira

Corpo Editorial

Ana Margareth Sarmento – Estética

Anneliese Heyden Cabral de Lira – Arquitetura

Arlindo Monteiro de Carvalho Júnior – Medicina

Aristides Medeiros Leite – Medicina

Carlos Fernando de Mello Júnior – Medicina

Daniel Vitor da Silveira da Costa – Publicidade e Propaganda

Érika Lira de Oliveira – Odontologia

Ivanildo Félix da Silva Júnior – Pedagogia

Patrícia Tavares de Lima – Enfermagem

Marcel Silva Luz – Direito

Juliana da Nóbrega Carreiro – Farmácia

Larissa Nascimento dos Santos – Design de Interiores

Luciano de Santana Medeiros – Administração

Marcelo Fernandes de Sousa – Computação

Thyago Henriques de Oliveira Madruga Freire – Ciências Contábeis

Márcio de Lima Coutinho – Psicologia

Paula Fernanda Barbosa de Araújo – Medicina Veterinária

Giuseppe Cavalcanti de Vasconcelos – Engenharia

Rodrigo Wanderley de Sousa Cruz – Educação Física

Sandra Suely de Lima Costa Martins – Fisioterapia

Zianne Farias Barros Barbosa – Nutrição

Copyright © 2025 – Editora UNIESP

É proibida a reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio. A violação dos direitos autorais (Lei nº 9.610/1998) é crime estabelecido no artigo 184 do Código Penal.

O conteúdo desta publicação é de inteira responsabilidade dos autores.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Biblioteca Padre Joaquim Colaço Dourado (UNIESP)

D537 Diálogos Científicos em Ciências Contábeis 2024.2 [recurso eletrônico] /
 Organizadores, Thyago Henrique de Oliveira Madruga Freire, Cleber
 Soares de Brito. - Cabedelo, PB : Editora UNIESP, 2025.

221 p.

Tipo de Suporte: E-book

ISBN: 978-65-5825-243-6 - Digital

1. Produção científica – Ciência Contábeis. 2. Contabilidade -
Interdisciplinaridade. 3. Diálogos – Conhecimento científico. I. Título. II.
Freire, Thyago Henrique de Oliveira Madruga. III. Brito, Cleber Soares de.

CDU : 001.891:657

Bibliotecária: Elaine Cristina de Brito Moreira – CRB-15/053

Editora UNIESP

Rodovia BR 230, Km 14, s/n,

Bloco Central – 2 andar – COOPERE

Morada Nova – Cabedelo – Paraíba

CEP: 58109 - 303

SUMÁRIO

	APRESENTAÇÃO	05
1	A INFLUÊNCIA DA AUTOMAÇÃO NO DEPARTAMENTO PESSOAL E A COMPOSIÇÃO DO CUSTO DE MÃO DE OBRA: UM ESTUDO DE CASO NA FORTES TECNOLOGIA EM JOÃO PESSOA-PB - Anna Kallyne Patrício De Oliveira e Ricardo da Silva Pereira	06
2	INCLUSÃO DE SERVIÇOS FINANCEIROS À POPULAÇÃO RURAL: Um Estudo da Percepção dos Agricultores sobre o Programa Agroamigo do Banco do Nordeste - Antonio Marques Soares Neto e Danielle Fernandes Rodrigues.....	37
3	O PAPEL DA DUE DILIGENCE EM FUSÕES E AQUISIÇÕES: DESAFIOS E MELHORES PRÁTICAS - Igor Fernandes Sousa e Rafael Batista Pereira de Oliveira	71
4	CUSTEIO ABC E PRECIFICAÇÃO: um estudo de caso na academia korpus de Campina Grande – PB - Júlia Barbosa de Sá e Ricardo da Silva Pereira	91
5	O IMPACTO DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NA CONTABILIDADE - Luis Henrique Oliveira dos Santos e Lauro Vinicio de Almeida Lima	123
6	PARAÍBA E SANTA CATARINA: ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE INDICADORES SOCIOECONÔMICOS E DE VIOLÊNCIA - Marcos Roberto Muniz da Silva e Thyago Henriques de Oliveira Madruga Freire	153
7	A INFLUÊNCIA DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS – LGPD NO DEPARTAMENTO PESSOAL/RH DE UMA EMPRESA DE ENSINO SUPERIOR DA PARAÍBA - Márcia de Olinda Lima dos Santos e Thyago Henriques de Oliveira Madruga Freire	194

APRESENTAÇÃO

No **segundo semestre de 2024**, a Coordenação de Ciências Contábeis apresenta mais uma edição de artigos científicos, reafirmando seu compromisso com a difusão do conhecimento no meio acadêmico.

Com o objetivo de auxiliar os alunos na elaboração de seus Trabalhos de Conclusão de Curso (TCCs), esta publicação reúne artigos que exploram diferentes áreas da contabilidade, evidenciando a qualidade e o rigor das pesquisas desenvolvidas.

Os estudos conduzidos abrangem diversas vertentes teóricas, sem a necessidade de seguir uma única abordagem metodológica ou doutrinária.

Os e-books produzidos visam divulgar o trabalho acadêmico dos estudantes de Ciências Contábeis, estimulando reflexões sobre a disseminação do conhecimento e a troca de experiências entre pesquisadores, profissionais e alunos da graduação.

Com grande satisfação, o curso de Ciências Contábeis da UNIESP apresenta esta coletânea, promovendo o desenvolvimento do pensamento acadêmico e sistemático sob a orientação de docentes especializados em distintas áreas da contabilidade. Os temas abordados incluem: Automação no Departamento Pessoal e Cálculo do Custo da Mão de Obra; Serviços Financeiros para a População Rural; Due Diligence em Fusões e Aquisições; Custeio ABC e Estratégias de Precificação; Inteligência Artificial na Contabilidade; Comparação entre Indicadores Socioeconômicos e Níveis de Violência; e a Aplicação da LGPD no Departamento Pessoal.

Nesta edição, foram organizadas sete produções acadêmicas no "Diálogos Científicos em Ciências Contábeis", reafirmando nosso compromisso com a disseminação do conhecimento gerado pelos alunos. Acreditamos que o saber deve ser compartilhado e valorizado.

Desejamos a todos uma leitura enriquecedora e inspiradora!

A INFLUÊNCIA DA AUTOMAÇÃO NO DEPARTAMENTO PESSOAL E A COMPOSIÇÃO DO CUSTO DE MÃO DE OBRA: UM ESTUDO DE CASO NA FORTES TECNOLOGIA EM JOÃO PESSOA-PB

Anna Kallyne Patrício De Oliveira¹
Ricardo da Silva Pereira²

RESUMO

A evolução tecnológica trouxe soluções como softwares de gestão empresarial e contábil, que automatizam processos e aumentam a produtividade, especialmente no departamento pessoal. Esses avanços possibilitam obter informações em tempo real sobre setores e funcionários, facilitando o planejamento e a tomada de decisões. A automação inteligente melhora a eficiência, reduz erros, economiza tempo e recursos, permitindo que os colaboradores se concentrem em tarefas mais importantes, o que resulta em maior eficácia e redução de custos. O objetivo geral deste estudo é analisar de que forma a automação dos processos no departamento pessoal impacta a eficiência operacional e a composição dos custos de mão de obra na Fortes Tecnologia, em João Pessoa – PB. Os objetivos específicos são descrever o mercado de TI no Brasil, apresentar as vantagens da automação no departamento pessoal, mapear os processos do departamento, analisar a estrutura de custos de mão de obra e avaliar a eficiência operacional resultante da automação. A automação no departamento pessoal melhora a eficiência ao integrar tarefas como o cálculo de folhas de pagamento e controle de benefícios, reduzindo custos trabalhistas, melhorando a comunicação e organizando dados para decisões mais precisas e planejamento financeiro.

Palavras-chaves: Departamento Pessoal; Softwares de Gestão; Tecnologia, Automação.

ABSTRACT:

Technological evolution has brought solutions such as business and accounting management software, which automate processes and increase productivity, especially in the personnel department. These advances make it possible to obtain real-time information about sectors and employees, facilitating planning and decision-making. Intelligent automation improves efficiency, reduces errors, saves time and resources, allowing employees to focus on more important tasks, which results in greater effectiveness and cost reduction. The general objective of this study is to analyze how the automation of processes in the personnel department impacts the operational efficiency and the composition of labor costs at Fortes Tecnologia, in João Pessoa – PB. The specific objectives are to describe the IT market in Brazil, present the advantages of automation in the personnel department,

¹Graduanda do Curso Superior em Ciências Contábeis pelo Centro Universitário – UNIESP. E-mail: kallyneoliveira1@hotmail.com

² Professor Orientador, Graduado em Ciências Contábeis e Administração de Empresas, pela Universidade Federal da Paraíba – UFPB – Campus I, Especialização em Contabilidade pela Universidade Federal da Paraíba – UFPB – Campus I, Docente do Curso Superior de Ciências Contábeis e Gestão Financeira Centro Universitário UNIESP; E-mail: Ricardo.pereira.jp4@gmail.com. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3654413560555402>

map the department's processes, analyze the labor cost structure, and evaluate the operational efficiency resulting from automation. Automation in the personnel department improves efficiency by integrating tasks such as payroll and benefits control, reducing labor costs, improving communication, and organizing data for more accurate decisions and financial planning.

KEY WORDS: Personnel Department; Management Software; Technology, Automation.

1 INTRODUÇÃO

Nos tempos atuais, com a crescente evolução tecnológica, a administração das empresas passou a dispor de inúmeras soluções capazes de otimizar os processos e aumentar a produtividade das entidades. Entre essas soluções estão os softwares de gestão empresarial e contábil, utilizados para automatizar e integrar diversos processos, facilitando o planejamento e tomada de decisões, especialmente dentro do departamento pessoal, frequentemente chamado de DP.

Os avanços tecnológicos estão constantemente ampliando as oportunidades dos escritórios utilizarem a tecnologia na contabilidade, pois através desses avanços é possível obter informações úteis em tempo real sobre todos os setores, atividades e funcionários relacionados à administração da empresa (Cotrin; Santos; Junior, 2012).

Nota-se que automações inteligentes melhoram a eficiência na execução de tarefas reduzindo erros e diminuindo o tempo para efetuar um trabalho. A automação possibilita a execução de tarefas complexas e repetitivas de forma rápida e precisa, reduzindo a necessidade de horas extras e diminuindo a probabilidade de erros humanos. Com isso, as entidades podem obter uma significativa economia de tempo e recursos, permitindo que os colaboradores foquem em atividades mais relevantes, aumentando a eficiência e a eficácia das equipes, assim como uma redução dos custos da atividade.

Outrossim, os sistemas de software fornecem um controle interno mais detalhado e preciso dos benefícios ofertados aos colaboradores da entidade, como plano de saúde e odontológico, férias, horas extras trabalhadas, entre outros. Com a automatização dessas informações, a empresa pode analisar os custos do departamento, podendo então identificar gastos desnecessários ou até mesmo não autorizados, contribuindo para a redução de custos operacionais.

Diante do contexto, levanta-se o seguinte questionamento: De que forma a automação dos processos no departamento pessoal impacta a eficiência operacional e a composição do custo de mão de obra na Fortes Tecnologia em João Pessoa-PB?

Sabe-se então que a automatização dos processos no departamento de pessoal é uma tendência crescente, especialmente em empresas de software que desenvolvem soluções contábeis. A implementação de softwares de gestão de pessoal pode otimizar tarefas operacionais, reduzir erros e diminuir os custos relacionados à mão de obra.

Sendo assim, o objetivo geral deste estudo é analisar de que forma a automação dos processos no departamento pessoal impacta a eficiência operacional e a composição dos custos de mão de obra na Fortes Tecnologia, em João Pessoa – PB. Já como objetivos específicos do presente estudo pretendem: Descrever sobre o mercado de TI no Brasil; Apresentar as vantagens da automação no departamento pessoal; Mapear os processos do departamento pessoal; Analisar a estrutura dos custos de mão de obra na Fortes Tecnologia; Avaliar a eficiência operacional resultante da automação dos processos no departamento de pessoal da empresa em estudo.

Esta pesquisa contribui para a sociedade ao oferecer uma análise detalhada dos processos de automação do departamento de pessoal de empresas que trabalham com soluções tecnológicas de contabilidade assim como sobre a composição do custo de mão de obra desse tipo de empresa. Para o meio acadêmico, o artigo oferece uma base empírica para futuras pesquisas, além de contribuir para o aprimoramento dos processos contábeis.

Este estudo de caso será realizado na Fortes Tecnologia, em João Pessoa - PB, onde serão coletados dados qualitativos através de entrevistas com os técnicos do departamento de pessoal e análise de documentos e funções sistemáticas que demonstram como são compostos os custos de mão de obra. A metodologia visa fornecer uma visão abrangente do impacto da automação dos processos do departamento de pessoal da empresa assim como nos custos e na eficiência operacional. A disposição da metodologia para cumprir os propósitos deste trabalho, utilizou-se a técnica de pesquisa do estudo de caso cuja coleta de dados se deu a partir da aplicação de uma entrevista semiestruturada com os técnicos do departamento pessoal da Fortes Tecnologia.

O presente artigo apresenta uma estrutura dividida em cinco partes: introdução, fundamentação teórica, aspectos metodológicos, levantamento e discussão de dados e considerações finais.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 O MERCADO DE TI NO BRASIL.

O mercado de tecnologia da informação (TI) no Brasil tem se destacado como um dos setores mais dinâmicos e estratégicos para a economia. O segmento de softwares de gestão empresarial está em constante crescimento, impulsionado pela digitalização dos negócios e pela necessidade crescente de automatizar processos para aumentar a eficiência e a competitividade.

Com o avanço da transformação digital, empresas de todos os portes, especialmente pequenas e médias empresas (PMEs), têm buscado soluções tecnológicas que facilitem a gestão contábil, recursos humanos, gestão financeira e fiscal. Esse movimento é fortemente impulsionado pelas exigências legais e fiscais no Brasil, que requerem o uso de sistemas adequados para cumprir com as obrigações fiscais, como a emissão de notas fiscais eletrônicas, eSocial, entre outros.

Segundo a Associação Brasileira das Empresas de Software (ABES), o mercado de software no Brasil movimentou mais de US\$ 7,7 bilhões em 2022, posicionando o país como o maior mercado de TI da América Latina. Além disso, há uma crescente adoção de softwares de gestão em nuvem, o que facilita a implementação e o acesso às soluções por um número maior de empresas, especialmente as PMEs.

O crescimento desse setor é atribuído, em parte, ao aumento da demanda por soluções de ERP (Enterprise Resource Planning), que oferecem maior controle sobre as operações empresariais, integrando áreas como contabilidade, financeiro e recursos humanos. Para as empresas contábeis e os setores administrativos, o uso de softwares de gestão permite não apenas a conformidade com a legislação, mas também uma redução de custos operacionais e a melhoria da tomada de decisão.

Além disso, as soluções de Business Intelligence (BI) e automação de processos têm sido cada vez mais buscadas, dado que auxiliam as empresas a extraírem insights valiosos de seus dados e otimizarem suas operações.

2.2 AUTOMAÇÃO DOS PROCESSOS DO DEPARTAMENTO PESSOAL

A automação significa a substituição do trabalho humano por dada tecnologia. As empresas utilizam a automatização para melhorar a eficiência e a precisão, ao mesmo tempo em que reduzem custos e o estresse. (OVHcloud, 2024).

O departamento pessoal é uma das principais áreas que estão em constante desenvolvimento e, as soluções de softwares contábeis tem um papel importante na gestão diária das empresas, poupando-os de tarefas repetitivas e grandes burocracias.

O DP sempre exerceu um papel fundamental nas operações das organizações, os profissionais da área lidam com uma vasta gama de atividades, desde a admissão, gerenciamento de dados, afastamentos, folhas, até a demissão dos colaboradores.

Entretanto, com o advento tecnológico e o desenvolvimento de algoritmos avançados, a dependência em processos antes feitos de forma manual, se tornou inviável. É nesse momento que a automação dos processos se torna essencial, trazendo benefícios e otimização das atividades do setor pessoal, minimizando as horas trabalhadas e conduzindo a melhores resultados.

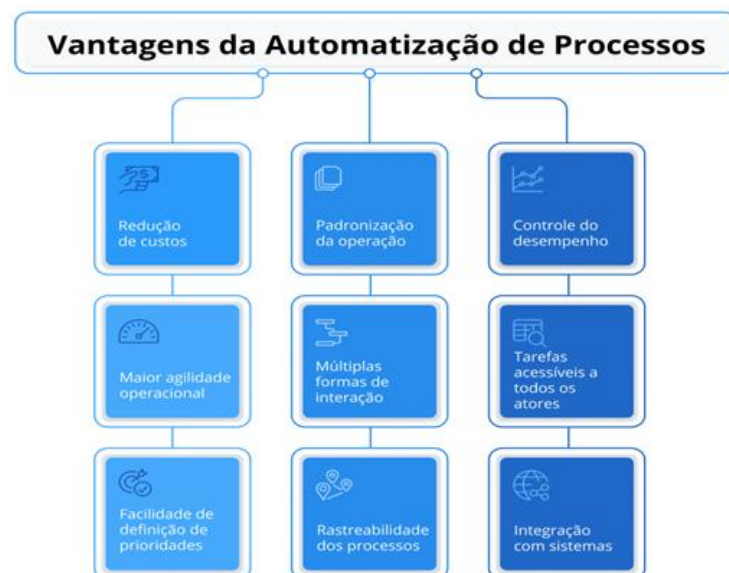


Figura 1 - Vantagens da Automação de Processo
Fonte: (Sydle,2020)

No departamento pessoal (DP) de uma empresa de TI, diversos processos podem ser automatizados, trazendo maior eficiência, redução de erros e

otimização de recursos. A automação no DP visa integrar e simplificar tarefas rotineiras e complexas, oferecendo mais agilidade nas atividades administrativas.

1. Gestão de Folha de Pagamento - A folha de pagamento é um dos processos mais críticos no DP e, com a automação, "os cálculos de salários, benefícios, encargos trabalhistas e impostos são realizados de forma automática, garantindo conformidade com as obrigações legais e eliminação de erros manuais" (ABRH Brasil). Sistemas como o Fortes Pessoal automatizam esses cálculos e geram relatórios completos, além de integrarem diretamente com plataformas de conformidade, como o eSocial.

2. Controle de Ponto Eletrônico - Outra automação comum é o controle de ponto eletrônico. Conforme observado pela HRTechs Brasil, "a automação permite o registro digital das jornadas de trabalho, seja por aplicativos, sistemas integrados ou biometria, facilitando a contabilização de horas extras, atrasos e faltas". Esse processo elimina a necessidade de controle manual e garante um acompanhamento em tempo real das horas trabalhadas pelos colaboradores.

3. Gerenciamento de Benefícios - O gerenciamento de benefícios, como vale-transporte e alimentação, pode ser automatizado através de sistemas que "integram o controle de benefícios com a folha de pagamento, otimizando o cálculo e o fornecimento dos mesmos, de acordo com as regras internas da empresa e a legislação vigente" (Fortes Tecnologia). Isso também facilita a transparência no controle dos valores concedidos e utilizados pelos colaboradores.

4. Recrutamento e Seleção - Os processos de recrutamento e seleção podem ser altamente beneficiados pela automação. "Sistemas de gestão de talentos ajudam na triagem automática de currículos, no agendamento de entrevistas e na comunicação com candidatos, tornando o processo de contratação mais ágil e assertivo" (HRTechs Brasil). Isso reduz o tempo e esforço necessários para identificar os candidatos mais qualificados para as vagas.

5. Gestão de Férias e Licenças - A gestão de férias e licenças é outro ponto que pode ser otimizado. A ABRH Brasil observa que "os sistemas automatizados enviam alertas sobre o vencimento de férias e geram os cálculos proporcionais de forma automática, garantindo que as regras legais sejam seguidas e eliminando atrasos no cumprimento dessas obrigações".

Exemplo Prático: Automação da Folha de Pagamento: a automação da folha de pagamento é um excelente exemplo de como um software especializado, como

o Fortes Pessoal, pode facilitar o trabalho do DP. Os softwares realizam automaticamente os cálculos de salários, horas extras, férias e 13º salário, além de gerarem os arquivos necessários para envio ao eSocial, garantindo conformidade com a legislação trabalhista e fiscal. Essa automação reduz o tempo de processamento e os erros humanos, além de manter os processos transparentes e auditáveis.

2.3 FUNÇÕES DO DEPARTAMENTO PESSOAL

De acordo com Azevedo et al. (2014), as rotinas trabalhistas do departamento pessoal podem ser divididas em cadastramento inicial (parametrização da empresa e admissão do colaborador), apuração da folha de pagamento e das guias necessárias, controle de afastamentos, benefícios e jornadas, além do controle de demissões.

Tem-se conhecimento de que as funções do departamento pessoal podem ser divididas em várias etapas, sendo elas: Admissão, Elaboração da Folha de Pagamento, Férias, Rescisão, 13º Salário, INSS, IRRF, FGTS Digital, E-Social, DCTF-Web e DIRF.

2.4 ADMISSÃO

A admissão é a primeira obrigação do departamento pessoal, pode ser definida como o processo de formalizar uma nova contratação, independente de sua modalidade. No processo de admissão, é de extrema importância cumprir os prazos previstos na legislação, registrando e emitindo o contrato de trabalho antes do início da jornada do colaborador.

Além disso, o empregador deve encaminhar o colaborador para realizar o ASO (Atestado De Saúde Ocupacional) com o médico do trabalho, a fim de assegurar a aptidão desse colaborador para realizar a função determinada.

Outra observação persistente é a análise e pagamento correto do salário, devendo sempre seguir a convenção coletiva e o piso salarial, para sempre estar conforme a legislação vigente.

Novo Cadastro

CPF: 000.000.000-00 NIS (NIT/PIS/PASEP): ANNA KALLYNE PATRICIO DE OLIVEIRA Admissão: 01/01/2024

Dados Pessoais Cnjuge e Dependentes Contrato Documentos Dados Bancários Alíquotas Dados Contratuais

Vínculo Admissão Empregador Laboral Remuneração Benefícios Descontos Mensalidades Treinamentos

Modelo de Admissão (Opcional):

Modelo de Vínculo (Opcional):

Categoria (eSocial): 101 ... Empregado - Geral, inclusive o empregado público da administração direta ou indireta controlado pela CLT.

Categoria (GFIP/CAGED/DIRF): 01 ... Empregado

Vínculo (CAGED/RAIS): 10 ... Trabalhador Urbano, vinculado a empregador Pessoa Jurídica, por contrato de trabalho regido pela CLT, por prazo indeterminado

Natureza da Atividade: 1-Trabalho Urbano Regime de Trabalho: 1-CLT - Consolidação das Leis de Trabalho Regime Previdenciário: 1-FGTS - Regime Geral da Previdência Social

Regime de Jornada: 1-Submetido a Horário de Trabalho (Cap. II da CLT) Matrícula e Social: 1

☐ Experiência/Prazo Determinado

Dias: Promog: Término: / / ☐ Cláusula Assecuratória

Indicação obj. determinante contratação prazo determinado:

FGTS Data da Opção: 01/01/2024 Código na CEF:

Ok (F9) Cancelar

Figura 2 - Cadastro De Admissão

Fonte: (Fortes Tecnologia, 2024)

2.5 FOLHA DE PAGAMENTO

A folha de pagamento é um documento que contém as informações dos proventos e descontos dos colaboradores. A empresa é obrigada a elaborar a folha de pagamento conforme previsto no artigo 225 do Decreto 3048 de 1999.

Recibo de Pagamento (Folha de Pagamento)			Data e Assinatura ____/____/____		
Empreendedor Empresa Demonstração Ltda			Inscrição CNPJ: 00.000.008/0001-89	Admissão 01/09/1994	Competência Setembro de 2024
Empregado 000014 ANTONIO ELCY LEITE TAVARES			Cargo LABORATORISTA		Lotação MATRIZ/ADMINISTRACAO
CPF: 309.876.603-49	Banco	Agência		Conta	Tipo de Conta
Discriminação das Verbas					
Cod.	Descrição		Referência	Provento	Desconto
011	Salário-Base		30 dia(s)	1.412,00	
013	Periculosidade		30%	150,00	
310	INSS		9%		119,40
341	Pensão Alimentícia SM		20%		282,40
				Total de Proventos 1.562,00	Total de Descontos 401,80
					Líquido a Receber 1.160,20
Salário Contratual 500,00	Base de Cálculo do INSS 1.562,00	Base de Cálculo do FGTS 1.562,00	FGTS	FGTS Contribuição Social	Base de Cálculo do IRRF(S)

Figura 3 - Folha De Pagamento
Fonte: (Fortes Tecnologia,2024)

Existem algumas informações importantes sobre a folha de pagamento, o pagamento do salário não pode ultrapassar o quinto dia útil, deve ser efetuado os descontos de INSS e IRRF, e também devem ser discriminadas no recibo de pagamento todas as verbas recebidas e descontadas, assim como o valor do FGTS recolhido pelo empregador.

- Férias

Conforme o Art. 130 da CLT, as férias são um dos principais direitos do trabalhador. Após 12 meses consecutivos de trabalho, o colaborador adquire o chamado Período Aquisitivo.

DEMONSTRATIVO DE FÉRIAS			
Empresa : Empresa Demonstração Ltda		Admissão: 01/09/1994	
CNPJ : 00.000.006/0001-69		Cargo: LABORATORISTA	
Empregado : ANTONIO ELCY LEITE TAVARES			
CPF : 309.876.603-49			
Matrícula e Social:			
Lotação : MATRIZ/ADMINISTRACAO			
Período de Aquisição 01/09/1994 a 31/08/1995	Período de Gozo de 01/10/2024 a 20/10/2024	Retorno ao Serviço 21/10/2024	
BASE DE CÁLCULO DA REMUNERAÇÃO DAS FÉRIAS Base de Cálculo Mensal/Horário/Tarefa/Outros		Faltas 0	Salário Contratual 500,00
DEMONSTRATIVO DA BASE DE CÁLCULO			
Evento	Referência	Valor	Total
011 Salário-Base	30 dia(s)	500,00	500,00
REMUNERAÇÃO			
Evento	Referência	Provento	Desconto
110 Remuneração de Férias	20 dia(s)	333,33	
111 1/3 de Férias		111,11	
112 Remuneração de Férias em Dobro	30 dia(s)	666,67	
113 Abono Pecuniário	10 dia(s)	166,67	
310 INSS	7,5%		33,33
944 1/3 de Abono Pecuniário	10 dia(s)	55,56	
		1.333,34	33,33
FGTS Contribuição Social: 0,00		FGTS: 0,00	Líquido a Receber: 1.300,01
Comunicamos-lhe que, de acordo com a lei, ser-lhe-ão concedidas férias relativas ao período acima descrito, ficando a sua disposição a importância de R\$ 1.300,01 (Hum Mil e Trezentos Reais e Um Centavo) relativa aos 20 dias de férias.			
Empregado Fortaleza, 1º de setembro de 2024		Empregador	

Figura 4 - Demonstrativo de Férias
Fonte: (Fortes Tecnologia,2024)

O gerenciamento das férias é de extrema importância para o departamento pessoal, visto que o planejamento do gozo deve ser feito de forma estratégica, para que não gere pagamento em dobro das férias, ocasionando um custo maior para a empresa.

• 13º Salário

De acordo com a Lei Nº 4.090, de 13 de julho de 1962:

Art. 1º - No mês de dezembro de cada ano, a todo empregado será paga, pelo empregador, uma gratificação salarial, independentemente da remuneração a que fizer jus. § 1º - A gratificação corresponderá a 1/12 avos da remuneração devida em dezembro, por mês de serviço, do ano correspondente.

2.5.1.1 RESCISÃO

A rescisão do contrato de trabalho nada mais é do que a formalização do término do vínculo empregatício. Pode partir tanto do empregado quanto empregador.

TERMO DE RESCISÃO DO CONTRATO DE TRABALHO					
IDENTIFICAÇÃO DO EMPREGADOR					
01 CNPJ/CEI 00.000.008/0001-89		02 Razão Social/Nome Empresa Demonstração Ltda			
03 Endereço (logradouro, nº, andar, apartamento) RUA ANTONIO FORTES, 330				04 Bairro ÁGUA FRIA	
05 Município Fortaleza		06 UF CE	07 CEP 60867-290	08 CNAE	09 CNPJ/CEI Tomador/Obra
IDENTIFICAÇÃO DO TRABALHADOR					
10 PIS/PASEP 106.787.949.33		11 Nome ANTONIO ELCY LEITE TAVARES			
12 Endereço (logradouro, nº, andar, apartamento) RUA H, 890				13 Bairro CJ ESPL DO CASTELAO	
14 Município Fortaleza		15 UF CE	16 CEP 60835-000	17 CTPS (nº, série, UF)	18 CPF 309.876.803-49
19 Data de nascimento 25/08/1967		20 Nome da mãe TEREZINHA DE JESUS LEITE			
DADOS DO CONTRATO					
21 Tipo de Contrato 1 - Contrato de trabalho por prazo indeterminado					
22 Causa do Afastamento Despedida sem justa causa, pelo empregador					
23 Remuneração Mês Ant. 1.562,00		24 Data de admissão 01/01/2023	25 Data do Aviso Prévio	26 Data de afastamento 31/10/2024	27 Cód. afastamento SJ2
28 Pensão Alm. (%) TRCT 0,00%		29 Pens. alm. (%) FGTS 0,00%		30 Categoria do Trabalhador 01 - Empregado	
31 Código Sindical -		32 CNPJ e Nome da Entidade Sindical Laboral 00.000.000/0000-01 - SINDICATO DOS COMERCIARIOS			
DISCRIMINAÇÃO DAS VERBAS RESCISÓRIAS					
VERBAS RESCISÓRIAS					
Rubrica	Valor	Rubrica	Valor	Rubrica	Valor
50 Saldo de 30/dia(s) Salário (Líquido de _/falta(s) e DSR)	500,00	51 Comissões	0,00	52 Gratificação	0,00
53 Adic. de Insalubridade %	0,00	54 Adic. de Periculosidade %	0,00	55 Adic. Noturno _ Horas a_%	0,00
56.1 Horas Extras _ horas a_%	0,00	57 Gorjetas	0,00	58 Descanso Semanal Remunerado(DSR)	0,00
59 Reflexo do DSR sobre Salário Variável	0,00	60 Multa Art. 477, §8º/CLT	0,00	62 Salário-Família	0,00
63 13º Salário Proporcional 10/12 avos	416,67	64.1 13º Salário-Exerc. _ _/12 avos	0,00	65 Férias Proporc. 10/12 avos	416,67
66.1 Férias Venc. Per. Aquis. 01/01/2023 a 31/12/2023	500,00	68 Terço Constituc. de Férias	319,45	69 Aviso Prévio Indenizado 33 dias	550,00
70 13º Salário (Aviso Prévio Indenizado)	41,67	71 Férias (Aviso Prévio Indenizado)	41,67	99 Ajuste do Saldo Devedor	0,00
				TOTAL BRUTO	2.786,13
DEDUÇÕES					
Desconto	Valor	Desconto	Valor	Desconto	Valor
100 Pensão Alimentícia	0,00	101 Adiantamento Salarial	0,00	102 Adiantamento 13º Salário	250,00
103 Aviso Prévio Indenizado dias	0,00	112.1 Previdência Social	78,75	112.2 Prev. Social - 13º Salário	34,37
114.1 IRRF	0,00	114.2 IRRF sobre 13º Salário	0,00	TOTAL DEDUÇÕES	363,12
				VALOR LÍQUIDO	2.423,01

Figura 5 - Termo de Rescisão do Contato de Trabalho

Fonte: (Fortes Tecnologia,2024)

2.5.1.2 ENCARGOS SOCIAIS

Segundo Martins (2013), os encargos sociais são as obrigações legais que as empresas têm de pagar ao governo ou a terceiros em nome de seus empregados, resultantes da legislação trabalhista e previdenciária, que incidem sobre a folha de pagamento, além dos salários diretos.

O desconto de INSS na folha de pagamento é obrigatório e segue a tabela divulgada pela Previdência Social em janeiro de cada ano. Efetuar o desconto

corretamente garante que o colaborador tenha seus direitos previdenciários garantidos.

Assim como o INSS, o IRRF é um tributo descontado de forma obrigatória, diretamente pela fonte pagadora. O seu desconto é feito de acordo com a tabela disponibilizada pelo governo.

Tem-se também o Fundo De Garantia Do Tempo De Serviço (FGTS), que é um benefício trabalhista criado para proteger o colaborador em casos de demissão sem justa causa, principalmente. Consiste no depósito mensal correspondente à 8% do salário bruto do trabalhador.

2.6 CUSTO DE MÃO DE OBRA

De acordo com Leone (2009, p.5), A Contabilidade De Custos é o ramo da Contabilidade que se destina a produzir informações para os diversos níveis gerenciais de uma entidade, como auxilio as funções de determinação de desempenho, de planejamento e controle das operações de tomade de decisões.

Sabe-se que o custo de mão de obra é um dos principais fatores a serem considerados na gestão financeira de qualquer organização, ele influencia diretamente a competitividade, lucratividade e sustentabilidade das empresas, impactando desde o planejamento estratégico até a execução operacional.

O custo da mão-de-obra é qualquer pagamento efetuado a trabalhadores, a título de remuneração por contribuições fornecidas ao processo produtivo, acrescido de todos os encargos decorrentes. Trata-se, pois, da contribuição humana ao processo de produção de bens e serviços (Thomatsu, 1992, p. 49).



Figura 6 - Custos Da Mão De Obra
Fonte: (Fernandes,2018)

Na composição do custo de mão de obra em uma empresa prestadora de serviços de TI, o custo de mão de obra envolve não apenas os salários diretos, mas também encargos sociais, benefícios, treinamentos e outras obrigações legais conforme detalhamento a seguir:

- **Salários Diretos**

Em uma empresa de TI, o salário direto geralmente se refere aos profissionais de desenvolvimento de software, suporte técnico, consultores e analistas que prestam serviços diretamente aos clientes. Eliseu Martins afirma que "os salários diretos são aqueles pagos aos operários diretamente envolvidos no processo produtivo, sendo o principal componente da mão de obra direta" (Martins, 2020, p. 145). Para empresas de TI, esses operários são representados pelos colaboradores que realizam as atividades técnicas e de desenvolvimento.

- **Encargos Sociais**

Os encargos sociais são uma parte fundamental do custo de mão de obra. Silvério das Neves explica que "os encargos sociais incidem sobre a folha de pagamento e incluem contribuições previdenciárias, fundo de garantia, provisões para férias e 13º salário, além de outras obrigações impostas pela legislação trabalhista" (NEVES, 2019, p. 62). Para uma empresa de TI, esses encargos devem ser calculados sobre o total da folha de pagamento, que inclui não apenas os salários, mas também as horas extras e os benefícios concedidos.

- **Benefícios**

Os benefícios são uma prática comum nas empresas de TI, como seguro saúde, vale-refeição e auxílio educação. Osni Moura Ribeiro destaca que "os benefícios oferecidos ao trabalhador, como vale-transporte, assistência médica e seguro de vida, devem ser considerados como parte do custo de mão de obra, uma vez que representam desembolsos da empresa" (Ribeiro, 2021, p. 188). Em empresas de TI, benefícios adicionais como a possibilidade de trabalho remoto ou auxílio para capacitação e certificações também fazem parte dessa composição.

- **Treinamento e Capacitação**

Empresas de TI frequentemente investem em treinamento e capacitação contínuos para manter suas equipes atualizadas com as novas tecnologias e metodologias de mercado. Eliseu Martins observa que "os custos com treinamento e capacitação, embora muitas vezes tratados como despesas, podem ser considerados como parte do custo da mão de obra, uma vez que representam um investimento na qualificação dos funcionários" (MARTINS, 2020, p. 147). Esse investimento é essencial em empresas de TI, onde a rápida evolução tecnológica exige constante aprimoramento das habilidades dos colaboradores.

- **Horas Extras E Adicionais**

No setor de TI, muitas vezes os profissionais precisam trabalhar além das horas normais para cumprir prazos de projetos ou resolver problemas urgentes, o que gera custos adicionais. Silvério das Neves ressalta que "os adicionais de horas extras, adicional noturno, insalubridade e periculosidade são elementos que aumentam o custo de mão de obra e precisam ser contabilizados adequadamente" (Neves, 2019, p. 70). Empresas de TI que operam em regime de plantão ou suporte 24 horas enfrentam a necessidade de contabilizar esses custos extras.

- **Descanso Semanal Remunerado (DSR)**

O DSR é outro elemento que precisa ser considerado no cálculo do custo de mão de obra em empresas de TI. Osni Moura Ribeiro afirma que "o pagamento referente ao descanso semanal remunerado deve ser computado como parte do custo de mão de obra, uma vez que é uma obrigação legal" (RIBEIRO, 2021, p. 193). Esse aspecto é aplicável tanto a funcionários que trabalham em horário regular quanto àqueles que realizam jornadas extraordinárias.

- **Mão De Obra Indireta**

Além da mão de obra técnica direta, em uma empresa de TI, há também profissionais de apoio, como equipes administrativas, de marketing e de vendas, que não estão diretamente envolvidos no desenvolvimento de software, mas ainda assim são essenciais para a operação da empresa. Eliseu Martins explica que "a mão de obra indireta, embora não ligada diretamente à produção, deve ser alocada aos custos indiretos de fabricação, sendo normalmente absorvida pelos custos gerais de

produção" (Martins, 2020, p. 150). No caso de uma empresa de TI, esses custos indiretos seriam alocados nas despesas gerais administrativas.

Sendo assim, o custo de mão de obra em uma empresa prestadora de serviços de TI abrange não apenas os salários diretos e encargos sociais, mas também uma série de benefícios e custos adicionais, como treinamento, horas extras e mão de obra indireta. A correta alocação e contabilização desses custos são essenciais para a saúde financeira e a competitividade da empresa.

A seguir, um exemplo de cálculo do custo de mão de obra direta e indireta em uma empresa de TI.

Considerando que uma empresa de TI possui a seguinte estrutura de colaboradores:

- **5 desenvolvedores de software** (mão de obra direta).
- **2 profissionais de suporte técnico** (mão de obra direta).
- **3 profissionais administrativos** (mão de obra indireta).

A seguir, vamos detalhar o cálculo do custo de mão de obra, levando em consideração os **salários** e os **encargos sociais, benefícios, horas extras e descanso semanal remunerado (DSR)**.

Mão de Obra Direta (Desenvolvedores e Suporte Técnico)

- **Salário dos Desenvolvedores de Software:** R\$ 8.000,00 por mês (cada).
- **Salário dos Profissionais de Suporte Técnico:** R\$ 4.500,00 por mês (cada).

Total de salários mensais (mão de obra direta):

$$(5 \times 8.000) + (2 \times 4.500) = 40.000 + 9.000 = \text{R\$}49.000,00$$

Encargos Sociais (aproximadamente 38%)

Segundo **Neves (2010)**, os encargos sociais podem ser calculados como um percentual sobre o salário bruto. Vamos considerar 38% sobre o total de salários.

$$49.000 \times 0,38 = \text{R\$}18.620,00$$

Benefícios (10%)

Ribeiro (2021) destaca que os benefícios, como vale-transporte, assistência médica e outros, devem ser considerados. Vamos estimar que esses benefícios representem 10% do salário total.

$$49.000 \times 0,10 = \text{R\$}4.900,00$$

Horas Extras e DSR

Vamos supor que os desenvolvedores e profissionais de suporte trabalhem, em média, 10 horas extras por mês com um adicional de 50%. O cálculo do valor da hora extra é feito com base no salário mensal dividido pelas horas trabalhadas no mês (220 horas).

- **Valor da hora extra (Desenvolvedores):**

$$8.000 \div 220 = \text{R\$}36,36 (\text{valor da hora})$$

$$36,36 \times 1,5 \times 10 = \text{R\$}545,40 (\text{por desenvolvedor})$$

Total de horas extras dos desenvolvedores:

$$5 \times 545,40 = \text{R\$}2.727,005$$

- **Valor da hora extra (Suporte Técnico):**

$$4.500 \div 220 = \text{R\$}20,45 (\text{valor da hora})$$

$$20,45 \times 1,5 \times 10 = \text{R\$}306,75 (\text{por profissional de suporte})$$

Total de horas extras dos profissionais de suporte:

$$2 \times 306,75 = \text{R\$}613,50$$

Descanso Semanal Remunerado (DSR) sobre horas extras: Segundo **Ribeiro**, o DSR deve ser calculado sobre as horas extras. O DSR é obtido dividindo-se o número de dias úteis (considerando 30 dias no mês) pelos dias de descanso (4 ou 5 domingos, por exemplo). Vamos usar 20% como base do DSR sobre horas extras. $(2.727 + 613,50) \times 0,20 = \text{R\$}668,10$

$$\text{Total de horas extras e DSR: } 2.727 + 613,50 + 668,10 = \text{R\$}4.008,60$$

Mão de Obra Indireta (Administrativo)

- **Salário dos profissionais administrativos:** R\$ 3.500,00 por mês (cada).

Total de salários mensais (mão de obra indireta): $3 \times 3.500 = \text{R\$}10.500,00$

Encargos Sociais (38%) - $10.500 \times 0,38 = \text{R\$}3.990,00$

Benefícios (10%) - $10.500 \times 0,10 = \text{R\$}1.050,00$

Cálculo Total

Mão de Obra Direta: $49.000 + 18.620 + 4.900 + 4.008,60 = \text{R\$}76.528,60$

Mão de Obra Indireta: $10.500 + 3.990 + 1.050 = \text{R\$}15.540,00$

Custo Total de Mão de Obra (Direta + Indireta): $76.528,60 + 15.540 = \text{R\$}92.068,60$

O cálculo do custo de mão de obra em uma empresa de TI, considerando a mão de obra direta (desenvolvedores e suporte técnico) e indireta (administrativo), abrange salários, encargos sociais, benefícios, horas extras e descanso semanal remunerado. Esses elementos são essenciais para a correta mensuração do custo de produção e devem ser acompanhados rigorosamente pelos gestores do DP.

2.7 A AUTOMAÇÃO DOS PROCESSOS E O SEU IMPACTO NO CUSTO DA MÃO DE OBRA

Em uma empresa de TI, a automação dos processos do DP exerce um impacto significativo no custo de mão de obra, tanto em termos de redução de custos operacionais quanto na otimização do uso da mão de obra. A seguir, é traçado um paralelo entre a automação e o custo da mão de obra:

- **Redução De Custos Operacionais Diretos**

A automação de processos como o controle de folha de pagamento, gestão de ponto eletrônico e controle de benefícios pode reduzir significativamente a necessidade de mão de obra direta no departamento pessoal. Segundo Osni Moura Ribeiro, os custos de mão de obra, como salários e encargos sociais, é uma parte essencial dos custos de produção (RIBEIRO, 2021, p. 188). Com a automação, atividades repetitivas podem ser otimizadas, reduzindo a necessidade de funcionários para essas tarefas administrativas. A automação minimiza erros

manuals, evitando gastos extras com correções, o que impacta diretamente nos custos operacionais.

Exemplo: Automação da Folha de Pagamento

Antes da automação, uma empresa de TI pode precisar de mais colaboradores no departamento de pessoal para processar a folha de pagamento, calcular encargos sociais e gerenciar benefícios. Com um sistema automatizado, esses processos são realizados mais rapidamente e com menor chance de erros.

- **Otimização Do Uso De Mão De Obra Indireta**

A automação também otimiza a utilização da mão de obra direta, permitindo que desenvolvedores de software e outros profissionais de TI se concentrem em atividades de maior valor agregado. Segundo Silvério das Neves, o custo da mão de obra direta em qualquer organização não se limita aos salários, mas também à eficiência das operações (Neves, 2019, p. 70). Em empresas de TI, automações como integração contínua, testes automatizados e gerenciamento de versões permitem maior produtividade dos desenvolvedores, reduzindo o tempo de projeto e, consequentemente, o custo de produção.

Exemplo: Automação do Desenvolvimento de Software

A implementação de ferramentas automatizadas no desenvolvimento de software permite que a mesma equipe entregue projetos complexos em prazos mais curtos. Isso resulta em menos horas extras e menores custos com encargos sociais sobre essas horas.

- **Redução De Custos Com Benefícios E Treinamentos**

A automação também impacta diretamente o custo com benefícios e treinamentos. (RIBEIRO, 2021, p. 188) enfatiza que a gestão de benefícios, como vale-transporte e assistência médica, representa uma parte significativa do custo de mão de obra. Sabe-se que a automação desses processos pode gerar economia e eficiência da mesma forma, o uso de plataformas de e-learning para treinamentos contínuos de colaboradores permite reduzir custos com instrutores externos e deslocamentos, oferecendo capacitação de maneira mais acessível.

- **Impacto No Custo De Mão De Obra Indireta**

A mão de obra indireta, que inclui os funcionários administrativos, também é fortemente impactada pela automação. A alocação de custos indiretos pode ser feita de forma mais eficiente com processos automatizados, resultando em uma gestão mais enxuta e com menos desperdícios. Por exemplo, softwares de gestão financeira e CRM reduzem a necessidade de funcionários para executar tarefas manuais de faturamento ou controle de clientes, minimizando os custos administrativos.

A automação de processos em uma empresa de TI, como exemplificado por ferramentas de gestão automatizada, exerce um impacto positivo e profundo na redução do custo de mão de obra. Tanto a mão de obra direta quanto a indireta são beneficiadas, permitindo que a empresa:

- Reduza o número de colaboradores dedicados a processos repetitivos.
- Aumente a produtividade dos profissionais de TI, com menos horas extras e menor custo com encargos sociais.
- Tenha um maior controle sobre os custos de benefícios e treinamentos, utilizando soluções automatizadas para gerenciar esses processos.

Assim, a automação se traduz em maior competitividade e sustentabilidade para empresas de TI, uma vez que os custos de mão de obra são otimizados e alinhados com os princípios de eficiência operacional.

3 METODOLOGIA

Para se elaborar uma pesquisa, por se tratar de um estudo científico, se faz indispensável a definição dos procedimentos metodológicos. Segundo Gil (1999, p.26), a metodologia consiste em uma investigação científica representativa de um conjunto de procedimentos intelectuais e técnicos para que os objetivos sejam atingidos.

Dessa forma, nesse tópico do estudo será apresentado o panorama metodológico e quais procedimentos utilizados para coleta dos dados utilizados para elaboração desse estudo.

Em se tratando da caracterização desse estudo, quanto aos objetivos, caracteriza-se como descritivo, uma vez que para Gil:

A pesquisa descritiva procura descrever as características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis. Envolve o uso de técnicas padronizadas de coleta de dados: questionário e observação sistemática. Assume, em geral, a forma de levantamento. (GIL,2002, p.21).

Quanto à natureza, o estudo caracteriza-se como pesquisa básica uma vez a pesquisa foca na melhoria das teorias científicas, que de acordo com da Silva; Menezes, (2005, p.20): “objetiva gerar conhecimentos novos úteis para o avanço da ciência sem aplicação prática prevista. Envolve verdades e interesses universais.”

Com relação ao tratamento de dados o estudo se caracteriza como uma pesquisa qualitativa. considerando-se o que diz Silva, nesse tipo de pesquisa:

Na pesquisa qualitativa há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números. A interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados são básicas no processo de pesquisa qualitativa. Não requer o uso de métodos e técnicas estatísticas. O ambiente natural é a fonte direta para coleta de dados e o pesquisador é o instrumento-chave. É descritiva. Os pesquisadores tendem a analisar seus dados indutivamente. O processo e seu significado são os focos principais de abordagem. (Silva; Menezes, 2005, p.20).

Quanto aos objetivos propostos o estudo realizado tem característica descritiva pois tem como objetivo primordial a descrição das características do objeto de estudo. Considerando-se o que diz Gil, esse tipo de pesquisa:

Têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis. São inúmeros os estudos que podem ser classificados sob este título e uma de suas características mais significativas está na utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados, tais como o questionário e a observação sistemática. (Gil,2002, p.42)

Com relação aos procedimentos técnicos, a pesquisa se caracteriza como um estudo de caso, pois considerando-se o que Yin (2001, p.21):

O estudo de caso permite uma investigação para se preservar as características holísticas e significativas dos eventos da vida real - tais como ciclos de vida individuais, processos organizacionais e

administrativos, mudanças ocorridas em regiões urbanas, relações internacionais e a maturação de alguns setores.

Um outro ponto de vista apresentado por Gil, é que:

A despeito de sua crescente utilização nas Ciências Sociais, encontram-se muitas objeções a sua aplicação. (...) . Por essa razão, são frequentes os vieses nos estudos de caso, os quais acabam comprometendo a qualidade de seus resultados. Ocorre, porém, que os vieses não são prerrogativa dos estudos de caso; podem ser constatados em qualquer modalidade de pesquisa. Logo, o que cabe propor ao pesquisador disposto a desenvolver estudos de caso é que redobre seus cuidados tanto no planejamento quanto na coleta e análise dos dados para minimizar o efeito dos vieses. (...). Todavia, a experiência acumulada nas últimas décadas mostra que é possível a realização de estudos de caso em períodos mais curtos e com resultados passíveis de confirmação por outros estudos. Gil (2002, p.54)

A presente pesquisa foi realizada na Fortes Tecnologia, situada em João Pessoa-PB, especialista em desenvolvimento de softwares para o segmento contábil e para gestão de pessoas. Tem ainda forte atuação no mercado corporativo com soluções de gestão empresarial.

As informações necessárias para a elaboração desse estudo, foram obtidas através de entrevista semiestruturada realizada com a supervisora do suporte técnico da Fortes Tecnologia- PB. Tal entrevista foi submetida ao Processo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) junto ao Comitê de Ética e Pesquisa do UNIESP na data 22.11.2024, o qual foi aprovado sob o parecer de nº 7.241.102, e somente então foi realizada, diretamente na empresa objeto de estudo, em um único encontro - no dia 25/11/2024.

Para este estudo, os dados foram coletados através da realização de uma entrevista realizada com a principal gestora do suporte do setor pessoal da empresa Fortes Tecnologia no mês de novembro de 2024 onde foram abordadas questões relacionadas a automação do departamento pessoal e o custo de mão de obra em uma empresa de software.

4 ESTUDO DE CASO: RESULTADO E DISCUSSÃO

Os resultados dessa pesquisa foram compilados através das respostas obtidas de uma entrevista com a supervisora do suporte técnico da Fortes Tecnologia – PB. Será apresentada de forma qualitativa o que foi obtido para

responder à pergunta problema. A empresa, que fica localizada em João Pessoa, foi fundada em 2005 e atua no setor de Tecnologia da Informação.

Com relação à composição do custo de mão de obra, será apresentada uma análise detalhada dos valores relacionados ao cargo de Técnico em Suporte. Os cálculos consideram o salário mínimo vigente, além de incluir horas-extras, encargos sociais e benefícios oferecidos ao trabalhador. O objetivo é demonstrar de forma clara e objetiva os principais componentes que compõem o custo total da mão de obra direta.

Cargo/Função:	Técnico Em Suporte	
Composição Do Custo	Valor	%
1.Salário Mensal (Valor Baseado No Salário-Mínimo)	R\$ 1.412,00	50,3%
2.Horas-Extras (70%)	R\$ 327,33	11,7%
3.Encargos Sociais (Empregado/Empregador)	-	-
INSS (7,78%)	R\$ 135,36	4,8%
FGTS (8%)	R\$ 139,15	5,0%
4.Benefícios	-	-
Vale Alimentação	R\$ 437,00	15,6%
Vale Transporte (6%)	R\$ 104,36	3,7%
Plano De Saúde	R\$ 250,00	8,9%
4.Custo Total (1+2+3+4)	R\$ 2.805,20	100,0%
5.Carga Horária Mensal	R\$ 220,00	-
6.Custo Por Hora	R\$ 12,75	-

Quadro 1 - Composição do Custo Mão de Obra Direta

Fonte: Elaboração Própria

O custo total de um Técnico em Suporte é composto por diversos itens. O salário mensal, baseado no salário mínimo, é de R\$ 1.412,00, o que representa 50,3% do custo total. As horas extras, calculadas a 70%, somam R\$ 327,33, correspondendo a 11,7% do custo. Em relação aos encargos sociais, o INSS (7,78%) é de R\$ 135,36 (4,8%) e o FGTS (8%) é de R\$ 139,15 (5,0%).

Os benefícios incluem o vale alimentação no valor de R\$ 437,00 (15,6%), o vale transporte (6%) que soma R\$ 104,36 (3,7%) e o plano de saúde no valor de R\$ 250,00 (8,9%). O custo total, considerando todos esses itens, é de R\$ 2.805,20, o que representa 100% do custo. A carga horária mensal é de 220 horas, resultando em um custo por hora de R\$ 12,75.

Quando a entrevistada foi questionada se os processos do departamento pessoal são informatizados, a resposta obtida foi que em relação a automação no Departamento Pessoal desempenha um papel fundamental na eficiência e

produtividade de empresas de software, especialmente no fornecimento de soluções de gestão contábil e empresarial. A empresa fornece Softwares de Gestão Contábil e Empresarial, que incluem Sistemas Específicos para a automatização de processos no Departamento Pessoal, como a Fortes Tecnologia.

Sobre a pergunta que aborda a relação dos processos do departamento pessoal existem algum que é realizado de forma manual? Foi respondido que todos os Processos do Departamento Pessoal são completamente automatizados e integrados. Isso inclui atividades anteriormente manuais, como pagamentos de benefícios e remessas bancárias para colaboradores, que agora são realizadas com maior agilidade e precisão.

De acordo com Lopes *et al.*, (2020), a implementação de um sistema de software permite o monitoramento direto de aspectos relacionados ao trabalho, como horas de trabalho, ausências e férias. Isso é essencial para a conformidade legal e para melhorar o desempenho institucional.

O Departamento de Pessoal trabalha com a administração de todos os procedimentos que envolvem os funcionários de uma empresa e é também responsável pela elaboração da folha de pagamento (Lopes *et al.*, 2020 p 577)

Ou seja, tanto na prática quanto na teoria, podemos observar que a automação e integração dos processos do Departamento Pessoal melhoraram significativamente a agilidade e precisão das atividades cotidianas de uma empresa.

De acordo com a pergunta: Quais são os principais benefícios da automação no departamento pessoal para uma empresa de software? A Entrevistada evidencia que a automação trouxe benefícios significativos, como a otimização do tempo dos profissionais, que podem focar mais em análises estratégicas do que em tarefas repetitivas. Isso também reduziu a necessidade de contratar colaboradores para funções exclusivamente manuais, resultando em economia de custos trabalhistas.

Portanto podemos afirmar que automação permite que a Entrevistada se concentre atividades de análises estratégicas em vez de tarefas repetitivas. Como afirma Sutharsan; Vijayakumar, (2023), que afirma que no setor de TI, a automação de RH simplifica processos como folha de pagamento e integração, permitindo que os profissionais de RH se concentrem em iniciativas estratégicas em vez de tarefas mundanas. De Magalhães *et al.*, (2021), afirma que os sistemas automatizados

reduzem o tempo gasto em tarefas repetitivas, permitindo que os funcionários se concentrem em atividades mais estratégicas.

Essa mudança não apenas aumenta a produtividade, mas também contribui para uma força de trabalho mais engajada, pois os funcionários podem dedicar seus esforços a tarefas de maior valor

Quando questionada sobre as atividades que tiveram as rotinas automatizadas, a resposta foi a automação da criação e cálculo de folhas de pagamento, geração de arquivos de remessas bancárias e controle de eventos por datas. A automação melhora a conformidade com a legislação trabalhista, reduz erros e assegura que as movimentações sejam realizadas com agilidade e precisão.

De acordo com de Magalhães et al., (2021) O uso de software como ferramenta para entrada de dados em sistemas automatizados permite a geração de informações em tempo real. Essa capacidade aumenta a eficácia dos processos contábeis, influenciando diretamente o planejamento, a organização e a tomada de decisões.

A Contabilidade é o grande instrumento que auxilia a administração a tomar decisões. Na verdade, ela coleta todos os dados econômicos, mensurando-os monetariamente, registrando-os e sumarizando-os em forma de relatórios ou de comunicados, que contribuem sobremaneira para a tomada de decisões (Marion, 2007, p. 21)

A integração de softwares no processo contábil é fundamental para a modernização e otimização das operações. De acordo com a questão que discute como a automação pode impactar os custos trabalhistas em uma empresa de software? Foi respondido que a Automação no Departamento Pessoal permite cálculos detalhados de custos de mão de obra, considerando desde salários até alíquotas patronais, com base em cadastros completos. Com isso, a empresa evita contratações desnecessárias e maximiza a eficiência dos recursos humanos.

A capacidade do software de agilizar os processos significa que os recursos podem ser alocados com mais eficiência, melhorando, em última instância, o retorno sobre o investimento (ROI). Conforme Magalhães et al., (2021). Assim, a evolução tecnológica na contabilidade contribui para uma gestão mais eficaz e assertiva.

Sobre o questionamento acerca do cálculo do custo da mão de obra e os benefícios da automação na estrutura organizacional, tivemos a seguinte resposta: o sistema calcula o custo da mão de obra de um colaborador com base em um cadastro completo, que inclui informações salariais, benefícios concedidos e todas

as alíquotas patronais devidamente registradas. Essa abordagem garante um cálculo detalhado e preciso, essencial para o planejamento financeiro e a gestão de recursos da empresa.

Além disso, a entrevistada relatou que a automação trouxe mudanças significativas para a estrutura organizacional. No setor financeiro, por exemplo, a integração de rotinas por meio de sistemas de informação reduziu a necessidade de novas contratações. Isso permitiu uma operação mais enxuta, eficiente e com maior foco na análise estratégica, otimizando o uso de recursos humanos e tecnológicos.

De acordo com Vieira et al. (2021), o custo da mão de obra inclui não apenas salários, mas também benefícios, treinamento e custos de conformidade. As organizações devem contabilizar essas despesas ao fazer o orçamento de recursos humanos.

A questão que aborda como a automação no departamento pessoal pode melhorar o desempenho dos colaboradores em relação à gestão das informações produzidas pelo setor para tomada de decisão? Segundo a Entrevistada, por conta das rotinas parametrizadas, os profissionais ganham mais tempo para analisar dados e tomar as melhores decisões, melhorando o desempenho geral do setor. A transparência e a comunicação com os colaboradores são aprimoradas com o envio imediato de relatórios, recibos de pagamento, declarações de rendimentos e informações sobre férias.

O que corrobora com o estudo de Lopes et al., (2020), que afirma que um sistema de software dedicado, o Departamento Pessoal pode responder de forma mais rápida e confiável às solicitações de gerenciamento. Essa agilidade apoia uma melhor tomada de decisão dentro da organização.

O Departamento de Pessoal é parte integrante da estrutura organizacional e uma das áreas mais importantes da empresa. Isso porque é ele que irá otimizar os processos burocráticos para que não sejam gastos tempo e recursos demais em uma tarefa. Lopes *et al.*, 2020 p 577)

Ou seja, as ferramentas de automação têm um impacto significativo na tomada de decisões dentro das organizações, especialmente no que diz respeito ao Departamento de Pessoal, permitindo que os profissionais tenham mais tempo para analisar dados e tomar decisões informadas. A implementação da automação no departamento pessoal requer treinamento especializado para os funcionários do

setor? A resposta obtida foi: Certamente. Para que a automação seja eficaz, é essencial que os funcionários recebam treinamento especializado. Isso garante que eles compreendam plenamente as ferramentas e saibam adequá-las às necessidades específicas da rotina do setor. O domínio da automação permite explorar todo o seu potencial, aumentando a eficiência e a precisão nos processos.

Conforme afirma Vieira et al.; (2021), a automação no gerenciamento de recursos humanos pode reduzir significativamente o tempo e os recursos gastos em tarefas repetitivas. Processos como recrutamento e avaliações podem ser automatizados, reduzindo custos e liberando os profissionais de RH para tarefas estratégicas, o que aumenta a produtividade.

O uso da tecnologia da informação na administração dos recursos humanos é, cada vez mais, um requisito indispensável para empresas que buscam competir em uma economia globalizada. Esses departamentos estão descobrindo, cada vez mais, que a tecnologia é a aliada perfeita para aperfeiçoar a gestão e os custos de serviço por empregado (MATEO- SIIDRÓN, 2008)

A automação no Departamento Pessoal é recurso que visa otimizar processos e reduzir custos, liberando profissionais para atividades estratégicas, como também podemos considerar a tecnologia é essencial para aumentar a eficiência e competir globalmente

Quando questionada sobre a como a automação pode ajudar na conformidade com legislações trabalhistas e reduzir erros em processos? A resposta foi a seguinte: geralmente as ferramentas de automação são, geralmente, desenvolvidas com base na legislação trabalhista vigente, o que facilita a conformidade legal. É realizado um cadastro prévio que resulta em maior agilidade nas movimentações, além de minimizar quase completamente os erros. Dessa forma, a automação não apenas assegura a correta aplicação das leis, mas também torna os processos mais confiáveis e seguro.

Corroborando com a afirmação, Lopes et al., (2020), afirma que os programas de treinamento podem ser adaptados aos diversos níveis de conhecimento entre os funcionários:

Enquanto o Departamento de Gestão de Pessoas cuida das políticas, do recrutamento e seleção, do treinamento e desenvolvimento e da avaliação dos colaboradores, o Departamento de Pessoal tem por tarefa as questões burocráticas (LOPES et al., 2020. p. 577),

Ou seja, a automação é uma ferramenta essencial para assegurar conformidade com a legislação trabalhista, promovendo segurança jurídica, redução de erros e eficiência nos processos. Além de agilizar movimentações, ela otimiza as funções burocráticas do Departamento Pessoal, permitindo que o Departamento de Gestão de Pessoas dedique mais atenção a estratégias e ao desenvolvimento de colaboradores, alinhando tecnologia e gestão de forma integrada e eficaz

A pergunta que faz uma reflexão de como a automação pode melhorar a transparência e a comunicação entre o departamento pessoal e os colaboradores, a resposta da entrevista destaca como este processo pode melhorar significativamente a comunicação ao permitir o envio rápido e preciso de relatórios como recibos de pagamento, declarações de rendimentos e informações sobre férias. Esses documentos são disponibilizados de forma imediata para os colaboradores, promovendo maior transparência e confiança entre o departamento pessoal e a equipe. Isso torna o acesso às informações mais ágil e contribui para um ambiente de trabalho mais organizado e eficiente.

De acordo com Froehlich; et al., (2023), as organizações devem avaliar continuamente seus programas de treinamento e conformidade por meio de auditorias e feedback, garantindo eficácia, alinhamento com metas e identificação de melhorias. A automação melhora a transparência e a comunicação no Departamento Pessoal ao agilizar o envio de documentos, promovendo confiança e organização. Aliada à avaliação contínua, garante alinhamento com metas e eficiência nos processos

Quando questionada sobre as principais ferramentas de automação para o Departamento Pessoal em empresas de software, e como escolher a mais adequada? A Entrevistada afirmou que para empresas de software, é essencial optar por ferramentas integradas que abrangem escrituração de folha, gestão de ponto, recursos humanos e benefícios. A integração facilita processos, aumenta a produtividade e melhora a gestão da informação.

O software facilita a colaboração entre diferentes setores de uma organização. Ao fornecer uma plataforma centralizada para compartilhamento de informações, ela ajuda a garantir que todos os departamentos estejam alinhados e possam tomar decisões informadas com base nos mesmos dados Magalhães et al., (2021)

Sobre as principais ferramentas de automação para o departamento pessoal em empresas de software, e como escolher a mais adequada? A resposta foi a implementação de automação requer treinamento especializado, garantindo que os funcionários saibam adequar o sistema às necessidades do setor. Além disso, os sistemas já desenvolvidos com base na legislação asseguram que os processos sejam realizados de forma correta, com redução quase total de erros. Dessa forma, a escolha de ferramentas de automação integradas não só otimiza o Departamento Pessoal, mas também fortalece a comunicação e a eficiência em toda a empresa.

Como afirma Vieira et al., (2021), as organizações devem garantir que suas práticas de RH estejam em conformidade com os padrões legais e regulatórios. Isso inclui treinar funcionários sobre questões de conformidade, como segurança no local de trabalho, leis antidiscriminação e regulamentações de proteção de dados. Além disso, a automação de processos contribui para uma colaboração mais eficaz entre os setores da organização, criando uma plataforma centralizada onde todos os departamentos podem compartilhar e acessar as mesmas informações.

Portanto, por aprimorar significativamente a gestão de processos ao promover eficiência, transparência, conformidade e economia, a adoção de ferramentas adequadas e o investimento em treinamento contínuo, as empresas de software podem alcançar melhores resultados. Como afirma Froehlich et al., (2023). em um departamento pessoal, isso pode significar automatizar processos como recrutamento, integração, folha de pagamento e gerenciamento de funcionários, o que aumenta a eficiência e reduz o erro humano

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo evidenciou a importância da automação no departamento pessoal da Fortes Tecnologia, destacando suas contribuições significativas para a eficiência operacional e a gestão de custos de mão de obra. A análise do mercado de Tecnologia da Informação no Brasil revelou um cenário em constante evolução, onde a adoção de tecnologias inovadoras se torna essencial para a competitividade das empresas.

A implementação de sistemas de software que integram e automatizam diversas atividades, como a criação e cálculo de folhas de pagamento, geração de arquivos de remessas bancárias e controle de eventos por datas, como afirma a

entrevistada em relação ao cálculo do custo da mão de obra e aos benefícios proporcionados pela automação na estrutura organizacional, o sistema realiza esse cálculo com base em um cadastro detalhado, que abrange informações como salários, benefícios oferecidos e todas as alíquotas patronais registradas de forma precisa.

Como resultado, essa automação permite que os profissionais do departamento de pessoal se concentrem em análises estratégicas, em vez de tarefas repetitivas, resultando em maior eficiência e economia de custos trabalhistas, já que reduz a necessidade de novas contratações para funções manuais. A automação otimiza o tempo dos profissionais para análises estratégicas, reduz a necessidade de contratações manuais e diminui os custos trabalhistas.

Assim como, a automação permite a otimização de processos, como a criação e cálculo de folhas de pagamento, controle de benefícios e gestão de ponto. Isso reduz o tempo gasto em tarefas repetitivas, permitindo que os profissionais se concentrem em atividades mais estratégicas e de maior valor agregado. Além disso, reduz a necessidade de contratação de colaboradores para funções manuais, resultando em economia de custos trabalhistas, levando a uma redução geral nos custos operacionais do departamento.

Por fim, podemos concluir que a automação facilita a comunicação entre o departamento pessoal e os colaboradores, permitindo o envio rápido e preciso de documentos, como recibos de pagamento e informações sobre férias. Isso promove maior transparência e confiança dentro da organização

Com a automação, os dados são coletados e organizados de forma mais eficiente, permitindo que os gestores tenham acesso a informações precisas e em tempo real. Isso apoia uma melhor tomada de decisão e planejamento estratégico, como a entrevistada destaca que rotinas parametrizadas liberam tempo para análises estratégicas, melhoram o desempenho do setor e aprimoram a transparência e comunicação com colaboradores por meio do envio imediato de documentos e informações. Assim, ajudando a garantir que as práticas de recursos humanos estejam em conformidade com os padrões legais e regulatórios, reduzindo riscos de penalidades e litígios

De acordo com a pesquisa, ao liberar os profissionais de DP de tarefas administrativas repetitivas, a automação permite que eles se concentrem em

iniciativas que melhoram a experiência dos colaboradores, como desenvolvimento e engajamento, resultando em uma força de trabalho mais satisfeita e produtiva

Quanto à composição do custo de mão de obra, ele é calculado com base em um cadastro completo que inclui informações salariais, benefícios concedidos e todas as alíquotas patronais devidamente registradas, como afirma a entrevistada quando diz que automação permitiu que os cálculos fossem realizados de forma mais detalhada e precisa, sendo essencial para o planejamento financeiro e a gestão de recursos da empresa. O custo da mão de obra abrange não apenas salários, mas também benefícios, treinamento e custos de conformidade, que devem ser considerados ao fazer o orçamento de recursos humanos. Nesse ponto, a automação possibilitou cálculos detalhados e a identificação de oportunidades para otimização de custos, como a redução de gastos com horas extras.

Os estudos futuros sobre a automação no Departamento Pessoal, tanto na Fortes Tecnologia quanto em outras empresas do setor de Tecnologia da Informação, podem seguir duas direções principais. Primeiramente, seria interessante realizar uma avaliação longitudinal dos impactos da automação, acompanhando a evolução dos processos automatizados ao longo do tempo, para entender como a eficiência operacional e a satisfação dos colaboradores mudam com a implementação de novas tecnologias. Em segundo lugar, uma comparação entre os setores poderia ser feita para investigar como a automação influencia a composição do custo de mão de obra nas empresas, em especial no departamento pessoal.

REFERÊNCIAS

- AZEVEDO, Katya Cristiane da Fonseca de; HABER, Denise Dallmann; MARTINS, Solange. **As Diferenças Entre Departamento de Recursos Humanos e Departamento Pessoal. Inesul-Faculdade Integrado Inesul**, 2014. 15 f. graduação em ciências contábeis – Instituto de Ensino Superior de Londrina (INESUL). Disponível em: https://www.inesul.edu.br/revista/arquivos/arq-idvol_14_1311018575.pdf. Acesso em: 15 nov 2021
- COTRIN, Anderson M.; SANTOS, Aroldo Luiz dos. ZOTTE JÚNIOR, Laerte. **A Evolução**, 2012.
- DA SILVA, E. L.; MENEZES, E. M. Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação. **UFSC, Florianópolis, 4a. edição**, v. 123, n. 4, p. 138, 2005.
- DE MAGALHÃES, Marcelo Nassif et al. Análise de conformidade de softwares de gestão. **Latin American Journal of Business Management**, v. 12, n. 1, 2021.

- FROEHLICH, C. Y. M. et al. Delayed recovery and host specialization may spell disaster for coral-fish mutualism. **Ecology and Evolution**, v.13, n.6, p.e10209, 2023.
- GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. [s.l.] Editora Atlas, 2002.
- GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 1999.
- LEONE, George SG. Contabilidade de custos. **São Paulo: Atlas**, v. 3, 2009.
- LOPES, Gabriela Brandão et al. EVIDÊNCIAS DE ISOMORFISMO E DECOUPLING NA GESTÃO DE CONTROLADORIAS MUNICIPAIS DO ESTADO DE MINAS GERAIS. **Advances in Scientific & Applied Accounting**, v. 13, n. 2, 2020.
- MATEO-SIDRÓN, Francisco. Tecnologia em RH: necessidade essencial para o século XXI. **Rer. Valor Econômico**, v. 15, n. 1, 2009.
- MARION, J. C. **Contabilidade empresarial**. 13. Ed. São Paulo: Atlas, 2007
- MARTINS, Eliseu. **Contabilidade de Custos**. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2020.
- MARTINS, Gilberto de Andrade; LINTZ, Alexandre Carlos. Guia para elaboração de monografias e trabalhos de conclusão de curso. 2007.
- NEVES, Glenda Ketlen Da Silva. Compliance, accountability e desempenho de entidades do terceiro setor: um estudo de caso na APAE-DF. 2019.
- NEVES, Silvério das. **CONTABILIDADE DE CUSTOS UM ENFOQUE DIRETO E OBJETIVO**. 9ª Edição Revisada e Ampliada —março/2010
- OVHcloud. **O que é automação?** Disponível em: <https://www.ovhcloud.com/pt/learn/what-is-automation/>. Acesso em: 22 nov. 2024.
- RIBEIRO, Osni Moura. **Noções De Contabilidade Comercial**. Saraiva Educação SA, 2021.
- SUTHARSAN, M. E.; VIJAYAKUMAR, K. Smart performance analysis of human resource automation in information technology industry. **ICTACT journal on management studies**, v. 9, n. 1, p. 1707–1711, 2023.
- SYDLE. Automação inteligente: entenda como ela pode transformar negócios. Disponível em: <https://www.sydle.com/br/blog/automacao-inteligente-61afa8925448461cf9e74249>. Acesso em: 22 nov. 2024.
- THOMATSU, Deloitte Ross. Custo da Mão-de-obra. **Curso sobre Contabilidade de Custos**. **São Paulo: Atlas**, v. 5, p. 48-64, 1992.
- VIEIRA, Diego de Castro et al. Administração de Recursos Humanos e as Práticas de Diversidade nas Organizações: Um Estudo Exploratório-Descritivo. **CAP Accounting and Management**, v. 5, n. 5, 2011.
- YIN, Robert K. **Estudo de Caso-: Planejamento e métodos**. Bookman editora, 2015.

INCLUSÃO DE SERVIÇOS FINANCEIROS À POPULAÇÃO RURAL: Um Estudo da Percepção dos Agricultores sobre o Programa Agroamigo do Banco do Nordeste

Antonio Marques Soares Neto²³
Danielle Fernandes Rodrigues⁴

RESUMO

A inclusão financeira no setor rural é crucial para o desenvolvimento econômico e social, especialmente em países com forte presença da agricultura. No Brasil, onde a agricultura é essencial, a inclusão financeira é fundamental para fortalecer a capacidade produtiva e melhorar as condições de vida no campo. A contabilidade é uma ferramenta essencial para a gestão eficiente de uma propriedade rural. Ela permite aos agricultores rurais acompanhar de perto todas as movimentações financeiras do negócio, desde as receitas provenientes da venda de safras e produtos até os custos com insumos, manutenção de equipamentos e outras despesas. Diante disso, o presente estudo tem como objetivo analisar a inclusão financeira, promovida pelo programa Agroamigo, na percepção dos agricultores paraibanos. Para isso, a metodologia adotada no estudo é uma pesquisa descritiva com abordagem quanti-qualitativa, ou seja, mista, tendo sido aplicada pesquisa de campo. Como instrumento de coleta de dados foi utilizado o *Google Forms*, dividido em duas partes: a primeira composta por perguntas sobre o perfil socioeconômico dos respondentes, e a segunda composta por perguntas ligadas ao problema da pesquisa. Diante da análise dos dados coletados, obteve-se uma perspectiva positiva dos agricultores paraibanos em relação ao Agroamigo, ao destacarem também sugestões de melhorias como maior facilidade de acesso ao crédito, ampliação dos limites, atendimento personalizado para mulheres e jovens, programas de capacitação e uso de tecnologias para desburocratizar o processo, visando maior inclusão financeira, sucessão rural e desenvolvimento sustentável.

Palavras-chaves: Inclusão Financeira; Contabilidade; Agroamigo; Agricultura.

ABSTRACT

Financial inclusion in the rural sector is crucial for economic and social development, especially in countries with a strong agricultural presence. In Brazil, where the agriculture is essential, financial inclusion plays a fundamental role in reinforcing productive capacity and improving living conditions in rural areas. Accounting is an important tool for the efficient management of a rural property. It allows rural farmers to closely monitor all financial activities of their business, from revenues generated by the sale of crops and products to expenses related to inputs, labor, equipment maintenance, and other costs. Thus, the present study aims to

³Graduando do Curso de Ciências Contábeis pela UNIESP. E-mail: antoniomarques710@gmail.com.

⁴Professor Orientador, Graduado em Administração, pela Universidade Federal da Paraíba. Especialização em Educação Global, Inteligências Humanas e Construção da Cidadania pela Faculdade de Ensino Superior do Nordeste. Docente do Curso Superior Graduação, Pós-Graduação e MBA em Administração, Marketing, Gestão Comercial, Publicidade e Propaganda e Ciências Contábeis do Uniesp Centro Universitário. E-mail: prof2078@iesp.edu.br. Currículo lattes: <http://lattes.cnpq.br/7351262540786060>.

analyze financial inclusion promoted by the Agroamigo program from the perspective of Paraíba's farmers. To achieve this, the methodology adopted in the study is descriptive research with a quanti-qualitative approach, supported by field research. Google Forms was used as a data collection instrument. It was divided into two parts: the first comprised questions about the respondents' socioeconomic profile; the second included questions related to the research problem. The analysis of the collected data revealed a positive perspective from Paraíba's farmers regarding the Agroamigo program. However, they also highlighted suggestions for improvements, such as easier access to credit, increased limits, personalized services for women and youth, training programs, and the use of technologies to reduce bureaucracy. These suggestions aim to enhance financial inclusion, promote rural succession, and foster sustainable development.

Keywords: Financial Inclusion; Accounting; Agroamigo; Agriculture.

1 INTRODUÇÃO

No Brasil a população rural enfrenta diversos desafios econômicos que limitam seu desenvolvimento e qualidade de vida. O acesso a serviços financeiros adequados é uma dessas dificuldades. Muitas vezes, pequenos produtores e agricultores não têm acesso a crédito e outros serviços bancários essenciais devido à distância dos centros urbanos, falta de informação e inadequação das ofertas financeiras tradicionais às suas necessidades específicas. Nesse contexto, o Programa Agroamigo, uma iniciativa do Banco do Nordeste, emerge como uma solução direcionada a suprir essas lacunas. Criado com o objetivo de promover a inclusão financeira no meio rural, o programa oferece produtos e serviços ajustados às particularidades do setor agrícola, como prazos de pagamento mais flexíveis e condições de crédito adaptadas às sazonalidades da atividade agrícola.

Com o passar dos anos, houve uma necessidade vindo dos agricultores em ter acesso a inclusão financeira em áreas rurais, onde os serviços financeiros convencionais são frequentemente inacessíveis. Como afirmado pelo economista Ricardo Paes de Barros, "O acesso a serviços financeiros pode transformar a vida dos agricultores, possibilitando investimentos que melhoram a produtividade e a renda" (PAES DE BARROS, 2000). Estudos anteriores indicam que a inclusão financeira pode ter um impacto positivo substancial na redução das desigualdades e no estímulo ao desenvolvimento econômico local. A análise do Programa Agroamigo é particularmente relevante, pois permite avaliar a eficácia de políticas públicas voltadas para a inclusão financeira e o impacto real dessas iniciativas na vida dos agricultores.

A contabilidade é uma ferramenta indispensável para os agricultores do Agroamigo, contribuindo para uma gestão eficaz e a maximização dos benefícios. Através de informações contábeis é possível analisar a rentabilidade das diferentes atividades desenvolvidas na propriedade e tomar decisões mais assertivas sobre investimentos, alocação de recursos e planejamento estratégico no âmbito rural, identificando oportunidades de melhoria e maximizando a rentabilidade do negócio.

A literatura sobre serviços financeiros rurais destaca a importância de adaptar os produtos financeiros às especificidades do setor agrícola. Santos (2020) enfatiza que "a inclusão financeira na zona rural deve considerar as peculiaridades da atividade agrícola, como a sazonalidade e o risco climático". O Programa Agroamigo, ao oferecer soluções financeiras específicas para o contexto rural, busca enfrentar esses desafios.

O Programa Agroamigo contribui significativamente para a melhoria das condições financeiras e do desenvolvimento dos agricultores no Nordeste brasileiro, espera-se que, com recursos financeiros adequados, os agricultores consigam investir em melhorias em suas propriedades, aumentar a produtividade e, conseqüentemente, melhorar sua renda e estabilidade econômica. A adaptação dos produtos e serviços financeiros do Programa Agroamigo às especificidades do setor agrícola resulta em atender às necessidades específicas dos agricultores rurais, como também em uma maior adesão ao programa e maior satisfação por parte dos beneficiários.

Este estudo se concentrará na análise do Programa Agroamigo, focando em como seus serviços são percebidos e utilizados por agricultores rurais. O problema de pesquisa a ser investigado é: **Qual a percepção dos agricultores rurais com o Programa Agroamigo para a inclusão financeira no estado da Paraíba?**

O programa Agroamigo, ao fornecer crédito e serviços financeiros aos agricultores, facilita o acesso a recursos que podem ser utilizados para investimentos em inovação e melhoria da produtividade. Socialmente, a inclusão financeira tem um impacto significativo na qualidade de vida das comunidades rurais, promovendo a capacitação dos agricultores, incentivando práticas financeiras sustentáveis. Com acesso a crédito formal, os agricultores podem planejar melhor seus investimentos, gerenciar os seus recursos e enfrentar desafios econômicos com maior resiliência. Sendo esses os principais motivos que justificam a presente pesquisa.

Sendo assim o objetivo geral desse estudo é analisar a inclusão financeira, promovida pelo programa Agroamigo, na percepção dos agricultores paraibanos. E como objetivos específicos: identificar os principais benefícios percebidos pelos agricultores em relação ao programa; verificar os desafios enfrentados na utilização dos serviços oferecidos pelo programa; e analisar a relação entre a inclusão de serviços financeiros e ações propostas pelo programa Agroamigo.

A disposto da metodologia utilizada para cumprir os propósitos deste trabalho, utilizou-se uma pesquisa bibliográfica fundamentando o conteúdo teórico, seguido de uma pesquisa de campo, na intenção de ilustrar como o programa Agroamigo vem beneficiando os agricultores no nordeste paraibano, como instrumento de coleta de dados será aplicado um questionário, com uso da ferramenta *Google Forms*. O artigo apresenta uma estrutura dividida em cinco partes: introdução, fundamentação teórica, aspectos metodológicos, levantamento e discussão de dados (pesquisa de campo), e considerações finais.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 PROGRAMA AGROAMIGO

O Programa Agroamigo foi instituído em 2005 pelo Banco do Nordeste com o objetivo de oferecer crédito rural acessível e capacitação para pequenos agricultores no Nordeste do Brasil. Este programa foi concebido como uma resposta às dificuldades enfrentadas pelos pequenos agricultores em obter financiamento para o desenvolvimento de suas atividades. A importância do Agroamigo se evidencia na sua missão de promover o desenvolvimento sustentável da agricultura familiar e fomentar a inclusão financeira na região. Conforme destacado por Pereira Neto (2012), o programa tem como objetivo construir um padrão de desenvolvimento sustentável com inclusão dos agricultores familiares. Essa citação reflete a visão estratégica do programa em criar um modelo que não apenas forneça crédito, mas que também suporte o desenvolvimento econômico e social das comunidades rurais.

Um aspecto central do Agroamigo é a combinação de crédito com capacitação técnica. A concessão de crédito por si só não é suficiente para garantir que os recursos sejam utilizados de forma eficaz. A capacitação oferecida pelo programa inclui treinamento em planejamento financeiro, gestão de recursos e

práticas agrícolas sustentáveis. Pereira Neto (2012) afirma que os beneficiários aprendem a lidar com o banco, são sensibilizados para a prática do planejamento financeiro, além de serem orientados sobre as melhores formas de alocação de recursos e de como ter acesso a novas oportunidades de negócios e a novos produtos e serviços. Este suporte técnico é essencial para garantir que o crédito seja utilizado de maneira eficiente e que os agricultores possam maximizar os benefícios das suas atividades.

A experiência adquirida ao longo dos anos mostra que um modelo de microcrédito integrado com capacitação técnica e suporte contínuo pode ser uma solução eficaz para promover o desenvolvimento rural e a inclusão financeira. Além disso, a combinação de crédito acessível, capacitação técnica e suporte contínuo demonstra a eficácia de um modelo que pode ser adaptado e aplicado em outros contextos rurais. O modelo de microcrédito adotado pelo Agroamigo é uma estratégia amplamente reconhecida para promover a inclusão financeira e apoiar o desenvolvimento econômico em áreas carentes.

A experiência adquirida ao longo dos anos mostra que um modelo de microcrédito integrado com capacitação técnica e suporte contínuo pode ser uma solução eficaz para promover o desenvolvimento rural e a inclusão financeira. A expansão do Programa Agroamigo desde sua criação é notável. Inicialmente, o programa beneficiava os agricultores do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). Com o tempo, o programa ampliou sua cobertura para incluir uma gama mais ampla de beneficiários. De acordo com Maciel, Khan, Mayorga e Alencar Júnior (2012), o programa expandiu o atendimento para agricultores familiares, inicialmente, os beneficiários do PRONAF, mediante a concessão de microcrédito produtivo e orientado. Atualmente, o Agroamigo atende agricultores familiares que estão dentro dos critérios estabelecidos pelo PRONAF, e cujos rendimentos anuais não ultrapassam a receita bruta de até R\$ 360 mil ao ano, conforme estipulado pelo Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado.

Segundo Machado, Barbosa e Silva (2023), o programa opera com duas modalidades distintas: Agroamigo Crescer e Agroamigo Mais. O Agroamigo Crescer é destinado a agricultores que se enquadram no grupo B do PRONAF, enquanto o Agroamigo Mais é voltado para os agricultores dos demais grupos, com exceção dos grupos A e A/C. Essas modalidades são projetadas para atender às necessidades

específicas dos diferentes grupos de agricultores e garantir que os recursos sejam alocados de maneira eficaz e adaptada às condições locais.

Os principais objetivos do Programa Agroamigo incluem a inclusão financeira, o desenvolvimento sustentável e o apoio à produção agrícola. A inclusão financeira visa facilitar o acesso ao crédito para pequenos agricultores, promovendo sua integração ao sistema financeiro e incentivando o crescimento da agricultura familiar. O desenvolvimento sustentável é promovido através do incentivo a práticas agrícolas que respeitem o meio ambiente e apoiem o crescimento econômico rural. O apoio à produção é oferecido por meio de recursos destinados a investimentos em tecnologias e melhorias na produção agrícola, com o objetivo de aumentar a produtividade e a renda dos agricultores. Costa, Araújo e Ipólito (2023), resumem que, os principais objetivos do Programa Agroamigo estão interligados e são complementares, formando uma estratégia abrangente para promover o desenvolvimento econômico e social das áreas rurais do Nordeste.

Um componente essencial para o sucesso do Programa Agroamigo é o papel dos agentes de microcrédito rural. Estes profissionais são responsáveis por promover o acesso ao microcrédito, orientar os agricultores sobre a gestão de recursos e prestar suporte técnico. Além disso, os agentes de microcrédito ainda são responsáveis por capacitar os agricultores, facilitando treinamentos e workshops para os beneficiários, abordando temas como gestão financeira, práticas agrícolas e tecnologias, como também fornecendo suporte contínuo. Idealmente, os agentes devem ser residentes no município local, o que facilita a comunicação e a compreensão das necessidades e condições locais.

Maciel, Khan, Mayorga e Alencar Júnior (2012) destacam que:

O assessor tem de atuar como agente local de microcrédito rural; mapear e reconhecer os agricultores de pequeno porte de sua jurisdição; promover e divulgar programas de microcrédito rural, através de palestras informativas; conduzir e orientar a elaboração de planos de negócios da área rural; conduzir e orientar no estudo de viabilidade econômica de pequenos empreendimentos agropecuários; realizar levantamento de dados cadastrais de clientes; manter a carteira de crédito com boa sanidade, conservando forte proximidade com o cliente.

Os agentes de microcrédito rural têm um papel de intermediários fundamentais entre os agricultores e o Banco do Nordeste. Abromovay (2012) observa que os financiamentos passam a ser geridos por um assessor de crédito,

responsável por uma carteira de projetos e que estabelece uma relação personalizada com cada agricultor beneficiário do programa. Esses agentes facilitam a comunicação, oferecem orientação sobre o uso adequado dos recursos e prestam suporte técnico para a implementação dos projetos financiados. A presença de agentes bem treinados e localmente engajados é essencial para o sucesso do programa e para a adaptação às necessidades e desafios enfrentados pelos agricultores.

O impacto do Programa Agroamigo na vida dos pequenos agricultores e na economia da região Nordeste é substancial. O programa não apenas proporciona acesso ao crédito, mas também contribui para o desenvolvimento de habilidades e conhecimentos que são fundamentais para o sucesso econômico dos agricultores. A capacitação oferecida pelo programa ajuda a melhorar a gestão financeira e a eficiência das operações agrícolas, o que, por sua vez, contribui para o crescimento econômico das comunidades rurais.

Em conclusão, o Agroamigo é uma iniciativa indispensável para promover o desenvolvimento sustentável e a inclusão financeira no Nordeste do Brasil, desempenhando um papel crucial na transformação da realidade socioeconômica da região. Por meio de um modelo de microcrédito inovador que além de financiar a capacitação técnica e o suporte contínuo, o programa tem gerado impactos significativos na vida dos agricultores, impulsionando não apenas sua produtividade, mas também a economia regional. A continuidade e o aprimoramento dessa iniciativa são fundamentais para que ela continue atendendo às necessidades específicas dos agricultores, especialmente diante de um cenário de constantes mudanças e desafios. Nesse contexto, uma parceria ativa entre o BNB e os beneficiários, bem como a capacidade de adaptação do programa às novas demandas, será determinante para garantir seu sucesso contínuo e sua contribuição efetiva ao desenvolvimento sustentável da região.

2.1.1 Banco do Nordeste

O Banco do Nordeste (BNB) desempenha um papel estratégico no desenvolvimento econômico e social da região Nordeste do Brasil. Fundado em 1952, o BNB foi estabelecido com a missão de promover o crescimento e a integração das economias regionais, focando especialmente nas áreas menos

desenvolvidas do Nordeste. Esta missão surgiu em resposta a desafios históricos significativos enfrentados pela região, incluindo altos índices de pobreza, baixa produtividade agrícola e uma infraestrutura insuficiente para suportar o desenvolvimento econômico. O Banco do Nordeste não apenas fornece serviços financeiros adaptados às necessidades locais, mas também atua como um catalisador para o desenvolvimento regional sustentável.

Nogueira (1997, p. 8) explica que o BNB iniciou suas atividades exercendo, simultaneamente, os papéis de:

Banco rural, assistindo técnica e financeiramente à agropecuária regional; Banco industrial, ativando o parque fabril, notadamente através de empreendimentos geradores de renda e emprego; Banco comercial, contratando operações de curto prazo que reforçam e suplementam o capital de giro das empresas; e Banco social, financiando serviços básicos de infraestrutura, incentivando estudos e pesquisas, colaborando na promoção de eventos culturais e apoiando obras assistenciais.

Desde sua fundação, o Banco do Nordeste tem implementado uma série de instrumentos financeiros e políticas públicas para fomentar o desenvolvimento regional. Um dos principais instrumentos criados foi o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), estabelecido pela Lei nº 4.204, de 1963. O FNE se tornou uma das principais fontes de financiamento para projetos de desenvolvimento, oferecendo crédito em condições favoráveis para setores essenciais como agricultura, indústria e infraestrutura. O fundo desempenha um papel crucial ao direcionar recursos para áreas estratégicas, contribuindo para a melhoria das condições econômicas e sociais da região. A criação do Banco do Nordeste foi uma resposta institucional a essas dificuldades, com o objetivo de fornecer um suporte financeiro sistemático e contínuo para o desenvolvimento da região. A instituição foi concebida como um instrumento de intervenção estatal para mitigar as disparidades regionais e promover uma integração econômica mais equitativa.

O BNB também se destaca na criação e aperfeiçoamento de programas voltados para o microcrédito e o fomento à agricultura familiar. Um exemplo significativo é o programa Agroamigo, criado em 2005. Este programa visa fornecer crédito e capacitação para pequenos agricultores da região Nordeste, com o objetivo de melhorar a capacidade produtiva e a qualidade de vida desses

agricultores, além de estimular a cidadania e a inclusão financeira à população. De acordo com Maciel (2009), o Agriamigo busca fortalecer a articulação das ações do governo federal e criar condições objetivas para o crescimento rural sustentável. O programa é operacionalizado em parceria com o Instituto Nordeste Cidadania (INEC), que desempenha um papel crucial no apoio e execução das iniciativas de crédito rural e capacitação técnica.

Desde sua criação, o Banco do Nordeste tem implementado uma variedade de programas destinados a promover o desenvolvimento regional. Esses programas incluem o financiamento de projetos estruturantes e a oferta de suporte técnico, essencial para garantir a eficácia e a sustentabilidade dos investimentos. Através de iniciativas como o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) e o programa Agroamigo, o BNB busca não apenas prover recursos financeiros, mas também apoiar a capacitação e o desenvolvimento de competências necessárias para a gestão eficaz desses recursos.

Os impactos sociais das ações do Banco do Nordeste são visíveis na melhoria das condições de vida da população. Segundo Cunha Júnior, Oliveira, Valente Júnior e Viana (2022), os projetos financiados pelo BNB têm contribuído para a elevação da qualidade de vida e a redução da pobreza no Nordeste. Esses resultados evidenciam a importância da instituição na transformação social da região. Nos últimos anos, o Banco do Nordeste tem incorporado a sustentabilidade em suas operações. O BNB promove a concessão de crédito para projetos que respeitam as diretrizes de desenvolvimento sustentável, priorizando iniciativas que minimizam impactos ambientais.

A inclusão financeira é outro aspecto relevante da atuação do BNB. O banco busca democratizar o acesso ao crédito, especialmente entre os segmentos mais vulneráveis da sociedade. Segundo Sales e Alves (2021), a ampliação do acesso ao crédito é uma estratégia que permite a inclusão social e a redução das desigualdades regionais. Essa abordagem é fundamental para o fortalecimento da economia local, a fim de atender às necessidades da população e contribuir para um futuro mais sustentável e equitativo para a região. Para ampliar o alcance e a eficácia de suas iniciativas, o BNB tem estabelecido parcerias com uma variedade de instituições, incluindo ONGs, agências de desenvolvimento e outras entidades financeiras.

Essas parcerias são essenciais para a execução bem-sucedida de programas de fomento e para a coordenação de esforços destinados ao desenvolvimento regional. Um exemplo notável é a colaboração com o Instituto Nordeste Cidadania (INEC) no programa Agroamigo. Esta parceria ilustra como a combinação de recursos financeiros com expertise técnica pode potencializar os resultados dos programas e promover um desenvolvimento mais sustentável.

Em suma, o Banco do Nordeste tem sido um pilar fundamental para o desenvolvimento da região Nordeste. Sua atuação integrada, que inclui o financiamento de projetos, o suporte técnico e a construção de parcerias estratégicas, tem gerado um impacto significativo na economia e nas condições de vida da população. O papel do BNB como agente de transformação continua a ser vital para promover um desenvolvimento equilibrado e sustentável na região, enfrentando as desigualdades históricas e contribuindo para a melhoria das condições de vida e do ambiente econômico no Nordeste.

2.1.2 Instituto Nordeste Cidadania

O Instituto Nordeste Cidadania (INEC) é uma organização não governamental (ONG) brasileira fundada em 1997 com a missão de contribuir para o desenvolvimento socioeconômico e a inclusão social na região Nordeste do Brasil. A atuação do INEC busca melhorar as condições de vida nas comunidades por meio de iniciativas que promovem a cidadania e oferecem oportunidades para o crescimento sustentável. Seus projetos abrangem diversas áreas de atuação, incluindo educação, capacitação, acesso a crédito, sempre com foco na redução das desigualdades e na construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

O INEC foi criado para atender a demandas específicas da região Nordeste, caracterizada por altos índices de pobreza e desigualdade social. A missão do INEC é desenvolver ações que contribuam para a inclusão social e o fortalecimento da cidadania, promovendo o acesso a direitos básicos e oportunidades para as comunidades em situação de vulnerabilidade (INEC, 2024).

Uma das principais áreas de atuação do INEC é a promoção da educação e capacitação. O instituto desenvolve e implementa projetos educacionais voltados para a formação técnica e profissional, com o objetivo de melhorar as perspectivas de emprego e geração de renda para a população local. Além da educação, o INEC

também investe em iniciativas voltadas para a saúde e bem-estar das comunidades. Projetos de saúde comunitária, campanhas de prevenção e promoção da saúde e a melhoria do acesso a serviços médicos são parte fundamental de suas ações, ele busca garantir que as comunidades atendidas tenham acesso a cuidados médicos adequados e informações sobre saúde preventiva (INEC, 2024).

Outra área importante de atuação do INEC é o desenvolvimento econômico. Através de projetos que incentivam a economia solidária e a geração de emprego e renda, o INEC busca fortalecer as economias e promover o empreendedorismo. A criação de cooperativas, feiras e eventos voltados para a comercialização de produtos locais são algumas das estratégias adotadas para fomentar o desenvolvimento econômico na região Nordeste. A gestão e a execução dos projetos do INEC são baseadas em uma abordagem participativa, que envolve as comunidades locais no planejamento e na implementação das ações (INEC, 2024).

A atuação do INEC é respaldada por uma sólida base teórica e prática. Estudos sobre desenvolvimento comunitário e inclusão social, como os apresentados por autores como Mars (2016) e Sousa (2020), evidenciam a importância de abordagens integradas que combinam educação, saúde e desenvolvimento econômico para promover mudanças significativas e sustentáveis nas comunidades.

A abordagem do INEC está alinhada com os princípios do Banco do Nordeste, que busca promover o desenvolvimento integrado da região Nordeste. O Banco do Nordeste, por meio do Agroamigo, oferece microcrédito para investimentos em atividades produtivas, possibilitando aos agricultores o acesso a tecnologias e insumos necessários para aumentar a produtividade e a renda (Banco do Nordeste, 2023). Este modelo de microfinanças é respaldado por estudos que mostram que o acesso ao crédito pode ter um impacto positivo significativo na melhoria das condições econômicas e sociais dos pequenos produtores (SILVA, 2019).

A atuação do INEC é fundamentada na teoria da inclusão social e do desenvolvimento sustentável. A inclusão social no contexto rural é abordada por autores como Rocha (2018), que destaca a importância de políticas públicas e iniciativas privadas para garantir acesso a crédito e tecnologia que promovam a melhoria das condições de vida dos agricultores familiares. O desenvolvimento

sustentável, por sua vez, é uma abordagem que busca equilibrar a exploração dos recursos naturais com a preservação ambiental e o crescimento econômico (VILPOUX, 2020).

O Programa Agroamigo, operacionalizado pelo INEC, é uma estratégia significativa para a inclusão financeira dos pequenos produtores rurais. Este programa visa fornecer crédito, capacitação e apoio técnico, facilitando o acesso a recursos financeiros e conhecimentos necessários para o desenvolvimento sustentável da agricultura familiar. Segundo Silva e Melo (2023), o Agroamigo tem se mostrado uma ferramenta eficaz para a redução da desigualdade no campo e o fortalecimento da economia regional.

O impacto do Programa Agroamigo vai além dos benefícios econômicos diretos, contribuindo para a coesão social e a redução das desigualdades regionais. A experiência acumulada pelo INEC ao longo dos anos oferece um modelo valioso para outras regiões e países que buscam implementar programas semelhantes voltados para a inclusão financeira e o desenvolvimento rural.

2.2 DESENVOLVIMENTO RURAL

O desenvolvimento rural é um conceito multifacetado que abrange diversos aspectos da vida no campo, incluindo a economia, a sociedade e o meio ambiente. De acordo com Carvalho, Castro e Mendonça (2021), o desenvolvimento rural não se limita apenas ao aumento da produção agrícola, mas busca uma melhoria abrangente na qualidade de vida das comunidades rurais. Os autores ainda argumentam que o desenvolvimento rural deve integrar aspectos econômicos, sociais e ambientais para promover um crescimento equilibrado e duradouro.

No contexto brasileiro, o conceito de desenvolvimento rural ganhou relevância especial com a implementação de políticas públicas voltadas para a inclusão social e a redução das desigualdades regionais. Segundo Santos Leite (2021), o Programa Nacional de Agricultura Familiar (PRONAF) é um exemplo de política pública que visa fortalecer a agricultura familiar e promover a inclusão dos agricultores no mercado. Silva destaca que programas como o PRONAF desempenham um papel crucial na promoção da segurança alimentar e no fortalecimento da economia.

A literatura sobre desenvolvimento rural aponta a importância da capacitação e do acesso a tecnologias adequadas. Segundo Nascimento, Souza e Santos (2019), a introdução de tecnologias apropriadas e a formação de agricultores são essenciais para melhorar a produtividade e a sustentabilidade das práticas agrícolas. Os autores afirmam que a capacitação técnica e a inovação tecnológica podem contribuir significativamente para o desenvolvimento rural, proporcionando melhores condições de trabalho e aumentando a competitividade dos produtos rurais.

O desenvolvimento rural deve ir além das questões econômicas e tecnológicas, considerando a preservação ambiental e a adoção de práticas agrícolas sustentáveis para proteger os recursos naturais e fortalecer os ecossistemas. Segundo Vasconcelos Serra (2013), a inclusão das comunidades rurais no processo de tomada de decisão é crucial para garantir que as políticas sejam adequadas às necessidades locais. Vasconcelos Serra afirma que a participação ativa dos moradores locais pode aumentar a eficácia das intervenções e promover um maior engajamento nas ações de desenvolvimento.

Outro fator importante é o papel das instituições financeiras e das políticas de crédito rural. Santos Leite (2021) observa que o acesso a crédito é vital para permitir que os produtores rurais invistam em melhorias e expansão de suas atividades. No entanto, Santos Leite também aponta que é necessário garantir condições de crédito favoráveis e acessíveis para os agricultores, a fim de evitar a sua exclusão.

O desenvolvimento rural também exige uma abordagem flexível e adaptativa. Carvalho, Castro e Mendonça (2021) destacam que a flexibilidade e a capacidade de adaptação às mudanças nas condições econômicas, sociais e ambientais são fundamentais para a sustentabilidade a longo prazo. Além disso, a equidade deve ser o princípio orientador no desenvolvimento rural. Iniciativas que busquem reduzir as disparidades entre áreas urbanas e rurais são essenciais para criar um ambiente mais justo e equilibrado.

Introdução de serviços, produtos e formação contínua dos agricultores são essenciais para melhorar a produtividade e a sustentabilidade das práticas agrícolas. No entanto, para que seja feita uma adoção eficaz, os agricultores precisam de acesso a serviços financeiros adequados que lhe permitam realizar os investimentos necessários. Os agricultores que têm acesso a crédito e outros

serviços financeiros são mais propensos a adotar práticas que respeitam os limites ecológicos, uma vez que investir em tecnologias que promovem a sustentabilidade e a resiliência dos ecossistemas rurais.

Sendo assim, o desenvolvimento rural é um campo complexo que envolve múltiplos fatores e requer uma abordagem integrada e multidimensional. A promoção de uma cultura de inovação e a adoção de novas práticas são essenciais para enfrentar os desafios e aproveitar oportunidades no contexto rural, promovendo um desenvolvimento sustentável e inclusivo.

2.3 INCLUSÃO FINANCEIRA NO SETOR RURAL

A inclusão financeira no setor rural é um tema de grande importância para o desenvolvimento econômico e social, especialmente em países com forte presença de atividades agropecuárias, como o Brasil. No Brasil, essa questão adquire ainda mais relevância devido às características do setor rural, marcado por desafios como o acesso limitado a serviços financeiros. Esse contexto tem estimulado debates e a formulação de políticas públicas voltadas à criação de estratégias eficazes que promovam não apenas a inclusão financeira, mas também a capacitação, a inovação e o uso sustentável dos recursos naturais, visando a transformação positiva do setor rural e a melhoria das condições de vida das comunidades que dele dependem.

A inclusão financeira no setor rural refere-se ao processo de garantir que pequenos e médios produtores rurais tenham acesso a serviços financeiros essenciais, como crédito, seguros e investimentos. A inclusão financeira é um pilar fundamental para o crescimento sustentável e a redução da pobreza, especialmente em áreas rurais. No Brasil, onde a agricultura desempenha um papel vital na economia, a promoção da inclusão financeira é uma estratégia crucial para fortalecer a capacidade produtiva e melhorar as condições de vida no campo. O acesso ao crédito é um dos principais desafios enfrentados pelos produtores rurais brasileiros. Conforme aponta a literatura, muitos pequenos agricultores enfrentam dificuldades em obter financiamentos devido à falta de garantias e informações financeiras (Banco Central do Brasil, 2009).

O crédito rural é uma ferramenta essencial para o agronegócio, o autor Araújo (2022) entende que o agronegócio abrange várias funções, incluindo o suprimento

para a produção própria, o beneficiamento, processamento e transformação dos produtos, além de envolver serviços complementares. A inclusão financeira pode ajudar a investir no agronegócio, proporcionando aos produtores os recursos necessários para modernizar suas práticas e aumentar a produtividade.

A educação financeira desempenha um papel crítico na inclusão financeira do setor rural. Segundo Rodrigues, Scarsiotta e Avelino (2023), muitos produtores rurais carecem de conhecimento adequado sobre gestão financeira e planejamento econômico. A falta de habilidades financeiras pode levar a uma má administração dos recursos obtidos por meio de financiamentos, resultando em endividamento e insustentabilidade. Programas de capacitação e orientação financeira são, portanto, indispensáveis para garantir que os produtores saibam como gerenciar adequadamente os recursos e tomar decisões financeiras informadas.

As políticas públicas também desempenham um papel fundamental na promoção da inclusão financeira no setor rural. No Brasil, o governo federal tem implementado diversas iniciativas para apoiar a agricultura familiar e pequenos produtores, como o Programa Nacional de Agricultura Familiar (PRONAF) e linhas de crédito específicas para o setor rural. Essas políticas visam melhorar o acesso ao crédito e reduzir as desigualdades no setor. No entanto, é crucial que essas políticas sejam constantemente avaliadas e ajustadas para atender às necessidades reais dos produtores e enfrentar desafios emergentes.

A tecnologia e a inovação também são fatores importantes na inclusão financeira no setor rural. A digitalização dos serviços financeiros tem o potencial de ampliar o acesso ao crédito e outros serviços financeiros, especialmente em áreas remotas. A utilização de plataformas digitais pode facilitar a inclusão financeira ao oferecer alternativas de acesso mais práticas e eficientes. Freitas (2013) destaca que a inovação tecnológica pode reduzir custos e aumentar a transparência, contribuindo para uma maior inclusão de pequenos produtores no sistema financeiro.

Além disso, a inclusão financeira pode ter um impacto significativo na redução da desigualdade social e econômica no campo. Ao proporcionar acesso a recursos financeiros e informações, é possível promover um desenvolvimento mais equitativo e sustentável. A inclusão financeira não apenas melhora as condições de vida dos produtores, mas também contribui para o crescimento econômico regional e nacional. De acordo com Santos (2020), a inclusão financeira é uma ferramenta

poderosa para promover a justiça econômica e social, especialmente em áreas rurais onde as oportunidades são frequentemente limitadas.

Outro aspecto relevante é a parceria entre o setor público e privado na promoção da inclusão financeira. A colaboração entre instituições financeiras, organizações não governamentais e o governo pode resultar em soluções mais eficazes e abrangentes. Programas de financiamento colaborativo, como por exemplo o Agroamigo do Banco do Nordeste, e parcerias estratégicas podem ajudar a superar as barreiras existentes e ampliar o alcance dos serviços financeiros para os produtores rurais.

O papel das cooperativas de crédito também deve ser destacado na discussão sobre inclusão financeira. Essas instituições podem fornecer serviços financeiros adaptados às necessidades específicas dos produtores rurais, além de promover a solidariedade e a cooperação entre os membros. O trabalho das cooperativas pode ser um modelo eficaz para a inclusão financeira no setor rural, proporcionando acesso a crédito e outros serviços de forma mais personalizada e acessível.

Além disso, é importante considerar o impacto da inclusão financeira na sustentabilidade ambiental. O acesso a recursos financeiros pode permitir que os produtores adotem práticas agrícolas mais sustentáveis e investimentos em tecnologias ecológicas. Segundo Santos (2020), a inclusão financeira pode ajudar a promover uma agricultura mais sustentável e responsável, beneficiando tanto o meio ambiente quanto a produtividade no longo prazo.

Dessa forma, a inclusão financeira no setor rural pode ser vista como um fenômeno complexo que envolve múltiplas dimensões, incluindo acesso ao crédito, educação financeira, inovação tecnológica, políticas públicas e fatores culturais. A promoção da inclusão financeira requer uma abordagem integrada que aborde essas diversas dimensões e desenvolva soluções adaptadas às necessidades específicas dos agricultores rurais. O fortalecimento da inclusão financeira pode contribuir significativamente para o desenvolvimento sustentável do setor rural, melhorando a qualidade de vida e promovendo a resiliência econômica dos agricultores.

3 METODOLOGIA

3.1 CLASSIFICAÇÃO DA PESQUISA

O presente estudo caracteriza-se como uma pesquisa aplicada, que, segundo Prodanov e Freitas (2013), é fundamental por seu enfoque na resolução de problemas práticos e na produção de resultados concretos, ao contrário da pesquisa básica, que visa expandir o conhecimento teórico em um campo específico. Ao contrário da pesquisa básica, que busca expandir o conhecimento em determinado campo, focando na compreensão de conceitos e teorias, a pesquisa aplicada é voltada para a resolução de problemas práticos e para a produção de resultados concretos. Essa abordagem se concentra em questões que têm relevância imediata na sociedade, buscando oferecer soluções que possam ser implementadas no mundo real.

De acordo com Henriques (2017), independente do tipo de pesquisa, um dos fundamentos é a pesquisa bibliográfica. Esse componente é crucial, pois envolve a revisão de literatura existente que se relaciona diretamente com o objetivo da pesquisa em questão. A revisão bibliográfica não apenas expõe a fundamentação teórica da pesquisa, mas também serve para identificar lacunas no conhecimento que podem ser exploradas em estudos futuros.

Ainda foi utilizado nesse trabalho, o método científico indutivo, que se caracteriza pela elaboração de conclusões gerais a partir da análise de um número suficiente de casos particulares observados. O objetivo do estudo foi do tipo descritivo, visando proporcionar uma compreensão profunda e detalhada do problema em questão. Para isso, foi utilizado um procedimento técnico baseado em uma pesquisa de campo, que se insere em uma abordagem quanti-qualitativa, ou seja, mista.

O método de pesquisa de campo é amplamente reconhecido como uma estratégia de pesquisa versátil, que oferece ao pesquisador a oportunidade de explorar questões complexas. Segundo Clemente Jr. (2012) essa abordagem permite que o pesquisador construa seu próprio percurso investigativo, adaptando seu projeto metodológico conforme necessário para atingir os objetivos estabelecidos.

3.2 PROCEDIMENTOS ADOTADOS

Esta pesquisa envolveu uma série de etapas para garantir a obtenção de informações precisas e confiáveis, para isso como instrumento de coleta de dados foi desenvolvido um questionário e submetido ao Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) junto ao Comitê de Ética do Uniesp, sendo assim, aprovado na data de 29/11/2024 sob o parecer nº 85007624.0.0000.5184. O questionário foi aplicado por meio da plataforma do *Google Forms*.

A pesquisa foi realizada com agricultores do estado da Paraíba, selecionados pelos agentes e coordenadores do INEC, entre os dias 13/11/2024 e 19/11/2024. Os mesmos foram sensibilizados pela importância da pesquisa, buscando entender o perfil com questões dissertativas para então tabular outros gráficos. A escolha diversificada das cidades visou compreender de maneira ampla como o programa contribui para a inclusão financeira no estado. A pesquisa se inseriu em uma abordagem quanti-qualitativa, pelo difícil acesso a esses agricultores, onde também, os que foram selecionados não se dispuseram a responder a pesquisa por meio de reuniões pela plataforma do *Google Meet*. A amostra foi por acessibilidade mediante disponibilidade e acesso a estes agricultores, onde nem todos os entrevistados se dispuseram a responder de forma presencial ou por meio da plataforma *Google Meet*.

Para coleta de dados, foi utilizado um questionário estruturado, composto por vinte perguntas elaboradas e divididas em duas partes, a primeira composta por cinco perguntas sobre o perfil dos respondentes sendo uma delas resposta aberta, e a segunda composta por quinze perguntas ligadas ao problema da pesquisa, sendo quatro delas abertas. A pesquisa foi aplicada por meio da plataforma do *Google Forms* sendo compartilhada por meio do link disponibilizado aos agentes de crédito, para que os mesmos, em seus dias de campo, conseguissem apresentar os objetivos da pesquisa para os agricultores selecionados e compartilhar o link aos que se dispuseram a responder o questionário. O programa conta com 123.249 clientes ativos no estado da Paraíba. Dos quarenta e cinco clientes selecionados pelos agentes e coordenadores, apenas dezenove responderam a pesquisa.

4 PESQUISA DE CAMPO: RESULTADOS E DISCUSSÕES

4.1 APLICAÇÃO DE QUESTIONÁRIO

A conexão entre objetivos e a metodologia envolve o desafio de selecionar a ferramenta mais apropriada para a coleta de dados, seja para uma pesquisa quantitativa, qualitativa ou mista. Segundo Miranda (2020), o questionário é uma das ferramentas mais utilizadas para essa finalidade. Por meio dele, é possível obter informações primárias diretamente dos participantes da pesquisa. Um questionário pode ser definido como um conjunto de perguntas, que obedecem uma sequência lógica, sobre variáveis que se deseja medir ou descrever.

Inicialmente, foram feitas perguntas sobre o perfil dos participantes que se dispuseram a responder a pesquisa, explorando suas características pessoais e ligadas a suas atividades rurais. Ao analisar o Infográfico 01, observa-se que a maioria expressiva está na faixa etária de 36 a 55 anos, abrangendo 42,1% dos respondentes. Os demais participantes estão distribuídos nas faixas de 26 a 35 anos, representando 26,3%, mais de 56 anos, representando 21,1% e por fim as faixas etárias até 25 anos, com uma proporção de 10,5%. O questionário foi disponibilizado para pessoas de ambos os sexos, onde a maioria dos participantes são mulheres, totalizando 52,6%, enquanto os homens constituem 47,4%. Não houve menção de outros gêneros.

Logo em seguida foram coletadas informações detalhadas acerca das cidades do estado da Paraíba de onde os agricultores participantes realizam suas atividades rurais. A análise revelou que uma parcela significativa, equivalente a 21,0% dos participantes são da cidade de Logradouro, 15,7% são de Sapé, 10,5% são de Guarabira, Patos e Solânea, e 5,3% são de Cacimba de Dentro, Caiçara, Capim, Mamanguape, Mari e Santa Luzia. Foi perguntado também sobre qual era a sua principal atividade rural, onde a maioria são praticantes de atividades rurais ligadas a Pecuária de lã e de corte, representando 26,2%, uma boa parte dos respondentes também desenvolvem atividades ligadas a Bovinocultura na produção de leite, representando 21,1%, 15,8% dos respondentes praticam atividades rurais ligadas a Horticultura e Caprinocultura, o restante, totalizando 10,5%, desempenham atividades rurais ligadas a Apicultura, e 5,3% são de atividades de Avicultura e Suinocultura.

Por fim, questionou-se a quanto tempo os agricultores são clientes do programa Agroamigo, onde constatou-se que 42,1% dos participantes são clientes entre 1 a 3 anos do programa, 36,8% são clientes entre 4 a 6 anos do programa, 15,8% dos clientes são clientes com mais de 6 anos e 5,3% dos respondentes são

clientes a menos de 1 ano do programa, conforme os dados apresentados no Infográfico 01.



Infográfico 01 – Perfil dos respondentes
Fonte: Dados de pesquisa (2024)

4.2 PERCEPÇÃO DOS AGRICULTORES PARAIBANOS SOBRE O ASSUNTO

Na segunda parte do questionário foram feitas perguntas específicas sobre o assunto, visando responder os objetivos deste trabalho. Nesta seção, são demonstrados os resultados e análises das afirmações. Ao observar o Gráfico 01, constata-se que todos os respondentes avaliam o atendimento recebido pelos profissionais do Agroamigo como “bom” e “excelente”, com 68,4% e 31,6%, respectivamente, enquanto nenhum dos entrevistados responderam as opções “regular” ou “ruim”.

19 respostas

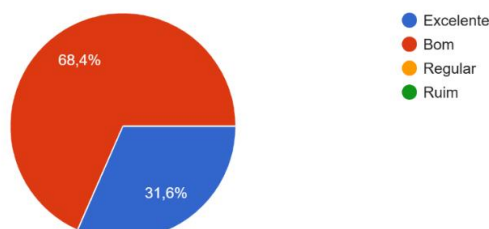


Gráfico 01 – Avaliação do atendimento recebido pelos profissionais do Agroamigo
Fonte: Dados da pesquisa (2024)

Tal visão é entendida como uma percepção positiva dos agricultores a respeito do atendimento dos profissionais do Agroamigo, ainda deixando claro que é

essencial para a comunicação assertiva desses profissionais com os agricultores para o exercício do programa.

Conforme apresentado no Gráfico 02, nota-se que a maior parte dos respondentes acreditam que o crédito rural é o serviço mais útil do programa Agroamigo, sendo 89,5%, enquanto 10,5% dos agricultores acreditam que a orientação técnica é o serviço mais útil do programa.

Com isso, verifica-se que a maior parte enxerga o programa apenas como um fornecedor de crédito rural ligado à sua necessidade, esquecendo que o programa conta com uma rede de serviços disponíveis para apoiar suas atividades desde o início de seu negócio, até a expansão do mesmo. Isso vai de encontro com o que o site do Banco do Nordeste (2024) visa promover de orientações em todo o processo.

19 respostas

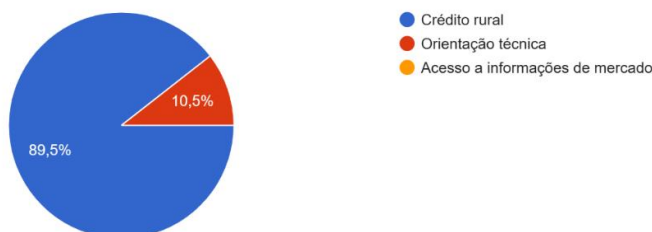


Gráfico 02 – Serviços considerados mais úteis na ótica dos respondentes
Fonte: Dados da pesquisa (2024)

Ao perguntar se os agricultores participam das capacitações e/ou treinamentos oferecidos pelo programa Agroamigo, observou-se que 42,1% participam ocasionalmente das capacitações, 31,6% participam regularmente e 26,3% não participam, mas demonstram interesse em participar.

Com base nas informações coletadas, observa-se que, embora os agricultores identifiquem o crédito rural como o serviço mais relevante do programa, uma parcela considerável dos participantes relatou envolvimento nas capacitações e treinamentos promovidos pelo programa. Esses treinamentos são fundamentais para o desenvolvimento dos agricultores, proporcionando conhecimentos e ferramentas úteis (BANCO DO NORDESTE, 2024). Assim, o programa visa assegurar não apenas o acesso ao crédito, mas também capacitar os agricultores a utilizá-lo de forma eficaz, potencializando seus ganhos e promovendo a sustentabilidade de suas atividades.

19 respostas

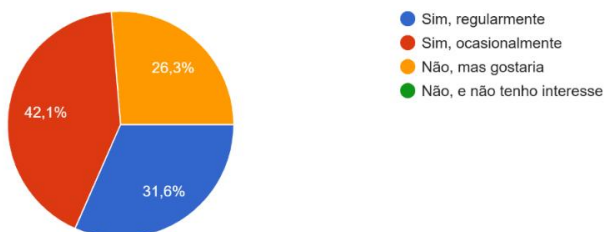


Gráfico 03 – Participação em capacitações e treinamentos oferecidos pelo programa
Fonte: Dados da pesquisa (2024)

De acordo com a representação no Gráfico 04, observou-se que 52,6% dos agricultores tem fácil acesso a assistência oferecida pelo programa Agroamigo regularmente, 42,1% tem fácil acesso a assistência oferecida pelo programa esporadicamente e 5,3% dos agricultores não tem fácil acesso a assistência oferecida pelo programa, mas que gostaria de ter.

Nota-se que, mesmo com unidades espalhadas pela Paraíba, o programa Agroamigo ainda não consegue chegar com facilidade à algumas regiões específicas no grande sertão, deixando o contato e acesso de alguns clientes difícil.

19 respostas

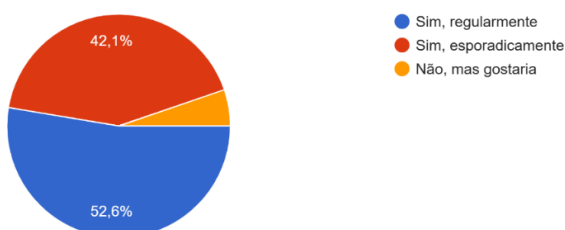


Gráfico 04 – Acesso a assistência oferecida pelo programa
Fonte: Dados da pesquisa (2024)

Analisando o questionamento apresentado no Gráfico 05, verificou-se que 73,7% dos agricultores respondentes afirmam que preferem interagir com o Agroamigo através do agente de microcrédito rural, enquanto 26,3% dos agricultores preferem interagir com o Agroamigo diretamente no banco. Nenhum dos respondentes informaram que preferem interagir pelos meios de comunicação de e-mail ou telefone.

Isso evidencia a relevância do agente de microcrédito rural no programa Agroamigo, atuando como o principal elo entre o agricultor e o Banco do Nordeste (ABROMOVAY, 2012). Esse profissional facilita o acesso dos agricultores aos recursos financeiros de maneira simplificada e ainda oferece orientações sobre o uso prático e eficiente desses recursos.

19 respostas

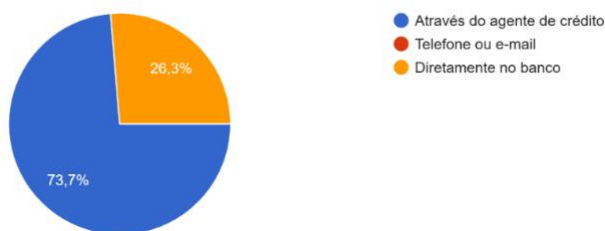


Gráfico 05 – Canais de comunicação que costumam interagir com o Agroamigo
Fonte: Dados da pesquisa (2024)

O gráfico 06 demonstra a percepção de segurança em utilizar dos serviços oferecidos pelo programa Agroamigo, onde 73,7% dos respondentes se sentem seguros e 26,3% se sentem muito seguros com a utilização dos serviços do programa Agroamigo, ressaltando também que nenhum dos respondentes se sentiu de forma indiferente.

Dessa maneira, nota-se que grande parte dos clientes atendidos pelo programa se sentem seguros em utilizar dos serviços oferecidos pelo programa, desde seu atendimento até a aplicação do serviço e acompanhamento.

19 respostas

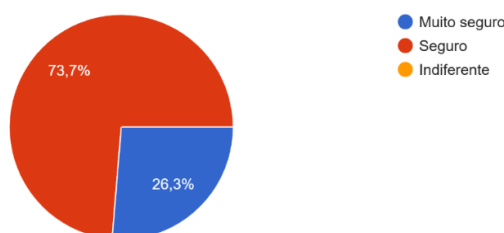


Gráfico 06 – Percepção de segurança em utilizar os serviços do Agroamigo
Fonte: Dados da pesquisa (2024)

Com relação ao questionamento apresentado no Gráfico 07, observou-se que 84,2% dos agricultores respondentes não tiveram dificuldades em obter o crédito rural no programa e 15,8% dos respondentes afirmaram que já tiveram dificuldades em obter o crédito.

Como toda instituição financeira o Banco do Nordeste tem de seguir normativos para prosseguir com uma contratação para efetivação do crédito do Agroamigo, seja para contratações quaisquer das operações, sendo elas, Agroamigo Crescer ou Agroamigo Mais (Machado, Barbosa e Silva, 2023), com isso, as exigências e documentos solicitados, torna o processo um pouco mais demorado, fazendo com que os clientes tenham dificuldades para concessão do crédito rural.

19 respostas

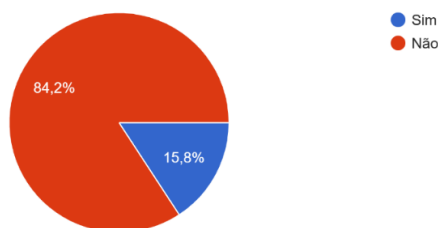


Gráfico 07 – Dificuldades na obtenção do crédito rural no programa
Fonte: Dados da pesquisa (2024)

Conforme exposto no Gráfico 08, os agricultores entrevistados afirmam que sua produtividade teve um bom aumento desde que começou a usar os serviços do programa Agroamigo, totalizando 89,5% das respostas, enquanto 10,5% dos respondentes afirmam que sua produtividade teve um aumento significativo, desde que começaram a usar dos serviços do programa.

Diante das respostas dos agricultores, nota-se que com o auxílio dos serviços ofertados pelo programa Agroamigo que conta com uma ampla inclusão financeira nas áreas rurais, os produtores rurais vêm ampliando suas produtividades em suas comunidades, fazendo com que o número de clientes prospectados pelo programa cresça ainda mais.

19 respostas

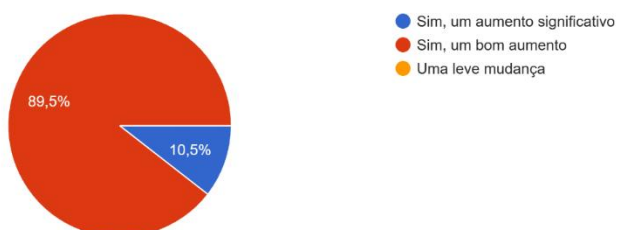


Gráfico 08 – Percepção de mudanças na produtividade ao utilizar serviços do Agroamigo
Fonte: Dados da pesquisa (2024)

No Gráfico 09, foi apresentado um questionamento onde 94,7% dos agricultores respondentes consideram que os serviços financeiros oferecidos pelo programa Agroamigo atendem as suas necessidades financeiras, enquanto 5,3% dos respondentes responderam que os serviços oferecidos pelo programa atendem parcialmente as suas necessidades financeiras.

Diante das respostas dos agricultores entrevistados, nota-se que grande parte acredita que o programa vem atendendo as necessidades específicas da população rural com os serviços ofertados pelo programa, aumentando a sua visibilidade em cidades vizinhas.

19 respostas

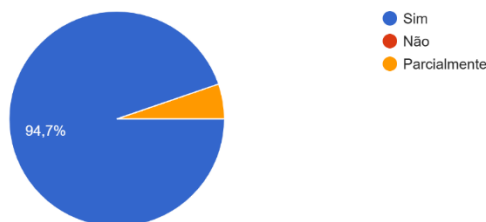


Gráfico 09 – Percepção do atendimento das necessidades financeiras via utilização dos serviços financeiros oferecidos pelo programa

Fonte: Dados da pesquisa (2024)

No gráfico 10, se é questionado se os agricultores acreditam que a inclusão financeira pode impactar positivamente a sua atividade rural. Observa-se que 94,7% dos agricultores entrevistados acreditam que sim e 5,3% dos agricultores acreditam que talvez.

Assim, pode-se observar que muitos agricultores reconhecem os benefícios que a inclusão financeira traz para suas atividades, ao facilitar o acesso a serviços financeiros ajustados às suas demandas. Essa acessibilidade reforça a renda dos produtores, viabilizando investimentos em melhorias e incentivando práticas agrícolas mais sustentáveis. Paralelamente, a inclusão financeira promove o comércio local e dinamiza as economias regionais, gerando um ciclo contínuo de crescimento e progresso (SANTOS, 2020). Além disso, ela desempenha um papel crucial na diminuição das desigualdades, ao oferecer condições mais justas para que pequenos agricultores possam aumentar sua produtividade e expandir seus empreendimentos. Dessa maneira, a inclusão financeira não apenas favorece os agricultores individualmente, mas também tem um impacto significativo no desenvolvimento rural e na elevação da qualidade de vida nas comunidades agrícolas, construindo um futuro mais promissor e sustentável para todos.

19 respostas

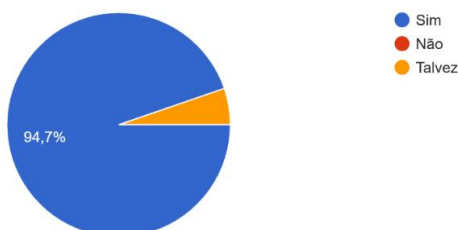


Gráfico 10 – Percepção de como a inclusão financeira pode impactar na atividade rural

Fonte: Dados da pesquisa (2024)

Para concluir o questionário, a pesquisa foi estruturada com cinco questões discursivas que tiveram como objetivo investigar o impacto do programa Agroamigo,

seus benefícios, os desafios e as dificuldades enfrentadas pelos agricultores, além de captar a visão desses produtores sobre o futuro do programa. A fim de organizar as respostas de maneira clara e acessível, foi elaborada uma tabela para cada pergunta, com uma identificação sequencial, variando de A1 a S19, para cada um dos agricultores participantes da pesquisa. A primeira questão, foi voltada para explorar a percepção dos agricultores sobre como o programa Agroamigo tem impactado suas regiões e as atividades rurais por eles desenvolvidas, procurando compreender as razões pelas quais esses produtores acreditam que o programa tem gerado um impacto positivo nas áreas em que atuam e suas comunidades locais.

AGRICULTOR	OPINIÃO
A1	<i>"Muito positivo, pois nos auxilia não só com o crédito, mas também com orientações para que nosso negócio cresça."</i>
B2	<i>"Muito bom. Ajuda a ter dinheiro para nossas plantações"</i>
C3, H8, I9	<i>"Muito positivo. Agrega muito valor as atividades da comunidade"</i>
D4	<i>"Bom, porque nos dão crédito e prazo para pagar"</i>
E5	<i>"Acesso ao crédito rural porque com dinheiro do Agroamigo podemos investir e pagar com um longo prazo"</i>
F6, M13, N14, Q17, R18	<i>"Muito bom" ou "Muito positivo"</i>
G7	<i>"Muito bom. Por que tem boas opções de crédito"</i>
J10, L12, S19	<i>"Muito bom. Ajuda as pessoas com o que elas precisam"</i>
K11	<i>"Muito positivo. Oferece orientações para utilizarmos o crédito da melhor forma"</i>
O15	<i>"Muito positivo, pois tem ajudado bastante com nossas atividades no campo"</i>
P16	<i>"Muito positivo, ele apoia os agricultores da cidade com suas atividades"</i>

Tabela 01 – Impacto do programa na região e na atividade rural dos agricultores
Fonte: Dados da pesquisa (2024)

Diante disso, percebe-se que o impacto do programa Agroamigo vem sendo positivo na percepção dos agricultores entrevistados, facilitando o acesso a crédito, gerando emprego e renda, reduzindo a pobreza e promovendo a inclusão financeira. Além disso, o programa fortalece a agricultura familiar local, melhorando a qualidade de vida dos agricultores e impulsionando o desenvolvimento econômico (CARVALHO; CASTRO; MENDONÇA, 2021). O programa vem sendo fundamental para promover a inclusão financeira e o desenvolvimento no meio rural, reduzindo desigualdades e fortalecendo a agricultura como um pilar estratégico da economia, gerando muitos benefícios. Isso corrobora com o que consta no site do Banco do Nordeste (2024), no que diz respeito a promessa de entrega e geração de benefícios para agricultores. A tabela 02 demonstra a opinião dos agricultores de como o

programa vem os beneficiando e quais são os benefícios percebidos por estes agricultores.

AGRICULTOR	OPINIÃO
A1, C3	"Com facilidade para pagamento dos valores. Crédito acessível"
B2	"Com o valor que recebi consegui crescer minhas plantações e colheita para venda."
D4, F6, G7	"Na forma de pagamento flexível"
E5, H8, I9	"Com o dinheiro. Pode pagar depois de um ano"
J10, M13, R18	"Com o dinheiro que estava precisando, o programa vem ajudando bastante a nossa cidade"
K11	"Com o crédito primeiramente e com orientação de como utilizar o dinheiro para minha atividade. Orientações e pagamentos flexíveis"
L12	"Com o crédito e o acompanhamento para que eu possa crescer com meu negócio."
N14, Q17, S19	"Com crédito"
O15	"Com o crédito. Eles deixam pagar as parcelas depois de um ano"
P16	"Com o crédito para as atividades do meu pai e com orientações para que eu conseguisse utilizar o valor de forma que o negócio do meu pai crescesse. O maior benefício é a forma de pagamento, onde eles têm um prazo de um ano para pagar a primeira parcela."

Tabela 02 – Benefícios do programa na ótica dos respondentes.

Fonte: Dados da pesquisa (2024)

Na Tabela 02, observa-se que os agricultores destacam o crédito rural como o principal benefício do programa Agroamigo, mencionando as condições de pagamento flexíveis e as orientações técnicas oferecidas. O programa também facilita investimentos em produção o que aumenta a produtividade, diversifica as atividades e gera renda, melhorando a qualidade de vida dos agricultores.

Percebe-se assim, que o Agroamigo é uma iniciativa essencial para os agricultores familiares (BANCO DO NORDESTE, 2024) e que impacta pessoas em situação muitas vezes de vulnerabilidade social (INEC, 2024), oferecendo acesso a crédito com condições facilitadas, permitindo melhorias na produção e no aumento da produtividade. Isso traz impactos positivos para a qualidade de vida e o desenvolvimento regional, além de fortalecer a agricultura sustentável (MACIEL, 2009; PEREIRA NETO, 2012) e a inclusão financeira. O terceiro questionamento avalia se os agricultores recomendariam o programa a outros da região e os motivos para isso.

AGRICULTOR	OPINIÃO
A1	"Sim, pois é uma forma conseguir dinheiro para investir na sua atividade rural."
B2	"Sim, programa muito bom."
C3	"Com certeza. Pela facilidade que o programa oferece em obter dinheiro."
D4	"Sim, porque nos dá prazo pra pagar."

E5	<i>"Sim porque podemos iniciar uma parceria com o banco e obter lucro."</i>
F6, G7	<i>"Sim, porque me beneficiou."</i>
H8	<i>"Sim. Bons benefícios."</i>
I9	<i>"Sim. Pois ajuda dependendo de nossas necessidades"</i>
J10, N14	<i>"Sim, porque ajuda muito"</i>
K11, O15, Q17	<i>"Sim. Pois, ajuda com o que você precisa."</i>
L12	<i>"Sim, pois você pode investir na sua atividade para trabalhar com o que ama"</i>
M13, R18	<i>"Sim"</i>
P16	<i>"Com certeza, por que te ajuda a expandir seu negócio para que gere lucro"</i>
S19	<i>"Sim, pois você pode investir no seu negócio"</i>

Tabela 03 – Verificação da existência de recomendação e motivos para recomendação
Fonte: Dados da pesquisa (2024)

Conforme apresentado na Tabela 03, nota-se que os agricultores recomendariam o programa Agroamigo a outros agricultores de sua região, mencionado que além de ser um programa que os beneficia, também ajuda com necessidades específicas, dependendo da atividade a ser executada com o suporte do programa, gerando lucros futuros.

O programa ainda tem um extenso percurso pela frente, especialmente no que se refere à ampliação de suas unidades para alcançar um número maior de agricultores, com foco especial naqueles que enfrentam dificuldades para acessar agências físicas em áreas mais isoladas. Além disso, é essencial tornar o processo de solicitação de crédito mais acessível e menos burocrático, eliminando obstáculos como a falta de informações claras, requisitos documentais complicados e longos prazos de análise (PEREIRA NETO, 2012). O próximo questionamento busca investigar como os agricultores percebem os desafios que enfrentam e as dificuldades práticas vividas ao tentar acessar o crédito rural oferecido pelo programa, oferecendo subsídios valiosos para futuras melhorias.

AGRICULTOR	OPINIÃO
A1, B2, C3, F6, G7, H8, K11, N14, O15, Q17, R18, S19	<i>"Nenhum"</i>
D4	<i>"Porque é exigido muitos documentos"</i>
E5	<i>"São exigidos muitos documentos"</i>
I9	<i>"Demorou muito por conta da burocracia com as documentações"</i>
J10, M13	<i>"Precisa de muitos documentos"</i>
L12	<i>"Nenhuma, pois as informações são passadas de forma clara"</i>
P16	<i>"Foi um processo muito burocrático, pelas documentações que precisei ter para conseguir o crédito, minha pouca idade também não colaborou muito, mas no fim eu conseguir."</i>

Tabela 04 – Maiores dificuldades ou desafios para obter crédito no programa.

Fonte: Dados da pesquisa (2024)

De acordo com os dados apresentados na Tabela 04, percebe-se que a maior dificuldade em obter o crédito pelo programa na percepção dos agricultores é a burocratização com os documentos que são solicitados, mas percebe-se também que muitos não apresentaram dificuldades em obter o crédito. O banco por sua vez, precisa dessas informações para que possa liberar o crédito para o cliente sem que haja complicações futuras para ambas as partes, pois o programa oferece condições de pagamentos flexíveis para os agricultores e ainda assim tem que lidar com a falta de garantia vindo desses clientes, além disso, os riscos climáticos que afetam a capacidade de pagamento dos empréstimos (BANCO DO NORDESTE, 2024).

Para concluir a pesquisa, foi elaborado um questionamento direcionado aos agricultores, buscando compreender suas expectativas em relação ao programa Agroamigo no futuro. O objetivo foi identificar quais melhorias ou mudanças eles esperam que sejam implementadas para que o programa possa atender de forma ainda mais eficaz às suas necessidades. Além disso, os agricultores tiveram a oportunidade de apresentar sugestões específicas para o avanço do programa, considerando tanto as particularidades de suas regiões quanto as demandas específicas de suas atividades rurais. Essa abordagem buscou coletar percepções detalhadas sobre possíveis adaptações e inovações que possam contribuir para a melhoria do programa, bem como para o fortalecimento do desenvolvimento rural e da inclusão financeira.

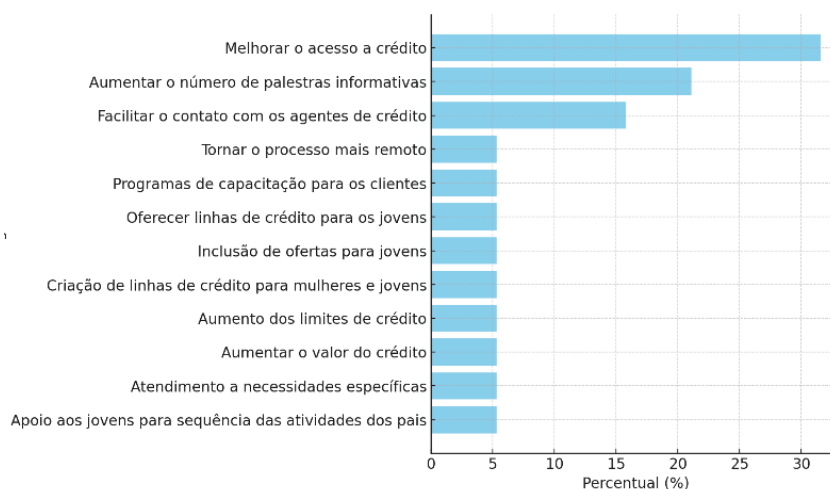


Gráfico 11 – Expectativas em relação ao programa Agroamigo para o futuro.

Fonte: Dados da pesquisa (2024)

As sugestões dos clientes sobre o Programa Agroamigo destacam a importância de simplificar o acesso ao crédito, ampliando os limites oferecidos para aumentar a capacidade de investimento dos agricultores. Também foi ressaltada a necessidade de um atendimento personalizado, especialmente para grupos como mulheres e jovens, além de iniciativas educacionais que melhorem a compreensão sobre as opções de crédito e práticas de gestão financeira. A promoção da sucessão no campo, com foco nos jovens agricultores, e a modernização do programa, com desburocratização e uso de ferramentas digitais para facilitar o processo, também foram mencionadas. Essas melhorias podem aumentar a eficácia do programa, contribuindo para a inclusão financeira e o desenvolvimento no setor rural.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Programa Agroamigo tem se consolidado como um mecanismo essencial para promover a inclusão financeira dos pequenos agricultores rurais no estado da Paraíba. A partir das percepções dos agricultores participantes, foi possível constatar que o programa desempenha um papel fundamental na ampliação do acesso a serviços financeiros, ao mesmo tempo em que impulsiona melhorias socioeconômicas significativas para os beneficiários nas comunidades rurais. Dessa forma, o programa Agroamigo responde adequadamente à questão central deste estudo, que investiga de que maneira ele beneficia a população rural paraibana, uma vez que, tem proporcionado um impacto positivo nas suas respectivas condições de vida e de trabalho.

Em relação aos objetivos específicos desta pesquisa, diversos achados revelaram-se relevantes. Primeiramente, os agricultores apontaram uma série de benefícios decorrentes da participação no programa, destacando a oferta de crédito acessível, o suporte técnico contínuo e a capacitação proporcionada pelos agentes de microcrédito rural. Esses fatores são cruciais para fortalecer as práticas agrícolas, melhorar a gestão financeira dos agricultores e promover a integração econômica e social das comunidades atendidas. O acesso ao crédito, especialmente nas condições facilitadas oferecidas pelo Agroamigo, possibilitou aos agricultores investimentos em suas propriedades, estimulando a adoção de tecnologias mais modernas e eficientes, o que, por sua vez, tem contribuído para o aumento da

produtividade e da sustentabilidade agrícola. A inclusão financeira promovida pelo programa está diretamente associada à melhoria da qualidade de vida dos beneficiários, à redução das desigualdades sociais e ao fortalecimento da agricultura familiar no estado da Paraíba.

Contudo, a análise também revelou algumas dificuldades e desafios na utilização dos serviços oferecidos pelo programa, que merecem atenção para aprimorar os resultados obtidos. Entre os principais obstáculos identificados estão a burocracia excessiva no acesso ao crédito, a limitação nos valores disponibilizados, e a necessidade de um atendimento mais personalizado, especialmente para grupos específicos, como mulheres e jovens agricultores. Esses desafios indicam que, apesar do avanço significativo, o programa ainda carece de ajustes para atender de forma mais eficaz as diferentes demandas e realidades locais. Além disso, observou-se uma lacuna na oferta de iniciativas educacionais que poderiam capacitar os agricultores para o uso mais eficiente dos recursos financeiros, o que seria fundamental para a maximização dos resultados alcançados pelo crédito recebido, para uma melhor equidade e sustentabilidade no setor agrícola.

No que tange à relação entre inclusão financeira e as ações propostas pelo Agroamigo, a pesquisa evidenciou a importância da abordagem integrada do programa. A combinação de crédito com educação financeira e suporte técnico se mostrou essencial para a promoção de um desenvolvimento rural sustentável. Ao invés de apenas oferecer recursos financeiros, o Agroamigo proporciona uma série de ferramentas que capacitam os agricultores a gerir melhor seus negócios e a adotar práticas agrícolas mais inovadoras, com destaque para a sucessão rural. Esse modelo integrado de atuação tem se mostrado fundamental para garantir a continuidade das atividades no campo, criando condições favoráveis à permanência das futuras gerações no meio rural.

A partir da análise dos dados coletados, é possível concluir que o Agroamigo não se limita a atender às necessidades básicas de financiamento dos agricultores, mas atua como um catalisador de transformações estruturais nas comunidades rurais da Paraíba. A inclusão financeira promovida pelo programa está diretamente associada à melhoria da qualidade de vida dos beneficiários, à redução das desigualdades sociais e ao fortalecimento da agricultura familiar, que, por sua vez, representa um pilar essencial para o desenvolvimento econômico e social do estado.

Portanto, o Programa Agroamigo vai além de simplesmente responder à problemática da exclusão financeira no meio rural. Ao proporcionar um conjunto de soluções financeiras e educacionais adaptadas às necessidades dos pequenos agricultores, o Agroamigo se configura como uma ferramenta estratégica para o fortalecimento da agricultura familiar e o desenvolvimento sustentável das comunidades rurais no estado da Paraíba.

A presente pesquisa apresenta algumas limitações que devem ser consideradas e orientam sugestões para estudos futuros. Entre as limitações tem-se que a amostra, pode não refletir integralmente a diversidade do público-alvo, especialmente de grupos específicos como mulheres e jovens agricultores. Pesquisas futuras podem realizar estudos longitudinais, e aplicar análises quantitativas para mensurar os impactos econômicos e sociais do programa, bem como, pesquisas qualitativas, via análise de conteúdo, com uso de roteiro de entrevistas, caso os entrevistados demonstrem interesse e disponibilidade para suas realizações.

REFERÊNCIAS

ABROMOVAY, Ricardo. **Alcance e Limites das Finanças de Proximidade no Combate à Inadimplência**: o caso do Agroamigo. Fortaleza; Banco do Nordeste do Brasil, 2012.

ARAÚJO, Massilon J. **Fundamentos de Agronegócios**. 6º ed. Barueri: Atlas, 2022.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Perspectivas e Desafios para Inclusão Financeira no Brasil**: visão de diferentes autores, 2009. Disponível em: https://www.bcb.gov.br/Nor/Deorf/projincfin/livro_inclusao_financeira_internet.pdf. Acesso em: 16 set. 2024.

BANCO DO NORDESTE. **Programa Agroamigo**. 2023. Disponível em: <https://www.bnb.gov.br/agroamigo/sobre>. Acesso em: 16 set. 2024.

CARVALHO, André Cutrim; CASTRO, Auristela Correa; MENDONÇA, Moisés de Souza. **Desenvolvimento Rural Sustentável**: pesquisas emergentes no contexto da Agricultura e Agroindústria. São Paulo; Editora Científica Digital, 2021.

CLEMENTE JR, Sérgio do Santos. Estudo de Caso x Casos para Estudo: esclarecimentos acerca de suas características. Anais do VII **Seminário de Pesquisa em Turismo do Mercosul**, Caxias do Sul, 2012.

COSTA, Edward Martins; ARAUJO, Jair Andrade de; IPOLITO, Antonio Leudiane Mariano. Análise do Agroamigo Sobre a Receita Agropecuária dos Agricultores

Familiares na Área de Atuação do BNB. **Revista Econômica do Nordeste**, v. 54, suplemento especial, julho, 2023 – Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2023. Disponível em: <https://www.bnb.gov.br/revista/ren/issue/view/136/193>.

CUNHA JUNIOR, José Maria da; OLIVEIRA, Alysson Inácio de; VALENTE JUNIOR, Airton Saboya; VIANA, Luiz Fernando Gonçalves. **Impactos do Programa Agroamigo no desenvolvimento econômico municipal**. Artigos ETENE, Ano 3, No. 2, p. 3-19, Junho 2022. Disponível em: https://www.bnb.gov.br/s482-dspace/bitstream/123456789/1335/3/2022_AET_2.pdf. Acesso em: 17 set. 2024.

FREITAS, Alair Ferreira de. Organizações de Microfinanças: Inovações e Desafios para a Inclusão Financeira. **Revista de Administração da UFSM**, Santa Maria, v. 6, n. 1, p. 39-54, Março de 2013. Disponível em: https://periodicos.ufsm.br/reaufsm/user/setLocale/pt_BR?source=%2Freaufsm%2Farticle%2Fview%2F3826%2Fpdf. Acesso em: 17 set. 2024.

HENRIQUES, Antonio. **Metodologia científica na pesquisa jurídica**. – 9. Ed., rev. e reform. – São Paulo: Atlas, 2017.

INEC. **Instituto Nordeste Cidadania**. 2024. Disponível em: <https://inec.org.br/quem-somos/>. Acesso em: 16 set. 2024.

MACIEL, Hariane Matos; KHAN, Ahmad Saeed; MAYORGA, Ruben Dario; ALENCAR JUNIOR, José Sydrião. **O Impacto do Programa de Microcrédito Rural (Agroamigo) na Melhoria das Condições das Famílias Beneficiadas no Estado do Ceará: um Estudo de Caso**. Fortaleza; Editora Banco do Nordeste do Brasil, 2012.

MACIEL, I. S. R. **Avaliação da metodologia do Agroamigo em Caucaia – CE**. Fortaleza: Editora Banco do Nordeste do Brasil, 2009.

MACHADO, Luiz Sergio Farias; BARBOSA, Cristiane Garcia; SILVA, Alisson Ribeiro. Agroamigo 18 anos: Inclusão e Sustentabilidade no Campo por meio do Maior Programa de Microfinança Rural do Brasil. **Revista Econômica do Nordeste**, v. 54, suplemento especial, julho, 2023 – Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2023. Disponível em: <https://www.bnb.gov.br/revista/ren/issue/view/136/193>.

MARS, Neil. A Educação na Comunidade: **Como Criar Projetos de Desenvolvimento Comunitário para a Inclusão Social**. Kindle, 2016.

MIRANDA, Gilberto José. **Elaboração e aplicação de questionários**. In: NOVA, Silvia Pereira de Castro Casa et al (org.). Trabalho de Conclusão de Curso: uma abordagem leve, divertida e prática. São Paulo: Saraiva Educação, 2020. p. 216-229.

NASCIMENTO, Ayrton Matheus da Silva; SOUZA, Iris Barbosa de; SANTOS, Regiane Ribeiro dos. **Ciência, Tecnologia e Inovação: do campo à mesa**, volume 1. Recife; Editora Instituto IDV, 2019.

NOGUEIRA, M. C. C. O BNB: **Banco do Nordeste do Brasil S/A e sua importância para a Região Nordeste**. Fortaleza: Editora Banco do Nordeste do Brasil, 1997.

PAES DE BARROS, Ricardo. **Desigualdade e Pobreza no Brasil**. Brasília; IPEA, 2000.

PEREIRA NETO, Antônio. BNB - **Agroamigo: Uma Bem-Sucedida Política Pública de Combate à Pobreza no Meio Rural do Nordeste do Brasil**. Fortaleza; Editora Banco do Nordeste do Brasil, 2012.

PRODANOV, C. C; FREITAS, E. C. **Metodologia do trabalho Científico: Métodos e técnicas da pesquisa do trabalho acadêmico**. Universidade FEEVALE, 2 edição, Rio Grande do Sul, 2013.

ROCHA, Sandra Mara Santana. **Políticas Públicas, Gestão Social e Inclusão Produtiva em Territórios Rurais**. São Paulo: Paco Editora, 2018.

RODRIGUES, Marcio Fabricio Barbosa; SCARSIOTTA, Silvio Mandarano; AVELINO, Cleide Henrique. A importância da gestão financeira para a agricultura familiar, 2023. **Revista Econômica do Nordeste**, v. 54, suplemento especial, julho, 2023 – Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2023. Disponível em: <https://www.bnb.gov.br/revista/ren/issue/view/136/193>. Acesso em: 19 set. 2024.

SANTOS, Clodoaldo Barbosa dos. **Inclusão Financeira e Desenvolvimento Econômico: Uma Análise Sob o Contexto Brasileiro**. São Paulo; Editora FGV, 2020.

SANTOS LEITE, Maria Laís dos. **Políticas Públicas, Agricultura Familiar e Sustentabilidade**. Foz do Iguaçu; CLAECE e-Books, 2021.

SILVA, Carolina Braz de Castilho; MELO, Maria Renata Bezerra. Agroamigo: Promovendo Sustentabilidade e Conectividade nas Áreas Rurais, 2023. **Revista Econômica do Nordeste**, v. 54, suplemento especial, julho, 2023 – Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2023. Disponível em: <https://www.bnb.gov.br/revista/ren/issue/view/136/193>. Acesso em: 19 set. 2024.

SILVA, Vanessa Camila da. **Impactos do Microcrédito no Desenvolvimento Rural. Programa de Pós-Graduação em Administração e Desenvolvimento Rural**, Recife, Outubro de 2019.

SOUSA, Leiliana Santos. **Saberes e Práticas: Educação e Desenvolvimento Regional**. Curitiba: Editora CRV, 2020.

VASCONCELOS SERRA, Inês Domingues. **Desenvolvimento Rural Sustentável: uma perspectiva participada**, 2013.

VILPOUX, Oliver François. **Sustentabilidade e agricultura familiar**. Curitiba: CRV, 2020

O PAPEL DA DUE DILIGENCE EM FUSÕES E AQUISIÇÕES: DESAFIOS E MELHORES PRÁTICAS.

Igor Fernandes Sousa³⁵
Rafael Batista Pereira de Oliveira⁶

RESUMO

Este estudo teve como objetivo compreender o papel estratégico da *due diligence* em processos de Fusões e Aquisições (F&A) e como sua prática pode mitigar riscos e aumentar a taxa de sucesso dessas operações. Por meio de uma revisão narrativa da literatura, com abordagem qualitativa e natureza descritiva, foram analisados estudos e publicações que abordam aspectos financeiros, legais, culturais e estratégicos relacionados à *due diligence*. Os resultados demonstraram que a *due diligence* é indispensável para avaliar oportunidades e identificar riscos, promovendo decisões informadas e estratégicas. Esse procedimento abrange não apenas análises financeiras e operacionais, mas também aspectos intangíveis, como cultura organizacional e alinhamento estratégico entre as partes. Conclui-se que a *due diligence* transcende a análise documental, sendo uma ferramenta multifacetada e essencial para organizações que buscam crescimento inorgânico e mitigação de riscos. Sua aplicação eficaz assegura a conformidade regulatória, fortalece a competitividade e contribui para a otimização dos resultados das operações de F&A.

Palavras-chaves: Fusões e Aquisições; *Due Diligence*; Auditoria.

ABSTRACT:

This study aimed to understand the strategic role of due diligence in Mergers and Acquisitions (M&A) processes and how its practice can mitigate risks and increase the success rate of these operations. Through a narrative literature review with a qualitative approach and descriptive nature, studies and publications addressing financial, legal, cultural, and strategic aspects related to due diligence were analyzed. The results demonstrated that due diligence is essential for evaluating opportunities and identifying risks, promoting informed and strategic decisions. This procedure encompasses not only financial and operational analyses but also intangible aspects, such as organizational culture and strategic alignment between the parties. It is concluded that due diligence goes beyond document analysis, being a multifaceted and essential tool for organizations seeking inorganic growth and risk mitigation. Its effective application ensures regulatory compliance, strengthens competitiveness, and contributes to optimizing the results of M&A operations.

KEY WORDS: Mergers and Acquisitions; Due Diligence; Audit.

^{3 5} Graduando do Curso de Ciências Contábeis. E-mail: igorfernandes@icloud.com

⁶ Professor Orientador, MBA em Auditoria, Perícia e Arbitragem pela ENP, MBA em Finanças pelo IBMEC, docente do curso de Ciências Contábeis pelo UNIESP. E-mail: rafaelbpoliveira@hotmail.com. Currículo lattes: <http://lattes.cnpq.br/6902576504682093>

1 INTRODUÇÃO

No cenário econômico atual, em que as empresas, em um mercado cada vez mais dinâmico e globalizado, buscam meios para aumentar a competitividade, o crescimento e a diversificação, o processo de Fusões e Aquisições (F&A) tem se consolidado como uma estratégia fundamental para as empresas que almejam expandir suas operações e diversificar seu portfólio. A efetividade dessas transações, no entanto, depende significativamente da capacidade de avaliar com precisão tanto as oportunidades quanto os riscos associados. De acordo com Botrel (2017), os negócios de Fusões e Aquisições instrumentalizam o crescimento inorgânico. Essas operações, em linhas gerais, facilitam o acesso a novos mercados e atividades, possibilitam o aumento de poder de mercado, e têm potencial de permitir ganhos de eficiência financeira com a exploração de sinergias de custos e complementaridades. Nesse sentido, a *due diligence* se torna uma ferramenta essencial para a mitigação de riscos e para a tomada de decisões fundamentadas durante a negociação e a execução das operações de Fusões e Aquisições.

Botrel (2017) conceitua a *due diligence* sendo um procedimento de auditoria que tem por principais objetivos, obter a melhor compreensão possível do negócio a ser adquirido; aumentar a possibilidade de uma escolha acertada; possibilitar ajuste nos preços e realizar uma avaliação dos riscos da operação e do negócio. Sua importância é imprescindível pois possibilita aos investidores e gestores identificar e avaliar riscos potenciais, validar as informações fornecidas pela parte vendedora e assegurar a conformidade regulatória. No cenário nacional e internacional a *due diligence* tem desempenhado um papel crucial na realização de transações bem-sucedidas e na prevenção de litígios e problemas futuros.

No Brasil, a crescente integração da economia nacional ao mercado global tem impulsionado uma onda de fusões e aquisições. Conforme uma pesquisa lançada no ano de 2023 pela KPMG, considerada uma das 4 maiores empresas de auditoria e consultoria do mundo, o Brasil é o 2º país latino-americano mais atrativo para negócios de fusões e aquisições. Empresas buscando expandir e melhorar sua posição competitiva tem recorrido a fusões e aquisições como estratégia chave para o crescimento empresarial. Contudo, o ambiente regulatório e a complexidade dos mercados locais, exigem uma abordagem detalhada e cuidadosa no processo de *due diligence*. Segundo Howson (2017) um programa adequado de *due diligence*

deve ter cinco vertentes: a verificação de ativos e passivos; a identificação e quantificação dos riscos; a proteção necessária contra esses riscos, que, por sua vez, influenciará as negociações; a identificação dos benefícios de sinergia entre as empresas, sendo um fator determinante para o sucesso das Fusões e Aquisições, e o planejamento pós-aquisição. Casos como a fusão entre a Braskem e a LyondellBasell, que não foi consolidada, envolveu extensas análises regulatórias e financeiras, destacando-se a necessidade de um *due diligence* robusto para lidar com as complexidades do mercado brasileiro e internacional.

A globalização e a liberalização dos mercados têm promovido uma intensificação das atividades de fusões e aquisições com empresas transnacionais buscando oportunidades em diversas regiões e setores. O caso da aquisição da Whole Foods pela Amazon exemplifica como a *due diligence* é fundamental para avaliar não apenas as questões financeiras e operacionais, mas também para compreender as implicações culturais e estratégicas das transações internacionais, implicações essas, que foram peças chave para o beneficiamento de sinergias entre as empresas. Para o professor da Harvard Business School, Alvarez (2017), a aquisição da Whole Foods pela Amazon é vista como “Um bom negócio”, de acordo com o professor, essa aquisição pode representar um grande negócio para a Amazon, permitindo que a empresa reduza a logística de entrega de alimentos, o maior obstáculo ao comércio eletrônico nos Estados Unidos. A análise desses fatores é crucial para a mitigação de riscos e para assegurar que as partes envolvidas estejam bem alinhadas estrategicamente, permitindo o sucesso do negócio pós-processo de Fusão e Aquisição.

Um dos maiores desafios do processo de *due diligence* é a mitigação dos riscos associados a passivos ocultos, estes por sua vez, podem ser definidos como obrigações assumidas pela empresa em suas operações e atividades comerciais normais, que não estão relacionadas às aquisições de bens e serviços, resultantes de atos e eventos abstratos que tornam difícil a mensuração e o reconhecimento dessas obrigações. O processo de mitigação do risco pode ser maximizado com práticas de ESG (Environmental, Social and Governance), a sigla vem cada vez mais ocupando seu espaço e sendo aderido pelo meio corporativo, conforme Alves (2023), além de mitigar riscos e gerar valor no longo prazo, é possível integrar o ESG com estratégias corporativas, melhor governança e mais comunicação entre acionistas e partes interessadas.

Do ponto de vista contábil e empresarial, a *due diligence*, impacta de forma significativa e positiva, o processo de fusões e aquisições, ajudando principalmente no pré e pós-fechamento de negócio, visto que, a ferramenta ajudará as partes interessadas a tomarem conhecimento profundo dos aspectos contábeis, legais, financeiros, culturais e estratégicos do empreendimento que pode vir a ser adquirido. Porém, segundo a pesquisa divulgada em 2023 pela KPMG, 43% das empresas e dos investidores entrevistados, reconhecem que não são bons nisso, em parte por ser um processo difícil, e 21% afirmam que a maior lição aprendida com seu último grande negócio de fusão e aquisição foi sobre a necessidade de uma *due diligence*. Diante da complexidade que é realizar a *due diligence* em uma empresa, e da dificuldade que empresários e investidores afirmam ter em relação com esse procedimento, é essencial destacar que o contador é uma peça fundamental para o processo, munindo as partes interessadas com informações claras, objetivas e fidedignas, relacionadas a empresa.

O corrente trabalho conjectura que a utilização eficiente da *due diligence* é um fator crucial para o sucesso das Fusões e Aquisições (F&A) no contexto brasileiro e internacional. Acredita-se que a implementação adequada dos procedimentos de *due diligence* não apenas ajuda a identificar e mitigar riscos, como também maximiza o valor da transação, garantindo uma integração eficiente das sinergias esperadas. No entanto, as práticas de *due diligence* enfrentam desafios significativos, especialmente em relação à identificação de passivos ocultos e à complexidade das regulamentações locais e internacionais.

Este estudo de revisão de literatura busca responder ao seguinte problema de pesquisa: **Qual é o papel da Due Diligence em processos de Fusões e Aquisições, e como esse procedimento pode aumentar a taxa de sucesso desses processos?**

O objetivo geral deste artigo compreender a influência da prática do procedimento de *due diligence* em processos de Fusões e Aquisições (F&A). é demonstrar a importância da *Due Diligence* nos processos de Fusão e Aquisição, com foco na mitigação de riscos e na maximização do valor das transações. Tendo os seguintes objetivos específicos: Definir o conceito da *Due Diligence* e dos processos de Fusão e Aquisição; Tipos e objetivos da *Due Diligence*; Abordagem sobre Auditoria x *Due Diligence*; Descrever a importância das práticas ESG (*Environmental, Social and Governance*) como ações mitigadoras de risco. Esses

componentes proporcionarão uma base sólida para a análise crítica do papel da *Due Diligence* nas Fusões e Aquisições, focando na sua aplicação prática e nos desafios enfrentados por empresas no cenário atual.

Quanto aos aspectos metodológicos, este estudo é caracterizado de pesquisa bibliográfica, sendo utilizada a ferramenta de revisão narrativa de literatura com abordagem qualitativa e natureza descritiva. A pesquisa é feita baseada em livros, artigos e pesquisas realizadas por empresas especializadas. Para melhor compreensão do trabalho de pesquisa, a apresentação deste artigo de revisão está dividida em cinco partes: Introdução, fundamentação teórica, aspectos metodológicos, análise dos resultados e apresentação das considerações finais.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 CONCEITOS DA DUE DILIGENCE

Ao longo dos anos a economia global tem se transformado, provocando mudanças significativas no mundo dos negócios. As empresas estão cada vez mais expandindo suas operações para mercados mais amplos, em maior parte das vezes, motivadas por razões puramente econômicas. As empresas passaram a se tornar “objetos de comércio” cada vez mais transacionais, além de adquirirem características em escala global. Com uma nova realidade, foram necessárias criações de novos mecanismos que garantissem a segurança inescusável das operações de fusão e aquisição, um dos mecanismos criados foi a *due diligence*. Ribeiro (2001) define a *due diligence* como um procedimento que identifica os aspectos econômicos, financeiros, e físicos, entre os quais fazem parte as variáveis ambientais que estejam afetando, ou que poderão vir a afetar, a situação patrimonial de uma companhia. Analogamente, Camargos e Barbosa (2009) exteriorizam que o procedimento da *due diligence*, tem por finalidade uma análise minuciosa das variáveis e condições envolvidas na negociação, podendo ser descrita como um processo de análise das informações, cujo objetivo é avaliar e verificar as oportunidades e os riscos envolvidos nas transações comerciais.

O ponto de início do processo de *due diligence* não é a avaliação da empresa a ser adquirida, e sim a auto-avaliação da empresa adquirente. A organização deve saber ao máximo sobre a sua cultura (ROSA E CASTRO, 2019). De acordo com o

banco americano Ocean Tomo, os ativos intangíveis já representam mais de 80% do valor das empresas. Por isso, é essencial que a cultura corporativa seja incorporada ao processo de avaliação de empresas.

Martins, Menezes e Bernhoeft (1999) afirmam que a *due diligence* corresponde a um trabalho multidisciplinar, desenvolvido no interesse do comprador e realizado com a imersão dos avaliadores dentro da empresa-alvo, com a finalidade de levantar dados e informações que sejam de domínio público e com a profunda e amplitude necessárias para compreender a real situação em que a empresa se encontra. O procedimento de *due diligence* pode ser conduzido em diversos níveis e em diferentes momentos, recomenda-se que seja utilizado antes da execução do negócio, caso contrário, deve ocorrer no intervalo entre a assinatura de um contrato preliminar ou a aquisição de obrigações preliminares e a fase de conclusão do negócio. É importante destacar que a *due diligence* não constitui uma figura jurídica autônoma, nem tampouco um conceito ou instituto jurídico que estabeleça regras e normas próprias para o processo. No entanto, tal característica pode ser vista como uma vantagem, pois permite a adaptação dos procedimentos conforme a particularidade de cada situação.

Para Perez e Famá (2004) em processos de fusões e aquisições, procedimentos de *due diligence*, são efetuados como forma de obtenção de informações que possam afetar o futuro da empresa e consequentemente seu fluxo de caixa.

Farias (2007) profere que o maior objetivo da contratação de uma *due diligence* para anteceder um processo de fusões e aquisições é oferecer garantia ao investidor, permitindo negociar o preço da empresa, identificar problemas a serem resolvidos após a concretização do negócio e exigir maiores garantias dos vendedores, bem como avaliar se são justas as condições e o preço cobrado pela possível concretização do negócio. Contudo, se a empresa vendedora realizar uma *due diligence* adequada no início das negociações, estará melhor preparada para lidar com possíveis tentativas do comprador de reduzir o valor da transação. Assim poderá antecipar o impacto das contingências e dos riscos identificados, além de formular uma nova estratégia de negociação.

Lajoux e Elson (2000) explicitam que em Fusões e Aquisições, a *due diligence* refere-se principalmente à revisão feita pelo adquirente sobre uma empresa candidata à aquisição, para garantir que sua compra não representará

riscos desnecessários para os acionistas do adquirente. Sua função então seria avaliar os benefícios e as responsabilidades de uma aquisição proposta, investigando todos os aspectos relevantes do passado, presente e futuro previsível da empresa a ser adquirida. Segundo os mesmos autores, é importante ressaltar que, aqueles que realizam essa avaliação, devem focar no risco.

2.1.1 tipos e objetivos da due diligence

De acordo com Castro (2019) a *due diligence* além de permitir que o investigador obtenha todas as informações necessárias sobre a empresa, tem como objetivo auxiliar na formulação de conclusões baseadas em fatos reais. Esse processo gera, então, um dos três cenários possíveis para o investimento, sendo eles:

a) Retirar-se do negócio caso o processo revele informações indesejadas e sem soluções para o investimento.

b) Ajustar o valor da avaliação do investimento, isto é, caso as informações recolhidas sejam favoráveis poderá ocorrer um aumento da avaliação por parte do investigador, mas caso as informações sejam desfavoráveis, é provável que se utilize este fator para a diminuição do valor da avaliação.

c) Manter o negócio caso apresente problemas solucionáveis, isto é, questões incapazes de prejudicar fortemente o funcionamento da empresa, como por exemplo, um seguro não pago.

Ferreira (2019) expõe nove tipos de *due diligence* e os objetivos de cada um. Abaixo os diferentes tipos de *due diligence* e os seus objetivos:

TIPOS	PONTOS DE INVESTIGAÇÃO	OBJETIVOS
Financeira	Validade da informação financeira e contabilística. Sistema de gestão.	Análise financeira para efeitos de avaliação.
Legal	Acordos, contratos e litígios em aberto.	Validade dos contratos existentes. Responsabilidades da empresa e potenciais indenizações e perdas de valor.
Estratégica/Mercado	Posição competitiva e qualidade de carteira de clientes	Continuidade e melhoria de resultados no futuro. Formulação de estratégias para a nova empresa.
Operacional	Processos e técnicas de produção. Tecnologia atual e nível de adequação para o futuro.	Riscos de obsolescência técnica e tecnológica. Possibilidades de inovação. Necessidade de investimento.
Tecnologias de informação	Nível de desempenho e de adequação dos sistemas em utilização.	Possibilidade de integração com os existentes na(s) outra(s) empresa(s) da combinação

Tipos de gestão, organização e culturas	Estruturas organizacionais. Avaliação dos gestores e culturas vigentes.	Identificação dos principais pontos para a integração. Antevisão da nova estrutura organizacional após a combinação.
Meio Envolvente	Responsabilidades por questões ambientais.	Potenciais responsabilidades e decisões a tomar no sentido de evitar ou reduzir os seus custos.
Impostos e similares	Situação atual perante o Estado: direitos e responsabilidades.	Analisar a potencialidade de obter vantagens fiscais com a combinação.
Incorpóreos	Validade, duração e decisões tomadas para a proteção de patentes, marcas e outros direitos intangíveis as empresas.	Datas de expiração, seus impactos e previsão dos custos associados

Quadro 1 – Tipos de *Due Diligence*

FONTE: Ferreira, Domingos, 2002, Fusões, Aquisições e Reestruturações de Empresas – Volume I, Portugal, Edições Sílabo

Um processo de *due diligence* abrangente deve incluir a análise dos ativos tangíveis e intangíveis da empresa-alvo, considerando tanto o ambiente interno quanto o externo. O quadro 2 apresenta os ambientes e exemplos de ativos que devem ser avaliados durante esse processo.

AMBIENTE INTERNO	AMBIENTE EXTERNO
TANGÍVEL	TANGÍVEL
Dinheiro	Quota de mercado
Equipamento de fábrica	Contratos de fornecedores e distribuidores
Contas recebíveis	Localização física
Patentes/marcas registradas	
Tecnologia	
Inventário	
INTANGÍVEL	INTANGÍVEL
Qualidade de liderança	Consciência do produto de marca
Formação do pessoal	Lealdade do consumidor
Cultura empresarial	Posicionamento competitivo
Qualidade de informação/ sistema operacional	
Lealdade do pessoal	
Segredos comerciais	
Base de dados	
Redes pessoais/profissionais	

Quadro 2 – Dimensões e ambientes da *Due Diligence*

FONTE: Harvey, Michael G., Lusch, Robert F., 1995, Expanding The Nature and Scope of Due Diligence – Journal of Business Venturing 10, 5-21, New York, United States of America, Elsevier Science Inc.

Hall (1993) argumenta que os ativos intangíveis exercem um impacto que se torna evidente no futuro da empresa. Os ativos internos, como a qualidade da gestão, a competência da equipe, a cultura organizacional e a fidelização dos clientes são fundamentais para o sucesso de uma aquisição. Esses fatores não apenas afetam as operações diárias da empresa, mas também determinam sua capacidade de se adaptar e prosperar no mercado. Uma gestão eficaz pode

impulsionar a inovação e a eficiência, enquanto uma equipe bem treinada e motivada é essencial para a implementação de estratégias. Além disso, uma cultura empresarial forte promove colaboração e engajamento, fortalecendo a lealdade dos clientes. Assim, a avaliação minuciosa desses ativos internos é crucial para entender se a aquisição será bem-sucedida ou se enfrentará desafios significativos.

Outra razão para incluir os ativos intangíveis no processo de *due diligence* é que isso permite que a equipe de aquisição justifique o preço de compra da nova empresa. A avaliação adequada desses ativos pode revelar o valor real que eles agregam ao negócio, como a reputação da marca, patentes, relacionamento clientes e a cultura organizacional. Ao entender a importância e o potencial desses ativos, a equipe pode argumentar de forma convincente sobre a justificativa do investimento realizado. Além disso, essa análise proporciona uma visão mais clara sobre os riscos e oportunidades associados à aquisição, ajudando a estabelecer uma base sólida para a negociação e a estratégia pós-aquisição.

Diante dessas definições e informações, torna-se evidente que o processo de fusões e aquisições envolve uma análise criteriosa e estratégica que vai além da simples avaliação financeira. A *due diligence* desempenha um papel central ao garantir que riscos sejam identificados para que possam ser mitigados durante a concretização do negócio. No entanto, para compreender plenamente a relevância desse processo, é crucial analisar como as fusões e aquisições impactam não só os aspectos financeiros, mas também a cultura organizacional, os mercados e a competitividade das empresas envolvidas.

2.2 FUSÕES E AQUISIÇÕES

Tradução da expressão do mercado anglo-saxão *Mergers and Acquisitions* (M&A), a nomenclatura Fusões e Aquisições (F&A), referem-se a um conjunto de ações voltadas para o crescimento externo ou compartilhado de uma corporação. Esse processo se materializa por meio da combinação de negócios e reorganizações societárias. Na terminologia em questão, estão incluídas não apenas a compra de ativos empresariais e participações societárias, e a união de duas ou mais empresas para formar uma nova entidade, mas também a criação de grupos societários, a constituição de sociedades de propósito específico (SPE), a contratação de sociedade em conta de participação (SCP), a formação de

consórcios, além de processos como cisão e incorporação de sociedades ou ações. Assim, o modelo jurídico adotado pelas partes pode variar significativamente, mas o que define uma operação de fusão e aquisição é sua finalidade: servir como instrumento para implementar estratégias de crescimento externo, inorgânico ou compartilhado.

Segundo Botrel (2017), uma empresa pode adotar estratégias de (a) crescimento – quando dispõe de recursos ou tem oportunidades que lhe permitam aumentar a participação do mercado e o valor da empresa; (b) estabilidade – quando objetiva concentrar suas forças na melhoria da produtividade e na inovação das empresas existentes, ou quando tiver custos de crescimento maiores do que benefícios gerados e baixo crescimento do setor; ou (c) redução – quando o desempenho das unidades de negócio está abaixo do esperado, ou, ainda quando coloca em risco a própria continuidade da empresa. O mesmo autor ressalta que, o objetivo das combinações de negócios é alcançar uma posição mais competitiva no mercado, o que não apenas promove o crescimento da receita e a ampliação do portfólio de clientes, mas também resulta em um maior número de contratos. Mais importante ainda, busca-se contribuir para o aumento do EPS (*earnings per share* – lucro por ação).

Cano (2002) afirma que os processos de Fusões e Aquisições (F&As) são uma característica intrínseca da concorrência capitalista. A acumulação de capital, as inovações, os ganhos de produtividade e o aumento da competição geram pressões para a eliminação de concorrentes ou para a exploração de novos mercados, fenômenos que têm marcado a história do capitalismo desde seu início. Esses fatores foram intensificados pelo surgimento do capital financeiro monopolista, organizado sob a forma de sociedades anônimas, pelo aumento da intervenção do Estado na economia e pelo desenvolvimento do mercado bancário de capitais, todos os quais impulsionaram as F&As.

Tanure e Cançado (2005) afirmam que a maioria das transações ocorre por meio de aquisições e identificam variáveis que ajudam a compreender os motivos que levam as empresas a realizar modificações societárias, como apresentado no quadro 3 a seguir.

Caso	Motivo da Adquirente	Motivo da Adquirida	Tipo de Operação
ABN AMRO/ Banco Real	Penetração no varejo brasileiro	Questão sucessória, incerteza quanto ao posicionamento globalizado, ameaça de mudança na legislação.	Aquisição
Banco Itaú/ Banco Francês e Brasileiro	Aquisição de know-how, competência diferenciada.	Problemas financeiros – venda de instituições na América Latina	Aquisição
Banco Itaú/ Banco do Estado de Minas Gerais, Bemeg	Expansão e consolidação geográfica	Privatização	Aquisição
Grupo Belgo – Mineira/Mendes Junior Siderurgia S.A	Consolidação de posição de mercado no setor	Situação financeira precária – dívidas	Aquisição
Carlson Wagonlit Travel CWT/Agetur	Crescimento, expansão geográfica	Situação financeira – precária	Aquisição
Rhodia Silica Systems Brasil/Venesil	Expansão de mercado na América Latina	Sobrevivência no mercado globalizado, desvalorização da empresa.	Aquisição
Thyssen/Sur	Expansão no Brasil e na América Latina	Sobrevivência no mercado globalizado.	Aquisição

Quadro 3 – Motivos das transações.

Fonte: Tanure e Cançado (2005).

De acordo com a pesquisa de Tanure e Cançado (2005), a maioria dos processos de fusões e aquisições observados foi influenciada por diversos fatores determinantes, como intenção de aumentar a participação de mercado, a facilidade de expansão geográfica, a penetração em novos mercados, a aquisição de novas marcas, o aumento dos ganhos de escala, o acesso a novas tecnologias e condições favoráveis para compra. Na perspectiva do vendedor, os principais motivos destacados foram a situação financeira precária e as boas condições de negociação.

Por se tratar de uma estratégia complexa, os resultados obtidos em processos de F&As de empresas brasileiras tem de ser analisados sob diversos pontos de vista (Camargos e Barbosa, 2009). Todavia, tal estratégia proporciona sinergias operacionais para as empresas, e leva à maximização do valor de mercado das empresas pesquisadas e, aparentemente, da riqueza dos acionistas.

2.3 AUDITORIA X DUE DILIGENCE

Onome (2018) conceitua a auditoria como todas as ciências que utilizam abordagem epistemológica, estudo crítico dos princípios e conceitos, consiste em

assegurar o porquê dos registros das informações, análise e reportes. Além disso, a auditoria também está enquadrada nos estudos de ciências sociais aplicadas que sustentam as tecnologias gerenciais, o posicionamento dos investidores e os usuários das informações contábeis em geral. Como ponto de partida em uma perspectiva global, pode-se afirmar que a auditoria envolve examinar, investigar, periciar, atuar como ouvinte, oferecer suporte em questões judiciais e ajustar ou equilibrar as contas. Compreende-se que o principal objetivo da auditoria e do auditor independente é garantir a veracidade das demonstrações contábeis e emitir um parecer fundamentado sobre a adequação com que essas demonstrações refletem a posição financeira e patrimonial, o resultado das operações e as mudanças na posição financeira, conforme as normas contábeis e de auditoria em vigor. Assim, o relatório do auditor é a maneira pela qual ele expressa seu parecer ou, se necessário, nega sua validade.

A necessidade de um trabalho de auditoria, de acordo com Onome (2018), surge da possibilidade de conflitos de interesse entre os proprietários da empresa e seus representantes legais, especialmente quando esses contratam funcionários para implementar estratégias gerenciais. Dado que cada indivíduo possui níveis distintos de cultura, moral, crenças e valores, a ética pode variar significativamente, dificultando a homogeneização das práticas dentro da organização. Esses fatores, juntamente com problemas pessoais e grupais, geram uma atmosfera de desconfiança entre os acionistas em relação às informações e relatórios das operações. Deste modo, a auditoria torna-se essencial para garantir a transparência, a veracidade das informações e a confiança dos acionistas nas operações da empresa.

Diante do exposto, verifica-se que a *due diligence* e a auditoria estão relacionados, mas têm significados e objetivos ligeiramente diferentes. A *due diligence* refere-se a uma investigação ou análise minuciosa que uma empresa realiza antes de se envolver em uma transação comercial relevante, como fusões e aquisições, investimentos ou parcerias estratégicas. A mesma, possui como principais objetivos avaliar e compreender integralmente os riscos, oportunidades, finanças, operações, conformidade legal e outros aspectos relevantes da entidade ou negócio em questão. Essa análise visa fornecer informações cruciais para a decisão final sobre a realização ou não da transação.

De outra forma, a auditoria é um processo sistemático de exame e verificação dos registros financeiros, transações e operações de uma empresa. Ela pode ser interna, realizada por uma equipe interna, ou externa, conduzida por auditores independentes. O principal objetivo da auditoria, é garantir a precisão e a confiabilidade das informações financeiras de uma empresa, uma vez que os auditores buscam assegurar a conformidade com as normas contábeis e identificar possíveis irregularidades ou fraudes. É importante destacar que a auditoria foca principalmente na área financeira, avaliando demonstrações financeiras, registros contábeis, controles internos e processos relacionados.

Para entender as principais diferenças entre ambas, é necessário reconhecer que a *due diligence* possui um escopo mais amplo, abordando diversos aspectos da empresa, enquanto a auditoria, na maioria das vezes, foca especificamente em finanças. A *due diligence* é frequentemente realizada em transações comerciais e estratégicas, enquanto a auditoria é uma prática contínua destinada a assegurar a integridade financeira e a conformidade da organização. Outra diferença importante é que a *due diligence* é uma atividade temporária, geralmente executada em momentos específicos, como antes de uma fusão ou aquisição, enquanto a auditoria pode ser um processo contínuo e recorrente. Embora tenham objetivos distintos, ambas as práticas buscam oferecer uma compreensão mais profunda e transparente da organização, cada uma com seu enfoque particular.

2.4 ESG (ENVIROMENT, SOCIAL AND GOVERNANCE)

A sigla “ESG” surgiu em 2004, em um relatório da Organização das Nações Unidas (ONU) chamado “*Whos Care Wins*” (“Ganha quem se importa”, traduzido para o português). Ribeiro (2024) afirma que a sigla tem sido usada para se referir a práticas empresariais e de investimentos, que se preocupam com critérios de sustentabilidade e não apenas com o lucro no mercado financeiro. A incorporação da agenda ESG representa uma mudança de paradigma nas relações entre empresas e investidores, pois as práticas sustentáveis, antes vistas apenas como boas práticas, agora são integradas à estratégia financeira das organizações. Ribeiro ainda profere que ESG não é sustentabilidade ambiental, como muitos acham, mas a sustentabilidade ambiental pode fazer parte do ESG se o seu não

cumprimento significar risco para o negócio, deste modo, o mesmo raciocínio vai para o “social” e a “governança” que são a continuidade da sigla.

Com base nisso, pode-se afirmar que a sigla está diretamente ligada à gestão de riscos e que são na verdade, um conjunto de práticas que tem como objetivo identificar e mitigar riscos referentes a questões ambientais, sociais e de governança em uma organização. Santana, Araújo e Melo (2023) afirmam que a agenda ESG nas empresas, precisa minimizar os efeitos das externalidades negativas, ao mesmo tempo em que busca a potencialização dos impactos positivos da sua atividade. Como parte dos esforços nesse sentido, os pilares Social e Ambiental surgem como impulsionadores das ações a serem implementadas, com grande foco no pilar de Governança. Nesse contexto, a gestão de riscos, incluindo o ESG, ocupa uma posição central.

As iniciativas ESG, quando estruturadas a partir de uma abordagem de gestão de riscos e oportunidades, proporcionam uma série de benefícios estratégicos para as organizações. Ao identificar e mitigar potenciais ameaças, como riscos ambientais, sociais e de governança, essas práticas não apenas protegem a empresa contra impactos negativos, mas também permitem que ela se antecipe a mudanças regulatórias, preferências de consumidores e exigências de investidores. Por outro lado, as oportunidades associadas ao ESG, como a inovação em processos sustentáveis, o desenvolvimento de produtos ecologicamente responsáveis e o fortalecimento das relações com as partes interessadas, são exploradas de forma mais eficaz. Isso favorece a criação de valor sustentável, aprimora a competitividade da empresa e reforça sua posição no mercado.

Além disso, a adoção de práticas ESG robustas fortalece a confiança de investidores, clientes e colaboradores, aumentando a percepção de responsabilidade e comprometimento com o futuro. Esse fortalecimento da imagem e reputação da organização contribui para o crescimento de sua credibilidade no mercado, o que, por sua vez, tende a se refletir positivamente no valor de suas ações e na capacidade de atrair capital a custos mais baixos, ampliando seu valor de mercado em longo prazo.

3. METODOLOGIA

Este trabalho teve como finalidade a realização de um estudo com o objetivo de compreender a influência da prática do procedimento de *due diligence* em processos de Fusões e Aquisições (F&A). A metodologia adotada para a elaboração deste trabalho, foi estruturada para garantir uma abordagem sistemática aos objetivos da pesquisa e ao tema em estudo. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica que é feita por meio da revisão narrativa da literatura, com abordagem qualitativa e natureza descritiva, cujo objetos de estudo são artigos científicos e livros.

Em outubro de 2024, por meio das fontes de busca constituídas pelos recursos eletrônicos das bases de dados do Google Acadêmico e de bibliotecas digitais, uma busca bibliográfica com o objeto de estudo sendo artigos científicos já publicados na literatura e livros, foi realizada. Para isso, a busca utilizou descritores combinados entre si por operadores booleanos, sendo a estratégia definida conforme a seguinte estrutura: (*Due Diligence*) AND (Fusões & Aquisições).

Após a identificação do universo de estudos por meios da estratégia de busca, a análise descritiva foi conduzida com base nas amostras selecionadas, compostas por estudos realizados e livros publicados no Brasil, Estados Unidos e Portugal, que atendiam aos objetivos desta revisão de literatura, publicados em português ou inglês.

Depois da identificação dos artigos nas fontes de busca mencionadas, procedeu-se à avaliação dos títulos e resumos para a seleção dos estudos. Dessa forma, foram selecionados os estudos que compuseram a amostra da pesquisa. A apresentação da análise dos resultados obtidos a partir dos dados coletados foi estruturada por meio de um quadro, no qual constam as principais características dos estudos analisados: Autor, ano, artigo/livro, objetivo, metodologia e resultados.

4. ANÁLISE DOS RESULTADOS

Na busca realizada na base de dados eletrônica para esta revisão de literatura, na aplicação da estratégia adotada, resultou na síntese da qualitativa de 9 estudos que foram incluídos na amostra.

Com base no panorama de pesquisas e livros publicados, a análise descritiva dos resultados obtidos a partir dos dados coletados da amostra é apresentada no quadro 4. Este quadro trás a síntese qualitativa de nove estudos de pesquisa

selecionados por sua relevância para o presente estudo, abordagem específica do tema em questão, alinhamento aos objetivos propostos e capacidade de responder ao problema central da pesquisa.

Nr	Autor	Artigo/Livro	Objetivo	Metodologia	Resultados
1	Botrel, Sérgio (2017)	Fusões e Aquisições	Explorar as estratégias de crescimento inorgânico por meio de fusões e aquisições.	Revisão teórica e estudo de casos práticos.	O estudo aprofundou as estratégias de fusões e aquisições (F&A), destacando seu uso não apenas para crescimento, mas também para diversificação e adaptação estratégica, o que aumenta a competitividade das empresas a longo prazo.
2	KPMG (2023)	Relatório de Fusões e Aquisições na América Latina	Apresentar dados sobre fusões e aquisições na América Latina.	Análise de mercado baseada em dados regionais.	O relatório identificou tendências de aquisições estratégicas em setores como tecnologia e energia na América Latina, além de destacar desafios como a volatilidade política e econômica. Também observou um aumento nas transações devido à necessidade de consolidação e inovação.
3	Howson, P. (2017)	Due Diligence: The Critical Stage in Mergers and Acquisitions	Definir a <i>due diligence</i> como uma etapa crítica em F&A.	Revisão bibliográfica e análise prática.	A pesquisa definiu a <i>due diligence</i> como essencial para identificar riscos e oportunidades em F&A, destacando que vai além da avaliação financeira, incluindo aspectos culturais, regulatórios e de gestão, fundamentais para o sucesso da transação..
4	Alves, Ricardo Ribeiro (2023)	ESG: O presente e o futuro das empresas	Discutir o impacto do ESG no presente e futuro das empresas.	Revisão teórica sobre práticas corporativas sustentáveis.	O estudo destacou a crescente importância do ESG nas estratégias empresariais, mostrando que empresas com práticas sustentáveis atraem investidores, melhoram sua reputação e competitividade, e antecipam tendências que moldam o futuro corporativo.
5	Rosa Castro e Lurdes Assunção (2019)	A importância da <i>due diligence</i> na disposição dos instrumentos definitivos	Estudar a <i>due diligence</i> como ferramenta essencial em transações comerciais	Estudo de caso sobre transações específicas.	O estudo de caso mostrou que a <i>due diligence</i> é essencial para avaliar informações e riscos em transações comerciais, mitigando riscos jurídicos, financeiros e operacionais, e garantindo segurança jurídica e sucesso nas negociações.
6	Camargo s e Barbosa (2008)	Fusões e Aquisições de empresas brasileiras: criação de valor e sinergias operacionais	Examinar as sinergias e criação de valor em F&A brasileiras.	Revisão de literatura sobre o contexto brasileiro	A pesquisa evidenciou que fusões e aquisições em empresas brasileiras geraram sinergias operacionais, como redução de custos e aumento de eficiência, destacando que o sucesso depende também da integração das culturas organizacionais e processos, além das questões financeiras.
7	Lajoux e Elson (2000)	The Art of M&A Due Diligence	Oferecer uma abordagem detalhada sobre <i>due diligence</i> em	Revisão detalhada sobre práticas de <i>due</i>	O livro consolidou práticas eficazes de <i>due diligence</i> , abordando como realizar uma investigação profunda nas fases iniciais das F&A, destacando erros comuns e propondo soluções para evitá-

			F&A.	<i>diligence</i> .	los, além de expandir melhores práticas para diversos contextos e mercados.
8	Ferreira, Domingos (2002)	Fusões, Aquisições e Reestruturações de Empresas.	Investigar o processo de reestruturações empresariais.	Estudo teórico-prático de processos empresariais.	O autor mapeou estratégias de reestruturação empresarial, mostrando que o sucesso depende do planejamento estratégico, da cultura organizacional e do gerenciamento das expectativas dos stakeholders, por meio de fusões, aquisições ou reorganizações.
9	Harvey, Michael G. e Lusch, Robert F. (1995)	Expanding The Nature and Scope Of Due Diligence	Expandir os conceitos e escopo da due diligence.	Análise exploratória sobre aspectos da due diligence.	A pesquisa expandiu o entendimento de <i>due diligence</i> , incluindo aspectos financeiros, legais, culturais e operacionais, e destacou como uma abordagem abrangente contribui para uma integração bem-sucedida, avaliando de forma holística os ativos e capacidades das empresas envolvidas.

Quadro 4 – Panorama de pesquisas incluído à amostra

Fonte: Dados da pesquisa, 2024.

Os resultados apresentados no último quadro destacam aspectos fundamentais relacionados à Fusão e Aquisição de empresas, com ênfase no papel crítico da *due diligence* em diferentes contextos organizacionais. Botrel (2017) explora as estratégias de crescimento inorgânico, evidenciando como as fusões e aquisições podem promover sinergias operacionais e ampliar a competitividade empresarial. O relatório da KPM.G (2023) posiciona o Brasil como um dos principais mercados na América Latina para essas operações. Howson (2017) reforça a importância da *due diligence* como uma etapa essencial para o sucesso das transações, ao fornecer clareza e segurança nas decisões corporativas.

Alves (2023) integra o ESG ao contexto de fusões e aquisições, mostrando como a adoção de práticas sustentáveis pode agregar valor estratégico às empresas. Castro (2019) reforça a necessidade de análises detalhadas para mitigar riscos e garantir a eficácia das transações. Lajoux e Elson (2000) complementam ao explorar a aplicação prática da *due diligence* como ferramenta de avaliação e proteção em aquisições. Por sua vez, os autores não citados, corroboram e ratificam o pensamento dos autores citados no quadro e no presente trabalho, evidenciando a importância da *due diligence*.

Esses resultados consolidam a *due diligence* como uma ferramenta indispensável para o sucesso de fusões e aquisições, se consolidando como uma abordagem multidimensional e indispensável para mitigar riscos, criar valor e assegurar a eficácia de transações corporativas complexas.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Concluída a análise dos resultados desta revisão de literatura, ressalta-se que o estudo bibliográfico apresentou uma valiosa capacidade de reunir, sintetizar e analisar os achados das pesquisas incluídas na síntese qualitativa do panorama das publicações examinadas. Os dados coletados e organizados possibilitaram uma visão abrangente sobre o papel estratégico da *due diligence* em processos de Fusões e Aquisições (F&A), evidenciando sua relevância para o sucesso dessas operações.

A pesquisa demonstrou êxito em responder ao problema inicialmente formulado, uma vez que comprovou que a prática da *due diligence* é um fator crucial para a mitigação de riscos e o aumento da taxa de sucesso nos processos de F&A. Esse procedimento, ao fornecer uma análise aprofundada dos aspectos financeiros, legais, culturais e operacionais das empresas envolvidas, permite identificar potenciais passivos ocultos, validar informações fornecidas pelas partes e assegurar conformidade regulatória. Além disso, promove uma avaliação detalhada das oportunidades e dos desafios, oferecendo às partes interessadas uma base sólida para decisões informadas e estratégicas.

Ao longo da revisão destacou-se que a *due diligence* transcende a simples análise documental, abrangendo também questões intangíveis, como cultura organizacional e alinhamento estratégico entre as partes. Estudos como os de Botrel (2017) e Howson (2017) enfatizam que uma *due diligence* bem estruturada não só auxilia na mitigação de riscos, mas também maximiza o valor das transações, identificando sinergias operacionais e estratégicas. Por sua vez, o Relatório da KPMG (2023) reforça que, em mercados complexos como o brasileiro, esse procedimento é indispensável para lidar com desafios regulatórios e de mercado.

Outro ponto de destaque foi a integração de práticas ESG (Environmental, Social and Governance), como evidenciado por Alves (2023), que mostrou como essas ações agregam valor às transações ao alinhar as operações corporativas a critérios de sustentabilidade, fortalecendo a imagem da empresa e promovendo resultados a longo prazo.

Dessa forma, conclui-se que a *due diligence* desempenha um papel multifacetado e indispensável no contexto de Fusões e Aquisições, sendo uma prática essencial para organizações que buscam crescimento inorgânico, mitigação

de riscos e otimização de resultados. A pesquisa reafirma que sua aplicação rigorosa não só responde às demandas regulatórias e de mercado, mas também fortalece a capacidade das empresas de alcançar seus objetivos estratégicos com maior segurança e eficiência.

REFERÊNCIAS

ALVES, Ricardo Ribeiro. **A força do ESG**. 1. ed. São Paulo: Editora Alta Books, 2024.

ALVES, Ricardo Ribeiro. **ESG: O presente e o futuro das empresas**. Petrópolis: Editora Vozes, 2023.

BOTREL, Sérgio. **Fusões e Aquisições**. 5.ed. Editora Saraiva, 2017.

CAMARGOS, Marcos Antônio de; BARBOSA, Francisco Vidal. **Fusões e aquisições de empresas brasileiras: criação de valor e sinergias operacionais**. *Revista de Administração de Empresas*, São Paulo, v. 48, n. 4, p. 10-20, 2008. Recebido em: 16 jul. 2008. Aprovado em: 17 out. 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rae/a/rZHGV68zbKhV8f6zzFvHdYy/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 18 set. 2024.

CANO, M. **O recente processo de fusões e aquisições na economia brasileira**. 2002. 164 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Econômicas) - Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2002.

CASTRO, Lurdes Assunção Rosa e. **A importância da due diligence na disposição dos instrumentos definitivos para a concretização de uma transação (compra ou venda): um estudo de caso sobre a compra da Portugal Telecom pelo Altice**. 2019. Dissertação (Mestrado em Gestão Financeira) – Instituto Superior de Gestão, Lisboa, 2019. Disponível em: https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/31665/1/Tese_Lurdes%20Castro.pdf

Ferreira, Domingos 2002, - **Fusões, Aquisições e Reestruturações de Empresas** – Volume I, Portugal, Edições Sílabo.

GALVÃO E SILVA. **Diferença entre due diligence e auditoria**. *Blog Galvão e Silva*, 2024. Disponível em: <https://www.galvaoesilva.com/blog/direito-empresarial/diferenca-entre-due-diligence-e-auditoria/>. Acesso em: 05 out. 2024.

Harvey, Michael G., Lusch, Robert F., 1995, **Expanding The Nature and Scope of Due Diligence** – *Journal of Business Venturing* 10, 5-21, New York, United States of America, Elsevier Science Inc.

Howson, P (2017). **Due diligence: The critical stage in mergers and acquisitions**. Routledge

IMONIANA, Joshua Onome. **Auditoria - Planejamento, execução e reporte**. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

KPMG. **Relatório de fusões e aquisições na América Latina**. São Paulo: KPMG, 2023. Disponível em: <https://assets.kpmg.com/content/dam/kpmg/br/pdf/2023/6/m-a-in-latin-america-report-portuguese.pdf>. Acesso em: 03 set. 2024.

Lajoux, Alexandra. Elson, Charles (2000). **The Art of M&A Due Diligence**. Ed. Mc.Graw Hill.

MARTINS, I. G .S.; MENEZES, P. L. & BERNHOEFT, R. **Empresas familiares brasileiras: perfil e perspectivas**. São Paulo: Negócio, 1999.

MCLAUGHLIN, Tim. **Amazon-Whole Foods deal: a big win for consumers. Harvard Business School Working Knowledge**, 21 jun. 2017. Disponível em: [https://hbswk.hbs.edu/item/amazon-whole-foods-deal-a-big-win-for-consumers?cid=spsmailing-15685283-WK%20Newsletter%2006-21-2017%20\(1\)-June%2021,%202017](https://hbswk.hbs.edu/item/amazon-whole-foods-deal-a-big-win-for-consumers?cid=spsmailing-15685283-WK%20Newsletter%2006-21-2017%20(1)-June%2021,%202017). Acesso em: 05 out. 2024.

OCEAN TOMO. **Intangible asset market value study. 2023**. Disponível em: <https://oceantomo.com/intangible-asset-market-value-study/>. Acesso em: 18 set. 2024.

PEREZ, Marcelo Monteiro; FAMÁ, Rubens. Métodos de avaliação de empresas e o balanço de determines. *Administração em Diálogo*, n. 6, p. 101-112, 2004.
RAUPP, Fabiano Maury; WARKEN, Ricardo Muller. *Utilização da due diligence em processos de fusão e aquisição. Revista Brasileira de Administração, Florianópolis, 2023.*

RIBEIRO, Maisa de Souza. **Due diligence para identificar e medir passivos ambientais**. Revista Trevisan. 2001.

TANURE, Betania; CANÇADO, Vera L. **Fusões e aquisições: aprendendo com a experiência brasileira**. Revista de Administração de Empresas, v. 45, n. 2, p. 52-73, abr./jun. 2005.

CUSTEIO ABC E PRECIFICAÇÃO: UM ESTUDO DE CASO NA ACADEMIA KORPUS DE CAMPINA GRANDE - PB

Júlia Barbosa de Sá⁷
Ricardo da Silva Pereira⁸

RESUMO

Após um crescimento exponencial na quantidade de academias na Paraíba é importante voltar os olhos para a necessidade de classificar os custos e de precificar corretamente os serviços oferecidos. Ao analisar a possibilidade da abertura de uma empresa prestadora de serviços como uma academia é preciso definir qual método de custeio será utilizado. O objetivo desse estudo é identificar quais as vantagens e desvantagens ao aplicar o método de Custeio Baseado em Atividades (ABC) para formação de preços e alocação de custos em uma academia 24h em Campina Grande – PB. A metodologia será através de pesquisa bibliográfica e de estudo de caso, utilizando uma abordagem qualitativa, a pesquisa incluirá a coleta de dados financeiros e a aplicação de uma entrevista semiestruturada com o principal gestor da academia para coleta de demais dados que se fizerem necessários a realização desse estudo, além da análise comparativa com os preços atuais. Durante a análise dos resultados é possível observar a importância da alocação dos custos de forma precisa, principalmente em serviços, pois é usando o método de custeio adequado que a formação de preço se torna mais assertiva, além de promover uma visão mais abrangente de onde estão os prováveis detratores do preço. Conclui-se que é importantíssimo para as empresas prestadoras de serviço que escolham o método de custeio que mais supram suas necessidades como o ABC que tem mais vantagens do que desvantagens.

Palavras-chaves: Academia 24h; Método de custeio ABC; Formação de preço de serviço.

ABSTRACT:

After an exponential growth in the number of gyms in Paraíba, it is important to turn our attention to the need to classify costs and correctly price the services offered. When analyzing the possibility of opening a service provider company such as a gym, it is necessary to define which costing method will be used. The objective of this study is to identify the advantages and disadvantages of applying the Activity-Based Costing (ABC) method in price formation and cost allocation in a 24-hour gym in Campina Grande – PB. The methodology will be through bibliographical research and case study, using a qualitative approach, the research will include the

⁷Graduado em Ciências Contábeis na Universidade UNIESP – PB E-mail: julia.sa.acaemico@gmail.com

⁸ Professor Orientador, Graduado em Ciências Contábeis e Administração de Empresas, pela Universidade Federal da Paraíba – UFPB – Campus I, Especialização em Contabilidade pela Universidade Federal da Paraíba – UFPB – Campus I, Docente do Curso Superior de Ciências Contábeis e Gestão Financeira Centro Universitário UNIESP; E-mail: Ricardo.pereira.jp4@gmail.com
Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3654413560555402>

collection of financial data and the application of a semi-structured interview with the gym's main manager to collect other data that may be necessary to carry out this study, in addition to comparative analysis with current prices. During the analysis of the results, it is possible to observe the importance of allocating costs accurately, especially in services, as it is by using the appropriate costing method that pricing becomes more assertive, in addition to promoting a more comprehensive view of ⁵where the costs are. likely price detractors. It is concluded that it is extremely important for service providers to choose the costing method that best meets their needs, such as ABC, which has more advantages than disadvantages.

KEY WORDS: 24-hour gym; ABC costing method; Service price formation.

1 INTRODUÇÃO

O mercado do segmento fitness e *gym* vem crescendo cada dia mais e tornando-se uma das grandes potências em crescimento no Brasil e na Paraíba, de acordo com a *IHRSA Global Report* (2016, p.3), “As 31 mil academias de ginástica no Brasil colocam o país atrás apenas dos EUA entre os mercados globais de fitness. Cerca de 8 milhões de brasileiros são membros de uma academia de ginástica” A *International Health, Racquet & Sportsclub Association* (IHRSA) é a associação responsável por esse segmento internacionalmente, ela promove um grande evento anualmente aqui no Brasil com o intuito de mostrar ao mercado as novidades de empresas associadas.

Consegue-se observar um crescimento exponencial na quantidade de unidade de academia em território nacional com aumentos de 108,49%, chegando a 34.509 empreendimentos ativos onde comportam mais de 9.6 milhões de alunos, conforme novo estudo feito em 2018 pela Associação Brasileira de Academias (ACAD), uma entidade criada para desenvolver e auxiliar o segmento fitness no Brasil em parceria com órgãos públicos e donos de academias.

O Jornal da Paraíba em 2018 publicou uma pesquisa onde foi constatado que, “O número de academias de ginástica mais do que dobrou em quatro anos, de acordo com um levantamento do Sebrae. Enquanto em 2014 eram 469 estabelecimentos, este ano o número chegou a 981 em funcionamento” e a tendência é crescer muito mais com o passar dos anos. Segundo uma pesquisa feita pelo Programa de Proteção e Defesa do Consumidor (PROCON) e publicada pela Prefeitura do Estado da Paraíba em 09 de janeiro de 2024 são apenas 32 marcas

registradas, no entanto só em Campina Grande são mais de 53 academias diferentes, o que justifica um aumento na concorrência e provoca um excelente impulsionador no quesito qualidade e variedade do serviço prestado.

É imprescindível que a estrutura interna e operacional em qualquer negócio esteja bem definida e alinhada, pois é a partir dela que se pode extrair informações essenciais, conseguindo assim precificar de maneira adequada o serviço ou produto, onde não haja prejuízos e ainda traga um valor justo para o consumidor. Dentro das principais características dessa academia em questão estão os fatos dela funcionar 24h e 7 dias por semana, ou seja, nunca fechar nem mesmo em feriados, além disso ela disponibiliza mais de 24 modalidades de aulas coletivas.

Ao analisar a possibilidade da abertura de uma empresa prestadora de serviços como essa academia é preciso definir qual método de custeio será utilizado e a partir daí tem-se o princípio da idealização para formar o preço.

Os métodos são utilizados para, entre muitas outras informações, determinar o valor dos objetos de custeio; reduzir custos, melhorar os processos; eliminar desperdícios; decidir entre produzir ou terceirizar; e eliminar, criar e aumentar, ou diminuir, a linha de produção de certos produtos. Dentre esses métodos, estão o custeio por absorção, o método das seções homogêneas, o custeio variável e o custeio baseado em atividades. (ABBAS, 2012, p.2)

Neste estudo será aplicado o Método de Custeio Baseado em Atividades (ABC), em um artigo feito por estudantes da Universidade do Oeste de Santa Catarina (UNOESC) feito em 2005 disseram que a método ABC tem como princípio centrar os desembolsos consumidos nas atividades da empresa e não nos produtos em si, fazendo com que as alocações dos custos sejam mais assertivas.

Olhando para essa perspectiva vale levantar o seguinte questionamento: **Quais são as vantagens e desvantagens ao aplicar o método de Custeio Baseado em Atividades (ABC) na alocação dos custos e para formação de preços uma academia 24h em Campina Grande – PB?**

Dessa forma essa pesquisa tem como objetivo geral, identificar quais as vantagens e desvantagens ao aplicar o método de Custeio Baseado em Atividades (ABC) na alocação dos custos e na formação de preços uma academia 24h em Campina Grande – PB. Já como objetivos específicos: classificar e evidenciar a estrutura de custos fixos e variáveis da academia 24h em Campina Grande, identificar as principais atividades que consomem recursos na operação da

academia, aplicar o método ABC para alocar custos às principais atividades e modalidades de serviços oferecidos pela academia, analisar a formação de preços baseados nos resultados da implementação do custeio ABC e fazer a comparação com os preços atuais da própria academia.

O crescimento do mercado fitness no Brasil, especialmente em Campina Grande - PB, exige que as academias se adaptem para permanecerem competitivas. A escolha do tema se justifica pela necessidade de explorar métodos eficientes de formação de preços e alocação de custos, como o ABC, que podem garantir a sustentabilidade financeira de academias em um mercado cada vez mais concorrido.

Para a sociedade, o estudo oferece uma análise que pode ser aplicada por outras academias e negócios de prestação de serviços, contribuindo para uma gestão financeira mais eficiente. Para o meio acadêmico, o artigo expande o conhecimento sobre a aplicação do método ABC em serviços, além de fornecer uma base prática para estudos futuros sobre gestão de custos e precificação no setor fitness.

A metodologia será através de um estudo de caso em uma academia 24h em Campina Grande - PB. Utilizando uma abordagem qualitativa, a pesquisa incluirá a coleta de dados financeiros e a aplicação de uma entrevista semiestruturada com o principal gestor da academia para coleta de demais dados que se fizerem necessários a realização desse estudo. A metodologia visa explorar a eficácia do método ABC na alocação de custos e na formação de preços, comparando com os preços atuais.

O presente estudo está composto de cinco partes, onde a primeira parte refere-se a introdução onde foi contextualizado o problema, demonstrados os objetivos da pesquisa, bem como a justificativa do estudo, a segunda parte é composta pelo referencial teórico, onde é contextualizado sobre o mercado de fitness no Brasil e em Campina grande, a formação do preço de serviço e o método de custeio ABC, a terceira parte é composta pelo procedimento metodológico empregado para elaboração do estudo, a quarta parte pela análise e discussão dos dados levantados na academia objeto do estudo de caso e a quinta parte composta pelas considerações finais seguida do referencial bibliográfico.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 MERCADO FITNESS NO BRASIL

O mercado fitness nos Estados Unidos tem seu foco em prevenção de doença como mal de alzheimer, esclerose múltipla e reabilitação cardíaca, diferente do Brasil que tem seus olhos voltados para o tratamento de lesões, emagrecimento e práticas esportivas e é justamente nesse último que as empresas aproveitam para de destacar e diferenciar os seus serviços prestados, que vai de uma simples aula coletiva de dança até uma super infraestrutura com piscina olímpica e espaços próprios para cross fit equipados com os últimos lançamentos do mercado. Mesmo com todos os incentivos e investimentos apenas 10% da população está dentro das academias,

Os índices de sedentarismo cresceram mundialmente, alavancados pelas comodidades do mundo moderno, entre as quais os serviços de streaming. Hoje, a maior concorrência das academias não é a academia vizinha, mas sim o sofá! Um dos maiores desafios do setor é tirar as pessoas da condição de sedentárias, e criar um hábito, uma rotina de atividade física, regular e orientada, na vida delas. (ACAD, 2023, ed. 104, p.9)

Esses 10% da população foram analisados e constatado na revista edição 106, publicada também pela ACAD em agosto de 2024, que se dividem entre vários centros de atividade onde a maior concentração estão nas academias especialistas, academias de musculação e aulas coletivas, só musculação, e o centro onde esse artigo vai focar, as academias de multisserviços. A figura 1 a seguir mostra com precisão como esses segmentos estão divididos.

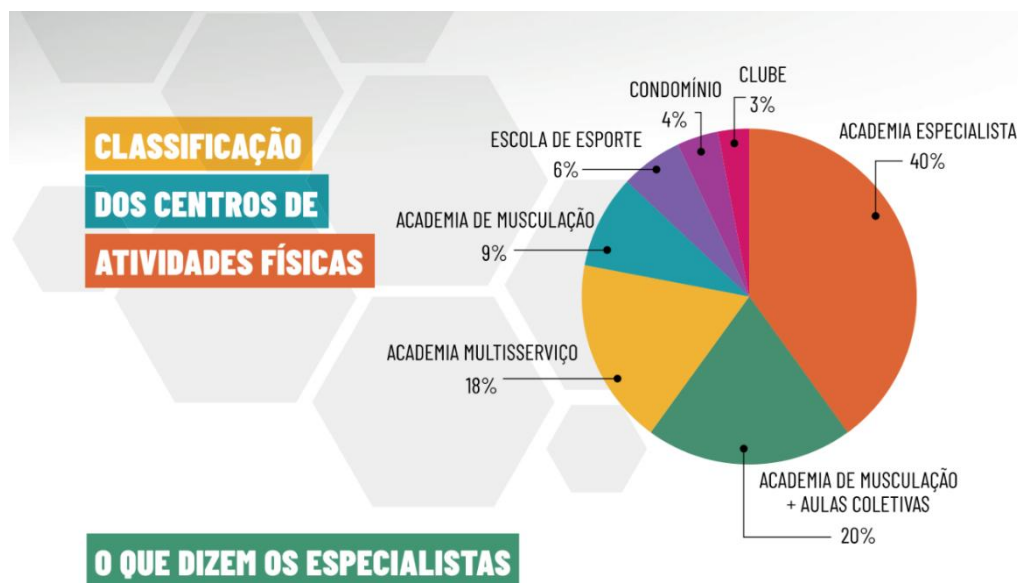


Figura 1: Centros de atividade físicas
Fonte: ACAD 2024, revista 106

Em 2020 um dos setores que foi mais afetado por ter as portas fechadas durante a pandemia foi as academias, na época, foram consideradas como entretenimento e colocadas no mesmo patamar dos bares, casas de festas/shows e restaurantes. Hoje, após todos os esforços de entidades do setor, existe o Projeto de Lei 2173/22 que reconhece o quanto as academias são essenciais e as enquadraram como promoção à saúde e muito provavelmente, em uma nova crise pandêmica, ao invés destes espaços serem fechados atuarão como fornecedores de bem-estar, cuidados e saúde tanto mental, quanto física para a população.

A Fitness Brasil hoje é a especialista número um em reunir grandes empresas do segmento *gym* e fitness no Brasil, em parceria com a IHRSA, junto a outras marcas proporcionam o maior evento fitness, esporte e saúde da América Latina que acontece todos os anos em São Paulo com o nome de “IHRSA FITNESS BRASIL”. Essa plataforma fez um estudo bem aprofundado no mercado em questão nos períodos antes, durante e depois da pandemia,

Pode-se enxergar que 54% da indústria fitness brasileira sobreviveu ao Covid-19 sem a necessidade de fechar qualquer unidade, 19% fecharam alguma(s) unidade(s), mas logo após reabriram seu centro de atividade Física. Para o futuro, a indústria também tem boas expectativas, ao serem questionados quais os planos de seu negócio para os próximos 3 anos, 52% responderam que têm o interesse em aumentar o investimento em estrutura para crescer, metade possuem planos de melhorar a qualidade da capacitação dos profissionais do centro de atividades físicas, 32% acreditam que possam aumentar a quantidade de modalidades/atividades oferecidas e por fim 24%

admitem buscar linhas de crédito para a expansão do negócio. (FITNESS BRASIL, 2º ed, p.52, 2023)

Ao fim do pior cenário da pandemia muitas das academias que não faziam parte desses 54% acima citado, não conseguiram mais reabrir as portas e isso impactou na quantidade de pessoas que voltaram a se exercitar, seja por ter a academia que frequentava permanentemente fechado, por ter perdido o interesse ou por ter descoberto que é possível se exercitar em casa de forma eficaz, principalmente quando se tem um acompanhamento profissional. Geralmente, esse modelo de treino em casa exige um investimento menor, em termos de espaço e equipamentos elaborados, por outro lado requer um bom investimento na contratação da prestação do serviço de assessoria online ou presencial de *personal trainer*.

Apesar dessas desistências e mudanças pós-pandêmicas houve uma onda de pessoas indo pela primeira vez às academias.

As oportunidades não são apenas para quem quer abrir um novo negócio, mas também para aquelas academias que têm espaços ociosos e podem apostar em um atendimento nichado, especialmente voltado para um público ou uma única modalidade! Box cross, escolas de lutas, academias para 50+, estúdios de *personal trainer*, escolas de dança, espaços de pilates, box de treino funcional são algumas das modalidades mais procuradas pelo público e que não param de surgir, em todo o País. (ACAD, 2024, ed. 106, p.11)

Com isso as academias *full service* precisaram se reinventar e tornar-se mais atrativas para seu público alvo.

2.2 CUSTOS DA ACADEMIA

A contabilidade existe desde os primórdios, mesmo de forma primitiva, pouco a pouco foi se aperfeiçoando e se adaptando às necessidades de cada momento. A primeira etapa para ser reconhecida como uma ciência foi na Itália em 1494 com o surgimento do sistema de partidas dobradas, esse sistema explica que para todo crédito tem um débito e a soma de ambos tem que ser igual. Santos (2017, p.1), afirmando que “a contabilidade é um sistema de contas composto por normas, regras e princípios para a acumulação, geração e análise de dados que se destina a atender a necessidades internas e externas de uma empresa”. Essas definições e

princípios não era suficiente para determinadas áreas de atuação como por exemplo, as linhas de produção em indústrias e precificação de serviços.

A contabilidade de custo surgiu a partir da necessidade das empresas apurarem com precisão os gastos operacionais, de uma forma diferente do que a contabilidade geralmente faz, devido às informações que eram obtidas não proporcionarem a análise adequada dos procedimentos. Com métodos específicos para estudar os custos, veio abaixo a maioria das distorções de gastos, trazendo economia e consequentemente um preço mais justo no ato da venda dos produtos e prestação de serviços. Ao analisar a possibilidade da abertura de uma empresa prestadora de serviços como uma academia é preciso compreender a definição de desembolso ou gasto, custos, investimento e despesa, onde pode-se entender como,

O desembolso se refere ao pagamento propriamente dito da aquisição do bem ou serviço. Esse fato pode ocorrer antes ou depois da utilização do bem ou do serviço. No tocante às perdas, podem ser definidas como uma anormalidade decorrente de um processo executado de forma errônea, que pode gerar um gasto inesperado, como, por exemplo, mercadorias vencidas no estoque.

O custo, por sua vez, se caracteriza como um gasto necessário para se produzir um produto ou serviço, ou seja, são gastos que estão envolvidos diretamente na concepção do produto da empresa. Por exemplo, a matéria-prima no setor de produção: para produzir o produto, é necessário que haja essa matéria-prima, a qual, portanto, será um custo, pois é essencial para que o produto possa existir.

Os investimentos também são definidos como um gasto. Entretanto, gastos dessa natureza são destinados para estruturação da empresa, com durabilidade maior, não sendo adquiridos com a finalidade de venda no curto prazo, como ocorre com os estoques da empresa. São bens ativos que podem ser depreciados, amortizados ou sofrerem baixas em razão do seu uso contínuo.

A despesa, por sua vez, define-se como um gasto que pode estar atribuído ou não ao processo produtivo da empresa, podendo ter um papel secundário no processo produtivo ou ser um gasto destinado às áreas de apoio nas empresas. As despesas com material de escritório são características de setores que não estão diretamente ligados ao processo produtivo. (Paim, 2016, p.16)

Os custos se dividem entre diretos, indiretos, fixos e variáveis, por via de regra todo custo que é direto também é variável, pois está diretamente relacionado com as quantidades necessárias para o funcionamento pleno do serviço em questão, já os indiretos são fixos, pois são os custos essenciais, mas que não estão ligados ao serviço em si, como por exemplo a água do estabelecimento e a energia, isso se não tiver um aparecer que rateio esse consumo.

Os custos diretos são todos aqueles que estão relacionados aos produtos e serviços vendidos pela empresa, ou seja, que têm impacto no valor final calculado para a comercialização. Eles são fáceis de identificar e de acompanhar, pois incluem itens como matéria-prima utilizada e a mão de obra contratada para que o negócio funcione. Já os custos indiretos não estão, necessariamente, conectados ao propósito final da empresa. Nem por isso, no entanto, são menos importantes para que ela funcione. É o caso dos serviços de água, luz, internet, limpeza, segurança, entre outros. Em geral, é mais difícil atribuir o valor do custo indireto para cada unidade produzida na companhia. Assim, é comum que seja empregado o conceito de rateio, que determina uma quantia aproximada como base de cálculo. A definição de custos fixos tem a ver com a frequência com que eles aparecem – no caso, ocorrem mensalmente. Diferentemente do que é comum supor, no entanto, o termo “fixo” não quer dizer que o valor é o mesmo todas as vezes, apenas que ele sempre está presente. Entram na categoria custos com aluguel e salário dos funcionários, por exemplo, assim como impostos cobrados de maneira periódica. Os custos variáveis, por outro lado, são aqueles que sofrem alterações em curto prazo. A própria matéria-prima é um exemplo, já que a quantidade adquirida muda de acordo com a produção proposta e as vendas realizadas. Se a saída estiver muito abaixo da média, inclusive, é possível que não seja preciso comprar insumos em um período de tempo (ONZE, 2020).

O custo de uma academia pode variar de acordo com localização, estrutura oferecido, máquinas e equipamentos disponíveis aos alunos, se tem marketing e contabilidade interna, serviços extras, licenças e alvarás que variam de acordo com o porte da empresa, nível de investimento em softwares tanto operacionais, quanto administrativos, além do treinamento e desenvolvimento oferecido aos colaboradores.

2.3 CUSTEIO BASEADO NA ATIVIDADE

O método de custeio utilizado nesse artigo, como mencionado anteriormente, será o custeio baseado nas atividades, o ABC não é aceito pela legislação fiscal Brasileira e nem pelos princípios fundamentais da contabilidade, segundo a lei 6.404 de 1976, por isso é um método de uso apenas gerencial, com o intuito de melhorar as informações obtidas, apesar de ser um método complexo. Esse método se diferencia dos demais por realocar os custos indiretos e atribui-los aos serviços em questão assemelhando-se ao sistema de custos departamentais, em relação aos custos diretos não haverá tanta diferença na comparação desse método com os tradicionalmente usados. No sistema do Custo Departamental, os custos indiretos

são acumulados nos departamentos (centros de custos) onde foram gerados, para serem posteriormente atribuídos aos produtos.

O custeio ABC é muito apropriado para gestão de custos, tendo em vista que este adota o critério de segregar as atividades em dois grupos: atividades que agregam valor aos serviços e as que não agregam. Usando esse conceito, é possível reduzir custos sem, contudo, perder valor. Além disso, o ABC é muito útil para efeito de formação de preço, haja vista que possibilita o fornecimento dos custos do produto com maior precisão. (Santos, 2018, p. 73)

Um termo muito usado nesse método é o de rastreamento, que nada mais é do que a realocação dos custos indiretos citados acima,

O 'rastreamento' feito pelo ABC tem o significado de identificar, classificar e mensurar, numa primeira etapa, a maneira como as atividades consomem recursos e, numa segunda etapa, como os produtos consomem as atividades de uma empresa. Entretanto, a informação gerada pelo 'rastreamento' é ainda apenas um meio para se chegar a um fim, que é a identificação das ações necessárias à sobrevivência e competição com sucesso da empresa no cenário descrito, e isto só se conseguirá efetivamente se ocorrerem mudanças significativas e permanentes de atitudes dos recursos humanos. É para isso que, fundamentalmente, o ABC se propõe contribuir, através do rastreamento. (NAKAGAWA, 1994, p.31)

No geral a ideia é que não é os serviços que consomem os recursos e sim que os recursos são consumidos pelas atividades, enquanto as atividades são consumidas pelos serviços. Esse processo gera uma visão amplificada e ao mesmo tempo detalhada, onde é possível encontrar erros ou gasto fora do comum de forma pontual, facilitando o remanejamento de por exemplo uma contratação de mais mão de obra para melhorar o serviço ou até mesmo uma mudança de fornecedores em manutenção de equipamentos.

Diferenças de critérios dos métodos de custeio

	Absorção	ABC	Variável
Custos variáveis diretos	Alocados diretamente às unidades de produtos.	Alocados diretamente às unidades de produtos.	Alocados diretamente às unidades de produtos.
Custos variáveis indiretos	Alocados às unidades de produtos, por meio de rateio.	Alocados às atividades e posteriormente às unidades de produtos, por meio de rastreamento.	Lançados como custo do período, não são rateados nem alocados às unidades do produto.
Custos fixos	Alocados às unidades de produtos, por meio de rateio.	Alocados às atividades e posteriormente às unidades de produtos, por meio de rastreamento.	Lançados como custo do período, não são rateados nem alocados às unidades do produto.
Despesas	Lançados como despesas do período.	Alocados às atividades e posteriormente às unidades de produtos, por meio de rastreamento. Isso impede que esse método seja utilizado para fins societários e fiscais.	As despesas variáveis são lançadas diretamente aos produtos e as fixas lançadas como despesas do período.

Figura 2: Diferença entre métodos de custeio

Fonte: MACHADO, 2012, p.186

Os recursos de forma geral são os custos, como água, energia, mão de obra indireta, depreciação e folha de pagamento dos supervisores, ao localizar quais são as atividades que consomem esses recursos eles poderão ser distribuídos nas atividades e posteriormente realocar os custos de cada atividade nos produtos. Já as atividades são todos os processos da empresa direcionadas ao serviço final que será oferecido por um determinado valor, ou seja, todos os funcionários, materiais necessários, tecnologia investida, entre outros, vistas de formas separadas como atividades e por meio do rastreamento é que terá esses custos realocados de forma correta com a ajuda de direcionadores de custos. Os direcionadores determinam como alocar os custos e as despesas da empresa às atividades, uma vez que essas consomem recursos, podendo ser por metro quadrado, quantidade de clientes e horas trabalhadas.

Vantagem da possibilidade de determinar de forma mais precisa quais são as despesas e os custos indiretos de cada produto, sempre avaliando as atividades realizadas na instituição com bastante cautela; a possibilidade de levantar dados mais completos e ricos para conseguir definir estratégias de melhoramento dos processos, da qualidade e do desempenho da instituição de modo

geral. Desvantagem nos processos de levantamentos de dados são demorados e dispendiosos; os dados utilizados no método são subjetivos; foca, geralmente, processos específicos e não fornece uma visão integrada das oportunidades de lucro em todo o âmbito da empresa; não é adaptável facilmente às novas circunstâncias; incorre em erro teórico, ao ignorar a possibilidade de capacidade ociosa. (MACANE, 2023, p.25/26)

2.4 CUSTEIO ABC APLICAÇÃO A PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

Existem etapas que facilitam na aplicação do método ABC em serviços, primeiro, reconhecer as tarefas necessárias para a execução do mesmo. Por exemplo, no caso de uma consultoria contábil, as tarefas podem incluir: "avaliação de dados", "elaboração de relatórios", "encontros com clientes", "análise de mercado", entre outras. Segundo, determinar os custos das atividades, os custos indiretos devem ser atribuídos às atividades, isso engloba os vencimentos dos colaboradores envolvidos nas tarefas, despesas de infraestrutura (como o aluguel do escritório), equipamentos de trabalho, tecnologia e assim por diante. Terceiro, estabelecer as bases de alocação para cada tarefa, é imprescindível definir um fator de alocação.

Por exemplo, o custo da tarefa "elaboração de relatório" pode ser distribuído com base na quantidade de relatórios gerados ou na duração dessa atividade. Em tarefas como "encontros com clientes", o indicador pode ser a duração dos encontros em horas. Quarto, distribuir os custos para os serviços prestados, com os custos individuais de cada atividade e seus motivadores, os custos indiretos podem ser atribuídos de maneira mais precisa aos serviços ou clientes, com base na quantidade de atividades executadas para satisfazer cada cliente ou executar cada tipo de serviço. O quadro 1 e 2 explana de forma prática o exemplo citado.

ATIVIDADE	RECURSOS	DIRECIONADOR
Avaliação de dados	Salário do técnico de informática Sistema de gestão	Duração em horas mensalidade
Elaboração de relatórios	Computadores Sistema de relatórios	Quantidade de computadores Quantidade de relatórios gerado
Encontros com clientes	Salário dos contadores	Duração em horas

Quadro 1: Exemplo do método ABC em serviço
Fonte: Própria autora (2024)

ATIVIDADE	RECURSOS	DIRECIONADOR	CUSTO UNITÁRIO
Avaliação de dados	R\$ 3.000 R\$ 2.200	200 1	R\$ 15 R\$ 2.200
Elaboração de relatórios	R\$ 4.200 R\$ 300	2 100	R\$ 2.100 R\$ 3
Encontros com clientes	R\$ 6.160	70	R\$ 88

Quadro 2: Exemplo numérico do método ABC em serviço
Fonte: Própria autora (2024)

2.5 FORMAÇÃO DE PREÇO

O preço nada mais é do que o valor pago por um produto ou serviço, que pode ser separado em nove etapas que facilitam o entendimento,

1ª Etapa: A importância da formação de preços para as empresas de serviço, devendo ser estabelecido uma prática de formação e análise de preço contabilizando todos os custo e despesas.

2ª Etapa: Conhecendo os elementos que compõem os preços como os custos e as despesas.

3ª Etapa: Identificar o preço de venda, analisar o impacto do percentual do custo fixo na formação do preço de venda e os diversos componentes do preço.

4ª Etapa: Analisar o ponto de equilíbrio, pois será de grande valia para o empresário, tomador de decisão, pois definirá a quantidade mínima a ser comercializada para que sua empresa não incorra em prejuízos.

5ª Etapa: Fatores a serem analisados na formação do preço de venda como os impactos que a demanda, os custos e os concorrentes provocam na determinação de preços.

6ª Etapa: Formas de precificação mais usuais, o método tecnicamente correto para se formar ou analisar o preço é o do retorno sobre o investimento determinando o Mark Up, o preço de venda à vista e a metodologia de precificação a prazos.

7ª Etapa: Análise de apuração de resultados, podendo encontrar a participação percentual dos custos e identificar os níveis de lucratividade e rentabilidade que a empresa obteve em suas vendas.

8ª Etapa: Políticas e objetivos da administração do preço de venda, ao determinar o preço de venda constitui-se uma das peças fundamentais do planejamento empresarial, pois proporcionará rentabilidade, retorno do capital investido e competitividade a sua empresa.

9ª Etapa: Análise dos principais indicadores com foco em custos, preços e desempenho, essas etapas são baseadas no manual de formação de preço publicado pelo Sebrae em 2013.

A formação de preço é calculada de maneira correta seguindo a fórmula, $\text{custo} \div (1 - \text{margem de contribuição desejada sem ser em porcentagem})$, saber a margem de contribuição correta é extremamente importante, o ideal é que ela seja no mínimo de 20% levando em consideração os impostos, taxas de maquineta e comissões, se for simplesmente somado uma margem qualquer ao custo do serviço e a mesma estiver muito próxima ao valor do custo pode levar a empresa a falência sem seu gestor nem perceber, de acordo com Machado, 2012.

E o de Mark Up, que é um valor encontrado na diferença entre o preço de custo e o preço de venda de um serviço ou produto, em outras palavras, é um fator de multiplicação aplicado ao custo do serviço para obter o preço de venda, segundo NEVES, 2010.

A alocação de Custos Fixos é uma prática contábil que pode, para efeito de decisão, ser perniciosa; por sua própria natureza, o valor a ser atribuído a cada unidade depende do volume de produção ou serviço prestado e, o que é muito pior, do critério de rateio utilizado. Por isso, decisões tomadas com base no “lucro” podem não ser as mais corretas. A Margem de Contribuição, conceituada como diferença entre Receita e soma de Custo e Despesa Variáveis, tem a faculdade de tomar bem mais facilmente visível a potencialidade de cada produto, mostrando como cada um contribui para, primeiramente, amortizar os gastos fixos, e, depois, formar o lucro propriamente dito. (MARTINS, 2003, p. 133)

A lucratividade e rentabilidade são palavras chaves quando o assunto é estabelecer preço, a lucratividade ou também conhecido como lucro líquido, é o ganho gerado de uma atividade econômica, sendo calculado depois de tudo ser vendido e a aplicação dos descontos como taxas, custos de produção e tributos, já a rentabilidade é o percentual sobre o investimento com base no que foi produzido, ou seja, é retorno obtido do valor investido podendo ser observado antes e depois dos descontos de custos, taxas e impostos.

FÓRMULAS CITADAS
Preço de venda = custos / (1 - margem de contribuição) ou custo unitário / Mark Up
Margem de contribuição = (preço de venda - custos) / preço de venda
Margem de lucro = (lucro bruto/ receita total) x 100
Mark Up = [100 – (despesas operacionais + margem de lucro + impostos + comissão)] / 100
Ponto de equilíbrio = (custos + despesas fixas) / Margem de contribuição
Lucratividade = (lucro líquido / receita total) x 100
Rentabilidade = dividir o lucro da empresa em um determinado período pelo valor do investimento inicial

Quadro 3: Formulas para formação de preço

Fonte: Machado (2012)

Exemplo de aplicação Mark Up usando a fórmula descrita no quadro 1, supondo que a empresa em questão pague 11% de comissão, 9% de impostos e queira 20% de margem de lucro:

Mark Up = [100 - (comissão + impostos + margem de lucro)] / 100
Mark Up = [100 - (11+09+20)] / 100
Mark Up = (100 – 40) / 100
Mark Up = 60 / 100
Mark Up = 0,60

Quadro 4: Exemplo de aplicação Mark Up

Fonte: Própria autora (2024)

Aplicando esse Mark Up feito no quadro 2 em uma empresa de serviço com pretensão de margem de lucro de 20% sobre um de seus serviços, tendo custos diretos de R\$ 5.000, custos indiretos de 10.000 e uma média de 500 clientes por mês.

CUSTOS
Custo direto unitário da atividade = 5.000 / 500 = 10
Custo indireto unitário da atividade = 10.000 / 500 = 20
Custo total unitário da atividade = 5 + 10 = 30
Preço de venda = Custo unitário / Mark Up
PV = 30 / 0,60
PV = 50,00
VALIDAÇÃO DOS VALORES
Preço de venda = 50,00 = (100%)
(-) custos do serviço = 30,00 = (60%)
(-) impostos = 4,50 = (9%)
(-) comissão = 5,50 = (11%)
(=) margem de lucro = 10,00 = (20%)

Quadro 5: Exemplo de formação de preço

Fonte: Própria autora (2024)

3 METODOLOGIA

Para melhor entendimento é imprescindível explicar as definições dos procedimentos metodológicos na elaboração de uma pesquisa científica. Galliano, 1986, ressalta que a metodologia abrange tanto a seleção dos procedimentos de coleta e análise de dados quanto a reflexão crítica sobre tais procedimentos, fomentando uma interação entre teoria e prática.

As pesquisas científicas podem ser categorizadas de diversas maneiras, sendo abordada neste ponto do estudo a perspectiva metodológica, juntamente com os procedimentos adotados para a coleta dos dados usados na elaboração deste artigo.

A natureza desse artigo é a pesquisa básica, por se tratar de uma busca por descobrir verdades universais, aumento do conhecimento e solucionar problemas práticos. Em relação aos objetivos estabelecidos, a pesquisa conduzida possui um caráter descritivo, com a finalidade de apresentar hipóteses e aprimorar conceitos, segundo Triviños (1987, p. 110) afirma que “o estudo descritivo pretende descrever com exatidão os fatos e fenômenos de determinada realidade”.

Em termos de procedimentos técnicos, a pesquisa é classificada como bibliográfica, segundo Lakatos e Marconi (2001, p.15), “A pesquisa bibliográfica constitui-se no levantamento de toda a bibliografia já publicada, a fim de colocar o pesquisador em contato direto com tudo aquilo que foi escrito sobre determinado assunto”, e também o estudo de caso, dado que leva em conta o que é discutido no artigo.

No método do estudo de caso, leva-se em consideração, principalmente, a compreensão, como um todo, do assunto investigado. Todos os aspectos do caso são investigados. Quando o estudo é intensivo, podem até aparecer relações que, de outra forma, não seriam descobertas. (FACHIN, 2005, p. 45)

Em relação ao tratamento de dados o estudo se caracteriza como uma pesquisa qualitativa, pois o foco é voltado na interpretação e análise de dados onde requer uma interação direta entre o pesquisador e o objeto de estudo.

Os métodos qualitativos procuram explicar o porquê das coisas, inferindo o que convém ser feito, mas não qualificam os valores e as trocas simbólicas nem se submetem à prova de fatos, pois os dados

analisados são não métricos, subjetivos e se valem de diferentes abordagens. (HORN et al, 2013, p. 27)

A presente pesquisa foi realizada na Academia *Korpus*, localizada em Campina Grande - Paraíba, fundada em 1985, no presente ano de 2024 completa 39 anos, onde está inserida no mercado de condicionamento físico e oferecendo serviços de musculação 24h por dia, 7 dias por semana, além de disponibilizar mais de 24 modalidades de aulas coletivas diferentes segunda a sábado. Com mais de 700m² construídos a unidade conta com piscinas aquecidas, sala de bike, pilates, sala de coletivas e uma extensa área de musculação, sua receita bruta anual ultrapassa os R\$3.500.00,00 (três milhões e quinhentos mil reais).

Visando atingir os objetivos do presente estudo, foi necessário a aplicação de uma entrevista de forma remota, através de ligação telefônica, aprovada pelo Comitê de Ética e Pesquisas do Instituto de Educação Superior da Paraíba (CEP UNIESP), através do parecer nº 7.241.105 e data 22 de novembro de 2024, com o Diretor Financeiro, Pedro Alcantara de Medeiros Neto, no mês de novembro de 2024 onde foram abordadas questões relacionadas ao procedimento de cálculo e formação do preço, métodos de custeios e projeções de números de alunos, os dados desta entrevista são classificados como primários.

A coleta de dados junto à empresa em análise é considerada secundária, fez-se necessário consultar e analisar relatórios gerenciais de faturamento, folhas de pagamentos, planilhas de composição dos custos do serviço e de formação do preço de venda. Para melhor entendimento e apresentação dos dados levantados, foram elaboradas planilhas de cálculos de custos e formação do preço de venda dos principais planos ofertados na empresa, objetivando-se comparar o mecanismo utilizado pela mesma para sua obtenção atual e o método de custeio ABC.

4 ESTUDO DE CASO: ANÁLISE E DISCUSSÃO DE DADOS

4.1 CARACTERÍSTICAS DA EMPRESA

A academia *Korpus* localizada em Campina Grande foi fundada em 1985 e atualmente têm unidades em João pessoa e em Campina Grande, foi a primeira

academia a funcionar 24 horas na Paraíba, permanecendo como a única em Campina Grande até os dias atuais, essa visão inovadora deu-lhe os holofotes necessários para ser considerada a melhor rede de academias da Paraíba.

Ela disponibiliza mais de 24 aulas coletivas diferentes como: boxe, jiu-jitsu, karatê, krav maga, muay thai, alongamento, *fitball*, Pilates, solo, yoga, fit dance, dança de salão, *aeromix*, natação, hidroginástica, cross training, abdominal, *Bike Ride*, *Combat*, funcional, glúteo, *intense jump*, *strong pump*, *ritbox*, step, além de contar com uma megaestrutura e ambientes diferenciados, como um espaço próprio para *crossfit*, centro aquático, sala com *bikes* de última geração e um estúdio de pilates.



Figura 3: Entrada da Korpus
Fonte: Site oficial Korpus (2024)



Figura 4: Área de musculação
Fonte: Site oficial Korpus (2024)

A unidade de Campina Grande dispõe de piscina aquecida para aulas de natação adulto e infantil, hidroginástica e nado livre, além do estacionamento privado gratuito, clube de fidelidade chamado “CLUBE K” e avaliações com a mais nova máquina de bioimpedância da *Inbody 370*.



Figura 5: Sala de *Bike*
Fonte: Site oficial *Korpus* (2024)



Figura 6: Centro aquático
Fonte: Site oficial *Korpus* (2024)



Figura 7: Sala de coletiva
Fonte: Site oficial *Korpus* (2024)



Figura 8: Área de convivência
Fonte: Site oficial *Korpus* (2024)

A *Korpus* tem um estilo próprio de negócio que inspira e incentiva outras academias a seguirem seus padrões, um de seus incentivos aos alunos e visando formas de fazer parcerias com outras empresas, começou-se a “pontuar” os clientes de acordo com a frequência dos mesmos, para acumular é só passar na catraca, a frequência tanto em dia de semana quanto em final de semana vale 1 ponto e a presença nas aulas coletivas valem 2 pontos, podendo ser trocados por voucher de descontos que variam entre 5% até 40% em lojas, restaurantes e farmácias

parceiras do CLUBE K, todos os alunos *Korpus* tem acesso ao clube assim que fazem seu primeiro cadastro.

Dentro da estrutura operacional da *Korpus*, que está enquadrada no anexo 3 do regime tributário Simples Nacional, tem como principais gastos: folha de pagamento, marketing, manutenção de máquinas e equipamentos, aluguel, água, energia, materiais de limpeza, além do setor de contabilidade, fiscal e departamento pessoal, que foram integrados a empresa apenas em dezembro de 2022. A soma de todos as despesas e custos, além de outras que serão destrinchadas mais adiante, juntamente com a margem de lucro e os impostos a serem pagos é que vão definir o valor mínimo aceitável na hora de estipular a precificação de maneira eficiente nas mensalidades de cada plano oferecido.

4.2 APLICAÇÃO DO CUSTEIO ABC

Durante a entrevista com o Diretor Financeiro Pedro Medeiros, foi constatado que a empresa não utiliza de nenhum método para analisar seus custos e nem na formação do preço de venda. É feito uso do plano de contas dividido entre folha de pagamento, despesas regulares e despesas extraordinárias, a tabela 1 mostra na integra a relação de gastos mensais utilizado.

RELAÇÃO DE GASTOS MENSAIS	
Folha Salarial	R\$ 139.660,48
Professores de Musculação	R\$ 27.781,08
Professores de Ginástica	R\$ 19.010,84
Gerentes e Consultores de Venda	R\$ 17.751,85
Administrativo	R\$ 28.689,73
Departamento de Marketing	R\$ 2.163,36
Serviços Gerais	R\$ 15.407,48
Estagiários	R\$ 10.805,13
Piscineiro	R\$ 1.378,64
FGTS	R\$ 8.002,57
INSS	R\$ 7.219,98
Exames	R\$ 1.449,82
Despesas Regulares	R\$ 30.567,28
Água e Esgoto	R\$ 2.227,47
Policial	R\$ 1.735,07
Telefone e Internet	R\$ 414,33
ACAD	R\$ 92,15
Aulas Sistematizadas	R\$ 3.648,46
Rádio Interna	R\$ 96,71
Aluguel	R\$ 4.759,39
Manutenção Preventiva Ar Condicionados	R\$ 1.201,20
Conciliadora de Cartões	R\$ 214,58

Advogado	R\$ 516,15
Sistema de Gestão	R\$ 1.206,41
ECAD	R\$ 320,58
Sistema Controle de Ponto	R\$ 121,07
Energia Elétrica	R\$ 14.013,71
Despesas Extraordinárias	R\$ 23.742,68
Propaganda e Marketing	R\$ 3.665,83
Material de Limpeza	R\$ 6.136,82
Material Químico para Piscina	R\$ 1.594,56
Manutenção Computadores	R\$ 89,26
Manutenção Impressora	R\$ 56,57
Manutenção Estrutural	R\$ 4.464,66
Manutenção Máquinas e Equipamentos	R\$ 2672,34
Dedetização	R\$ 88,00
Medicamentos e Outros	R\$ 138,98
Recarga Extintores	R\$ 109,27
Materiais de Consumo	R\$ 310,44
Despesas Bancárias	R\$ 4.416,05
TOTAL	R\$ 193.970,57

Tabela 1: Plano de contas *Korpus*
Fonte: Sistema interno Pacto (2024)

Foram elaboradas as tabelas a seguir com os valores da tabela 1 aplicando o método ABC onde os custos indiretos foram alocados através do direcionador de custo nas atividades. Nesse caso será por metro quadrado (m²), a academia no total tem 700m² de área construída, onde cada atividade tem sua própria medida.

ATIVIDADE	ÁREA
Aula de musculação	353,40 m ²
Aula coletiva	56,58 m ²
Aula aquática	184,80 m ²
Administrativo	105,22 m ²
TOTAL	700 m²

Tabela 2: Área em m² das atividades
Fonte: Própria autora (2024)

Os recursos da empresa são primeiros classificados como custos diretos, indiretos e despesas para posteriormente serem alocados em suas atividades através dos direcionadores de recursos.

RECURSOS	VALOR R\$	DESPESAS	CUSTOS DIRETOS	CUSTOS INDIRETOS
ACAD	R\$ 92,15		R\$ 92,15	
Administrativo	R\$ 28.689,73	R\$ 28.689,73		
Advogado	R\$ 516,15	R\$ 516,15		
Água e Esgoto	R\$ 2.227,47			R\$ 2.227,47
Aluguel	R\$ 4.759,39			R\$ 4.759,39
Aulas Sistematizadas	R\$ 3.648,46		R\$ 3.648,46	
Conciliadora de Cartões	R\$ 214,58	R\$ 214,58		
Dedetização	R\$ 88,00	R\$ 88,00		
Departamento de Marketing	R\$ 2.163,36	R\$ 2.163,36		
Despesas Bancárias	R\$ 4.416,05	R\$ 4.416,05		
ECAD	R\$ 320,58		R\$ 320,58	
Energia Elétrica	R\$ 14.013,71			R\$ 14.013,71
Estagiários	R\$ 10.805,13		R\$ 10.805,13	
Exames	R\$ 1.449,82			R\$ 1.449,82
FGTS	R\$ 8.002,57			R\$ 8.002,57
Gerentes e Consultores de Venda	R\$ 17.751,85	R\$ 17.751,85		
INSS	R\$ 7.219,98			R\$ 7.219,98
Manutenção Computadores	R\$ 89,26			R\$ 89,26
Manutenção Estrutural	R\$ 4.464,66		R\$ 4.464,66	
Manutenção Impressora	R\$ 56,57	R\$ 56,57		
Manutenção Máquinas	R\$ 2.672,34		R\$ 2.672,34	
Manutenção Preventiva Ar-Condicionado	R\$ 1.201,20		R\$ 1.201,20	
Materiais de Consumo	R\$ 310,44	R\$ 310,44		
Material de Limpeza	R\$ 6.136,82			R\$ 6.136,82
Material Química para Piscina	R\$ 1.594,56		R\$ 1.594,56	
Medicamentos e Outros	R\$ 138,98	R\$ 138,98		
Piscineiro	R\$ 1.378,64		R\$ 1.378,64	
Policial	R\$ 1.735,07	R\$ 1.735,07		
Professores de coletivas	R\$ 12.012,95		R\$ 12.012,95	
Professores de Musculação	R\$ 27.781,08		R\$ 27.781,08	
Professores de natação	R\$ 6.997,92		R\$ 6.997,92	
Propaganda e Marketing	R\$ 3.665,83		R\$ 3.665,83	
Rádio Interna	R\$ 96,71	R\$ 96,71		
Recarga Extintores	R\$ 109,27	R\$ 109,27		
Serviços Gerais	R\$ 15.407,48			R\$ 15.407,48
Sistema de Ponto	R\$ 121,07	R\$ 121,07		
Sistema de Gestão	R\$ 1.206,41	R\$ 1.206,41		
Telefone e Internet	R\$ 414,33	R\$ 414,33		
TOTAL	R\$ 193.970,57	R\$ 58.028,57	R\$ 76.635,50	R\$ 59.306,50

Quadro 6: Classificação dos gastos da empresa
Fonte: Própria autora (2024)

O quadro a seguir mostra os recursos alocados as atividades que influenciam diretamente aos serviços prestados pela *Korpus*.

RECURSOS/ ATIVIDADE	DIRECIONADOR DE RECURSO	AULA DE MUSCULAÇÃO	AULAS AQUÁTICAS	AULAS COLETIVAS
ACAD		R\$ 92,15		
Água e Esgoto	M²	R\$ 1.124,55	R\$ 588,05	R\$ 180,04
Aluguel	M²	R\$ 2.402,73	R\$ 1.256,48	R\$ 384,69
Aulas Sistematizadas		R\$ 3.648,46		
ECAD		R\$ 320,58		
Energia Elétrica	M²	R\$ 7.074,98	R\$ 3.699,70	R\$ 1.132,78
Estagiários		R\$ 10.805,13		
Exames	Quantidade	R\$ 562,68	R\$ 134,25	R\$ 171,66
FGTS	Quantidade	R\$ 3.105,80	R\$ 741,04	R\$ 947,50
INSS	Quantidade	R\$ 2.802,07	R\$ 668,57	R\$ 854,85
Material de Limpeza		R\$ 3.098,22	R\$ 1.620,12	R\$ 496,03
Material Química para Piscina			R\$ 1.594,56	
Piscineiro			R\$ 1.378,64	
Professores de coletivas				R\$ 12.012,95
Professores de Musculação		R\$ 27.781,08		
Professores de natação			R\$ 6.997,92	
Serviços Gerais		R\$ 7.778,58	R\$ 4.067,57	R\$ 1.245,36
TOTAL		R\$ 70.597,01	R\$ 22.746,90	R\$ 17.425,86

Quadro 7: Alocação de recursos as atividades diretas
Fonte: Própria autora (2024)

O quadro 8 mostra os recursos alocados as atividades que influenciam indiretamente aos serviços prestados pela *Korpus*.

RECURSOS/ ATIVIDADE	DIRECIONADOR DE RECURSO	MANUTENÇÃO PREDIAL	MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTO	RECEPÇÃO	ADM
Administrativo					R\$ 28.689,73
Advogado					R\$ 516,15
Água e Esgoto	M²				R\$ 334,82
Aluguel	M²				R\$ 715,40
Conciliadora de Cartões					R\$ 214,58
Dedetização					R\$ 88,00
Departamento de Marketing					R\$ 2.163,36
Despesas Bancárias					R\$ 4.416,05
Energia Elétrica	M²				R\$ 2.106,36
Exames	Quantidade			R\$ 215,44	R\$ 365,79
FGTS	Quantidade			R\$ 1.189,18	R\$ 2.019,05

Gerentes e Consultores de Venda				R\$ 17.751,85	
INSS	Quantidade			R\$ 1.072,89	R\$ 1.821,60
Manutenção Computadores	Quantidade			R\$ 44,63	R\$ 44,63
Manutenção Estrutural		R\$ 4.464,66			
Manutenção Impressora					R\$ 56,57
Manutenção Máquinas			R\$ 2.672,34		
Manutenção Ar Condicionados			R\$ 1.201,20		
Materiais de Consumo					R\$ 310,44
Material de Limpeza					R\$ 922,45
Medicamentos e Outros					R\$ 138,98
Piscineiro					
Policial					R\$ 1.735,07
Rádio Interna					R\$ 96,71
Recarga Extintores					R\$ 109,27
Serviços Gerais					R\$ 2.315,96
Sistema de Ponto					R\$ 121,07
Sistema de Gestão					R\$ 1.206,41
Telefone e Internet					R\$ 414,33
TOTAL		R\$ 4.464,66	R\$ 3.873,54	R\$ 20.273,99	R\$ 50.922,78

Quadro 8: Alocação de recursos as atividades indiretas
Fonte: Própria autora (2024)

Somado os custos das atividades tem-se um total de R\$ 193.970,57, analisando os custos percebe-se que a atividade de musculação consome aproximadamente 36,40% sendo a que mais consome recurso e a segunda atividade é a de administração geral, aproximadamente 26,25%. Essas atividades serão direcionadas aos serviços durante a formação de preço.

A partir desse novo modelo consegue-se apurar de forma mais assertiva quanto cada atividade pode custar para a empresa. No modelo anterior não fica claro onde estão os maiores consumos de recursos, uma vez que estão todos dentro de uma mesma classificação.

Assim, pode-se perceber o quanto se torna vantajoso compreender onde poderão estar os eventuais gargalos da empresa e a partir disso cortar eventuais gastos que não trazem retornos desejados.

4.3 FORMAÇÃO DE PREÇO

A formação do preço de venda favorecendo o controle e potencializando a capitalização da organização, ao separar os custos pelo método ABC conseguisse ter a clareza de quanto cada atividade impacta na precificação.

O quadro 9 contém dados essenciais para a formação de preço com base no método ABC.

DADOS DA EMPRESA KORPUS
Receita bruta = R\$ 312.301,45
Quantidade de alunos mensais = 2098
Margem de lucro = 20%
Impostos = 16% (Simples Nacional) + 5% (ISS)

Quadro 9: Dados da Empresa *Korpus*
Fonte: Própria autora (2024)

A *Korpus* disponibiliza quatro planos diferentes tanto com restrições de horários e atividades, quanto os 24h que abrangem todas as atividades. No quadro 10 têm as especificações de cada um e a quantidade de contratos ativos por plano.

PLANOS KORPUS	CONTRATOS ATIVOS
Na medida – Acesso das 11h às 16h - Musculação	328
Light – Não tem acesso das 16h às 21h - Musculação + Coletivas	285
VIP – Acesso 24h - Musculação + Coletivas	1279
Ouro - Acesso 24h - Musculação + Coletivas + Centro aquático	266

Quadro 10: Planos e contratos ativos
Fonte: Própria autora (2024)

Para aplicar a fórmula do Mark Up é necessário saber a margem de lucro desejada, nesse caso é de 20% e o percentual de imposto é de 16% devido ao fato da empresa estar inserida na sexta faixa do anexo 3 do Simples Nacional e o ISS de 5%, conforme demonstrado acima no quadro 6. Essa informação do imposto é consultada através da tabela do simples nacional que leva em consideração a receita bruta anual da empresa (RBT12).

Mark Up = [100 - (margem de lucro + impostos)] / 100
Mark Up = [100 - (20 + 21)] / 100
Mark Up = (100 - 41) / 100
Mark Up = 59 / 100
Mark Up = 0,59

Tabela 5: Mark Up
Fonte: Própria autora (2024)

Na tabela 6 têm-se os custos unitários por atividade indiretamente ligada aos serviços que tem de ser divididas entre todos os alunos contratantes da academia.

ATIVIDADES	CUSTOS POR ATIVIDADE INDIRETO	DIRECIONADOR (Nº ALUNOS CONTRATANTES)	CUSTOS UNITÁRIOS
MANUTENÇÃO PREDIAL	R\$ 4.464,66	2098	R\$ 2,13
MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS	R\$ 3.873,54	2098	R\$ 1,85
RECEPÇÃO	R\$ 20.273,99	2098	R\$ 9,66
MARKETING	R\$ 3.665,83	2098	R\$ 1,75
ADM GERAL	R\$ 50.922,78	2098	R\$ 24,27
CUSTO TOTAL =	R\$ 83.200,80	2098	R\$ 39,66

Tabela 6: Custos unitário por atividade indireta
Fonte: Própria autora (2024)

Já na tabela 7 são as atividades que estão diretamente ligadas ao serviço, onde cada uma é dividida pelos alunos contratantes, como todos os planos tem acesso a musculação os custos serão divididos por 2098, já o centro aquático só quem usa são os alunos do plano Ouro, ou seja, 266 e por fim a coletivas tem acesso no plano Light, Vip e Ouro, então são 1830 alunos.

ATIVIDADES	CUSTOS POR ATIVIDADE DIRETA	DIRECIONADOR (Nº ALUNOS CONTRATANTES)	SERVIÇOS MUSCULAÇÃO	COLETIVAS	CENTRO AQUÁTICO
AULA DE MUSCULAÇÃO	R\$ 70.596,93	2098	R\$ 33,65	R\$ -	R\$ -
AULAS AQUÁTICAS	R\$ 22.746,90	266	R\$ -	R\$ -	R\$ 85,51
AULAS COLETIVAS	R\$ 17.425,81	1830	R\$ -	R\$ 9,52	R\$ -
CUSTO TOTAL =	R\$ 110.769,64		R\$ 33,65	R\$ 9,52	R\$ 85,51

Tabela 7: Custos unitário por atividade
Fonte: Própria autora (2024)

Agora é possível formar os pacotes ofertados pela academia, que nada mais é do valor do serviço que o plano abrange somado ao custo unitário das atividades indiretas.

SERVIÇOS	PACOTES			
	NA MEDIDA	LIGTH	VIP	OURO
MUSCULAÇÃO	R\$ 33,65	R\$ 33,65	R\$ 33,65	R\$ 33,65
CENTRO AQUÁTICO	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 85,51
COLETIVAS	R\$ -	R\$ 9,52	R\$ 9,52	R\$ 9,52
ATIVIDADES INDIRETAS	R\$ 39,66	R\$ 39,66	R\$ 39,66	R\$ 39,66
CUSTO TOTAL	R\$ 73,31	R\$ 82,83	R\$ 82,83	R\$ 168,34
MARK UP	0,59	0,59	0,59	0,59

PREÇO UNITÁRIO DOS SERVIÇOS	R\$ 124,25	R\$ 140,39	R\$ 140,39	R\$ 285,32
-----------------------------	------------	------------	------------	------------

Tabela 8: Preço de venda calculado

Fonte: Própria autora (2024)

A tabela a seguir demonstra a comparação entre o preço praticado atualmente pela academia e o preço proposto após aplicação do método de custeio ABC.

PLANOS	PREÇO ATUAL MENSAL	PREÇO CALCULADO	VARIAÇÃO
NA MEDIDA	R\$ 183,99	R\$ 124,25	R\$ 59,74
LIGHT	R\$ 289,99	R\$ 140,39	R\$ 149,60
VIP	R\$ 298,99	R\$ 140,39	R\$ 158,60
OURO	R\$ 318,99	R\$ 285,32	R\$ 33,67

Tabela 9: Comparação com os preços de vendas mensais

Fonte: Própria autora (2024)

Com base no valor dos planos mensais cobrados pela empresa pode-se afirmar que a margem de lucro praticada nos preços atuais é superior aos 20% utilizados como ML no Mark Up aplicado sobre o custo do serviço calculado com base no custeio ABC. O que significa que se a *Korpus* só tivesse planos mensais o seu faturamento seria mais elevado.

PLANOS	PREÇO ATUAL ANUAL (12x)	PREÇO CALCULADO	VARIAÇÃO (ANUAL X CALCULADO)
NA MEDIDA	R\$ 139,99	R\$ 124,25	R\$ 15,74
LIGHT	R\$ 199,99	R\$ 140,39	R\$ 59,60
VIP	R\$ 209,99	R\$ 140,39	R\$ 69,60
OURO	R\$ 229,99	R\$ 285,32	-R\$ 55,33

Tabela 10: Comparação com os preços de vendas anuais

Fonte: Própria autora (2024)

Em contraposição, os planos mais vendidos são os anuais, por ter o intuito de fidelizar seus clientes a empresa oferece um desconto considerável nas mensalidades, acarretando em uma variação negativa no plano ouro, pois seu valor de venda está abaixo do valor estipulado neste artigo.

No plano “na medida”, seu valor mensal é de R\$ 183,99, já o seu valor no plano anual é 12x de R\$ 139,99, o preço de venda calculado na tabela 8 foi de R\$124,25, significando que mesmo abrindo mão de uma margem de lucro maior comparando o plano mensal com o anual, ainda sim é superior aos 20% considerados para o cálculo.

Esse mesmo fato não acontece com o plano “ouro”, pois no plano anual é cobrado 12x de R\$229,99, já o preço de venda calculado na tabela 8 foi de R\$ 285,32, o que significa que o valor cobrado no plano anual em comparação com o preço de venda calculado não permite que a empresa obtenha a margem de lucro estipulada de 20% e sim de apenas 5%.

Na entrevista com o Diretor Financeiro ele alegou que devido a concorrência e ao poder aquisitivo da população em Campina Grande seria inviável aumentar o valor do plano ouro, pois acarretaria uma possível evasão dos alunos e consequentemente um comprometimento do faturamento.

Apesar do centro aquático ter um dos menores custos totais das atividades ele se mostrou o que mais impacto na formação de preço, comprometendo a margem de lucro, porém como todos os outros planos estão sendo vendidos com uma margem de lucro maior do que 20%, esses excedentes acabam cobrindo a baixa em relação ao plano ouro. Não é o ideal, a longo prazo pode ser a atividade que afetará o faturamento e passará despercebido.

Na entrevista com Pedro, ao ser questionado qual a atividade ele considerava a que mais consume recursos da *Korpus* foi dito que era a atividade de musculação e a administrativa, isso mostra que de fato o centro aquático não seria a atividade cotada como a que realmente impacta no preço e no faturamento.

Outra observação importante, por se tratar de uma academia premium não é do agrado dos clientes a superlotação de pessoas em qualquer horário, por impossibilitar de realizar suas atividades físicas de forma rápida e continuada. Pensando nisso surgiu o plano “light” com os mesmos custos do plano “vip” por abrangerem as mesmas atividades, porém com a única diferença entre eles referente ao horário de acesso, no light foi bloqueado a entrada na academia das 16h até às 21h pensando na redução do fluxo de alunos dentro no horário de pico dado devido ao fim do expediente geral na cidade. Apesar dos dois planos terem os mesmos custos não teria lógica ofertá-los com o mesmo preço, pois isso foi cobrado no light R\$ 120,00 a mais no valor total do plano anual.

Apesar de no momento a margem de lucro comprometida não trazer prejuízos a empresa, pode no futuro ser a causa de um deficit considerável que não seria visualizado sem a aplicação do método de custeio ABC aplicado nesse artigo pelo fato da *Korpus* não utilizar de nenhum outro método.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base neste estudo, que tem como objetivo identificar quais as vantagens e desvantagens ao aplicar o método de Custeio Baseado em Atividades (ABC) na alocação dos custos e na formação de preços uma academia 24h Campina Grande – PB, constatou-se nas vantagens a compreensão dos custos individuais de cada serviço, possibilitando uma precificação mais apropriada, ajuda a identificar atividades que trazem benefícios e que poderia ter maior investimento de recursos com o intuito de melhorar a qualidade do serviço, da mesma forma que ajuda a encontrar as atividades que não trazem benefícios, ou que são irrelevantes, possibilitando a sua eliminação ou diminuição. Além disso, auxilia na distinção entre os custos individuais e os custos totais da empresa, essa visão traz um cenário indispensável para formar o preço de empresas que ofereçam mais de um serviço como é o caso da academia *Korpus*.

Em relação às desvantagens, esse método não se aplica as empresas com apenas um tipo de serviço, a implantação é complexa e demorada, podendo ocorrer erros de classificação que influenciam consideravelmente na formação de preço, requer revisões periódicas para certificação que nenhum percentual mudou ou se os custos permanecem os mesmos. Apesar de não ser um método aceito pela legislação fiscal brasileira ele é extremamente eficaz para gestão.

Utilizou-se da metodologia de demonstrar em detalhes o uso de direcionadores na alocação dos custos das atividades da empresa Academia *Korpus* relacionados com os serviços objeto de estudo, os planos, onde os custos foram classificados em custos diretos e indiretos para se chegar ao custo total e unitário da cada atividade. Em seguida foi composto o cálculo do índice do Mark Up com a finalidade de calcular o preço de venda com base no custo das atividades que cada plano engloba.

Como resultado deste estudo, através da utilização de um método de custeio e um método de precificação estabelecido pelo referencial teórico, pode-se montar tabelas de custos por atividade e calcular o preço de venda a ser praticado pelos planos na medida, light, vip e ouro, sendo o último o mais próximo do preço praticado pela empresa *Korpus* no seu plano mensal e sendo no plano anual o único que compromete a margem de lucro.

No plano “na medida”, seu valor mensal é de R\$ 183,99, já o seu valor no plano anual é 12x de R\$ 139,99, o preço de venda calculado na tabela 8 foi de R\$124,25, significando que mesmo abrindo mão de uma margem de lucro maior comparando o plano mensal com o anual, ainda sim é superior aos 20% considerados para o cálculo.

Esse mesmo fato não acontece com o plano “ouro”, pois no plano anual é cobrado 12x de R\$229,99, já o preço de venda calculado na tabela 8 foi de R\$ 285,32, o que significa que o valor cobrado no plano anual em comparação com o preço de venda calculado não permite que a empresa obtenha a margem de lucro estipulada de 20% e sim de apenas 5%.

Nota-se que, mesmo sem possuir uma base sólida no seu processo de cálculo de custos e formação de preços, a empresa tem conseguido se manter competitiva no mercado, mesmo diante da intensa concorrência.

Porém, apesar de no momento a margem de lucro comprometida não trazer prejuízos a empresa, pode no futuro ser a causa de um deficit no faturamento que, sem a aplicação do método de custeio ABC feito nesse artigo pelo fato da *Korpus* não utilizar de nenhum outro método não seria visualizado que o impacto veio do centro aquático, passando despercebido por ter seu custo total baixo se comparado com a musculação.

Diante do exposto, concluiu-se que é crucial para a administração do negócio conhecer minuciosamente seus gastos para fornecer um bom apoio na definição do preço de venda. Isso permite que o preço seja estabelecido de forma a cobrir todos os custos do negócio, assegurando a competitividade e o retorno esperado pelos donos e investidores.

REFERÊNCIAS

ABBAS, K.; GONÇALVES, M. N.; LEONCINE, M. **Os métodos de custeio: vantagens, desvantagens e suas aplicações nos diversos tipos de organizações apresentadas pela literatura**. ConTexto - Contabilidade em Texto, 13-Porto Alegre, v. 12, n. 22, p. 145–159, 2012. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/ConTexto/article/view/33487>. Acesso em: 22 ago. 2024.

ACADEMIA KORPUS, 2024. **Korpus Prata**. Disponível em: <https://www.academiakorpus.com.br/>. Acesso em: 19 ago. 2024

AGÊNCIA CÂMARA DE NOTÍCIAS. **"Projeto reconhece academias como locais de ações de promoção da saúde"** Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/903253-projeto-reconhece-academias-como-locais-de-praticas-de-acoes-de-promocao-da-saude>. Acesso em: 05 set. 2024.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ACADEMIAS (ACAD) 2018. Mercado mundial do Fitness: principais players e mudanças no top ten. **Revista ACAD**. 3° ed. n. 82 p.1-52. 2018.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ACADEMIAS (ACAD) 2023. Academias têm nova janela de oportunidades. **Revista ACAD**. 104° ed. p.1-55. 2023.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ACADEMIAS (ACAD) 2024. Nicho de oportunidades para academias. **Revista ACAD**. 106° ed. p.1-52. 2024.

DIEZ, Carmem Lúcia Fornari; HORN, Geraldo Bauduino. **Orientações para elaboração de projetos e monografias**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO (ENAGEP), 2005. **Métodos de custeamento na prestação de serviço – Um estudo de caso**. Disponível em: https://abepro.org.br/biblioteca/enegep2005_enegep0302_1391.pdf

EDENBRUG, Leslei G.; WOLCOTT, Susan K. **Gestão de custos: Como medir, monitorar e motivar o desempenho**. Editora LCT, 2007.

FACHIN, Odília. **Fundamentos de Metodologia**, Editora Saraiva, 2005.

FITNESS BRASIL, 2023. **Panorama setorial**, 2° ed. Disponível em: <https://marketing.fitnessbrasil.com.br/panorama-setorial-2-edicao-pt> Acesso: 22 ago. 2024.

GALLIANO, Alfredo Guilherme. **O método científico: teoria e prática**. São Paulo: Harbra, 1986.

IHRSA GLOBAL REPORT. **International Health Racquet & Sportsclub Association 2016**. Disponível em: <https://paulogentil.com/pdf/2016%20IHRSA%20Global%20Report%20Preview.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2024

JORNAL DA PARAÍBA, 2018. **Número de academias de ginástica cresce 109% em quatro anos na Paraíba**. Disponível em: <https://jornaldaparaiba.com.br/economia/numero-de-academias-de-ginastica-cresce-109-em-quatro-anos-na-paraiba>. Acesso em: 20 ago. 2024.

LAKATOS, Eva Maria. MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia do trabalho científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos**. 6ª ed., São Paulo: Atlas, 2001.

MACANE, Agostinho. **Contabilidade: Gestão de Custos**, 2023.

MACHADO, Itamar Miranda. **Gestão de custos e formação de preço**, 2012.

MARTINS, Eliseu; ROCHA, Welington. **Contabilidade de custos**. São Paulo: Atlas, 2003.

NAKAGAWA, Masayuki. **Custeio Baseado em Atividades**. São Paulo: Atlas, 1994.

NEVES, Silverio das; VICECONTI, Paulo. **Contabilidade de custo, um enfoque direto e objetivo**. 11ª ed., São Paulo: Frase, 2010

ONZE, 2020. “**Tipos de custos: conheça os principais e seus impactos**”
Disponível em: <https://www.onze.com.br/blog/tipos-de-custos/>. Acesso em: 07 set. 2024.

PAIM, Wilson Moisés Editora e Distribuidora Educacional S.A., 2016. **Análise de custos** / Wilson Moisés Paim. – Londrina

PROCON, 2024. **Pesquisa de academias de ginástica e musculação**. Disponível em: <https://joaopessoa.pb.gov.br/wp-content/uploads/2024/01/TABELAACADEMIA.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2024.

RESENDE, José Flávio Bomtempo. SEBRAE, **Manuais Como Elaborar**. Disponível em: <https://sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/UFs/MT/BIS/como%20formar%20o%20pre%C3%A7o%20de%20venda.pdf>. Acesso: 12 set. 2024.

ROQUE, F. F., & Lima, E. S. (2008). **Custeio Baseado em Atividades: Uma Aplicação Prática no Setor de Serviços**. Revista de Contabilidade e Organizações, 2(4), 65-83.

SANTOS, Joel José. **Manual de contabilidade e análise de custos**. 7. Ed. – São Paulo: Atlas, 2017

SANTOS, Marineia. **Contabilidade de custos**. 2018.

SICREDI, 2023. “**Rentabilidade e lucratividade: qual é a diferença?**”. Disponível em: <https://www.sicredi.com.br/site/blog/investimentos/rentabilidade-lucratividade-diferenca/>. Acesso: 15 set. 2024.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em Ciências Sociais: a pesquisa qualitativa em Educação**. São Paulo: Editora Atlas, 1987.

WIKIPÉDIA. **Pesquisa básica**. [S. l.], 3 set. 2023. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Pesquisa_b%C3%A1sica. Acesso em: 3 nov. 2024.

O IMPACTO DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NA CONTABILIDADE

Luis Henrique Oliveira dos Santos⁶⁹

Lauro Vinicio de Almeida Lima¹⁰

RESUMO

Este artigo busca realizar uma revisão bibliométrica sobre o impacto da inteligência artificial (IA) na contabilidade, destacando como essa tecnologia transforma a profissão ao otimizar processos contábeis e reconfigurar o papel do contador. Com escopo esta pesquisa busca, no âmbito de uma pesquisa bibliométrica, avaliar os efeitos da automação e das análises preditivas, que permitem previsões baseadas em grandes volumes de dados, sobre a eficiência das operações e a precisão na tomada de decisões. Além disso, explora-se a necessidade de adaptação às mudanças tecnológicas e a incorporação de novas competências profissionais, considerando os desafios éticos e regulatórios associados ao uso da IA. A metodologia baseia-se em uma revisão de literatura e na análise de estudos de caso que mostram como empresas têm implementado tecnologias de IA em processos contábeis, especialmente nas áreas de auditoria e análise de riscos. Os resultados indicam que a IA eleva a qualidade e precisão das atividades contábeis, permitindo que os profissionais se dediquem a funções estratégicas e consultivas, como o planejamento financeiro e a gestão de riscos, em vez de tarefas repetitivas. Conclui-se que, embora a IA represente uma grande oportunidade de inovação, seu uso exige uma adaptação constante dos profissionais às novas ferramentas e uma abordagem ética e responsável para assegurar a conformidade com regulamentos como a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD). A integração da IA exige colaboração entre contadores, reguladores e desenvolvedores para que a tecnologia traga benefícios sustentáveis à profissão e à sociedade.

Palavras-chave: inteligência artificial; contabilidade; automação; análise preditiva; ética; conformidade.

ABSTRACT:

This article seeks to carry out a bibliometric review on the impact of artificial intelligence (AI) on accounting, highlighting how this technology transforms the profession by optimizing accounting processes and reconfiguring the role of the

^{6 1} Graduando do Curso de Ciências Contábeis na Universidade UNIESP – PB

E-mail: 2021110140021@iesp.edu.br

² Professor Orientador, Graduado em Ciências Contábeis pela Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC), Doutorado em Ciências Contábeis pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Mestrado em Ciências Contábeis pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Especialização em Direito Tributário pelo Instituto de Educação Superior da Paraíba (IESP), em MBA em Finanças e Controladoria pela Universidade Pitágoras Unopar, em Contabilidade, Perícia e Auditoria pela Universidade Pitágoras Unopar, em Docência no Ensino Superior pelo Instituto de Educação Superior da Paraíba (IESP) e em Gestão de Contas Públicas pelo Instituto de Educação Superior da Paraíba (IESP). E-mail: prof2037@iesp.edu.br. Currículo lattes: <http://lattes.cnpq.br/8886425370313938>

accountant. This research seeks, within the scope of bibliometric research, to evaluate the effects of automation and predictive analysis, which allow predictions based on large volumes of data, on the efficiency of operations and precision in decision making. Furthermore, the need to adapt to technological changes and the incorporation of new professional skills is explored, considering the ethical and regulatory challenges associated with the use of AI. The methodology is based on a literature review and analysis of case studies that show how companies have implemented AI technologies in accounting processes, especially in the areas of auditing and risk analysis. The results indicate that AI increases the quality and accuracy of accounting activities, allowing professionals to dedicate themselves to strategic and advisory functions, such as financial planning and risk management, instead of repetitive tasks. It is concluded that, although AI represents a great opportunity for innovation, its use requires constant adaptation by professionals to new tools and an ethical and responsible approach to ensure compliance with regulations such as the General Data Protection Law (LGPD). The integration of AI requires collaboration between accountants, regulators and developers so that the technology brings sustainable benefits to the profession and society

KEY WORDS: artificial intelligence; accounting; automation; predictive analysis; ethics; compliance.

1 INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, a inteligência artificial (IA) tem reforçado um papel importante em várias tarefas diárias, sendo uma tecnologia transformadora que impacta diversas áreas, incluindo a contabilidade (GRÁCIO, 2022). Esse avanço tecnológico está mudando a forma como as organizações processam informações e tomam decisões, levando a uma maior eficiência e precisão nas operações. Segundo Brito (2023), “a integração da Inteligência Artificial (IA) generativa, como o ChatGPT, está revolucionando as operações contábeis, trazendo maior eficiência e precisão” No contexto da contabilidade, uma área essencial para a transparência e integridade financeira das empresas, a IA tem se mostrado uma ferramenta poderosa ao otimizar processos, automatizar tarefas repetitivas e possibilitar análises preditivas mais robustas, como destacado por Cardoso, (2024), ressaltando a fala de Carlos Piazza durante o Fórum de Inteligência Artificial no 21º Congresso Brasileiro de Contabilidade (CBC), “a incorporação da IA na contabilidade não quer dizer, necessariamente, que o contador será substituído. Agora, para que isso não aconteça, ele precisa estar sempre atualizado”. Essa evolução está redefinindo o papel do contador, que passa a atuar como um consultor estratégico, deixando de lado funções manuais e concentrando-se em atividades de maior valor agregado.

O estudo do impacto da IA na contabilidade ganha relevância devido à importância da área contábil para o funcionamento das empresas, bem como pelo crescente uso de tecnologias emergentes que alteram significativamente o cenário atual. Empresas com foco em auditoria e análise de risco estão incorporando sistemas baseados em IA para aprimorar suas práticas de conformidade. Teles (2024), ressaltou que é fundamental que os profissionais da auditoria não apenas se adaptem, mas utilizem essas tecnologias de forma produtiva, uma vez que elas estão disponíveis para facilitar a execução de tarefas e aprimorar os testes de validação. Isso implica não apenas mudanças operacionais, mas também éticas e regulatórias, exigindo uma reflexão profunda sobre como os profissionais contábeis devem se preparar para essas transformações.

O conhecimento prévio sobre o tema indica que, historicamente, a contabilidade tem sido uma disciplina que se adapta às inovações tecnológicas. Desde a introdução dos primeiros sistemas informatizados até os atuais softwares avançados, Lira (2005), ressaltou que o surgimento de técnicas de controle e contagem de recursos entre os primeiros humanos reflete uma necessidade prática de organização, que levou o homem primitivo a usar inscrições em troncos de árvores e seixos para registrar a quantidade de animais em seus rebanhos.

O setor contábil tem se beneficiado da automação para aumentar sua eficiência e precisão. No entanto, a IA traz uma nova dinâmica, pois não se trata apenas de uma ferramenta de apoio, mas de uma tecnologia capaz de tomar decisões com base em grandes volumes de dados, aprendendo e melhorando a partir dessas interações.

A relação entre IA e contabilidade é estreita e promissora. A automação de processos contábeis, como lançamentos manuais, reconciliação bancária e verificação de conformidade fiscal, permite que os profissionais se concentrem em atividades estratégicas, como planejamento financeiro e gestão de riscos. A capacidade da IA de analisar grandes volumes de dados em tempo real, identificar padrões e prever tendências também tem um impacto direto na forma como as empresas conduzem auditorias e relatórios financeiros. Com isso, o papel do contador, tradicionalmente voltado à execução de tarefas técnicas, é redefinido para uma posição mais analítica e estratégica.

Neste artigo, parte-se da hipótese de que a adoção da Inteligência Artificial na contabilidade não apenas melhora a eficiência operacional, mas também altera

profundamente as funções dos contadores, levando à necessidade de novas habilidades e competências. Além disso, investiga-se se essa transformação tecnológica pode trazer desafios éticos e de conformidade que impactem a atuação do profissional contábil.

O tema é restrito ao estudo do impacto da Inteligência Artificial nas funções tradicionais de contabilidade, focando em como a automação de tarefas e a análise antecipada estão modificando o papel dos contadores nas organizações. O problema de pesquisa consiste em entender no contexto de um estudo, até que ponto a adoção das tecnologias baseadas em Inteligência Artificial está mudando as práticas contábeis e quais são os principais desafios e oportunidades para os profissionais contábeis no Brasil?

A justificativa para este estudo está baseada na crescente utilização da IA nas empresas e na necessidade dos profissionais de contabilidade se adaptarem a essas mudanças. A integração da IA ao ambiente contábil apresenta implicações significativas para a formação e o futuro da profissão, exigindo uma revisão nas abordagens educacionais e nos códigos de ética que regem a profissão. Segundo Brito, 2024. Esse cenário também levanta questões importantes sobre a segurança e a privacidade dos dados dos clientes. Como os dados contábeis são altamente sensíveis, sua manipulação exige conformidade rigorosa com normas como a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), que estabelece diretrizes claras para o tratamento de informações pessoais.

Os objetivos gerais deste artigo são analisar os impactos da Inteligência Artificial na área contábil, com ênfase em como a automação e as tecnologias preditivas que são tecnologias que antecipam algo a partir de dados, ação ou informação, estão remodelando o papel do contador. Entre os objetivos específicos, estão: I) identificar as principais ferramentas de IA utilizadas na contabilidade; II) avaliar os impactos na eficiência e qualidade das atividades contábeis; III) investigar as novas competências exigidas dos profissionais da área; e IV) discutir os desafios éticos e regulatórios decorrentes da adoção da IA.

Este estudo caracteriza-se como uma pesquisa de natureza bibliográfica, cujo objetivo será baseado em uma revisão de literatura sobre o impacto da IA na contabilidade, bem como na análise de estudos de caso que exploram como empresas têm implementado essa tecnologia em seus processos contábeis. A

pesquisa será qualitativa, com abordagem descritiva, utilizando dados secundários para identificar padrões e tendências emergentes na adoção da IA na contabilidade.

A estrutura do artigo será organizada da seguinte forma: inicialmente, será abordado o conceito de Inteligência Artificial e suas aplicações na contabilidade. Em seguida, será feita uma análise dos impactos operacionais e estratégicos da IA sobre as funções contábeis. O terceiro capítulo tratará dos desafios éticos e regulatórios enfrentados pelos contadores. Por fim, o artigo concluirá com uma discussão sobre as implicações futuras dessa tecnologia para a profissão contábil e sugestões de direções futuras para pesquisas na área.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 CONCEITO DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

A Inteligência Artificial (IA) é uma área das ciências da computação dedicada ao desenvolvimento de sistemas, eles são físicos ou digitais, com o objetivo de replicar a capacidade humana de raciocínio e tomada de decisões. O primeiro grande trabalho nesse campo foi realizado por Warren McCulloch e Walter Pitts em 1943, que propôs um modelo de neurônios artificiais baseado em três fundamentos: a fisiologia dos neurônios, a lógica proposicional de Russell e Whitehead, e a teoria da computação de Turing. Nesse modelo, cada neurônio é descrito como estar "ligado" ou "desligado", representando uma proposição que define um estímulo adequado (Russell; Norvig, 2013).

De acordo com John McCarthy (1962), considerado o criador do termo, a IA é “a ciência e engenharia de produção de sistemas inteligentes”. Assim, ela se refere à capacidade de dispositivos eletrônicos de funcionarem de modo que remete ao pensamento humano (Barbosa, 2019). Apesar de ser um campo relativamente novo, o IA surgiu na década de 1950, período que coincide com a origem do computador. Mais precisamente, no verão de 1956, ocorreu a Dartmouth College Conference, que é considerada a partida inicial da IA (Sichman, 2021). Em 1964 o público conheceu Eliza que segundo Barbosa (2020, pág. 95) criado por Joseph Weizenbaum no laboratório de Inteligência Artificial do *Massachusetts Institute of Technology* (MIT), foi projetado para fornecer aconselhamentos psicológicos e

respostas empáticas. o robô de conversação *Eliza*, era um chatbot que utilizava um conjunto de regras simples baseadas em palavras-chave e na estrutura sintática das frases para gerar respostas que imitavam a interação de um psicanalista. O sistema ficou tão convincente que muitos o consideraram um possível complemento nos tratamentos psicoterápicos, pois suas respostas apresentavam características de empatia e acolhimento, que são frequentemente associadas a um bom atendimento psicológico. A criação de Eliza foi um marco no campo da inteligência artificial e é considerada uma das primeiras tentativas de imitar a interação humana de maneira automatizada, influenciando, até hoje, o desenvolvimento dos modernos chatbots usados em diversos contextos, como atendimento ao cliente e assistentes pessoais em sites comerciais.

Segundo Aires (2019) atualmente a Inteligência Artificial esta ramificada em duas subdivisões o Aprendizado de Máquina (*Machine Learning*) que seria a máquina aprender a partir de dados informados e o Aprendizado Profundo (*Deep Learning*) referindo-se ao conceito de aprendizado contínuo das informações obtidas. A IA envolve tecnologias que simulam a inteligência humana para realizar tarefas específicas, como reconhecimento de padrões, aprendizagem e tomada de decisões. Entretanto, não há uma definição acadêmica universalmente aceita para o conceito de IA, o que reflete a complexidade e a amplitude da área. A IA é, portanto, frequentemente descrita como uma combinação de técnicas e modelos desenvolvidos para resolver problemas específicos. Devido à diversidade de abordagens e desafios, recomendamos referir-se a "sistemas que utilizam técnicas de IA" em vez de mencionar "a IA da empresa X", destacando que a IA é, essencialmente, uma ferramenta para melhorar processos e não uma entidade única ou autônoma (Sichman, 2021).

2.2 AUTOMAÇÃO E EFICIÊNCIA OPERACIONAL

A adoção de ferramentas de inteligência artificial nas empresas de contabilidade como a Row que tem como foco a automatização de relatórios e integração de dados e tem um papel crucial na minimização de erros em tarefas operacionais repetitivas. Isso se aplica especialmente a processos como gerar relatórios financeiros, integração de dados, monitoramento, lembretes e oferece sugestões para melhorar a clareza e a eficácia da comunicação para garantir maior

eficiência. A automação desses processos tornou-se uma necessidade, independentemente do porte da empresa, para que elas possam se manter competitivas no mercado. O aumento no volume de dados e a exigência por agilidade no registro de informações, aliados à precisão necessária para evitar penalidades, tornam o uso dessas tecnologias indispensável. Sem essa automação, os custos com mão de obra e os riscos de erros aumentariam significativamente, como destaca Fortes Tecnologia (2022).

Ao longo do tempo, os microcomputadores promoveram um avanço significativo na contabilidade, substituindo processos mecanizados e equipamentos como as máquinas de datilografia, que se tornaram obsoletas no ambiente empresarial, essa mudança, impulsionada pela evolução da microinformática, trouxe maior agilidade ao fluxo de trabalho contábil, Cosenza e Rocchi (2014).

A revolução tecnológica, se estendeu por diversas áreas de negócios, e a contabilidade não ficou de fora. Novos sistemas têm transformado significativamente essa área, como discutido por Merlugo, Carraro e Pinheiro (2021), permitindo que os profissionais contábeis se concentrem em atividades de maior valor, como a análise de dados e a detecção de oportunidades de crescimento. Kuperchmit (2022) reforça que as soluções de software mais recentes têm permitido uma compreensão mais profunda da saúde financeira das empresas, ao automatizar a coleta de dados e simplificar tarefas de gestão. Dessa forma, os contadores podem focar na análise crítica e estratégica, em vez de nas atividades rotineiras. Além disso, como destacado por Sumar (2021), as novas tecnologias têm beneficiado áreas fiscais e tributárias ao tornarem os processos contábeis mais eficientes e menos suscetíveis a erros, a automação não apenas melhora a eficiência, mas também garante maior segurança e flexibilidade nos processos diários, consolidando a relevância dessas inovações para o sucesso contínuo das empresas.

2.3 FERRAMENTAS DE IA NA CONTABILIDADE

Nos últimos anos diversas ferramentas de inteligência artificial (IA) estão sendo integradas à contabilidade, incluindo softwares de automação para lançamentos contábeis, como a Ottimiza que tem como objetivo facilitar o lançamento contábil como leitura de cartão de crédito e de extratos bancários. A adoção dessas tecnologias permite uma análise mais detalhada e precisa dos dados

financeiros, elevando a qualidade das informações fornecidas aos gestores. Nesse sentido, Gomes (2024, apud Bose et al. 2022), ressalta que o domínio de IA e a robotização são competências essenciais para o uso eficaz dessas ferramentas, proporcionando uma contribuição significativa para as atividades contábeis.

A contabilidade, ao longo do tempo, passou a ser um elemento indispensável no processo de tomada de decisão dentro das empresas. De acordo com Silva (2023, apud Novaes, 2019, pag. 7), o envolvimento mais profundo dos profissionais na geração de informações de qualidade é crucial para influenciar positivamente a administração das organizações. Nesse contexto, Rech e Petri (2021) apontam que as próprias empresas precisaram desenvolver sistemas que pudessem agilizar as operações diárias, visando atender à demanda dos gestores por informações ágeis e precisas para a tomada de decisões estratégicas.

Os sistemas de informação contábil, por sua vez, precisam estar integrados com todas as áreas da empresa, uma vez que têm a função de registrar, processar e relatar dados essenciais. Conforme observado por Xavier, Carraro e Rodrigues (2020), essa integração garante que as informações fluam de maneira eficiente dentro da organização. Para auxiliar nesse processo, os sistemas ERP (Enterprise Resource Planning), conforme detalhado por Rech e Petri (2021), foram desenvolvidos com o objetivo de unificar os dados das diversas áreas da empresa, como compras, vendas e faturamento, fornecendo aos gestores informações confiáveis e centralizadas em uma única plataforma.

Esses sistemas têm como objetivo simplificar as atividades contábeis ao produzir informações econômicas, financeiras, orçamentárias e patrimoniais de forma integrada, garantindo que dados confiáveis sejam entregues aos tomadores de decisão, como destacam Novaes e Braga (2021, pag. 223). No entanto, para que a implementação de um sistema de informação contábil tenha sucesso, Pauleski (2023, apud Oliveira e Malinowski 2016), enfatiza a importância de atender a alguns pré-requisitos, incluindo fatores humanos, tecnológicos e materiais. Profissionais capacitados são essenciais para operar o sistema; além disso, é necessário contar com suporte tecnológico adequado, e equipamentos materiais, como computadores, são indispensáveis para o funcionamento eficiente dessas soluções tecnológicas.

2.4 IMPACTOS NA TOMADA DE DECISÕES

Com o avanço das tecnologias digitais, a quantidade de dados gerada diariamente tem aumentado de maneira impressionante. Isso torna cada vez mais importante o uso de Inteligência Artificial (IA) para processar e interpretar essas informações de forma eficaz. Segundo Pinto (2019), à medida que a sociedade avança em sua digitização, uma quantidade imensa de dados é gerada, sendo essencial o uso de sistemas de IA para analisar e compreender essa informação de forma eficiente, dada sua grande volume e velocidade de transmissão

Os sistemas de IA são projetados para identificar padrões e prever comportamentos, baseando-se nos dados com os quais foram treinados. Pinto (2019, apud Wolkart, 2019) explica que, ao aprender com essas informações, a IA é capaz de generalizar soluções e aplicar esse conhecimento em novas situações, o que é particularmente útil para apoiar decisões estratégicas.

Além disso, à medida que as tecnologias de armazenamento e processamento de dados evoluem, a IA se torna ainda mais poderosa. Conforme Bigonha (2018, p. 02), “quanto mais avançadas e acessíveis se tornam as tecnologias de processamento e de armazenamento de dados, mais poderosos ficam os sistemas de Inteligência Artificial, simplesmente porque eles conseguem tomar decisões mais complexas em tempo hábil.”

Outro ponto importante é que a IA pode tomar decisões de forma autônoma, baseando-se em suas experiências anteriores. Conforme Pires (2017, p. 243), “com a habilidade de treinar a si mesma e acumular experiências, a IA pode tomar decisões independentemente da vontade de seu desenvolvedor e, inclusive, chegar a resultados sequer passíveis de previsão pelos seus programadores”.

Quando se trata do uso da IA no meio empresarial, podemos dividir suas aplicações em dois tipos principais: uso externo e uso interno. Segundo Teffé (2019, pág. 313), a IA pode ser usada para melhorar o atendimento ao cliente, como no caso de chatbots e assistentes virtuais, ou pode ser aplicada internamente para ajudar em decisões estratégicas, como análise de dados e otimização de processos. Esses usos mostram como a IA pode ter um impacto significativo tanto nas operações quanto nas interações com o público.

2.5 NOVAS COMPETÊNCIAS E FORMAÇÃO PROFISSIONAL

Com a crescente inserção da Inteligência Artificial (IA) no mundo dos negócios, os contadores estão enfrentando a necessidade de adquirir novas habilidades. Além das competências tradicionais, como o domínio das normas contábeis, agora é fundamental que esses profissionais também conheçam áreas como ciência de dados e análise de informações. A importância da formação contínua e da atualização profissional para o contador é crucial em um ambiente contábil em constante evolução (Correia, 2024, apud Jornal Contábil, 2023).

Nesse contexto, Farias (2024, apud Oliveira, 2021, pág. 23) aponta que a IA vem modificando o perfil do contador, que precisa desenvolver habilidades novas, como a capacidade analítica e a resolução de problemas complexos. A adoção de tecnologias avançadas está cada vez mais demandando que os contadores sejam capazes de interpretar dados e tomar decisões estratégicas.

Além disso, a IA pode ser entendida como uma ferramenta projetada para “desenvolver algoritmos e sistemas capazes de realizar tarefas que exigem habilidades tipicamente humanas” (Garcia, 2020, pág. 15). Isso reforça o papel crucial que a IA pode desempenhar na contabilidade, automatizando processos e permitindo que os profissionais se concentrem em atividades de maior valor agregado.

No cenário atual, a rápida evolução tecnológica exige que os contadores estejam sempre atualizados e aptos a usar as novas ferramentas que surgem. Como explica Farias; Monteiro (2024, apud Oliveira, 2019), acompanhar essas mudanças tecnológicas é essencial para que os profissionais se mantenham competitivos. A capacidade de adaptação a novas tecnologias, conforme Farias; Monteiro (2024, apud Alves, 2018), tornou-se um fator chave no sucesso da carreira contábil.

Ademais, segundo Farias; Monteiro (2024, apud Santos e Konzen, 2020), o uso eficiente das ferramentas tecnológicas permite que os contadores ganhem tempo para realizar outras atividades mais estratégicas, como a consultoria, agregando mais valor ao seu trabalho e melhorando sua contribuição para as empresas.

2.6 DESAFIOS ÉTICOS E REGULATÓRIOS

A adoção de tecnologias avançadas, como o ChatGPT, na área contábil levanta uma série de questões éticas e regulatórias, especialmente no que diz

respeito à segurança e à privacidade dos dados dos clientes. As informações contábeis são altamente sensíveis, pois envolvem detalhes financeiros das empresas que cancelam a manipulação cuidadosa e rigorosa conformidade com as legislações vigentes. No Brasil, a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) define diretrizes específicas para o tratamento de dados pessoais, buscando garantir que a privacidade dos dados seja respeitada e protegida (Brito, 2024).

Além dessas questões, questões mais amplas relacionadas à privacidade, segurança e visão algorítmica surgem à medida que a Inteligência Artificial (IA) se torna mais presente na contabilidade. Farias; Monteiro (2024) destaca que questões relacionadas à privacidade, segurança e viés algorítmico surgem com a utilização da IA na contabilidade. A visão algorítmica, em particular, é uma questão crítica, já que as decisões automatizadas por IA podem inadvertidamente perpetuar desigualdades ou distorcer resultados.

A implementação de soluções de IA que respeitem princípios éticos adequados também se apresenta como um dos maiores desafios enfrentados pela contabilidade. Lima (2023, apud FUKUDAPARR, 2021, T03, Pág: 53) aponta que há uma divergência significativa em como os princípios éticos relacionados à IA são interpretados e aplicados. Isso gera dificuldades na criação de padrões éticos consistentes, especialmente porque cada empresa ou jurisdição pode ter abordagens diferentes sobre como esses princípios devem ser seguidos. Esse cenário destaca a necessidade urgente de desenvolver mecanismos regulatórios sólidos, que possam orientar e fiscalizar o uso de IA de forma ética e responsável.

Outro desafio fundamental envolve a ausência de governança adequada sobre o uso da IA. Lima (2023, apud CATH, 2018, T05, Pág: 54) sugere que a falta de regulamentação efetiva deixa espaço para que grandes empresas de tecnologia utilizem os dados de forma indiscriminada, o que pode prejudicar os direitos dos indivíduos e comprometer a segurança de suas informações pessoais. O estudo enfatiza a necessidade de uma vigilância constante para evitar uma "regulamentação americanizada", onde as grandes empresas, predominantemente localizadas nos Estados Unidos, podem ter uma influência desproporcional sobre as decisões políticas e regulatórias relacionadas à IA.

Esses tópicos e regulatórios tornam claro que o futuro da contabilidade, ao integrar a IA, dependerá fortemente da criação de normas robustas e de um sistema de governança desafiadora adequado que assegure o uso responsável dessas

tecnologias, garantindo tanto a proteção de dados quanto a transparência nos processos de tomada de decisão.

A União Europeia tem promovido uma abordagem coordenada para a Inteligência Artificial desde 2018, com base na Comunicação da Comissão Europeia. O Plano Coordenado para a IA visa maximizar os benefícios e enfrentar os desafios dessa tecnologia emergente, estabelecendo sete objetivos principais. Entre eles, destacam-se o financiamento de startups, um investimento de 1,5 bilhões em centros de excelência em pesquisa, o apoio à formação acadêmica em IA, a criação de espaços de dados europeus comuns e a elaboração de diretrizes éticas globais. Essa iniciativa não apenas busca impulsionar a inovação, mas também garantir uma integração ética e colaborativa das tecnologias de IA em toda a Europa (MELO; SOUZA; VASCO; REIS, 2022, apud COMMISSION, 2018a; COMMISSION, 2018b). Para Nonato (2022), para garantir a confiabilidade, os sistemas de IA incluindo todos os atores e processos envolvidos, devem ser legais, éticos e robustos.

3 METODOLOGIA

A revisão da literatura foi realizada com base em critérios rigorosos de seleção e exclusão, visando garantir a relevância e a qualidade das fontes, foram selecionados materiais publicados entre 2019 e 2024, com o intuito de garantir a atualidade da pesquisa, levando em consideração o rápido avanço da inteligência artificial. Priorizaram-se artigos revisados, revistas especializadas e artigos de conferências como o CFC. Materiais como sites e pesquisa de blogs não foram incluídos devido à menor verificação rigorosa da qualidade. Foram selecionados apenas os trabalhos diretamente relacionados à utilização da IA na contabilidade, incluindo suas implicações éticas, operacionais e regulatórias. Trabalhos que discutem IA ou contabilidade de forma isolada sem uma interligação clara entre os dois, foram excluídos da análise.

As fontes de dados utilizadas incluem: Google Acadêmico, Conselho Federal de Contabilidade, Cetic, Researchgate, portal de publicações Eletrônicas da UERJ, Biblioteca Digital de Trabalhos Acadêmicos (BDTA) – UFRA e o Fortes Tecnologia. Essas bases foram escolhidas pela sua robustez e a qualidade das publicações disponíveis nessas áreas. Durante a busca, foram utilizados os seguintes termos-

chave, "Inteligência Artificial na Contabilidade", "IA e Automação Contábil", "IA e Ética Contábil", "Tecnologia disruptiva na Contabilidade" e "LGPD e Contabilidade". Após realizar a busca inicial, limitaram-se a busca, a materiais em português, considerando a relevância de publicações nesse idioma para o contexto acadêmico e profissional da área de contabilidade. O foco foi em artigos teóricos e qualitativos, que discutem a implementação e os impactos da IA na contabilidade em termos conceituais, éticos e normativos. Estudos empíricos quantitativos, como pesquisas que analisam grandes volumes de dados ou que focam apenas em dados numéricos, foram excluídos, pois não se alinhavam aos objetivos da análise qualitativa da pesquisa. Na análise, foram identificados temas centrais, extraíndo-se dados relevantes de cada estudo, que foram comparados e analisados criticamente, evidenciando tanto os benefícios quanto os desafios do uso da IA na contabilidade e apontando lacunas na literatura, como a necessidade de mais estudos sobre a implementação prática da IA em empresas de diferentes portes.

Para a pesquisa realizada foi utilizado um método descritivo e qualitativo, conforme definido por Caleffe e Moreira (2006). “a pesquisa Descritiva é um estudo de status que é amplamente usado na educação e nas ciências comportamentais”. Ainda segundo Caleffe e Moreira a pesquisa qualitativa nada mais é do que “explorar as características dos indivíduos e cenários que não podem ser facilmente descritos numericamente”. Portanto a atual pesquisa tem como objetivo explorar e descrever o impacto da Inteligência Artificial (IA) no campo da contabilidade. Para investigar como a IA está sendo integrada ao ambiente contábil e aos desafios éticos e regulatórios, a pesquisa foi desenvolvida a partir de uma revisão bibliográfica abrangente.

Quanto ao procedimento técnico, escolheu-se realizar uma pesquisa bibliográfica, esse método foi escolhido para compreender e identificar mudanças nas práticas e desafios relacionados à contabilidade, incluindo novas competências relevantes, implicações éticas e a adaptação às regulamentações. Ainda de acordo com Caleffe e Moreira (2006), “a pesquisa bibliográfica é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”. Portanto a revisão dessas publicações acadêmicas revisadas por pares, livros especializados, relatórios técnicos e legislação relevante, como a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), como enfatizado por Lorenzon (2021, apud Cavalcante, 2018).

A LGPD corresponde a um regulamento geral para proteção de dados pessoais, independentemente destes passarem por fluxos da Internet ou não. Assim, quaisquer estabelecimentos que coletem dados pessoais como farmácias, locadoras de carro, postos de gasolina estão submetidos às disposições legais.

Todos os dados obtidos na revisão bibliográfica serão baseados em forma qualitativa, focando na identificação de padrões, tendências e lacunas na literatura sobre IA na contabilidade. Esse processo buscou destacar; avaliação dos ganhos de eficiência, automação de processos e redução de erros, com base em exemplos encontrados na literatura. Identificação das novas habilidades e conhecimentos que os profissionais de contabilidade devem adquirir para lidar com a IA, conforme abordado nas publicações revisadas, e a análise das questões éticas e dos critérios de conformidade com regulamentações como a LGPD, abordando a necessidade de práticas seguras e responsáveis no uso da IA.

A dependência da literatura implica que esta pesquisa pode não cobrir toda a diversidade de implementações de IA no campo contábil. Além disso, a falta de acesso a relatórios internos de empresas e a dados específicos sobre o uso de IA limita a análise a uma perspectiva predominantemente teórica.

4 ANÁLISE BIBLIOMÉTRICA

A presente pesquisa teve como objetivo analisar as principais contribuições da literatura sobre o impacto da inteligência artificial na contabilidade, identificando abordagens teóricas e práticas apresentadas pelos autores. Para isso, foi realizada uma revisão bibliográfica, seguindo critérios rigorosos de seleção e exclusão, com foco em publicações recentes e de alta relevância acadêmica. A execução deste trabalho seguiu uma abordagem sistemática, dividida em etapas bem definidas, que garantiram a organização e a qualidade da pesquisa. O processo é detalhado abaixo:

4.1 PLANEJAMENTO DA PESQUISA E COLETA DE DADOS

A revisão bibliográfica abrangeu materiais publicados entre 2019 e 2024, assegurando a atualidade das informações devido ao rápido avanço tecnológico. Foram priorizadas publicações revisadas por pares, artigos de revistas científicas especializadas e trabalhos apresentados em conferências reconhecidas, como as do Conselho Federal de Contabilidade (CFC). As fontes utilizadas incluíram bases confiáveis, como: Google Acadêmico; Conselho Federal de Contabilidade (CFC); ResearchGate; Cetic; Portal de Publicações Eletrônicas da UERJ; Biblioteca Digital de Trabalhos Acadêmicos (BDTA) – UFRA e Fortes Tecnologia.

Os seguintes termos chaves foram empregados na busca: "Inteligência Artificial na Contabilidade"; "IA e Automação Contábil"; "IA e Ética Contábil"; "Tecnologia Disruptiva na Contabilidade"; "LGPD e Contabilidade".

4.2 APLICAÇÃO DE FILTROS

Inicialmente, foram encontrados 32 materiais relacionados ao tema. Para garantir a relevância, aplicaram-se os seguintes critérios para ser discutido e usado na revisão de literatura:

- **Critérios de inclusão:** Trabalhos diretamente relacionados à aplicação da IA na contabilidade, abordando questões éticas, operacionais e regulatórias.

- **Critérios de exclusão:** Publicações que tratavam de IA ou contabilidade de forma isolada, sem uma interligação clara entre os temas, além de materiais de sites e blogs, devido à menor verificação da qualidade acadêmica.

Após essa triagem, foram selecionados 10 trabalhos relevantes para análise detalhada, como demonstrado no quadro 01, que será visto a seguir.

4.3 ANÁLISE DE DADOS

Os trabalhos selecionados foram analisados qualitativamente com ênfase em três aspectos principais sendo eles:

- **Eficiência e automação de processos:** Estudos que exploram o impacto da IA na melhoria da produtividade contábil e na redução de erros.

- **Novas competências profissionais:** Identificação das habilidades e conhecimentos que os profissionais da contabilidade precisam adquirir para se adaptarem ao uso da IA.
- **Questões éticas e regulamentares:** Reflexão sobre os desafios éticos e a conformidade com normas, como a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).

4.4 INTERPRETAÇÃO E SÍNTESE

Os estudos analisados indicam que a integração da IA à contabilidade oferece ganhos significativos em eficiência e automação, reduzindo tarefas repetitivas e possibilitando maior foco em atividades analíticas. Contudo, foram identificadas lacunas importantes na literatura, como a necessidade de mais pesquisas sobre a implementação prática da IA em empresas de diferentes portes e a capacitação dos profissionais para lidar com essa tecnologia de maneira ética e responsável.

O quadro abaixo resume as principais referências consultadas, destacando o autor, o objetivo do estudo, a metodologia empregada e as conclusões obtidas.

Autor	Objetivo	Metodologia	Conclusões
BRITO, Álvaro. (2024)	O principal objetivo do artigo é explorar como o ChatGPT e outros modelos de linguagem de grande escala (LLMs) podem ser aplicados no campo da Contabilidade de maneira segura e em conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD)	O artigo adota uma abordagem exploratória e analítica para investigar o uso do ChatGPT e de outros modelos de linguagem de grande escala	A conclusão do artigo destaca que a aplicação de IA generativa, como o ChatGPT, no campo da Contabilidade pode trazer inovações significativas, proporcionando maior eficiência e precisão nas análises e operações financeiras. No entanto, enfatiza que, para que essa tecnologia seja adotada com segurança, é essencial garantir que as práticas contábeis estejam em conformidade com regulamentações como a LGPD, que protegem os dados sensíveis dos clientes.
CORREIA, Priscylla Fernandes (2024)	O trabalho tem como objetivo demonstrar o perfil profissional necessário para o contador no Brasil, destacando a importância de uma combinação de habilidades técnicas, conhecimentos	oi utilizada uma abordagem descritiva e exploratória para examinar as demandas atuais do mercado em relação ao perfil do contador. O estudo analisa a importância de habilidades específicas,	O estudo conclui que o contador brasileiro precisa de um conjunto diversificado de competências para se manter relevante e eficaz. Além das habilidades técnicas e regulatórias, destacam-se a necessidade de habilidades interpessoais

	regulatórios, competências interpessoais, adaptação à tecnologia e valores éticos.	como a compreensão das normas contábeis nacionais e internacionais (NBC e IFRS) e das leis tributárias, além de habilidades interpessoais, uso de tecnologias de gestão financeira e princípios éticos.	e analíticas para comunicação e suporte estratégico, e a adaptação a tecnologias que aprimorem a precisão e a eficiência do trabalho
CARDOSO, Rafaela. (2024)	O objetivo do Fórum de Inteligência Artificial, realizado no 21º CBC, foi capacitar os profissionais da contabilidade sobre o impacto da IA nas práticas contábeis, apresentando como a automação de tarefas repetitivas pode aumentar a eficiência e precisão no setor.	A metodologia do evento foi centrada em palestras e fóruns interativos, com a participação de especialistas, auditores, reguladores, professores universitários e líderes do setor contábil.	A principal conclusão do evento foi que a inteligência artificial pode transformar a contabilidade, mas não substitui o papel do contador.
PINHEIRO, Levy Benoni Braga. (2024)	Investigar o impacto da inteligência artificial sobre a contabilidade, principalmente considerando as novas habilidades requeridas para o profissional na prática contábil.	Baseado em estudo de carácter teórico	O estudo destaca que a inteligência artificial na contabilidade oferece oportunidades significativas para melhorar a eficiência, rapidez e eficácia dos procedimentos contábeis.
PEREIRA, A. C. de S. et al.(2020).	O objetivo do artigo é investigar os dilemas éticos surgidos com o uso de sistemas de Inteligência Artificial (IA) e analisar como esses dilemas se relacionam com possíveis violações de direitos humanos.	A metodologia adotada é uma pesquisa de carácter documental e bibliográfico, com uma análise qualitativa. A pesquisa consiste em revisar a literatura existente sobre o tema (IA e direitos humanos) e analisar um estudo de caso exploratório, com foco nas diretrizes éticas da União Europeia. O estudo busca compreender os dilemas éticos e as possíveis soluções normativas relacionadas à IA.	A conclusão do artigo destaca que há uma necessidade urgente de regulamentação dos sistemas de IA, a fim de normatizar questões que impactam os direitos humanos. Essa regulamentação deve ser capaz de mitigar os riscos de violação de direitos humanos, mas também enfrenta o desafio de equilibrar a inovação tecnológica com as necessidades de proteção dos direitos fundamentais, evitando possíveis impactos inibitórios ao progresso tecnológico.
GUEDES, Umberto Vinicius Alves (2024)	O objetivo deste trabalho é investigar a potencialidade da Inteligência Artificial (IA) na contabilidade, destacando como ela tem modificado e revolucionado os processos contábeis, com ênfase nas transformações relacionadas ao	A metodologia utilizada é de carácter exploratório, baseada em uma revisão de literatura sobre o impacto da IA na contabilidade. A pesquisa recorre a diversas obras literárias que abordam o tema, com o intuito de identificar as principais	A conclusão do trabalho aponta que a Inteligência Artificial tem se mostrado uma ferramenta transformadora para a contabilidade, trazendo benefícios significativos como a automação de processos, maior precisão na análise de dados e eficiência operacional.

	processamento de dados e à automação de tarefas.	tendências e desafios relacionados à implantação de IA nos processos contábeis	
KUPERCHMIT, S. (2022)	O texto explora as principais tendências que impactam o setor de contabilidade e as transformações que a profissão está passando para se adaptar à economia digital.	Uma análise se baseia em especificidades e dados de mercado, como o crescimento do mercado de software de contabilidade, e discute tendências tecnológicas específicas (blockchain, IA, RPA, nuvem e terceirização).	A contabilidade está evoluindo de um papel focado em registros e cálculos manuais para uma profissão orientada pela análise de dados e estratégias consultivas. Com a integração de tecnologias como IA, blockchain e soluções baseadas em nuvem, os contadores agora podem fornecer insights mais estratégicos e precisos para seus clientes e organizações.
LANG, M. J. Santos(2024)	O objetivo do estudo é buscar compreender quais impactos a IA causa em um escritório no Rio Grande do Sul	Buscou-se uma pesquisa exploratória que tange uma fundamentação teorica partindo de m estudo de caso	A utilização da Inteligência Artificial (IA) no campo contábil tem se mostrado extremamente benéfica, especialmente na automatização de tarefas repetitivas e de alto volume, como o processamento de dados fiscais e a geração de relatórios.
LIMA, Marília Gabriela Silva. (2023)	O objetivo da dissertação é avaliar os aspectos éticos e regulatórios relacionados à implementação de soluções de inteligência artificial no Poder Judiciário Brasileiro. O estudo busca entender como a IA está sendo adotada no Judiciário, levando em consideração questões de ética, responsabilidade e transparência	A metodologia utilizada na dissertação inclui a análise de dados obtidos, revisão sistemática da literatura, análise do framework FAT e a dissertação também discute a Resolução nº 332/2020 do CNJ, que trata de diretrizes para o uso ético da IA no Judiciário, e analisa os dados coletados pelo TCU.	A conclusão destaca que Existe uma falta de aderência ao framework FAT por parte dos tribunais que participaram do questionário e a implementação e IA sem parâmetros éticos adequados pode acarretar riscos significativos, como a violação de direitos fundamentais, desigualdade e discriminação. A dissertação conclui a necessidade urgente de regulamentação da IA no Judiciário, além da criação de padrões claros para sua implementação, para garantir que os princípios éticos sejam seguidos de maneira transparente e acessível.
SILVEIRA, VanDyck; GRINBAUM, Ricardo (2020)	A Trevisan busca modernizar e adaptar seus cursos às demandas da transformação digital, integrando a ciência de dados aos currículos de Administração e Contabilidade. O objetivo é formar profissionais	A Trevisan redesenhou seu currículo, dedicando entre 600 e 700 horas de um total de 4 mil horas de cursos de graduação para ciência de dados, com disciplinas que abordam big data, IA e outras tecnologias. Além disso,	Trevisan aposta na interdisciplinaridade e no aprendizado prático, formando profissionais completos e capazes de aplicar a ciência de dados em suas áreas de atuação. Silveira destaca que, em breve, o uso da ciência de dados será uma habilidade

	capacitados para lidar com tecnologias como big data, IA e IoT, tornando-os aptos a resolver problemas complexos e aplicar esses conhecimentos em diversas áreas de negócios.	incluiu atividades práticas, como projetos aplicados, e criou um MBA exclusivo para ciência de dados.	fundamental para todos os profissionais.
--	---	---	--

Quadro 1: Comparação de Teorias sobre o Tema O IMPACTO DA IA NA CONTABILIDADE
 Nota: A tabela acima resume as principais teorias e suas características para facilitar a comparação.

O quadro 1 apresenta uma visão abrangente sobre o impacto da inteligência artificial (IA) na contabilidade, refletindo diferentes perspectivas de autores que destacam tanto os benefícios quanto os desafios dessa tecnologia no setor.

Autores como Brito (2024), Guedes (2024) e Lang (2024) ressaltam o potencial da IA para revolucionar os processos financeiros, especialmente por meio da automação de tarefas repetitivas e do processamento de grandes volumes de dados. Esses estudos destacam que a IA proporciona maior eficiência e precisão nas operações financeiras, permitindo que os profissionais concentrem suas habilidades em tarefas estratégicas.

Por outro lado, autores como Kuperchmit (2022) e Correia (2024) abordam as transformações na profissão contábil decorrentes do uso da IA e de outras tecnologias. Correia enfatiza que o contador moderno deve combinar habilidades técnicas, interpessoais e tecnológicas para se adaptar a um mercado em constante evolução. Já Kuperchmit foca na transição da contabilidade de um papel tradicionalmente manual para uma função mais analítica e estratégica, organizada por ferramentas avançadas, como blockchain e IA.

Silveira e Grinbaum (2020) discutem a importância de adaptar a formação acadêmica para atender às demandas da transformação digital, orientando a integração de ciência de dados nos currículos de contabilidade. Segundo os autores, a modernização do ensino é essencial para capacitar profissionais aptos a lidar com os novos critérios do mercado.

O impacto ético da IA é explorado por Pereira et al. (2020) e Lima (2023), que alertam para os riscos de uma implementação sem diretrizes claras. Esses trabalhos apontam que a ausência de orientação pode resultar em evidência de direitos fundamentais e ampliar desigualdades. Ambos defendem uma urgência de normativas que equilibrem inovação, proteção de direitos humanos e ética profissional.

Cardoso (2024) complementa essa discussão ao destacar que, embora a IA traga benefícios para a contabilidade, ela não substitui o papel estratégico e humano do contador. A colaboração entre tecnologia e profissional é vista como essencial para o futuro do setor.

Conclui-se, portanto, que a IA representa uma ferramenta poderosa para transformar a contabilidade, mas sua adoção requer atenção cuidadosa a aspectos éticos, regulatórios e educacionais. Os autores convergem na ideia de que, para aproveitar plenamente o potencial da IA, é necessário um esforço conjunto para capacitar profissionais, desenvolver práticas regulamentares e integrar tecnologias de forma segura e eficiente.

4.5 Integração da Inteligência Artificial na Contabilidade

Como destacado por Brito (2024), "A integração da IA generativa, como o ChatGPT, na Contabilidade pode transformar profundamente as operações e análises financeiras, oferecendo maior eficiência e precisão." Essa citação evidencia o potencial revolucionário da IA generativa na área contábil, sugerindo que, ao incorporar tecnologias como o ChatGPT, é possível automatizar processos complexos e otimizar a análise de dados financeiros, o que resultaria em maior eficiência operacional e precisão nos resultados. No entanto, como também abordado por Cardoso (2024) na fala do palestrante Carlos Piazza durante o Fórum de Inteligência Artificial no 21º Congresso Brasileiro de Contabilidade (CBC), "A incorporação da IA na contabilidade não quer dizer, necessariamente, que o contador será substituído. Agora, para que isso não aconteça, ele precisa estar sempre atualizado." Essa reflexão complementa a visão de Brito, apontando que, embora a IA possa transformar profundamente as práticas contábeis, ela não substitui o profissional contábil, mas exige que ele se adapte às novas ferramentas e tecnologias disponíveis. Dessa forma, a IA pode ser vista como uma aliada do contador, desde que este esteja sempre em atualização constante, aproveitando as vantagens da tecnologia sem perder seu papel essencial de análise estratégica e consultoria. A tecnologia, portanto, não elimina a necessidade do contador, mas redefine suas funções e fortalece a importância do seu conhecimento e capacidade de adaptação.

Como apontado por Pinheiro (2024), essa abordagem não só acelera e aprimora a detecção de falhas fiscais, tornando-a mais precisa e eficiente, mas também reforça a conformidade e a transparência nos registros contábeis, o que contribui para uma gestão mais robusta e confiável dos negócios. A automatização de processos complexos e a otimização da análise de dados fiscais são aspectos que melhoram a performance geral das empresas, reduzindo erros humanos e fortalecendo os controles internos.

Segundo Lang (2024), algumas das possibilidades de ser usado a inteligência artificial na contabilidade estão detalhadas a seguir no quadro 2, o que permite uma visão mais clara de como essas tecnologias podem ser empregadas de forma prática para otimizar processos e melhorar a eficiência da gestão contábil.

Detecção de Fraudes em Auditoria:	A inteligência artificial é utilizada por empresas e pelo Fisco para detectar comportamentos fraudulentos. E estão sendo desenvolvidos softwares que identificam erros e realizam a correção automática de forma inteligente, sem repetir padrões e regras.
Tomadas de decisões	Com a inteligência artificial, é possível analisar dados das empresas e do mercado. À vista disso, os softwares são capazes de fornecer insights, projeções, tendências, diagnósticos e identificação de oportunidades e riscos.
Classificação automática de Tributos:	Algoritmos de inteligência artificial podem identificar automaticamente os atributos aplicáveis a cada transação comercial.
Prevenção:	A inteligência artificial vem sendo uma aliada poderosa na avaliação de riscos. Ela pode analisar um amplo conjunto de variáveis, incluindo dados de mercado, tendências econômicas e eventos globais, para prever potenciais riscos e incertezas. Dessa forma, impede possíveis impactos negativos para a empresa.
Aumento da Competitividade e da Lucratividade	Ao reduzir tarefas burocráticas e mecânicas, a inteligência artificial na contabilidade libera tempo para atividades de maior valor, levando à redução de custos e preços de produtos e serviços, resultando em maior competitividade e margens de lucro mais elevadas.
Processamento, análise de dados e menor custo	A inteligência artificial na contabilidade viabiliza o processamento eficiente de conjuntos de dados, realizando tarefas que levariam muito tempo se feitas apenas por humanos. Assim como, uma grande redução nos custos com funcionários.

Quadro 2: Opções de aplicação da IA na contabilidade.
Fonte: Elaborado por Lang 2024.

Ainda de acordo com Lang (2024), um dos maiores desafios da integração da inteligência artificial nos escritórios é garantir que a tecnologia esteja sempre atualizada para acompanhar a velocidade do processo evolutivo. Além disso, destaca-se que a automação de tarefas repetitivas tem sido um dos fatores mais impactantes na melhoria da eficiência da IA, ao reduzir significativamente o tempo e

o esforço necessários para sua execução. No entanto, como será discutido adiante, é necessário equilibrar esses avanços com a segurança e proteção dos dados sensíveis, para garantir que a inovação tecnológica não comprometa a privacidade dos clientes e a conformidade com as regulamentações vigentes.

4.6 Ganhos de Eficiência e Automação de Processos

Com o avanço tecnológico, a contabilidade passou por transformações significativas, especialmente com a incorporação da Inteligência Artificial (IA). Como destacada por Pinheiro (2024) Uma das principais aplicações da Inteligência Artificial na contabilidade é a automação de processos, que permite às empresas economizar tempo e recursos em atividades como a classificação de transações, reconciliação de contas e preparação de relatórios financeiros.

Dessa forma as ferramentas baseadas em IA têm possibilitado a automação de processos, tornando o trabalho contábil mais ágil e eficiente. A leitura automática de documentos e a identificação de padrões são exemplos de como essas tecnologias facilitam o cumprimento das obrigações fiscais e melhoram a precisão das operações contábeis. De acordo com Pinheiro (2024, apud, Zhang. 2020), Os algoritmos de IA têm a capacidade de analisar grandes volumes de dados com rapidez, identificando padrões e anomalias que poderiam ser difíceis de detectar manualmente. Lang (2024) complementa essa visão, afirmando que "o ponto mais impactante na eficiência da Inteligência Artificial foi a automação de tarefas repetitivas, reduzindo significativamente o tempo e o esforço humano necessário para a execução dessas tarefas.

Como apontado pelos autores, a automação reduz o esforço em tarefas repetitivas e permite uma análise aprofundada de grandes volumes de dados, Guedes (2024) enfatiza a importância dessa transformação, observando que a automação de tarefas rotineiras, antes realizadas manualmente, proporciona uma melhoria significativa na eficiência operacional, com economias de tempo e aprimoramento na precisão e qualidade dos processos contábeis. Contudo, essas mudanças também exigem que os profissionais da área se adaptem, adquirindo novas habilidades para utilizar essas ferramentas com eficácia. Como, também destacado por Guedes (2024) os profissionais contábeis precisam reconhecer a importância de adquirir novas habilidades, capacitando-se continuamente para

interagir e entender os sistemas tecnológicos. Essa preparação contínua é crucial para o uso eficaz de ferramentas como a Inteligência Artificial. Dessa forma percebe-se que a presença da Inteligência Artificial na contabilidade transformou o modo como as tarefas são realizadas, trazendo agilidade e precisão para atividades que antes eram manuais e repetitivas. Com essas ferramentas, os contadores conseguem focar em análises mais profundas e estratégicas, deixando para a IA o trabalho pesado e repetitivo, como a organização de documentos e a verificação de dados.

4.7 Novas Competências e Formação Profissional

A contabilidade, como profissão, tem sido profundamente transformada pela evolução tecnológica. Kuperchmit (2022) aponta que a contabilidade se tornou uma área impulsionada por sistemas avançados, permitindo uma interpretação de dados mais precisa e útil. Essa transformação digital, que inclui a análise de dados, não só revoluciona os processos contábeis, mas também altera as habilidades necessárias para o profissional da área, adaptando-o às novas exigências tecnológicas. Silveira e Grinbaum (2020) reforçam essa perspectiva, ao destacarem que a carreira de contabilidade está cada vez mais integrada com a ciência de dados, machine learning, internet das coisas e inteligência artificial, evidenciando que esses conhecimentos não são mais apenas desejáveis, mas essenciais para o contador contemporâneo. A ciência dos dados, como explicam Silveira e Grinbaum, se tornou o motor que impulsiona essas tecnologias, e o contador precisa não apenas ser fluente nessas ferramentas, mas também saber aplicá-las para resolver problemas cotidianos do mundo dos negócios.

No entanto, para que o profissional esteja apto a lidar com essas novas ferramentas e competências, a educação continuada é fundamental. Correia (2024) afirma que a educação contínua mantém os profissionais atualizados com mudanças nas normas contábeis, regulamentações fiscais e tecnologias emergentes, além de promover o aprimoramento de habilidades cruciais para atender às exigências do mercado. Nesse sentido, Silveira e Grinbaum (2020) complementam a ideia ao sugerirem que o contador deve buscar tanto treinamento formal quanto informal — como cursos de curta duração, MBAs e outras formas de capacitação — para se

adaptar às novas demandas tecnológicas e transformar sua carreira, integrando o conhecimento de dados e tecnologias avançadas ao seu perfil profissional.

Assim, fica claro que o contador do futuro deve ser multidisciplinar, combinando expertise técnica com habilidades em tecnologias emergentes, e esse desenvolvimento exige um esforço contínuo de atualização, conforme enfatizado por Correia (2024). A educação continuada e o aperfeiçoamento constante não são apenas uma necessidade, mas um requisito para a adaptação ao mercado cada vez mais digital e tecnológico.

4.8 Desafios Éticos e Regulatórios

A introdução de IA no setor contábil exige uma estrutura de governança clara, que defina responsabilidades tanto para empresas quanto para desenvolvedores de IA. Reguladores, como o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) no Brasil, têm o papel de assegurar que os profissionais que utilizam IA respeitem padrões éticos e profissionais. O avanço da IA traz à tona a necessidade de regulamentações mais específicas, que orientem como as empresas devem atuar na adoção e supervisão de tecnologias baseadas em IA garantindo a conformidade com as normas de contabilidade e ética. Para abordar os desafios éticos e regulatórios da inteligência artificial (IA), é essencial considerar as perspectivas de confiança, segurança de dados e adaptação regulatória diante da rápida evolução tecnológica.

Pereira (et al., 2020), com base nas *Ethics Guidelines for Trustworthy AI* (2019b, p. 37), define uma IA de confiança como aquela que cumpre três requisitos principais: legalidade, ética e solidez. Segundo Pereira, uma IA confiável deve respeitar a legislação vigente, observar princípios éticos e ser robusta, tanto técnica quanto socialmente, de modo a evitar danos não intencionais. Esse entendimento é importante em um cenário onde a IA, apesar das boas intenções, pode produzir consequências adversas. Portanto, a confiabilidade dos sistemas de IA é uma questão abrangente, que inclui a confiabilidade de todos os processos e agentes envolvidos no ciclo de vida do sistema.

Lima (2023) destaca o esforço da União Europeia para regular a IA, especialmente com a proposta de harmonização lançada em 2021. Esta proposta visa não apenas coordenar a segurança e proteção dos direitos fundamentais de indivíduos e empresas, mas também promover investimentos e inovação, criando

um mercado único e confiável para aplicações de IA. Para garantir a segurança e conformidade dos sistemas, é fundamental que as diretrizes estejam alinhadas com valores fundamentais da União, oferecendo uma estrutura jurídica que estimule inovação sem comprometer a segurança dos usuários.

No contexto específico da contabilidade, Brito (2024) lembra que dados contábeis são extremamente sensíveis, pois envolvem informações financeiras detalhadas e confidenciais das empresas. A manipulação desses dados exige uma rigorosa conformidade com normativas como a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) no Brasil. Para garantir a segurança desses dados, é imprescindível que os sistemas de IA aplicados na contabilidade respeitem essas diretrizes e promovam a proteção dos dados pessoais.

Pinheiro (2024), por sua vez, observa que a evolução tecnológica permite à contabilidade acompanhar o crescimento e a complexidade das demandas empresariais, mas também apresenta desafios em relação à mitigação de riscos e à segurança de dados. Ele propõe que a regulação da IA em contabilidade seja feita não só formalmente, mas também por meio de autorregulação e correção, de modo a manter o ritmo com as mudanças tecnológicas. Essa abordagem precisa ser constantemente atualizada, com especial atenção às implicações éticas e jurídicas do uso da IA, especialmente na preservação da autonomia, privacidade e integridade das informações contábeis.

Considerando essas perspectivas, é evidente que o desafio ético e regulatório da IA abrange várias camadas de governança, segurança e adaptação. As regulamentações formais e os mecanismos de autorregulação precisam ser flexíveis e robustos para garantir que a IA seja implementada de maneira segura e ética. Uma governança forte, que integre legalidade, ética e inovação, pode ajudar a proteger direitos fundamentais e assegurar que a IA seja uma ferramenta confiável, tanto para os usuários quanto para o setor empresarial.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa buscou explorar, de maneira sistemática e crítica, as contribuições da inteligência artificial (IA) na contabilidade, destacando suas transformações e implicações práticas, éticas e educacionais. Os resultados

evidenciam que a IA não é apenas uma ferramenta tecnológica, mas uma oportunidade de redefinir o papel do contador em um mundo digital, promovendo eficiência e maior valor estratégico às organizações. A integração da Inteligência Artificial (IA) na contabilidade representa um marco significativo na evolução da profissão, trazendo avanços em eficiência, precisão e automação dos processos contábeis. Como demonstrado ao longo deste estudo, as ferramentas baseadas em IA, como a IA generativa e algoritmos de machine learning, têm o potencial de otimizar tarefas repetitivas, melhorar a análise de grandes volumes de dados e reduzir erros humanos, transformando a forma como as operações contábeis são realizadas

No entanto, a incorporação de IA na contabilidade não ocorre sem desafios. O impacto ético, as mudanças na formação profissional e a necessidade de regulamentações claras revelam um cenário complexo, mas promissor. Enquanto a IA automatiza processos e elimina tarefas repetitivas, o contador é chamado a assumir uma posição mais analítica, estratégica e humana como destacado por Kuperchmit (2022). Essa transição requer uma educação continuada que vá além do conhecimento técnico, promovendo o desenvolvimento de competências interpessoais e a capacidade de adaptação às novas demandas tecnológicas.

Por fim, fica claro que a IA não é um substituto para o contador, mas uma aliada poderosa. Como um recurso que transforma dados em informações valiosas, sua verdadeira força reside na capacidade do profissional de contabilidade de utilizá-la para tomar decisões éticas e estratégicas. Nesse contexto, o futuro da contabilidade será moldado por profissionais que integrem sua expertise à inovação tecnológica, mantendo sempre o foco na ética, na proteção de dados e na criação de valor humano e organizacional.

Que esta pesquisa inspire mais reflexões e ações concretas para que a contabilidade, fortalecida pela IA, continue sendo uma profissão de confiança, relevância e impacto no desenvolvimento das empresas e da sociedade.

REFERÊNCIAS

- AIRES, C. S. F.; ALMEIDA, G. J.; SILVEIRA, S. O. (2019) **INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NA GESTÃO DE ESTOQUE**. Disponível em: <https://fateclog.com.br/anais/2019/INTELIG%C3%84NCIA%20ARTIFICIAL%20NA%20GEST%C3%83O%20DE%20ESTOQUE.pdf> . Acesso em: [08 de nov. 2024]
- BARBOSA, X. C.; BEZERRA, R. F. (2020) **90 ARTIGO BREVE INTRODUÇÃO À HISTÓRIA DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL**. [s.l: s.n.]. Disponível em: <https://periodicos.ufac.br/index.php/jamaxi/article/view/4730/2695> . Acesso em: [08 nov. 2024].
- BIGONHA, Carolina. **Panorama setorial da Internet Inteligência Artificial em perspectiva**, ano 10, n. 2, out. 2018. Disponível em: <https://www.cetic.br/publicacao/ano-x-n-2-inteligencia-artificial-e-etica/>. Acesso em: [07 out. 2024].
- BRITO, Álvaro. (2024) **Artigo – A Revolução da Inteligência Artificial na Contabilidade: segurança de dados com ChatGPT**. Conselho Federal de Contabilidade. Disponível em: <https://cfc.org.br/destaque/artigo-a-revolucao-da-inteligencia-artificial-na-contabilidade-seguranca-de-dados-com-chatgpt/>. Acesso em: [26 set 2024].
- CALEFFE, L.G.; MOREIRA, H. Metodologia da pesquisa para o professor pesquisador. ILJ, v. 17, p. 1, 2006. **Moodle USP: e-Disciplinas**. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/8021683/mod_resource/content/1/Cap%203%20Classifica%C3%A7%C3%A3o%20da%20Pesq%20MOREIRA%20e%20CALEFE.pdf . Acesso em: [29 out 2024].
- CARDOSO, Rafaela (2024). **21º CBC: inteligência artificial é tema de fórum em destaque no primeiro dia de evento**. Disponível em: <https://cfc.org.br/noticias/21o-cbc-inteligencia-artificial-e-tema-de-forum-em-destaque-no-primeiro-dia-de-evento/> . Acesso em: [26 set 2024].
- CORREIA, P. F. O perfil profissional e as habilidades relevantes para o contador no Brasil. **Ufpe.br**, 6 ago. 2024. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/57253> . Acesso em: [07 out 2024].
- COSENZA, J. P.; ROCCHI, C. A. A AUTOMATIZAÇÃO DA ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL NO BRASIL: DESENVOLVIMENTO E UTILIZAÇÃO DO SISTEMA FICHA TRÍPLICE. **Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ**, [S. l.], v. 19, n. 1, p. 2–23, 2014. DOI: 10.12979/7504. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/rcmccuerj/article/view/7504> . Acesso em: [04 out. 2024].
- FARIAS, J.P.C; MONTEIRO, T.C. Os impactos da implementação da inteligência artificial na contabilidade: uma análise dos aspectos técnicos e éticos. **Ufra.edu.br**, 2024. Disponível em: <http://bdta.ufra.edu.br/jspui/handle/123456789/3702> . Acesso em: [07 out. 2024].

FORTES TECNOLOGIA. (2022). **Fique por dentro das tendências da Inteligência Artificial na contabilidade**. Disponível em: <https://blog.fortestecnologia.com.br/gestaocontabil/inteligencia-artificial-na-contabilidade/> . Acesso em: [18 nov. 2024].

GARCIA, A. C. Ética e Inteligência Artificial. **Computação Brasil**, n. 43, p. 14–22, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.5753/compbr.2020.43.1791> . Acesso em: [07 out 2024].

GOMES, G. G. Ferramentas computacionais e inteligência artificial (IA): um estudo nos escritórios de contabilidade no estado de Santa Catarina. **Ufsc.br**, 2024. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/257693> Acesso em: [29 out. 2024].

GRÁCIO, L. C. (2022). **O Impacto da Inteligência Artificial na Contabilidade – A Visão dos Contabilistas Certificados - ProQuest**. Disponível em: <https://www.proquest.com/openview/c7fd0b333a1c9c0f57ab7bf00c26f5bb/1?pq-origsite=gscholar&cbl=2026366&diss=y> . Acesso em: [26 set 2024].

GUEDES, U.V.A. (2024) Impacto da Inteligência Artificial (IA) na contabilidade. **Ufpe.br**. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/58062> Acesso: [11 de nov. 2024].

KUPERCHMIT, S. **Saiba quais serão as 6 tendências para as empresas contábeis em 2022. Conselho Federal de Contabilidade**. Disponível em: <https://portalteste.cfc.org.br/noticias/confira-as-6-tendencias-para-as-empresas-contabeis-em-2022/> . Acesso em: [04 out. 2024].

LANG, M. J. S. Impactos da Inteligência Artificial na contabilidade: uma análise do mercado da região central do Rio Grande do Sul. **Saber Humano: Revista Científica da Faculdade Antônio Meneghetti**, [S.l.], v.1, n.1, p. 324–334, Disponível em: <https://saberhumano.emnuvens.com.br/sh/article/view/681> . Acesso em: [5 nov. 2024].

LIMA, M. G. S. (2023) Aspectos éticos e regulatórios para a implantação de soluções baseadas em inteligência artificial no poder judiciário brasileiro. **Ufrn.br**. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/54396> . Acesso em: [08 out 2024].

LIRA, M. C.; MARIA. A evolução da contabilidade na civilização Romana. (2005). A evolução da contabilidade na civilização Romana. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/264550531_A_evolucao_da_contabilidade_na_civilizacao_Romana Acesso em: [26 set 2024].

LORENZON, L. N. ANÁLISE COMPARADA ENTRE REGULAMENTAÇÕES DE DADOS PESSOAIS NO BRASIL E NA UNIÃO EUROPEIA (LGPD E GDPR) E SEUS RESPECTIVOS INSTRUMENTOS DE ENFORCEMENT. **Revista do Programa de Direito da União Europeia**, v. 1, p. 39–52, 2021. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/rpdue/article/view/83423> . Acesso em: [29 out 2024].

MCCARTHY, J. 1998. BARBOSA, Lucia Martins, 2019. A INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL, ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE TECNOLOGIA (ABT). RTE 236. **Revista Tecnologia Educacional**. 2023. Disponível em: https://abt-br.org.br/wp-content/uploads/2023/03/RTE_236.pdf#page=16. Acesso em: [02 out. 2024].

MERLUGO, W. Z.; CARRARO, W. B. W. H.; PINHEIRO, A. B. Transformação digital na contabilidade: Os contadores estão preparados? **Revista Pensamento Contemporâneo em Administração**, v. 15, n. 1, p. 180–19. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/pca/article/view/48122/29416> Acesso em: [04 out. 2024]

PEREIRA, A. C. DE S. et al. Inteligência artificial e direitos humanos: impactos e dilemas éticos atuais. **Homa Publica - Revista Internacional de Derechos Humanos y Empresas**, Juiz de Fora, Brasil, v. 4, n. 1, p. e:059, 2020. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/index.php/HOMA/article/view/30504>. Acesso em: 13 nov. 2024

PINHEIRO, L. B. B. Impacto da utilização da inteligência artificial no ambiente contábil. **Ufrn.br**, 2024. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/59970> Acesso em: 04/11/2024.

PINTO, H. A. A utilização da inteligência artificial no processo de tomada de decisões: por uma necessária accountability. **Revista de Informação Legislativa**, v. 57, n. 225, p. 43–60, 2020. Disponível em: http://www12.senado.leg.br/ril/edicoes/57/225/ril_v57_n225_p43 . Acesso em: [07 out. 2024].

PIRES, T. C. F.; SILVA, R. P. A responsabilidade civil pelos atos autônomos da inteligência artificial: notas iniciais sobre a resolução do Parlamento Europeu. **Rev. Bras. Polít. Públicas**, v. 7, n. 3, 2017. Disponível em: <https://www.publicacoes.uniceub.br/RBPP/issue/view/238> . Acessado em: [07 out 2024].

RUSSELL, Stuart; NORVIG, Peter. **Inteligência artificial**. 3. ed. [S.l.: s.n.], 2013. p. 41. Disponível em: [https://www.kufunda.net/publicdocs/Intelig%C3%Aancia%20Artificial%20\(Peter%20Norvig,%20Stuart%20Russell\).pdf](https://www.kufunda.net/publicdocs/Intelig%C3%Aancia%20Artificial%20(Peter%20Norvig,%20Stuart%20Russell).pdf) . Acesso em: [03 out. 2024].

SALLES, G. C. **O Impacto da Inteligência artificial na profissão contábil, uma revisão da literatura sobre a prática e perspectiva para o futuro da profissão**. 2023. 34 f., il. 2023. Disponível em: <https://bdm.unb.br/handle/10483/38304>. Acesso em: [8 out. 2024].

SICHMANN, J. S. Inteligência artificial e sociedade: avanços e riscos. **Educação e Pesquisa, São Paulo, Estud. av.** V. 35, nº 101, Apr 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/c4sqqrthGMS3ngdBhGWtKhH/?format=html>. Acesso em: [3 out. 2024].

SUMAR, Ramiro Rodrigues. Automatização da contabilidade e o futuro da profissão contábil. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**. Ano 06, Ed. 06, Vol. 17, pp. 167-181. Junho de 2021. ISSN: 2448-0959, Link de

acesso: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/contabilidade/profissao-contabil>, DOI: 10.32749/nucleodoconhecimento.com.br/contabilidade/profissao-contabil. Acesso em: [11 nov. 2024].

SILVEIRA, V.; GRINBAUM, R., COMO A CIÊNCIA DE DADOS VAI MUDAR O ENSINO DE ADMINISTRAÇÃO DE CONTABILIDADE E DE DIREITO **Revista Trevisan**, v 18, n° 173, 2020. Disponível em: [\[https://rtrevisan.emnuvens.com.br/revistatrevisan/article/view/67\]](https://rtrevisan.emnuvens.com.br/revistatrevisan/article/view/67) Acesso em: [11 nov. 2024].

TEFFÉ, C. S.; MEDON, F. RESPONSABILIDADE CIVIL E REGULAÇÃO DE NOVAS TECNOLOGIAS: QUESTÕES ACERCA DA UTILIZAÇÃO DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NA TOMADA DE DECISÕES EMPRESARIAIS. **REI - REVISTA ESTUDOS INSTITUCIONAIS**, [S. l.], v. 6, n. 1, p. 301–333, 2020. Disponível em: [\[https://estudosinstitucionais.com/REI/article/view/383\]](https://estudosinstitucionais.com/REI/article/view/383). Acesso em: [07 out. 2024].

TELES. Herton (2024). **21º CBC: prevendo a auditoria do futuro na contabilidade: um olhar para o amanhã - ::Conselho Federal de Contabilidade::** Disponível em: [\[https://cfc.org.br/noticias/21o-cbc-prevendo-a-auditoria-do-futuro-na-contabilidade-um-olhar-para-o-amanha/\]](https://cfc.org.br/noticias/21o-cbc-prevendo-a-auditoria-do-futuro-na-contabilidade-um-olhar-para-o-amanha/). Acesso em: [26 set 2024].

PARAÍBA E SANTA CATARINA: ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE INDICADORES SOCIOECONÔMICOS E DE VIOLÊNCIA

Marcos Roberto Muniz da Silva¹¹
Thyago Henriques de Oliveira Madruga Freire¹²

RESUMO

O presente estudo examina a relação entre a situação socioeconômica e de violência nos estados da Paraíba e de Santa Catarina, destacando as suas diferentes constituições e atuais economias. Da mesma forma, busca entender como o contexto socioeconômico e histórico de cada estado afeta os índices de Criminalidade Violenta Letal e Intencional (CVLI), e qual o papel da contabilidade governamental auxiliando os gestores na adoção de políticas públicas que podem repercutir em melhoria da segurança pública. A metodologia empregada na pesquisa utiliza uma abordagem quali-quantitativa, assim como foram realizadas análises bibliográficas e documentais, incluindo dados do Censo Demográfico do IBGE e do Anuário da Segurança Pública. Os resultados revelam que Santa Catarina, com uma economia mais diversificada e um histórico de colonização europeia focada no desenvolvimento, apresenta índices de violência significativamente mais baixos em comparação com a Paraíba, que enfrenta desafios econômicos e históricos que contribuem para uma maior taxa de criminalidade. A pesquisa conclui que a contabilidade pública pode desempenhar um papel essencial na alocação de recursos e na formulação de políticas públicas eficazes, ajudando a mitigar as disparidades socioeconômicas e melhorar a segurança.

Palavras-chave: economia; violência; segurança pública; Paraíba; Santa Catarina; contabilidade pública; políticas públicas.

ABSTRACT

This study examines the relationship between the socioeconomic situation and violence in the states of Paraíba and Santa Catarina, highlighting their different constitutions and current economies. Likewise, it seeks to understand how the socioeconomic and historical context of each state affects the rates of Intentional and Lethal Violent Crime (ILC), and what role government accounting plays in assisting managers in adopting public policies that can improve public safety. The methodology employed in the research uses a qualitative and quantitative approach, as well as bibliographic and documentary analyses, including data from the IBGE Demographic Census and the Public Safety Yearbook. The results reveal that Santa Catarina, with a more diversified economy and a history of European colonization focused on development, has significantly lower rates of violence compared to

11 Graduando em Ciências Contábeis – Instituto Educacional Superior da Paraíba (IESP) E-mail: marcospmpb@gmail.com

12 Professor Orientador com Especialização em Gestão e Auditoria Pública (2012), atualmente é Coordenador dos Cursos de Graduação e Pós Graduação em Gestão Financeira e Ciências Contábeis do UNIESP Centro Universitário. E-mail: thyago@iesp.edu.br Currículo Lattes <http://lattes.cnpq.br/5837790463608431>

Paraíba, which faces economic and historical challenges that contribute to a higher crime rate. The research concludes that public accounting can play an essential role in allocating resources and formulating effective public policies, helping to mitigate socioeconomic disparities and improve security.

Key words: economy; violence; public security; Paraíba; Santa Catarina; public accounting; public policies.

1 INTRODUÇÃO

A República Federativa do Brasil é um país localizado na América do Sul com a maior nação da região tanto em termos de área quanto de população. Suas dimensões continentais repercutiram em uma diversidade de processos históricos, geografias, culturais e econômicos. Sua estrutura política permite que os estados possuam certo grau de autonomia (PASSOS, 2022).

Para Matias (2019) a trajetória econômica dos estados brasileiros está profundamente entrelaçada com a evolução de sua sociedade. Desde o período colonial, quando a economia era baseada na produção de açúcar e na exploração de ouro, até a era moderna com a industrialização e a globalização, a economia moldou e foi moldada pelos processos sociais e culturais do país, ou seja, a trajetória econômica está intrinsecamente ligada à evolução do seu povo.

Não obstante, segundo Jorge, Marchezini e Spolador (2021) o crescimento econômico pode gerar mais oportunidades no mercado de trabalho formal, o que, por sua vez, pode elevar o custo de oportunidade de se envolver em atividades criminosas. Esse cenário apoia a visão de que o crescimento econômico pode contribuir para a redução da criminalidade, ao ampliar as alternativas legítimas de emprego e diminuir a atratividade das atividades ilícitas.

E quando se fala em economia e em segurança pública, algumas diferenças chamam a atenção ao se compararem estados de regiões distintas do país. Sendo assim, o objetivo principal deste texto é examinar como se dão as relações existentes entre a situação socioeconômica e de violência nos estados da Paraíba e de Santa Catarina.

Destaca-se que neste confronto entre os entes federativos, ficam evidentes as diferenças nos aspectos econômicos, sociais, históricos e de segurança. Além disso, conforme Vasconcelos (2023) o Estado, no sentido macro, frequentemente

falha em cumprir seus deveres constitucionais, e a falta de investimento em áreas essenciais agrava as condições de vida da população, o que também pode contribuir para o aumento da criminalidade.

Ante o exposto, surge a contribuição que pode advir da contabilidade pública, também chamada de contabilidade governamental, a qual desempenha um papel fundamental ao apoiar os gestores das entidades públicas na tomada de decisões que visam beneficiar a população, e diferentemente da contabilidade voltada para empresas privadas que visam o lucro e retorno financeiro, a contabilidade pública tem como principal objetivo aprimorar a prestação de serviços à sociedade (FONSECA, 2011).

Desse modo, este artigo se propõe a investigar qual o processo histórico de constituição dos atuais estados da Paraíba e de Santa Catarina; a identificar junto a livros, artigos, páginas na internet, documentos oficiais, com enfoque nas informações contidas no Censo Demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e no Anuário da Segurança Pública, quais os números de Crimes Violentos Lentos e Intencionais (CVLI) e a situação socioeconômica atual paraibana e catarinense; assim como evidenciar a função social da contabilidade aplicada ao setor público no que se refere à auxiliar os governantes na alocação de recursos e na adoção de políticas públicas.

Para se entender o cenário atual da segurança pública paraibana é necessário analisar o contexto histórico e social do estado. Conforme Barreto (2018), a Paraíba desde a sua fundação foi explorada economicamente sem a implementação de políticas de desenvolvimento sustentável, assim como durante décadas ocupou um papel de coadjuvante frente ao estado vizinho de Pernambuco. Somando-se a isso a ausência de uma base industrial sólida, resultando em um crescimento econômico limitado e em uma população com poucas oportunidades de emprego e educação.

Por outro lado em Santa Catarina, de acordo com Oliveira (2017), a colonização se deu majoritariamente por europeus, especialmente alemães e italianos, os quais se preocupavam, já nessa época, com os aspectos contábeis das suas colônias, fazendo com que tivessem uma economia mais diversificada e industrializada.

Conforme o Censo demográfico de IBGE de 2022, os aspectos socioeconômicos da Paraíba e de Santa Catarina são vistos em posições opostas no

ranking nacional. Fato similar quando se considera o Anuário da Segurança Pública de 2024 (ano-base 2023) que versa sobre a violência. Portanto, diante da conjuntura advinda da análise comparativa entre os entes federativos supracitados, pergunta-se: **quais as relações existentes entre a situação socioeconômica e de violência nos estados da Paraíba e de Santa Catarina?**

A metodologia empregada utilizou uma pesquisa aplicada, com abordagem quali-quantitativa que validou e complementou os resultados proporcionando uma visão mais abrangente de forma simultânea ou sequencial. Quanto ao método para a obtenção dos dados, a coleta se deu com base em pesquisa bibliográfica e pesquisa documental para facilitar o entendimento. O estudo realizado foi de cunho exploratório e explicativo, uma vez que teve como anseio trazer mais familiaridade com o tema, do mesmo modo que buscou identificar fatores que determinaram ou contribuíram para a ocorrência de fenômenos (GIL, 2008).

Sendo assim, a presente expediente acadêmico será estruturada em seções, onde a primeira se refere a introdução com a síntese dos objetivos, hipóteses e justificativa para o trabalho; fundamentação teórica trazendo as visões históricas da Paraíba e de Santa Catarina, a apresentando de indicadores socioeconômicos e de CVLI e o papel da contabilidade pública; os procedimentos metodológicos empregados; a discussão dos resultados; as considerações finais com a síntese da obra e as contribuições da pesquisa; e, por fim, as referências bibliográficas.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE OS PROCESSOS HISTÓRICOS

Como disse o filósofo e historiador grego Herótodo no século V a.C, “Pensar o passado para compreender o presente e idealizar o futuro”, ou então hodiernamente Steve Jobs, em 2005, durante o seu discurso em Stanford, “Você não consegue ligar os pontos olhando pra frente; você só consegue ligá-los olhando pra trás. Então você tem que confiar que os pontos se ligarão algum dia no futuro” (PENSADOR, 2017).

2.1.1 Estado da Paraíba

A avaliação da trajetória histórica e das políticas econômicas do Brasil, conforme abordado pelo historiador britânico Ronald Wright em seu livro “Breve História do Progresso”, reflete a premissa de que a sociedade moderna muitas vezes não aprendeu com os erros das civilizações passadas. Wright questiona, assim como Paul Gauguin fez com suas perguntas sobre o passado, presente e futuro, se a modernidade está condenada a repetir os mesmos erros. Segundo Wright, “as ruínas grandiosas que enfeitam desertos e selvas são símbolos da armadilha do progresso, marcas de civilizações que cederam aos próprios sucessos” (WRIGHT, 2004).

No contexto da conquista portuguesa, Alfredo Bosi, em “Dialética da Colonização”, destaca que, para os conquistadores, a colonização era vista como uma epopeia de civilização e progresso, contudo essa visão frequentemente mascarava o caráter dominante e exploratório da invasão, sem preocupação com as consequências que iriam advir, e que era inerente às diversas formas de ocupação (BOSI, 1992).

Segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (1990) a “descoberta” do Brasil realizada pelos portugueses, teve como intuito proteger as colônias dos “invasores” estrangeiros e transferir para a metrópole todo o lucro na comercialização de qualquer item que viesse a ser atribuído grande valor. Características estas marcantes nas colônias de exploração.

Por outro lado para Santana (2020), nas colônias de povoamento, a exemplo de Estados Unidos e Canadá, o sistema adotado causou uma autonomia comercial e a emancipação do sistema econômico desde o início, assim como possibilitou o desenvolvimento de outras áreas como a cultura, a política e a educação, uma vez que o objetivo não era somente explorar como aconteceu no Brasil, mas sim habitar as terras conquistadas para que, com a permanência dos colonos, houvesse o desenvolvimento da terra para suprir as necessidades de seus moradores.

Apesar de sua ocorrência em escala reduzida no Brasil, a colônia de povoamento ganhou grande relevância nos territórios de Santa Catarina, onde, a partir do século XVIII, imigrantes italianos e alemães contribuíram para a prosperidade da região. Isso ajuda a entender as disparidades socioeconômicas entre os estados do sul e as demais regiões do país (SANTANA, 2020).

O atual Estado da Paraíba começou a surgir quando a Capitania do Rio Paraíba se desmembrou da Capitania de Itamaracá em 1534, porém para que

ocorresse a efetiva instalação foram necessárias três expedições que, ao longo de 50 anos, enfrentaram adversidades climáticas, conflitos com os povos indígenas e disputas com outros invasores estrangeiros. Até que em 1585, com a edificação da cidade de Nossa Senhora das Neves, os portugueses consolidaram a fundação da Paraíba. Nome que homenageia o seu principal Rio, cujo a etimologia deriva do idioma tupi que quer dizer “*pa’ra*” - rio e “*a’iba*” - difícil de navegar (GUITARRARA, 2024). Retratado na obra publicada pelo Senado Federal (2010):

A boca da abra, que o rio faz, terá de largo uma légua; e o canal que vai pelo meio (que é o que chamamos barra) tem $\frac{1}{4}$ de légua; e todo o mais, de uma parte e outra, é muito aparcelado. O fundo é de areia, muito limpo e sem nenhuma pedra; e assim é muito maior porto, e capaz de maiores embarcações que o de Pernambuco e Tamaracá, dos quais dista, 22 lég. do de Pernambuco, e 17 do de Tamaracá, por costa, para a banda do N.; e os arrecifes, que correm ao largo de toda esta, quebram ali mais.

Todavia, mesmo após mais de cem anos da sua fundação e posterior independência, em 1756, por ordem de Portugal, a capitania da Paraíba foi anexada à capitania de Pernambuco. Isso trouxe enormes prejuízos dada a centralização econômica e administrativa que representava. Fato que levou o governador Fernando Castilho a escrever para a Rainha portuguesa relatando a situação que se encontrava a capitania, e, em 1799, houve novamente a separação. Durante esse período, a capitania dependia do comércio, da exportação de pau-brasil, açúcar, gêneros de primeira necessidade e objetos de luxo (VELEZ, 2016).

Nessa época, ensina Queiroz (2019), Pernambuco era responsável por exportar mais da metade do açúcar produzido no País, chegando a ser considerada a capitania mais rica. E, mesmo com a derrocada do ouro branco, como era conhecido, este estado ainda permaneceu até pelo menos a última década de 40 como sendo uma das cinco maiores economias do Brasil. Essa riqueza proporcionou um maior desenvolvimento urbano, infraestrutura e influência política. A Paraíba, por outro lado, desenvolveu-se de maneira mais tardia e em menor escala.

Segundo Pina e Soares (2021) Pernambuco, por ser uma rota de comércio internacional desde o período colonial, teve sua infraestrutura mais desenvolvida. Seus aeroportos, portos, ferrovias e rodovias sempre foram mais integrados ao restante do país e ao exterior, enquanto a Paraíba permanecia isolada, o que dificultou a atração de investimentos e o escoamento de qualquer tipo de produção.

Não à toa, Recife se tornou um centro econômico e cultural da região Nordeste, atraindo investimentos e concentrando o poder econômico. Essa centralização impediu que outras capitais, como João Pessoa - PB, desenvolvessem economias igualmente robustas.

Além do mais, as terras pernambucanas são mais férteis para a agricultura de cana-de-açúcar e, com o tempo, desenvolveu um setor industrial mais diversificado. A Paraíba, por ter uma geografia menos favorável para a produção em larga escala, enfrentou mais dificuldades em diversificar sua economia (FAUVRELLE e TARGINO, 2011).

Tudo isso aumentou o poder político e a influência para que Pernambuco mantivesse uma posição de liderança na região, frequentemente absorvendo mais recursos e atenção do governo federal, em detrimento a estados como a Paraíba. Ou seja, o papel de coadjuvante e essa marginalização econômica da Paraíba podem ser entendidos como uma combinação de fatores históricos, geográficos e estruturais (PINA e SOARES, 2021).

2.1.2 Estado de Santa Catarina

A história de Santa Catarina, de acordo com Knorst (2011), se inicia no século XVI, quando ocorreram os primeiros contatos entre os colonizadores e a região hoje conhecida como tal. Exploradores portugueses chegaram à área em 1515, liderados por Juan Díaz de Solís. Esses navegadores encontraram o litoral catarinense habitado por diversas populações indígenas, a mais expressiva era a tribo Carijós. Mais tarde, em 1526, uma expedição espanhola também alcançou o território, indicando o clima favorável e a importância estratégica da região para as potências europeias.

No entanto, o povoamento de Santa Catarina só se concretizou a partir da década de 1630, com a chegada das Bandeiras, que começaram a se estabelecer a partir da atual Florianópolis, então conhecida como Nossa Senhora do Desterro. Durante o século XVII, os bandeirantes fundaram outras vilas ao longo da costa, marcando o início de uma ocupação mais sistemática da região (KNORST, 2011).

Apesar desse esforço de organização, as terras catarinenses enfrentaram novas ameaças espanholas, sendo desmembrada da Capitania de São Paulo em 1738, tornando-se a Capitania de Santa Catarina. O primeiro governador da

capitania, José da Silva Paes, que assumiu o cargo em 1739, iniciando um período de consolidação e desenvolvimento regional. Após a assinatura do Tratado de Santo Ildefonso em 1777, a posse foi garantida aos portugueses (ZANONI, 2015).

A colonização de Santa Catarina continuou ao longo do século XIX com a chegada de novos imigrantes europeus. Em dezembro de 1803, Urey Lisiansky, um russo, que ao desembarcar na ilha de Santa Catarina se encantou com as belezas naturais e escreveu que:

Nossas vistas tornaram-se encantadas com a paisagem. O clima é suave e sadio e, enquanto nosso olfato se deleita com os perfumes que o embalsamam, o ouvido, em tranqüilo êxtase, escuta o gorjeio de numerosos pássaros, que parece terem escolhido este bonito lugar para sua moradia. Todos os sentidos, em suma, são gratificados; tudo o que vimos, escutamos ou sentimos, abre o coração para sensações encantadoras. Estas fascinantes costas podem ser reconhecidas como a Natureza própria do paraíso; tão pródigas em generosidades que são favorecidas por uma eterna primavera. Líamos nos contos de fadas, da existência dos jardins encantados, guardados por serpentes e outros monstros venenosos; um reconhecimento desta ilha nos leva a dar crédito a tais maravilhas: talvez em nenhum lugar do mundo exista uma quantidade ou variedade tão grande destes répteis (LISIANSKY, 1803 apud CAROLA, 2010).

De acordo com Carola (2010) os alemães fundaram a primeira colônia, a Colônia São Pedro de Alcântara, em 1829, estabelecida no Brasil por 523 colonos católicos originários da cidade de Bremen. Posteriormente, em 1850, foi criada a Colônia Blumenau no Vale do Itajaí por Hermann Blumenau. Esta colônia cresceu rapidamente, e em 1870, já havia alcançado noventa e dois núcleos fabris e uma população de seis mil pessoas.

Além dos imigrantes germânicos, imigrantes italianos também chegaram na região a partir de 1877, onde fundaram várias colônias e desempenharam um papel importante no desenvolvimento econômico da província. A Colônia Dona Francisca foi criada pela "Sociedade Hamburguesa de Colonização" em 1851 e recebeu estrangeiros da Alemanha, Suíça e Noruega. Após uma década, a colônia já contava com três mil habitantes e possuía diversas fábricas e engenhos voltados para a produção de mandioca e açúcar (FERREIRA, 2019).

No século XIX, a supervisão e o acompanhamento do desenvolvimento das colônias não eram apenas tarefas do governo brasileiro. Na verdade, países e empresas que participavam da colonização também criavam suas próprias

estratégias para reunir dados sobre a situação e o progresso das colônias. Um exemplo disso foi, em 1849, o Relatório da Direção Provisória da Sociedade Colonizadora de Hamburgo, publicado em março de 1851, que reflete a visão dos empreendedores hamburgueses sobre a colonização. Na introdução do documento, os responsáveis apresentam suas "considerações gerais", discutindo os riscos e razões da emigração, as precauções necessárias para garantir o êxito do projeto, o perfil ideal dos emigrantes, e os benefícios da colonização tanto para os próprios colonos quanto para o comércio da Alemanha. Cerca de 20 anos após sua criação, aquilo que começou como um sonho se transformou em uma experiência bem-sucedida. Desde o princípio, a Colônia Dona Francisca foi concebida em torno da prosperidade capitalista, da ideia de progresso, e da expansão da colonização (CAROLA, 2010).

Bernardo José de Castro, em 1873, foi designado para inspecionar as colônias Dona Francisca, Blumenau e Itajaí, uma vez que exercia a função de chefe da Seção da Secretaria de Agricultura, Comércio e Obras Públicas. Sua missão era clara e específica: "examinar as despesas e a contabilidade geral das colônias, além de avaliar o estado geral do progresso, observando o nível de prosperidade ou decadência, e as condições da infraestrutura, construções, estradas, entre outros aspectos". Nota-se que Bernardo de Castro, em seu relatório, segue o modelo de colonização dos Estados Unidos como padrão de progresso e desenvolvimento (FERREIRA, 2019).

Diferentemente da colonização portuguesa no período colonial e das políticas das grandes fazendas de café durante o Império e a Primeira República, a colonização de Santa Catarina é usualmente vista como uma "colônia de povoamento". Essa classificação se encaixa bem na historiografia catarinense. Dentro desse modelo, a colonização é vista como um dos principais instrumentos para o desenvolvimento do Estado de Santa Catarina (SANTANA, 2020).

Assevera Gomes (2017) outro ponto importante, segundo o qual, em relação a outras províncias, o número de escravos em Santa Catarina sempre foi relativamente reduzido. Em 1857, a população escrava era de cerca de 19,57% do total, uma proporção que caiu após a Lei do Ventre Livre e a venda de escravos para outras províncias. A posse da terra na região não era associada a grandes fortunas, e a economia local preferia atividades urbanas.

No final do século XIX, a colonização expandiu-se para o sul da província, na bacia do Tubarão, onde predominavam imigrantes italianos que se dedicavam à lavoura e vitivinicultura que, após a segunda guerra mundial, teve a exploração de carvão como um fator econômico importante para a região.

A colonização de Santa Catarina, portanto, não só moldou a paisagem econômica e cultural da região, mas também refletiu uma transformação contínua, marcada pela presença de imigrantes e pelo desenvolvimento de novas atividades econômicas ao longo do tempo (SANTANA, 2020).

2.2 APRESENTAÇÃO DOS ESTADOS

Como explanado no capítulo anterior, Paraíba e Santa Catarina tiveram fatores históricos, climáticos, político-sociais e geográficos distintos, e para Lopes (2018) essas variáveis impactaram significativamente no desenvolvimento econômico dos dois estados. Já de acordo com Reis (2022), esse desenvolvimento repercute diretamente na distribuição de renda, expectativa de vida, segurança e no grau de liberdade econômica atual.

Ao longo da história, a localização espacial se mostrou fundamental para o desenvolvimento das localidades, pois a posição geográfica traz características únicas, como relevo, clima, vegetação, fauna e hidrografia. Esses fatores naturais influenciaram diretamente a ocupação e no uso das terras, tornando algumas áreas mais atraentes ou desfavoráveis (LOPES, 2018).

Essa seção se debruçará em mostrar de forma objetiva as informações dos estados, paraibano e catarinense, existentes no censo demográfico do IBGE do ano de 2022, publicado em 2024, e no Anuário da Segurança Pública de 2024 (ano-base 2023), no tocante ao território, população, atividades socioeconômicas e Crimes Violentos Letais e Intencionais.

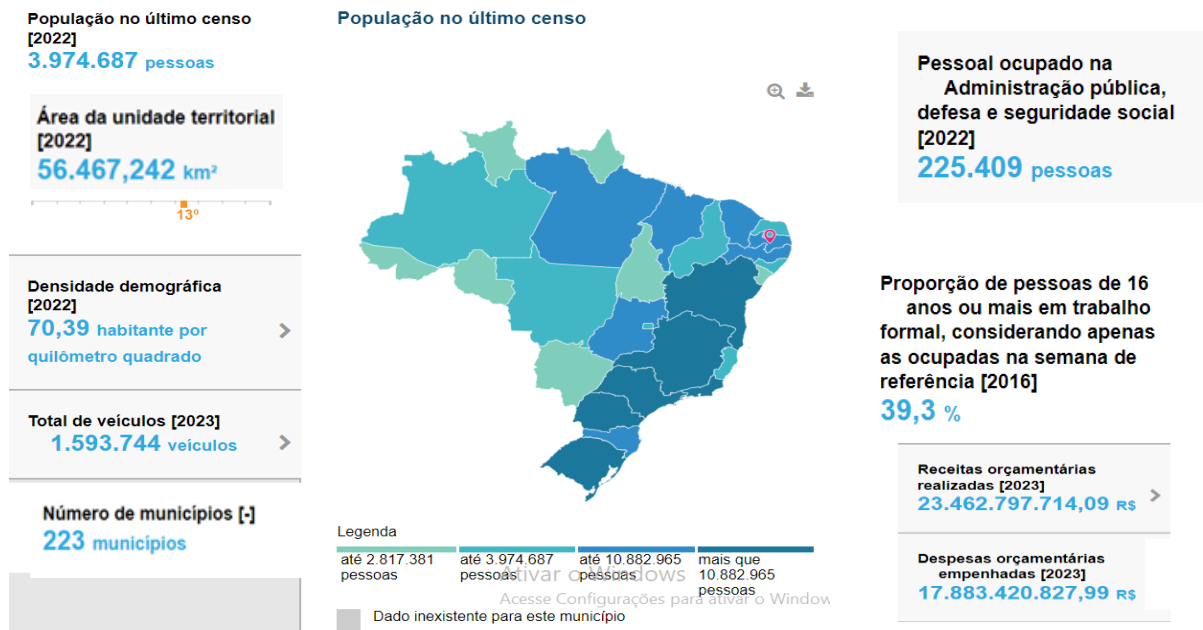


Figura 01: Representação da Paraíba no Censo do IBGE
Fonte: (IBGE, 2024).

Iniciando a apresentação com os dados quanto ao território dos estados, segundo o mapa acima, a Paraíba possui 56.467,242 km², 223 municípios, 3.974.687 habitantes e uma densidade demográfica de 70,39 habitantes por quilômetro quadrado, que para Sousa (2014) consiste na medição do grau de povoamento ou aglomeração espacial. Em complemento, o censo também retrata a quantidade de pessoas ocupadas na administração pública, defesa e seguridade social. De acordo com Sales (2012) a administração pública é composta por órgãos e agentes tanto da administração direta quanto da administração indireta. A primeira diz respeito aos órgãos que integram o Poder Executivo, sendo responsáveis pela execução das políticas públicas e administração dos serviços públicos. Os órgãos da administração direta possuem autonomia e são considerados pessoas jurídicas de direito público. Os servidores públicos da administração direta são aqueles que exercem suas funções diretamente em órgãos e entidades que fazem parte da estrutura central do governo, e estariam subordinados, por exemplo, as secretarias, tribunal de justiça, ministério público e a assembleia legislativa. E a segunda classificação seria a administração indireta, composta por empresas públicas, autarquias, sociedades de economia mista e fundações públicas. Na Paraíba são 225.409 funcionários públicos.

Quando se observa a proporção de pessoas de 16 anos ou mais em trabalho formal, considerando apenas as ocupadas na semana, a Paraíba tem 39,3% dos habitantes empregados (IBGE, 2024).

Esse instituto também expõe as receitas e despesas públicas dos estados. As receitas correspondem aos recursos recolhidos e que são incorporados ao patrimônio do estado, as quais servem para custear as despesas públicas e os investimentos públicos. As principais fontes de arrecadação de receitas públicas são os impostos, aluguéis, venda de bens, prestação de serviços, venda de títulos do tesouro nacional e recebimento de indenizações. Já as despesas públicas podem ser obrigatórias e discricionárias, e são os gastos autorizados para que o governo exerça as suas atividades e programas como, por exemplo, despesas com educação, saúde, transporte, segurança, pessoal, entre outras (ENAP, 2017). A Paraíba teve, no censo de 2022, R\$ 23.462.797.714,09 de receita e R\$ 17.883.420.827,99 de despesa (IBGE, 2024). Deste dispêndio, R\$ 1.001.719.444 foram destinados a Polícia Militar, de acordo com a Lei Orçamentária Anual de 2023.

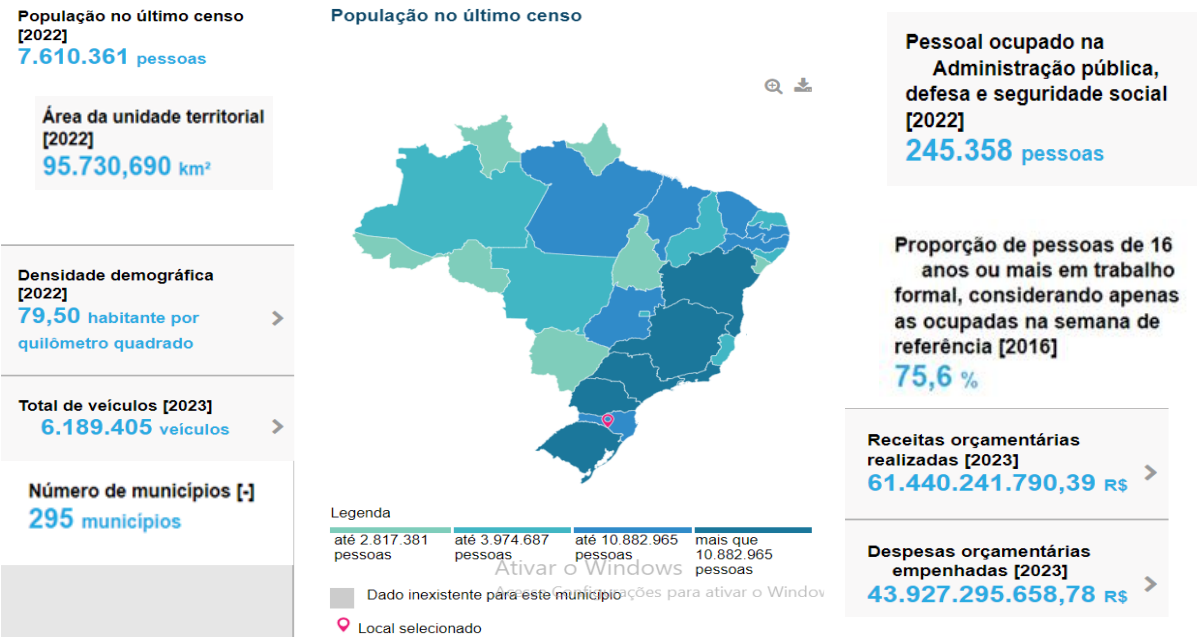


Figura 02: Representação de Santa Catarina no Censo do IBGE
Fonte: (IBGE, 2024).

Enquanto Santa Catarina tem 95.730,690 km², conta com 295 municípios, 7.610.361 moradores, densidade demográfica de 79,50 habitantes por quilômetro quadrado, 245.358 pessoas ocupadas na administração pública, uma receita de R\$ 61.440.241.790,39 e uma despesa de R\$ 43.927.295.658,78. Sendo direcionados a

Polícia Militar o valor de R\$ 1.614.835.758, também segundo a respectiva LOA de 2023. Não obstante Santa Catarina tem 75,6% de pessoas de 16 anos ou mais em trabalho formal, considerando apenas as ocupadas na semana.

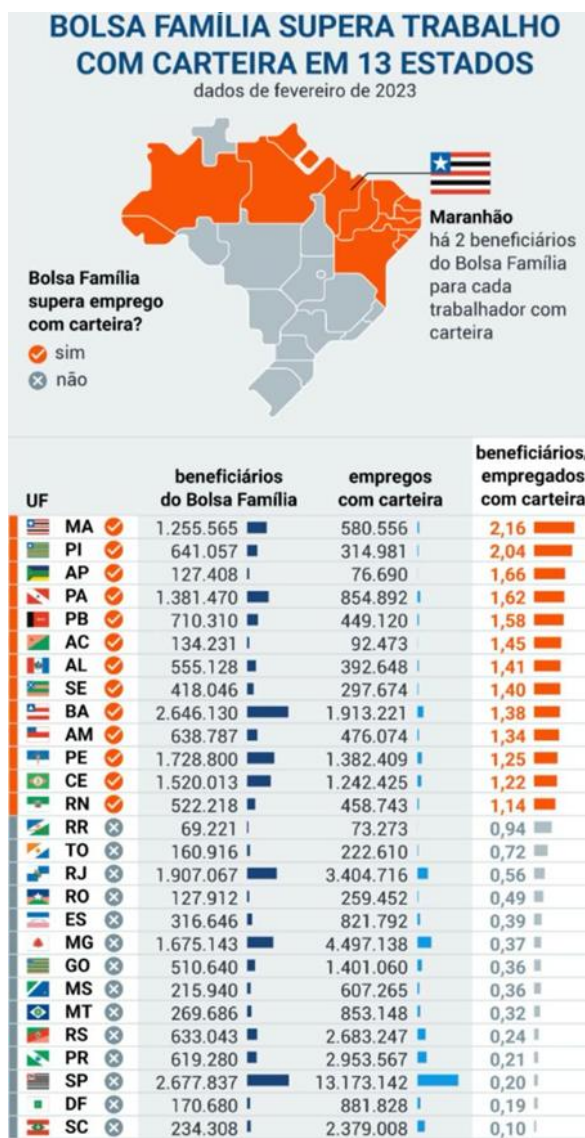


Figura 03: Comparação entre bolsa família e empregos com carteira assinada
Fonte: (MALI, 2023).

Outro dado que merece atenção emerge da associação do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), um dispositivo utilizado pelo Ministério do Trabalho e Emprego para aferição de empregados com carteira assinada, em conjunto com o numerário de beneficiários do programa social “Bolsa Família” do Ministério do Desenvolvimento Social, que gerou a figura 03, a qual explicita a existência de 710.310 pessoas na Paraíba recebendo o “Bolsa Família”, para 449.120 empregados com carteira assinada, enquanto em Santa Catarina são

234.308 amparados pelo programa e 2.379.008 trabalhadores legalmente cadastrados (MALI, 2023).

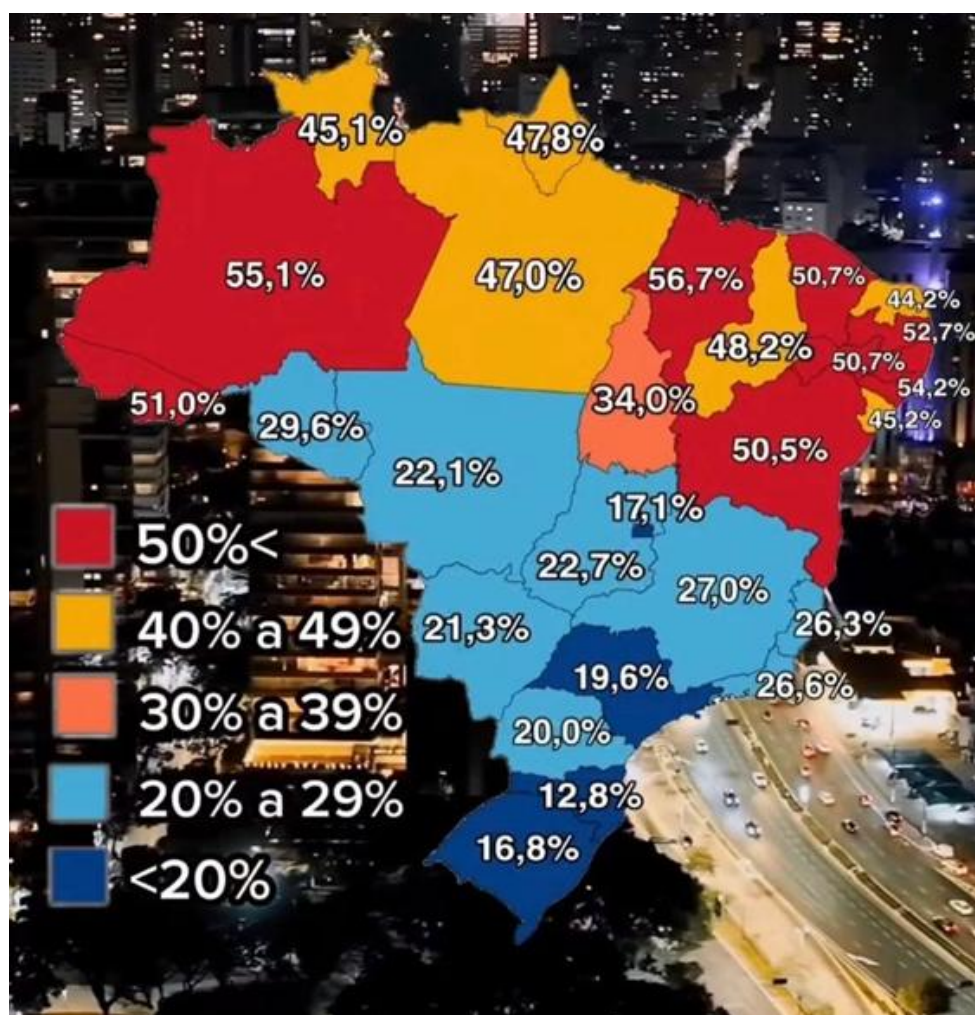


Figura 04: Categorização da linha da pobreza nos estados do Brasil
Fonte: (IBGE, 2024).

Mais um indicador destacado no recenseamento de 2022, em concordância com o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (2024) e com a pesquisa realizada pela FGV IBRE, aborda a incidência da pobreza. Nesse caso pessoas que vivem com rendimento domiciliar per capita inferior a R\$ 667 mensais são consideradas abaixo da linha de pobreza. Na Paraíba 52,7% da população se encontra nessas condições, em compensação Santa Catarina tem 12,8%.



Figura 05: Categorização da linha da pobreza extrema nos estados do Brasil
Fonte: (IBGE, 2024).

E quando se fala em pobreza extrema, quando as pessoas vivem com renda mensal inferior a R\$ 208,73, Santa Catarina tem 1,9% da população nessas condições, já a Paraíba possui 11,8% dos seus moradores em extrema pobreza (IBGE, 2024).

Rico ganha 39 vezes o salário dos mais pobres em regiões metropolitanas

Razão da renda dos 40% mais pobres e 10% mais ricos, média de 4 trimestres

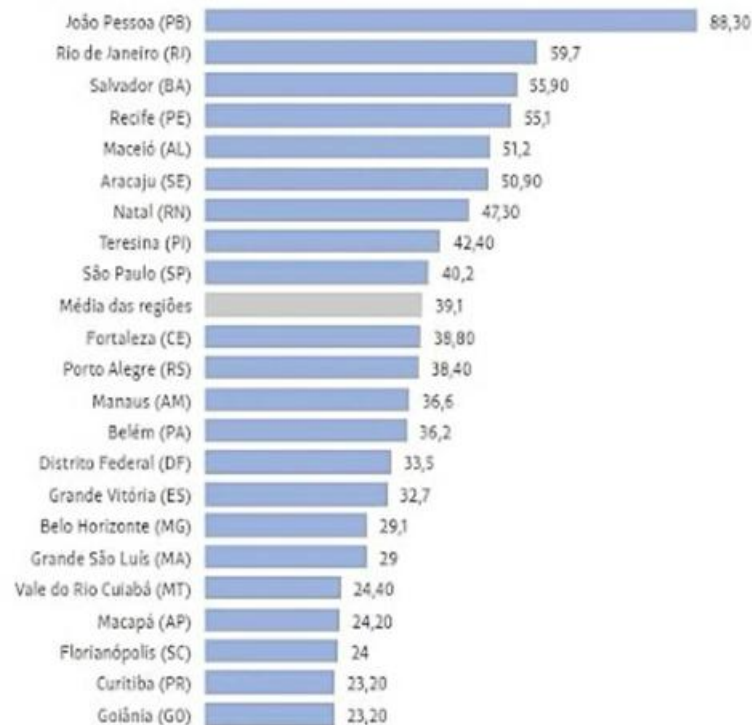


Figura 06: Razão da renda dos 40% mais pobres com os 10% mais ricos
Fonte: (BOLETIM DESIGUALDADE NAS METRÓPOLES, 2022)

Em contrapartida, para Veiga (2021) a desigualdade social e a descrença nas instituições fomentam uma série de violências e discursos populistas, exacerbando questões sociais como a pobreza e o aumento da fome. Quando se analisa então a imagem vindoura, João Pessoa, é, de acordo com o Boletim Desigualdade nas Metrôpoles, a capital com a maior desigualdade social do país. O rico ganha 39 vezes o salário dos mais pobres. Obtido a partir da razão da renda dos 40% mais pobres e dos 10% mais ricos (SALATA e RIBEIRO, 2022).

Para Reina (2024) o emprego é fundamental para o funcionamento da economia. Quando os brasileiros recebem mais dinheiro, aqueles que estão endividados conseguem pagar suas dívidas e recuperar seu crédito. Por outro lado, quem não enfrenta dívidas pode aumentar seu consumo. Esse aumento no consumo leva a uma maior demanda para a indústria e o varejo, resultando em mais contratações e ajudando a criar um ciclo positivo na economia.

Quanto a esse ciclo, as tabelas abaixo mostram como se comportam os postos de empregos e as vagas preenchidas nos estados da Paraíba e de Santa Catarina:

Cadastro Central de Empresas		TABELA	SÉRIE HISTÓRICA
Ano: 2022 ▾	⚠ Notas ⓘ Fonte	Paraíba	Santa Catarina ▾
UNIDADES LOCAIS		119.590	566.029
CLASSIFICAÇÃO NACIONAL DE ATIVIDADES ECONÔMICAS - CNAE			
NÚMERO DE EMPRESAS E OUTRAS ORGANIZAÇÕES ATUANTES		111.500	542.987
PESSOAL OCUPADO ⓘ		810.285	3.260.964

Figura 07: Cadastro Central de Empresas
Fonte: (IBGE, 2024).

De acordo com a Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE), presente no campo “cadastro central de empresas” do IBGE, até 2022 a Paraíba dispunha de 119.590 empresas e Santa Catarina de 566.029. Quanto a pessoas ocupadas nessa atividade, no primeiro estado são 810.285 e no segundo são 3.260.964.

Pesquisa Industrial Anual - Empresa		TABELA	SÉRIE HISTÓRICA
Ano: 2022 ▾	Notas Fonte	Paraíba	Santa Catarina ▾
✓ CUSTOS E DESPESAS		17.485.773	312.955.034
➤ CUSTOS DAS OPERAÇÕES INDUSTRIAIS		11.066.559	213.631.418
➤ GASTOS DE PESSOAL			
NÚMERO DE UNIDADES LOCAIS		1.838	20.190
PESSOAL OCUPADO EM 31.12		72.797	740.159
✓ RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS		17.902.459	341.071.947
INDUSTRIAL		17.579.527	330.189.892
NÃO INDUSTRIAL		322.935	10.882.054

Figura 08: Pesquisa Industrial Anual
Fonte: (IBGE, 2024).

A indústria também desempenha um papel vital no desenvolvimento econômico e na oferta de empregos, e é o setor da economia responsável pela produção de bens e serviços através da transformação de matérias-primas e recursos naturais, para o consumo ou para serem usados em outros processos produtivos. As indústrias podem ser classificadas de acordo com a sua atuação, produção e porte. Ela inclui várias áreas e categorias, como: indústria de transformação, indústria pesada, indústria leve, indústria de base, indústria tecnológica, indústria farmacêutica, indústria alimentícia, entre outras (TOTVS, 2024).

Segundo o censo 2022, na Paraíba existem 1.838 indústrias, empregando 72.797 funcionários, enquanto em Santa Catarina são 20.190 indústrias para 740.159 empregados.

Pesquisa Anual da Indústria da Construção		TABELA	SÉRIE HISTÓRICA
Ano: 2021 ▾	Notas	Paraíba	Santa Catarina ▾
✓ CUSTOS E DESPESAS		3.141.638	14.793.057
➤ CUSTOS DAS OBRAS E/OU SERVIÇOS DA CONSTRUÇÃO		1.320.462	7.466.195
➤ CUSTOS DE INCORPORAÇÕES DE IMÓVEIS CONSTRUÍDOS POR TERCEIROS		37.156	375.674
➤ GASTOS DE PESSOAL		801.233	4.227.498
OUTROS CUSTOS E DESPESAS		982.787	2.723.690
NÚMERO DE EMPRESAS ATIVAS		1.027	5.313
PESSOAL OCUPADO EM 31.12		26.709	99.433

Figura 09: Pesquisa Anual da Construção Civil
Fonte: (IBGE, 2024).

O Ministério da Educação (2000) traz em seus referenciais curriculares nacionais da educação profissional, a construção civil como um setor decisivo para o desenvolvimento urbano e econômico, fornecendo a infraestrutura necessária para o crescimento das cidades e a melhoria da qualidade de vida. Esse setor da economia se ocupa da criação, reforma e manutenção de infraestruturas e edifícios. Ela abrange uma ampla gama de atividades e especialidades, incluindo: edificações, infraestrutura, obras hidráulicas, urbanismo, construção de obras especializadas, reformas e manutenção.

Baseado na pesquisa censitária de 2022, no que se refere a construção civil, a Paraíba tem 1.027 empresas ativas e Santa Catarina 5.313. São 26.709 pessoas ocupadas no setor no estado paraibano e 99.433 pessoas ocupadas em Santa Catarina.

Pesquisa Anual de Comércio		TABELA	SÉRIE HISTÓRICA
Ano: 2022 ▾	Fonte	Paraíba	Santa Catarina ▾
NÚMERO DE UNIDADES LOCAIS COM RECEITA DE REVENDA		23.538	98.794
PESSOAL OCUPADO EM 31/12 EM EMPRESAS COMERCIAIS		130.182	551.990

Figura 10: Pesquisa Anual de Comércio
Fonte: (IBGE, 2024).

A atividade de comércio, defendida por Contabilize digital (2023), é indispensável para o funcionamento da economia, pois promove a circulação de bens e serviços, contribui para o crescimento econômico e pode influenciar o desenvolvimento de mercados e a criação de empregos. Refere-se ao setor da economia responsável pela compra e venda de bens e serviços, e por facilitar a relação mercantil entre produtores e consumidores.

Conforme as estatísticas do último censo, retiradas da pesquisa anual de comércio, existem 23.538 unidades consideradas empresas comerciais na Paraíba, empregando 130.182 pessoas, ao mesmo tempo em Santa Catarina 98.794 empresas e 551.990 funcionários.

Pesquisa Anual de Serviços		TABELA	SÉRIE HISTÓRICA
Ano: 2021 ▾	Fonte	Paraíba	Santa Catarina ▾
NÚMERO DE EMPRESAS		11627	108860
PESSOAL OCUPADO EM 31/12		119.905	709.116

Figura 11: Pesquisa Anual de Serviços
Fonte: (IBGE, 2024).

Por fim, sustenta Keller e Kotler (2012) que o setor de serviços tem características únicas em comparação aos produtos físicos. Eles mencionam a intangibilidade, que dificulta a avaliação de qualidade; a inseparabilidade, onde produção e consumo ocorrem simultaneamente; a variabilidade, que faz a qualidade variar entre prestadores e ocasiões; e a perecibilidade, já que serviços não podem ser estocados. Na Paraíba são 11.627 empresas nesse ramo de atividade, paralelamente em Santa Catarina são 108.860. O primeiro emprega 119.905 pessoas e este último 709.116

Outro aspecto comparativo trazido nesse capítulo diz respeito a violência presente nos dois estados, que para Sacramento e Rezende (2006) foi conceituada como:

uso intencional da força ou poder em uma forma de ameaça ou efetivamente, contra si mesmo, outra pessoa ou grupo ou comunidade, que ocasiona ou tem grandes probabilidades de ocasionar lesão, morte, dano psíquico, alterações do desenvolvimento ou privações.

Mas que para fins metodológicos se restringirá aos Crimes Violentos Letais e Intencionais (CVLI), que é o indicador principal para o Fórum Brasileiro da Segurança Pública - FBSP (2024), segundo o qual consiste em um ato extremo prejudicial a manutenção das vidas humanas, além de ser aquele que transmite uma maior sensação de insegurança. Esse termo é usado, principalmente no Brasil, para se referir a um grupo de crimes que incluem homicídios dolosos, latrocínios e lesões corporais que resultam em morte.

Durante o ano de 2023 ocorreram 1.069 CVLI's na Paraíba e 680 em Santa Catarina (FBSP, 2024). Ambos os estados comungam de contingente policial militar semelhante, número em torno de 10 mil agentes de segurança: por volta 9.900 na Polícia Militar da Paraíba (entre ativos e guardas militares da reserva) e 9.580 na Polícia Militar de Santa Catarina (ROLEMBERG, 2024).

2.3 CONTABILIDADE PÚBLICA E SUA FUNÇÃO SOCIAL

Segundo Malaspina (2017) a contabilidade pública, ou contabilidade governamental, é uma área da ciência contábil que aplica os princípios e normas contábeis para gerenciar o patrimônio das entidades públicas, já de acordo com Félix (2013) a contabilidade pública desempenhou e continua desempenhando um papel decisivo no progresso social. Seu propósito é captar informações essenciais aos representantes e aos órgãos de controle interno e externo do governo, para apoiar a tomada de decisões, exercendo uma influência significativa na escolha de estratégias para resolver e prevenir problemas na gestão pública. Dantas e Calvo (2017) robustecem as declarações quanto a responsabilidade da contabilidade pública na gestão do orçamento, no controle e na aplicação eficiente do patrimônio público.

Pode-se afirmar que a gênese da contabilidade pública estava inicialmente ligada ao controle da arrecadação por parte da Majestade, já que apenas em 1808 surgiram os indicativos primários da contabilidade pública e da organização do orçamento, fruto da chegada da família real ao país. Durante o período colonial, praticamente apenas o Rei usava os registros da contabilidade para controlar a riqueza da população e o seu patrimônio (FÉLIX, 2013).

Inicialmente, essa organização foi impulsionada pela obrigação do Brasil de fornecer informações à Inglaterra para cumprir cláusulas contratuais relacionadas a

empréstimos, assim como controlar os tributos com a abertura dos portos a países aliados (ASSIS, 2015).

Sendo criado então no mesmo ano por D. João VI, o Conselho da Fazenda e o Erário Régio para organizarem as finanças e a contabilidade do Brasil colonial, tendo em vista o crescimento das atividades comerciais e o desenvolvimento social, os quais exigiam o aprimoramento do controle das finanças públicas (FÉLIX, 2013).

Também para Assis (2015) isso marcou o início da contabilidade pública no Brasil, refletindo a estrutura contábil utilizada em Portugal na época. A partir desse momento até a primeira metade do século XX, os bens do Estado se confundiam com o patrimônio do soberano, e apenas no início do século XX ocorreu uma mudança significativa com o decreto de 1922, que introduziu o código de contabilidade pública e transformou a contabilidade pública existente até o momento.

Com o avanço da globalização e o crescimento de empresas multinacionais, a partir de meados do século XX, surgiu a necessidade de uma linguagem contábil padronizada, o Brasil começou então a reconhecer a necessidade de alinhar suas práticas contábeis às normas internacionais. Outro marco fundamental foi a Lei nº 4.320/1964 que estabeleceu regras importantes para o controle das finanças públicas e para a construção de uma administração financeira e contábil robusta no país, com ênfase nos conceitos orçamentários em detrimento dos aspectos patrimoniais (FLORÊNCIO, 2021).

Anos depois, foi promulgada a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e a Lei Complementar nº 101/2000, que tem como objetivo garantir a estabilidade das finanças públicas e implementar ferramentas de transparência na gestão fiscal ao longo da Federação, direta ou indiretamente, introduzindo limites para, por exemplo, operações de crédito e despesas de pessoal, entre outros aspectos (FLORÊNCIO, 2021).

Outrossim, de acordo com Gildenora Batista Dantas Milhomem, secretária especial adjunta da Secretaria Especial de Fazenda do Ministério da Economia, o conceito de cidadania está intrinsecamente unido ao acesso aos direitos civis, políticos e sociais. Sendo assim, a contabilidade pública e o cidadão devem andar lado a lado. Como já fora dito, a contabilidade pública desempenha um papel fundamental ao fornecer as informações necessárias para que a população possa exercer seus direitos, garantindo a adequada aplicação dos recursos pelos gestores em conformidade com as políticas públicas estabelecidas no planejamento. Em

essência, ela promove a transparência, que é imprescindível para fortalecer a cidadania. Da mesma forma, o contador público tem uma função importante, contribuindo para o controle e a avaliação dos custos dos serviços públicos, ao mensurar e documentar os recursos utilizados pelo Governo em suas unidades administrativas e nas atividades voltadas à entrega de bens e serviços ao cidadão (MOLTER, 2021).

Através do papel desempenhado pelo contador público, processando orientações e informações, Molter (2021) defende que o gestor tem subsídio para a adoção de políticas de desenvolvimento sustentável e de acesso ao bem-estar social. Ele não gera apenas respostas numéricas, os profissionais de contabilidade desempenham um papel essencial no desenvolvimento sustentável em todos os níveis de governo. Através de uma análise detalhada dos ambientes internos e externos, eles conseguem orientar os gestores sobre as melhores alternativas para priorizar investimentos em diferentes setores da sociedade.

Pensando nisso, o estado da Paraíba cria em 2017, o Fórum Permanente de Administradores Tributários do Estado da Paraíba (FPAT-PB), uma iniciativa pioneira que apoia a modernização das administrações tributárias de 70 municípios paraibanos. Surgiu após prefeitos locais buscarem auxílio da Secretária de Estado da Fazenda (SEFAZ) visando fortalecer suas estruturas tributárias. A FPAT realiza cursos, promove boas práticas e desenvolve grupos de trabalho, como o Simples Nacional e a Educação Fiscal, para melhorar a arrecadação própria, combate a sonegação, uniformizar interpretações jurídicas tributárias e integrar esforços federais, estaduais e municipais. A coordenação inclui órgãos como a Receita Federal, a SEFAZ, o Tribunal de Contas Estadual, Ministério Público, além das Secretarias de Finanças dos municípios convidados como Campina Grande e Patos (SEFAZ-PB, 2022).

Para Calmon (2012) é importante reconhecer que a ausência de políticas governamentais não afeta apenas os indivíduos em situação de extrema pobreza, que enfrentam dificuldades significativas para melhorar suas condições de vida ao longo de várias gerações. Ela também prejudica o país como um todo, reduzindo a competitividade e diminuindo a presença de profissionais qualificados no mercado de trabalho.

Isso pode ser visto no ano de 2020 por ocasião da pandemia do coronavírus. Nesse ano muitas leis, normas e publicações do Governo Federal foram produzidas

para tentar reduzir os impactos gerados de forma negativo na economia, e muitos foram confeccionados por contadores atuando no setor público. Ademais, foram realizadas ações para apoiar áreas atingidas durante a pandemia, como a educação e a economia. Ficando evidente que no combate e controle à Covid-19, houve um trabalho de apreciação de dados para guiar investimentos e desenvolver soluções, e que pode ser visto na fala da coordenadora de Informações de Custos e do Sistema Integrado de Gestão Patrimonial, da Secretaria do Tesouro Nacional:

A pandemia do Covid-19 vem trazendo vários desafios para toda a sociedade. Dentre eles, destacam-se a necessidade da realização de investimentos nas áreas mais afetadas, como saúde, educação e assistência social, bem como o atendimento das necessidades que surgiram no decorrer da crise instalada. Assim, o contador não só tem condições de dar transparência aos gastos que estão sendo realizados, identificando sua aplicação, como também fornecendo insumos aos gestores, de forma tempestiva, para que decisões que possam afetar a população, possam se basear em indicadores técnicos, derivados do processo de reconhecimento, mensuração e evidenciação realizado pelo contador (MOLTER, 2021)

Outro exemplo da importância da contabilidade pública na gestão estatal, é trazida por (DANTAS e CALVO, 2017) quando escrevem que as informações que podem surgir das mãos do profissional desse ramo contábil, se usadas de modo estratégico, pode influenciar na progressão da crise econômica e financeira, pelas quais passa o país, e podem impactar no número de brasileiros desempregados, em consonância com as NBCs T 16.1 a 16.11 do Conselho Federal de Contabilidade (2012, p. 10):

O sistema contábil representa a estrutura de informações sobre identificação, mensuração, avaliação, registro, controle e evidenciação dos atos e dos fatos da gestão do patrimônio público, com o objetivo de orientar e suprir o processo de decisão, a prestação de contas e a instrumentalização do controle social.

Diante dessa citação, as demonstrações contábeis, quando transformadas de números em ações, ajudam a administração no processo decisório das ações governamentais e tem o poder de controle social, que quer dizer a prática regular de oferecer informações claras aos cidadãos para que eles possam exercer seu papel de vigilância sobre a gestão de recursos e patrimônio público pelos responsáveis (AUGUSTINHO E OLIVEIRA, 2015).

3 METODOLOGIA

A metodologia científica estabelece as diretrizes para a execução do estudo, assegurando que os dados sejam coletados e analisados de maneira rigorosa, o que permite que a pesquisa alcance conclusões robustas e confiáveis. Ela consiste em um conjunto de procedimentos e técnicas que orientam a investigação de um fenômeno específico, começando pela formulação de um problema de pesquisa, outrossim ela se mostra fundamental para garantir a autenticidade, a confiabilidade e o valor científico de uma pesquisa acadêmica (COELHO, 2021).

O presente trabalho, quanto a natureza, consiste em uma pesquisa aplicada, que de acordo com Marconi e Lakatos (2017) é um tipo de pesquisa que tem como objetivo a geração de conhecimento para a aplicação prática e a solução de problemas específicos. Quanto a abordagem, utilizou-se uma pesquisa quali-quantitativa que, para Minayo (2001), é uma forma de enriquecer a pesquisa, visto que de um lado a pesquisa qualitativa explorou um fenômeno e analisou a hipótese e, em seguida, expôs quantitativamente os valores obtidos de modo comparativo para valorizar os dados e permitir uma visão mais abrangente.

Quanto ao método para a obtenção dos dados, a coleta se deu com base em pesquisa bibliográfica e pesquisa documental, que para Gil (2008), são métodos fundamentais para a construção e fundamentação de um estudo científico. A pesquisa bibliográfica é importante para estabelecer a resposta para a pergunta da pesquisa e obter uma base teórica, assim como para fornecer uma compreensão mais detalhada e contextualizada por meio da análise de documentos relevantes.

Sendo assim, para confecção deste artigo, a pesquisa bibliográfica mostrou-se importante para obter uma compreensão mais aprofundada do contexto histórico e social do fenômeno investigado, especialmente por se tratar de um estudo que envolvem aspectos pretéritos ou contextuais. Da mesma forma ajudou a identificar lacunas no conhecimento existente, o que pode levar à formulação de novas pesquisas. Igualmente teve por base fontes confiáveis como livros, artigos acadêmicos e informações contidas em documentos primários, principalmente nos dados publicados pelo IBGE, no tocante ao censo demográfico de 2022.

O estudo realizado foi de cunho exploratório e explicativo, que segundo Gil (2008) a pesquisa exploratória tem como objetivo principal a familiarização com um

tema ou problema de pesquisa que é pouco conhecido ou mal compreendido, do mesmo modo que busca explorar novas ideias, identificar variáveis e formar hipóteses iniciais. Ela é útil quando se está iniciando uma investigação em uma área nova ou pouco estudada, e ajuda a definir questões de pesquisa mais claras, enquanto a pesquisa explicativa visa entender e explicar as causas e os efeitos de um fenômeno, identificando relações causais e explicando por que e como esses fenômenos ocorrem, assim como busca fornecer explicações detalhadas e fundamentadas sobre o fenômeno em questão. Ela se mostra essencial para avançar o conhecimento em áreas onde as relações de causa e efeito são complexas e onde se deseja entender as dinâmicas subjacentes de um problema ou fenômeno. Esses dois tipos de pesquisa são complementares e foram usados em conjunto para obter uma visão mais completa e fundamentada sobre o tema.

4 ESTUDO DE CASO: RESULTADO E DISCUSSÃO

A República Federativa do Brasil, cujo o lema é “Ordem e Progresso”, já traz consigo a aspiração do desenvolvimento. Da mesma forma no preâmbulo da Constituição Federal de 1988, carrega o preceito que, dentre outros fins, estará destinada a assegurar o desenvolvimento.

Sendo assim, a busca por maneiras mais eficazes de explorar suas potencialidades é um tema frequente nas diferentes formas de expressão social no país, todavia os desafios que a nação enfrenta são de magnitude significativas. Além dos obstáculos externos de um país periférico capitalista, o Brasil lida com profundas desigualdades internas. A concentração de renda em uma pequena parte da população é exacerbada pela distribuição desigual da produção, embora comum em países subdesenvolvidos.

A disparidade na alocação de recursos é tão pronunciada que a própria Constituição Federal, em seu artigo terceiro, estabelece a redução das desigualdades regionais e sociais como um dos seus fundamentais objetivos (BARROS, HENRIQUES e MENDONÇA, 2020).

“Art. 3º Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:
I - construir uma sociedade livre, justa e solidária;

- II - garantir o desenvolvimento nacional;
- III - erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;
- IV - promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.” (CF, 1988).

Neste espaço será abordado e analisado os resultados obtidos a partir da pesquisa realizada. A intenção é interpretar os dados à luz dos objetivos propostos e da hipótese formulada, discutindo como essas implicações contribuem para o entendimento do tema. A comparação entre Santa Catarina e Paraíba revela diferenças marcantes em diversos aspectos. Santa Catarina se destaca por sua sólida saúde fiscal, alta taxa de emprego formal e menor incidência de pobreza. Em contraste, a Paraíba enfrenta maiores desafios econômicos, uma taxa mais baixa de formalização no mercado de trabalho e um índice mais elevado de pobreza. Essas diferenças ressaltam a necessidade de políticas públicas direcionadas e adaptadas às realidades específicas de cada estado para promover um desenvolvimento mais equilibrado e inclusivo.

Atendo-se agora propriamente aos dados presentes no Censo Demográfico de 2022, do IBGE, o estado de Santa Catarina cobre uma área de 95.730,690 km², maior que os 56.467,242 km² da Paraíba. Essa diferença de território, junto com a população de Santa Catarina, que é significativamente maior (7.610.361 habitantes contra 3.974.687 da Paraíba), sugere um contexto demográfico e administrativo distinto. De acordo com as páginas 8 e 9, a Paraíba tem a área e a população um pouco superior a metade de Santa Catarina que representam respectivamente 59,05% e 52,2%.

Santa Catarina apresenta 245.358 pessoas ocupadas na administração pública, defesa e seguridade social, um pouco abaixo dos 225.409 servidores na Paraíba, apesar de, como fora mostrado acima, ter quase o dobro de moradores e de território. O número proporcionalmente elevado de funcionários públicos na Paraíba faz com que aumente significativamente as despesas com salários, benefícios e aposentadorias, impactando negativamente o orçamento público. Ao mesmo tempo que força o governo a inviabilizar reajustes salariais, aumentar impostos, contrair dívidas ou reduzir investimentos em áreas essenciais como infraestrutura, saúde, educação e segurança (FREIRE e PALOTTI, 2015).

Soma-se a isso, o fato do estado catarinense possuir um superávit fiscal de R\$ 17.512.946.131,61, em comparação com R\$ 5.579.376.886,10 da Paraíba, ou seja, o saldo remanescente entre as receitas e despesas é mais de três vezes maior. Este superávit significativo em Santa Catarina, aliado à sua receita total de R\$ 61.440.241.790,39 contra R\$ 23.462.797.714,09 da Paraíba, sugere uma gestão fiscal mais robusta e eficiente, que pode visto nas páginas 8 e 9 (IBGE, 2024).

Outro fato observado, foi que a proporção de pessoas com 16 anos ou mais em trabalho formal em Santa Catarina é de 75,6%, destacando-se como a taxa mais alta do Brasil, enquanto na Paraíba essa proporção é de 39,3%, o que coloca o estado na 24ª posição nacional. Dentre esses, a maior parte dos trabalhadores formais paraibanos possui o ensino fundamental completo (67,41%). Também é significativa a parcela dos trabalhadores que possui o ensino médio completo, 49,59%, já os que possuem o ensino superior completo somam 17,82% e 0,34% estão entre os que têm doutorado e/ou mestrado. Esse contraste substancial sugere que Santa Catarina possui um mercado de trabalho mais formalizado e acessível, enquanto a Paraíba enfrenta maiores desafios na inserção de sua população no mercado forma (IBGE, 2024).

Situação corroborada, pela relação entre “Bolsa Família” e trabalhadores com carteira assinada, constante na página 10, pois no que compete ao programa social, Santa Catarina tem 234.308 beneficiários, e por outro lado tem 2.379.008 trabalhadores legalmente cadastrados. Na Paraíba, o número de beneficiários do Bolsa Família é de 710.310, superando o número de trabalhadores com carteira assinada em quase o dobro (449.120), enquanto em Santa Catarina representa menos de 10%. Essa dependência mais alta dos programas sociais na Paraíba pode refletir uma necessidade mais aguda de suporte econômico e uma maior dificuldade em gerar empregos formais (IBGE, 2024).

Quando se observa a relação da pobreza nas figuras das páginas 11 e 12, Santa Catarina apresenta 12,8% da população abaixo da linha de pobreza e 1,9% em pobreza extrema (a menor proporção nacional). Em contraste, na Paraíba, 52,7% da população vive abaixo da linha de pobreza (renda mensal inferior a R\$ 667,00) e 11,8% enfrenta a pobreza extrema. A Paraíba está em 19º lugar no ranking nacional, com cerca de 469 mil pessoas abaixo da linha da pobreza extrema, com pessoas sobrevivendo mensalmente com menos de R\$ 208,00. Esse

número de pessoas é maior do que a população de Campina Grande, a segunda maior cidade do estado, que tem 419.379 habitantes.

Em compensação existem funcionários públicos na Paraíba que, segundo o portal Sagres Cidadão (2024), auferem rendimentos mensais superiores a 70 mil reais, ultrapassando em muito o teto constitucional que é atualmente de R\$ 44.008,52 (quarenta e quatro mil e oito reais e cinquenta e dois centavos), conforme a lei nº 14.520, de 9 de janeiro de 2023. Sendo essa diferença entre teto e vencimentos reais enquadrada como verbas indenizatórias. Essa situação se comunica com a figura da página 12, que traz a informação que a capital paraibana, João Pessoa, foi considerada a capital mais desigual do país em termos de rendas auferidas por sua população.

Essa pobreza e desigualdade também podem ser percebidas ao se analisar a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), do Ministério do Trabalho e Emprego, ano-base 2021, onde consta que a renda necessária para estar entre os 10% mais “ricos” no estado da Paraíba é de R\$ 2.300,00, e para se fazer presente no seletor grupo daqueles 1% mais ricos, faz-se necessária uma renda superior a R\$ 8.200,00, ou seja, 99% dos paraibanos recebem menos de R\$ 8.200,00, e 90% ganham menos de dois salários mínimos.

No que tange as atividades dos setores econômicos dos dois entes, revelam-se diferenças marcantes na concentração e na distribuição de atividades empresariais, refletindo as disparidades no desenvolvimento econômico e industrial entre os dois estados. Santa Catarina possui um número significativamente maior de empresas e pessoas ocupadas em comparação com a Paraíba. Com 566.029 empresas, Santa Catarina supera a Paraíba, que tem 119.590 empresas, em uma proporção de 4,7 vezes, que pode ser visto na imagem do extrato do Censo que consta na página 13. Esta diferença substancial indica uma maior diversificação e dinamismo no ambiente empresarial catarinense (IBGE, 2024).

No que diz respeito ao número de pessoas ocupadas, Santa Catarina apresenta 3.260.964 trabalhadores no setor privado, enquanto a Paraíba tem 810.285. Isso representa uma diferença de 4 vezes, sublinhando a maior oferta de empregos e a dimensão mais ampla do mercado de trabalho em Santa Catarina. O que responde a lacuna deixada inicialmente nas páginas 8 e 9, quando se explanou o número de funcionários públicos dos dois estados. Valor esse relativamente próximo, já que na Paraíba são 225.409 empregados no setor público e em Santa

Catarina são 245.358. Um pouco mais de 19 mil, porém Santa Catarina tem um população de 3 milhões e 700 mil pessoas a mais do que na Paraíba, ou seja, os catarinenses estão prioritariamente empregados no setor privado, já na Paraíba prepondera o emprego no setor público.

O setor industrial também demonstra uma discrepância significativa. Santa Catarina possui 20.190 indústrias, enquanto a Paraíba conta com 1.838, o que equivale a uma diferença de 11 vezes superior. Este fator sugere que Santa Catarina tem uma base industrial muito mais robusta e desenvolvida, o que pode contribuir para um ambiente econômico mais estável e diversificado (IBGE, 2024).

O baixo grau de industrialização existente no estado da Paraíba, chama a atenção, na página 13, pelos poucos municípios dotados de distritos industriais. As regiões de Campina Grande e João Pessoa respondendo por mais 80% do recurso gerado pelo setor. A capital concentra as maiores empresas da construção civil, da indústria de transformação, do ramo de bebidas e alimentos, de minerais não metálicos e indústrias têxteis. Fenômeno semelhante ocorre no setor de serviços, pois cerca 70% do valor total gerado vem também dessas duas cidades. (IBGE, 2024).

O pessoal ocupado nas indústrias segue uma tendência semelhante. Santa Catarina emprega 740.169 pessoas no setor industrial, comparado a 72.797 na Paraíba, com uma proporção de 10 vezes mais. Este dado reflete a concentração de atividades industriais em Santa Catarina e a capacidade do estado em absorver uma parte significativa da força de trabalho no setor (IBGE, 2024).

No setor da construção, Santa Catarina tem 5.313 empresas, cinco vezes mais do que as 1.027 empresas na Paraíba. A diferença no número de pessoas ocupadas é menor, mas ainda significativa, com Santa Catarina empregando 99.433 trabalhadores, enquanto a Paraíba emprega 26.709, resultando numa proporção de 3,7 vezes. Essa diferença pode indicar um setor da construção mais desenvolvido e ativo em Santa Catarina, possivelmente refletindo um maior investimento em infraestrutura e projetos imobiliários, que pode ser visto na página 14, assim como o comércio (IBGE, 2024).

No comércio, Santa Catarina também se destaca com 98.794 unidades de revenda, comparadas às 23.538 da Paraíba, numa relação de 4 vezes. E o número de pessoas ocupadas no setor segue uma proporção similar, com Santa Catarina empregando 551.990 trabalhadores, enquanto a Paraíba tem 130.182, também

numa relação de 4 vezes. Essas cifras demonstram a importância do setor comercial em ambos os estados, mas destacam uma maior presença e influência do comércio em Santa Catarina (IBGE, 2024).

O setor de serviços, na página 15, é um dos que mais evidenciam a diferença entre os dois estados. Santa Catarina possui 108.860 empresas de serviços, em comparação com 11.627 na Paraíba, o que representa uma diferença de 9,4 vezes. No que tange ao número de pessoas ocupadas, Santa Catarina tem 709.116 trabalhadores, enquanto a Paraíba emprega 119.906, resultando numa proporção de 5,9 vezes. Esta diferença pode refletir uma maior especialização e desenvolvimento do setor de serviços em Santa Catarina, oferecendo uma gama mais ampla de serviços e oportunidades de emprego (IBGE, 2024).

Além dessas variáveis que impactam diretamente na economia, saltam aos olhos a quantidade de municípios dos dois estados. Santa Catarina possui 295 municípios, enquanto a Paraíba tem 223. Para se chegar a uma conclusão se na Paraíba tem mais municípios do que deveria ou se Santa Catarina tem menos, analisaram-se outros estados brasileiros com populações e territórios diversos, e por exemplo, no estado do Rio de Janeiro com quase 17 milhões de habitantes (4 vezes os moradores da Paraíba) são 92 municípios. O estado do Mato Grosso do Sul tem 6 vezes a área da Paraíba e tem 79 municípios. Para que houvesse uma comparação regional, foi-se em busca dos estados de Pernambuco e do Ceará, os quais respectivamente tem quase o dobro e o triplo do território paraibano, e ambos contam com 184 municípios cada (WIKIPÉDIA, 2024). Diante do exposto, percebe-se um número excessivo de municípios no estado da Paraíba.

Esse cenário foi tema de um artigo publicado pela BBC News Brasil sob o título: “Brasil tem milhares de cidades que não arrecadam o suficiente nem para sustentar prefeitura e Câmara”, escrito por Camilla Veras Mota em 2020. Em suma, não se encontrou na literatura um motivo plausível para 223 municípios da Paraíba. Tem-se para Gomes e Ribeiro (2021) que a criação de muitos municípios em estados com menos recursos pode levar a altos custos administrativos fixos, incluindo a contratação de funcionários e a manutenção de estruturas públicas, que são insustentáveis para regiões com orçamento limitado.

A fragmentação do orçamento reduz os repasses disponíveis para cada município, especialmente os menores, prejudicando sua capacidade de investir em áreas essenciais como saúde e educação. Esses municípios tendem a ser mais

dependentes de repasses estaduais e federais e têm baixa capacidade de gerar receitas próprias, tornando-os vulneráveis a variações financeiras e menos autossuficientes. Além disso, a criação de municípios frequentemente não é baseada em viabilidade econômica, resultando em administrações ineficazes e uma má gestão dos recursos públicos. Esse cenário pode acentuar desigualdades regionais e dificultar a implementação de ações de grande escala, exacerbando problemas de infraestrutura e desenvolvimento local (GOMES e RIBEIRO, 2021).

Surgindo então a necessidade de políticas públicas que diminuam as diferenças dos setores econômicos e sociais existentes entre os estados de Santa Catarina e da Paraíba, e citadas ao longo deste trabalho. O qual tem como pergunta de pesquisa, quais as relações existentes entre a situação socioeconômica e de violência nos estados da Paraíba e de Santa Catarina. E como fora exposto, no ano, ano de 2023 ocorreram 1.069 CVLI's na Paraíba e 680 em Santa Catarina. Como constam nas páginas 8, 9 e 15, Santa Catarina possui quase o dobro do território da Paraíba, tem quase o dobro da sua população, registrou um pouco mais da metade dos seus CVLI's e tem basicamente o mesmo efetivo policial militar da Paraíba. Como fora exposto nas páginas 9 e 10, o custo despendido com a PMSC é 60% superior ao valor empregado na PMPB, porém se justifica, pois a primeira tem um gasto maior com pessoal. O salário base dos policiais de Santa Catarina é em médio 60% superior a remuneração paraibana (FBSP, 2024).

Aprofundando um pouco esta comparação, de acordo com Ghaouri (2014), Santa Catarina tem a menor proporção de policias por habitantes do país (1,3 policial para cada 1000 pessoas), e uma taxa de 9,1 CVLI's por 100 mil habitantes, por outro lado o estado do Amapá tem a maior proporção de policiais por moradores no Brasil (4,2 policiais para cada 1000 pessoas), entretanto tem a pior taxa de CVLI's para cada 100 mil habitantes, dentre todos os estados, que é de 50,6.

De acordo com o texto acima, o que difere os estados da Paraíba e de Santa Catarina são as suas situações econômicas construídas ao longo dos seus processos históricos. Sendo assim, ganha força a hipótese formulada de que existiria relação entre os aspectos socioeconômicos e de violência, o que pode ser reforçado ao se analisar o que ocorreu no estado de São Paulo, já que segundo Jorge, Marchezini e Spolador (2021), no artigo "Crescimento Econômico e Criminalidade: uma análise de dados em painel para o estado de São Paulo", ratificam os achados, no sentido de que o crescimento econômico em São Paulo,

entre 2008 e 2018, ocorreu *pari passu* a uma redução naquele estado nos homicídios em 47%, assim como concluem que a criminalidade, quando já instalado, é um obstáculo significativo ao desenvolvimento, visto a retração de investidores e resistência do capital humano. O investidor não quer se posicionar em localidades violentas e as pessoas que estão inseridas no mundo criminoso tem mais dificuldade de retornarem ao mercado de trabalho formal. Nesse sentido se faz necessária a adoção de políticas de enfrentamento a violência, não focando unicamente no problema, pois para Peres e Santos (2020), urge a geração de emprego e renda para as áreas mais carentes quando se fala em redução criminal.

A contabilidade pública, enquanto ferramenta de gestão financeira e patrimonial, pode desempenhar um papel essencial na implementação de políticas públicas externas à geração de emprego e renda, especialmente em contextos regionais com grandes disparidades econômicas, como o caso da Paraíba e Santa Catarina. E da mesma forma que a gestão estatal se utilizou de informação fornecidas pela contabilidade pública, no que concerne a adoção de medidas para melhor alocação de recursos e adoção de políticas mais eficazes no combate a Covid-19, assim também se viu ao longo desse trabalho a importância de tal suporte (MOLTER, 2021).

A função social da contabilidade pública está intimamente ligada à promoção do desenvolvimento econômico e social, uma vez que fornece informações financeiras e gerenciais específicas que auxiliam na identificação de prioridades e na alocação de recursos públicos de forma mais equitativa.

Segundo Malaspina (2017), a contabilidade governamental permite aos gestores públicos uma visão precisa do patrimônio das entidades públicas, possibilitando o desenvolvimento de políticas que possam impactar positivamente a economia local. Por meio do fornecimento de dados contábeis transparentes e bem organizados, os governos locais pode identificar áreas críticas para a implementação de programas de incentivo ao mercado de trabalho, como investimentos em capacitação profissional e estímulo ao empreendedorismo, que podem ser fundamentais para regiões menos desenvolvidas, a exemplo da Paraíba, que visando mitigar os efeitos desse problema, implementou o FPAT, como já fora mencionado, que veio para apoiar prefeitos na melhoria das práticas de gestão tributária, oferecendo cursos, boas práticas e cooperações que atualizam legislações e impulsionam a arrecadação. O FPAT promove também grupos de trabalho focados

em temas como o Simples Nacional e a Educação Fiscal, buscando integrar esforços em todos os níveis de governo (SEFAZ-PB, 2022).

De acordo com Dantas e Calvo (2017), o controle eficiente do orçamento e do patrimônio público fortalece também a tomada de decisões, garantindo que os recursos sejam direcionados para setores prioritários. Uma análise detalhada das contas públicas ajuda a projetar investimentos em setores que promovam o desenvolvimento sustentável, como a infraestrutura e a educação, elementos fundamentais para a redução das desigualdades entre as regiões.

A transparência promovida pela contabilidade pública permite um controle social mais eficaz, uma vez que possibilita à população monitorar a aplicação de recursos destinados a intervenções estatais. Augustinho e Oliveira (2015) destacam que essa transparência é salutar para o fortalecimento da confiança dos cidadãos e investidores, potencializando parcerias estratégicas e para reduzir as disparidades regionais, pois promovem a circulação de capital e o desenvolvimento local.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo comparativo entre os estados da Paraíba e de Santa Catarina revelou uma complexa teia de diferenças históricas, econômicas e sociais que impactam diretamente a qualidade de vida e a segurança pública em cada um desses estados. A partir da análise dos dados apresentados, foi possível sintetizar as principais conclusões e implicações da pesquisa.

Santa Catarina e Paraíba apresentam cenários econômicos e sociais bastante distintos que podem ter sido impactados pelos seus processos históricos. Santa Catarina, com um desenvolvimento econômico mais consolidado, possui indicadores de emprego formal, qualidade de vida e pobreza que se destacam positivamente em comparação com a Paraíba. O estado catarinense desfruta de uma economia mais diversificada e industrializada, o que contribui para uma taxa de emprego formal elevada e uma menor incidência de pobreza. Por outro lado, a Paraíba enfrenta desafios significativos, como uma alta taxa de pobreza e uma economia menos variada, o que se reflete em uma maior dependência de programas sociais e em uma menor formalização do mercado de trabalho.

A relação entre a situação socioeconômica e a segurança pública está presente nos dados analisados. Santa Catarina, com melhores indicadores econômicos e sociais, apresenta uma taxa de criminalidade mais baixa em comparação com a Paraíba. Isso corroborou a hipótese de que um ambiente econômico mais favorável pode contribuir para a redução da violência. A Paraíba, com suas dificuldades econômicas e sociais, enfrenta uma situação mais desafiadora no que tange à segurança pública, evidenciada pelos índices comparados de violência.

A contabilidade pública emerge como um instrumento para a gestão eficiente do aporte financeiro estadual. A capacidade de realizar a alocação dos recursos, monitorar e avaliar os gastos públicos, e promover a transparência é vital para a implementação de ações governamentais eficazes. No contexto da Paraíba, o gerenciamento dos recursos públicos poderia ajudar a enfrentar as disparidades econômicas e sociais, possibilitando um melhor direcionamento dessas políticas estatais, que impactariam no desenvolvimento social e na segurança. Santa Catarina, por sua vez, demonstra uma gestão fiscal equilibrada, o que pode ter contribuído para seu melhor desempenho em termos dos indicadores citados.

Diante das evidências apresentadas, é imprescindível que as políticas públicas sejam adaptadas às realidades específicas de cada estado. Para a Paraíba, recomenda-se a ampliação do FPAT e foco em estratégias para diversificação econômica, geração de emprego e renda, e fomento à formalização do mercado de trabalho. Investimentos em infraestrutura, educação e programas de inclusão social podem ajudar também a reduzir as desigualdades e, consequentemente, a criminalidade.

Sugere-se a adoção de estudos complementares, visto ser fundamental aprofundar as investigações sobre o tema, expandindo as diligências para alunos além do curso de Ciências Contábeis, ampliando as considerações para incluir uma pesquisa de campo que pode dialogar com o setor empresarial e gestores do poder executivo.

REFERÊNCIAS

ASSIS, Vanessa Enrique Renovato. **CONTABILIDADE PÚBLICA BRASILEIRA: UM ESTUDO SOBRE A CONVERGÊNCIA DAS NORMAS CONTÁBEIS AOS PADRÕES INTERNACIONAIS**. Universidade Federal da Paraíba. 2015. Disponível

em:<https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/123456789/16663/1/VERA16122019.pdf>. Acesso em 07 de outubro de 2024.

AUGUSTINHO, Sônia Maria; OLIVEIRA, Antonio Gonçalves de. **A INFORMAÇÃO CONTÁBIL PÚBLICA COMO INSTRUMENTO DE CONTROLE SOCIAL: A PERCEPÇÃO DE LÍDERES COMUNITÁRIOS DA CIDADE DE CURITIBA**. 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/index.php/ricontabeis/article/view/13335/16035>. Acesso em 20 de setembro de 2024.

BARRETO, Raimundo. **História Econômica da Paraíba: da Colonização ao Século XXI**. Editora Paraibana, 2018.

BARROS, Ricardo Paes de; HENRIQUES, Ricardo; MENDONÇA, Rosane. **Desigualdade e pobreza no Brasil: retrato de uma estabilidade inaceitável**. 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/WMrPqbymgm4VjGwZcJjvFkx/>. Acesso em 14 de setembro de 2024.

BOSI, Alfredo. **Dialética da colonização**. São Paulo: Companhia das Letras, 3ª edição - 1992, Disponível em: <https://www.afoiceemartelo.com.br/posfsa/Autores/Bosi,%20Alfredo/Dialetica%20a%20Colonizacao.pdf>. Acesso em 21 de setembro de 2024.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. 4 ed. São Paulo: Saraiva, 1990.

BRASIL. **Lei nº 14.520, de 9 de janeiro de 2023**. Dispõe sobre o teto remuneratório dos servidores públicos. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2023-2026/2023/Lei/L14520.htm. Acesso em 03 de outubro de 2024.

CALMON, Paulo Calos Du Pin. **PLANEJAMENTO E GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA**. 2012. Disponível em: <https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/1063/2/Aulas%20%281%29%20-%20Paulo%20Carlos%20Du%20Pin%20Calmon%20%28D%204.1%20%E2%80%93%20Introdu%20%C3%A7%C3%A3o%20%C3%A0s%20Pol%C3%ADticas%20P%C3%ABlicas%29.pdf>. Acesso em 06 de setembro de 2024.

CAROLA, Carlos Renato. **Natureza admirada, natureza devastada: História e Historiografia da colonização de Santa Catarina**. Universidade do Extremo Sul Catarinense, Criciúma, Santa Catarina, Brazil. 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/vh/a/vqhTDFL7XFkpvsryD9BP7pp/>. Acesso em 26 agosto de 2024.

COELHO, Beatriz. **Mão na massa: como delimitar a metodologia científica do seu trabalho**. 2021. Disponível em: <https://blog.mettzer.com/metodologia-cientifica/>. Acesso em 09 de setembro de 2024.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Normas brasileiras de contabilidade**: contabilidade aplicada ao setor público : NBCs T 16.1 a 16.11/

Conselho Federal de Contabilidade. -- Brasília: Conselho Federal de Contabilidade, 2012. Disponível em: https://cfc.org.br/wp-content/uploads/2018/04/Publicacao_Setor_Publico.pdf. Acesso em 20 de setembro de 2024.

CONTABILIZE DIGITAL. **Qual a diferença entre indústria, comércio e serviço.** 2023. Disponível em: <https://contabilizedigital.com.br/qual-a-diferenca-entre-comercio-industria-e-servicos/>. Acesso em 07 de setembro de 2024.

DANTAS, Luiz Antônio de Oliveira; CALVO, Janaina Macedo. **A Contabilidade Pública como Ferramenta de Gestão no Enfrentamento da Crise Financeira.** Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento. Edição 06. Ano 02, Vol. 01. pp 512-532, 2017. ISSN:2448-0959.

ENAP - Escola Nacional de Administração Pública Diretoria de Comunicação e Pesquisa. **Relatório.** 2017. Disponível em: <https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/3168/1/Modulo%202%20-%20Receita%20e%20Despesa%20Publicas.pdf>. Acesso em 06 de setembro de 2024.

FAUVRELLE, Thiago de Araújo; TARGINO, Ivan. **O DESEMPENHO DA ECONOMIA PARAIBANA NO CONTEXTO NACIONAL: A DÉCADA DE 2000.** Portal de Periódicos UFPB. 2011. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/article/download>. Acesso em 02 de setembro de 2024.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA - FBSP. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública.** Pública. São Paulo. 2024. 404 p.: il.

FÉLIX, Leonardo Pedro. **EVOLUÇÃO DA CONTABILIDADE PÚBLICA NO BRASIL.** 2013. Disponível em: <https://repositorio.uniceub.br/jspui/bitstream/235/5001/1/21005066.pdf>. Acesso em 05 de setembro de 2024.

FERREIRA, Luiz Mateus da Silva. **Terra, Trabalho e Indústria na Colônia de Imigrantes Dona Francisca (Joinville), Santa Catarina (1850-1920).** São Paulo. 2019. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8137/tde-19082019-135708/publico/2019_LuizMateusDaSilvaFerreira_VCorr.pdf. Acesso em 11 de setembro de 2024.

FLORÊNCIO, Cláudio Cesar Antunes. **Planejamento e gestão orçamentária e financeira.** 2021. Disponível em: https://aberto.ava.ifrn.edu.br/pluginfile.php/6140/mod_label/intro/Contabilidade%20P%C3%BAblica.pdf?time=1655040384035. Acesso em 06 de setembro de 2024.

FONSECA, Ricardo da. **Objetivo da contabilidade pública:** Descubra aqui qual é. 2011. Disponível em: <https://cr2.co/objetivo-da-contabilidade-publica/#:~:text=O%20objetivo%20da%20contabilidade%20p%C3%BAblica%20%C3%A9%20calcular%2C%20analisar%20e%20gerar,melhor%20controle%20externo%20e%20social>. Acesso em 04 de setembro de 2024.

FREIRE, Alessandro; PALOTTI, Pedro. **PERFIL, COMPOSIÇÃO E REMUNERAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS: TRAJETÓRIA RECENTE E TENDÊNCIAS OBSERVADAS**. 2015. Disponível em: <https://repositorio.enap.gov.br/jspui/bitstream/1/2237/1/009.pdf>. Acesso em 14 de setembro de 2024.

GHAOURI, Oussama El. **Diminui o número de policiais no Brasil nos últimos dez anos**. 2024. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/radioagencia-nacional/seguranca/audio/2024-02/diminui-o-numero-de-policiais-no-brasil-nos-ultimos-dez-anos#:~:text=De%20acordo%20com%20o%20relat%C3%B3rio,intencionais%20por%20100%20mil%20habitantes>. Acesso em 15 de setembro de 2024.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar Projetos de Pesquisa**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOMES, Jose Weligton Felix; RIBEIRO, Lilian Lopes. **CORRUPÇÃO E POBREZA NOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS**. 2021. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/11720/4/PPE_v52_n1_Artigo3_corrupcao_e_pobreza.pdf. Acesso em 14 de setembro de 2024.

GOMES, Luciano Costa. **Livres, libertos e escravos na história da população de Santa Catarina, 1787-1836**. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbepop/a/rKvrfT3KLSHJkDhRNR5vV5w/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 28 de agosto de 2024.

GUITARRARA, Paloma. **"Paraíba"**; Brasil Escola. 2024. Disponível em: <https://brasilescola.uol.com.br/brasil/paraiba.htm>. Acesso em 28 de agosto de 2024.

G1 PB. **Moradores do bairro de Manaíra reclamam da falta de segurança**. 2016. Disponível em: <https://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/2016/09/moradores-do-bairro-de-manaira-reclamam-da-falta-de-seguranca.html>. Acesso em 14 de setembro de 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Documentação do Censo 2022**. Rio de Janeiro: IBGE, 2024.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA - IPEA. **Texto para discussão**. Brasília: Rio de Janeiro, 1990- ISSN 1415-4765

JORGE, Marco Antônio; MARCHEZINI, Beatriz Rezzieri; SPOLADOR, Humberto Francisco Silva. **Crescimento Econômico e Criminalidade: uma análise de dados em painel para o estado de São Paulo**. 2021. Disponível em: <https://brsa.org.br/wp-content/uploads/wpcf7-submissions/6840/Crescimento-e-Criminalidade-artigo-id.pdf>. Acesso em 04 de setembro de 2024.

KELLER, Kevin Lane; KOTLER, Philip. **Administração de marketing**. tradução Sônia Midori Yamamoto; revisão técnica Edson Crescitelli. – 14. ed. – São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2012.

KNORST, Patricia Andréa Rauber. **Repensando alguns traços históricos de Santa Catarina**. Unoesc & Ciência – ACHS, Joaçaba, v. 2, n. 2, p. 198-205, jul./dez. 2011. Disponível em: https://periodicos.unoesc.edu.br/article/view/pdf_220. Acesso em 02 de setembro de 2024.

LOPES, Adriana. **GEOGRAFIA ECONÔMICA**. 2018. Disponível em: <https://www.educamaisbrasil.com.br/enem/geografia/geografia-economica>. Acesso em 09 de setembro de 2024.

MALASPINA, Paulo. **História**. 2017. Disponível em: <https://casamalaspina.com.br/historia/>. Acesso em 06 de setembro de 2024.

MALI, Tiago. **13 Estados têm mais gente com Bolsa Família do que empregados**. 2023. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/economia/13-estados-tem-mais-gente-com-bolsa-familia-do-que-empregados>. Acesso em 10 de setembro de 2024.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 8. ed. 2. reimpr. São Paulo: Atlas, 2017. xx, 346 p. Inclui índice e bibliografia. ISBN 978-85-97-0100. Disponível em: <https://biblioteca.aneel.gov.br/acervo/detalhe/187717>. Acesso em: 22 out. 2024.

MATIAS, Átila. **"Economia do Brasil"**; Brasil Escola. 2019 Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/brasil/economia-brasil.htm>. Acesso em 03 de setembro de 2024.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social**. Teoria, método e criatividade. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001. Disponível em: https://www.faed.udesc.br/arquivos/id_submenu/1428/minayo__2001.pdf. Acesso em 09 de setembro de 2024.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **A difícil e lenta entrada da violência na agenda do setor saúde**. Cadernos de Saúde Pública, 2024, 3, 646-647. Disponível em: <https://www.scielo.org/pdf/csp/2004.v20n3/646-647>. Acesso em 03 de setembro de 2024.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Referenciais curriculares nacionais da educação profissional. Área profissional: Construção Civil**. 2000. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/constciv.pdf>. Acesso em 07 de setembro de 2024.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL, FAMÍLIA E COMBATE À FOME (MDS). **DESENVOLVIMENTO SOCIAL**. 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/secom/pt-br/assuntos/noticias/2024/07/no-brasil-9-6-milhoes-sairam-da-condicao-de-extrema-pobreza-em-2023#:~:text=Para%20a%20pesquisa%20do%20FGV,abaixo%20de%20R%24667%20mensais>. Acesso em 29 de agosto de 2024.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. **Relação Anual de Informações Sociais (RAIS)**. 2021. Disponível em: <http://www.rais.gov.br/sitio/index.jsf>. Acesso em 25 de setembro de 2024.

MOLTER, Lorena. **Contabilidade pública: um caminho para a promoção do desenvolvimento sustentável**. 2021. Disponível em: <https://cfc.org.br/noticias/contabilidade-publica-um-caminho-para-a-promocao-do-desenvolvimento-sustentavel/>. Acesso em 05 de setembro de 2024.

MOTA, Camilla Veras. **Brasil tem milhares de cidades que não arrecadam o suficiente nem para sustentar prefeitura e Câmara**. BBC News Brasil. 2020. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-54669538>. Acesso em 14 de setembro de 2024.

OLIVEIRA, João. **O Desenvolvimento Econômico e Social de Santa Catarina**. Editora Catarinense, 2017.

PARAÍBA. Lei Nº 12.561, de 08 de fevereiro de 2023. **Estima a receita e fixa a despesa do Estado para o exercício financeiro de 2023 - LOA**. Paraíba, PB: Diário Oficial da União, 2023, p. 95-96.

PASSOS, Rogério Duarte Fernandes dos. **Resumo da obra “Direito internacional na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 segundo a Jurisprudência”, abordando temas de direito internacional relacionados à constituição**. Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento. Ano. 07, Ed. 03, Vol. 01. 2022. Disponível em: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/lei/republica-federativa>, DOI: 10.32749/nucleodoconhecimento.com.br/lei/republica-federativa. Acesso em 31 de agosto de 2024.

PENSADOR. **Frases sobre o passado**. 2017. Disponível em: <https://www.pensador.com/frase/NTQyMDQ4/>. Acesso em 11 de setembro de 2024.

PERES, Ursula Dias; SANTOS, Fábio Pereira dos. **GASTO PÚBLICO E DESIGUALDADE SOCIAL O orçamento do governo federal brasileiro entre 1995 e 2016**. Universidade de São Paulo (USP), Centro de Estudos da Metrópole (CEM), São Paulo - SP, Brasil. 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/tmTgwdLgwtqr5xstkzgwprG/#>. Acesso em 14 de setembro de 2024.

PINA, Silvânia de Jesus; SOARES, Thiago Nunes. **História de Pernambuco: novas abordagens: volume 1: Colônia e Império**. EDITORA: Fi. ANO DE PUBLICAÇÃO: 2021. Disponível em: <https://livrosdefotografia.org/publicacao/@id/31945>. Acesso em 01 de setembro de 2024.

PORTAL CORREIO. **Enquete: 73% avaliam segurança na PB como ruim ou péssima**. 2018. Disponível em: <https://portalcorreio.com.br/enquete-73-avaliam-seguranca-na-pb-como-ruim-ou-pessima/>. Acesso em 14 de setembro de 2024.

PORTAL DA CAPITAL. **Insegurança: Déficit da corporação da Polícia Militar na Paraíba é de 50%**. 2018. Disponível em: <https://www.portaldacapital.com/2018/06/13/inseguranca-deficit-da-corporacao-da-policia-militar-na-paraiba-e-de-50/>. Acesso em 14 de setembro de 2024.

QUEIROZ, Túlio. **Ciclo do açúcar**. 2019. Disponível em: <https://mundoeducacao.uol.com.br/historiadobrasil/economia-acucareira.htm>. Acesso em 11 de setembro de 2024.

REINA, Eduardo. **Novos empregos**: entenda impacto na economia e consumo dos brasileiros. 2024. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2024-03/novos-empregos-entenda-impacto-na-economia-e-consumo-dos-brasileiros>. Acesso em 01 de setembro de 2024.

REIS, Tiago. **Desenvolvimento econômico**: conheça as principais teorias a respeito. 2022. Disponível em: <https://www.suno.com.br/artigos/desenvolvimento-economico/>. Acesso em 10 de setembro de 2024.

SACRAMENTO, Livia de Tartari; REZENDE, Manuel Morgado. **Violências**: lembrando alguns conceitos. Universidade Metodista de São Paulo (UMESP). 2006. Disponível em: https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-03942006000300009. Acesso em 10 de setembro de 2024.

SANTANA, Esther. **Colônia de Povoamento**. 2020. Disponível em: <https://www.educamaisbrasil.com.br/enem/historia/colonia-de-povoamento>. Acesso em 29 de agosto de 2024.

SEFAZ-PB e FPAT promovem curso de combate aos crimes contra a ordem tributária. 2022. Disponível em: <https://paraiba.pb.gov.br/noticias/sefaz-pb-e-fpat-promovem-curso-de-combate-aos-crimes-contr-a-ordem-tributaria>. Acesso em 12 de novembro de 2024.

ROLEMBERG, Paulo. **Efetivo da PM de SC encolhe e tem menor proporção por quantidade de habitantes no país**. 2024. Disponível em: <https://ndmais.com.br/seguranca/efetivo-da-pm-de-sc-encolhe-e-tem-menor-proporcao-por-quantidade-de-habitantes-no-pais/>. Acesso em 10 de setembro de 2024.

SAGRES CIDADÃO. **Tribunal de Contas – Pessoal**. 2024. Disponível em: <https://sagrescidadao.tce.pb.gov.br/#/estadual/pessoal>. Acessos em 03 de outubro de 2024.

SALATA, Andre Ricardo; RIBEIRO, Marcelo Gomes. Boletim **Desigualdade nas Metrôpoles**. Porto Alegre/RS, n. 03, 2022 Disponível em: https://www.observatoriodasmetropoles.net.br/wp-content/uploads/2022/08/BOLETIM_DESIGUALDADE-NAS-METROPOLES_09-1.pdf. Acesso em 10 de setembro de 2024.

SALES, Beatriz. **O que é Administração direta e indireta**. 2021. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/artigos/o-que-e-administracao-direta-e-indireta/1263096094>. Acesso em 07 de setembro de 2024.

SANTA CATARINA. Lei Nº 18.585, de 30 de dezembro de 2022. **Estima a receita e fixa a despesa do Estado para o exercício financeiro de 2023 - LOA**. Santa

Catarina, SC. Disponível em: <https://www.sef.sc.gov.br/transparencias/lei-orcamentaria-anual-loa>. Acesso em 21 de novembro de 2024.

SENADO FEDERAL. **História da conquista da Paraíba**. – 2a reimpressão. Brasília. Conselho Editorial, 2010.

SOUSA, Rafaela. "**Densidade demográfica**"; Brasil Escola. 2014 Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/geografia/densidade-demografica.htm>. Acesso em 07 de setembro de 2024.

TOTVS. **Conheça 4 tipos de indústria e o cenário industrial no Brasil**. 2024. Disponível em: <https://www.totvs.com/blog/gestao-industrial/tipos-de-industria/>. Acesso em 03 de setembro de 2024.

VASCONCELOS, Francisco Thiago Rocha. **Segurança pública como direito social** [livro eletrônico] : Uma revisão bibliográfica e conceitual (2010-2022) / Francisco Thiago Rocha Vasconcelos ; coordenação Renato Sérgio de Lima ; supervisor David Marques. -- 1. ed. -- São Paulo : Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2023. Disponível em: <https://apidspace.forumseguranca.org.br/server/api/core/bitstreams/5ee1c5ed-aabb-432e-9c28-dd7a7db4448b/content>. Acesso em 31 de agosto de 2024.

VEIGA, Edison. **Desigualdade social, o maior problema do Brasil**. Deutsche Welle. 2021. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/categorias/615635-desigualdade-social-o-maior-problema-do-brasil>. Acesso em 10 de setembro de 2024.

VELEZ, Luciana de Carvalho Barbalho. **Donatários e administração colonial: a capitania de Itamaracá e a Casa de Cascais (1692 – 1763)**. 2016. Universidade Federal Fluminense. Disponível: <https://www.historia.uff.br/stricto/td/1668.pdf>. Acesso em 31 de agosto de 2024.

WIKIPÉDIO. **Lista de unidades federativas do Brasil por número de municípios**. 2024. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Lista_de_unidades_federativas_do_Brasil_por_n%C3%BAmero_de_munic%C3%A9dios. Acesso em 14 de setembro de 2024.

WRIGHT, Ronald. **Uma breve história do progresso**. Casa de Anansi Press. 2004. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/713551878/Ronaldo-wright-Uma-breve-historia-do-Progresso>. Acesso em 21 de setembro de 2024.

ZANONI, Elton. **Resumo - História de Santa Catarina**. 2015. Disponível em: <https://pt.slideshare.net/slideshow/resumo-histria-de-santa-catarina/53651658>. Acesso em 02 de setembro de 2024.

A INFLUÊNCIA DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS – LGPD NO DEPARTAMENTO PESSOAL/RH DE UMA EMPRESA DE ENSINO SUPERIOR DA PARAÍBA.

Márcia de Olinda Lima dos Santos⁸¹³
Thyago Henriques de Oliveira Madruga Freire¹⁴

RESUMO

Esse artigo resgata a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), Lei nº 13.709/2018, foi sancionada em 14 de agosto de 2018 e entrando em vigor em 18 de setembro de 2020 por meio da Medida Provisória 959/2020. O objetivo deste trabalho é avaliar a aplicação da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD, no setor de DP/RH de uma empresa de Ensino Superior da Paraíba. A metodologia utilizada foi através de pesquisas bibliográfica em livros, artigos, na própria Lei Geral de Proteção de Dados e informações coletadas na empresa, usando o método indutivo na aplicação elementos reunidos. A implementação da LGPD resultou em melhorias significativas na segurança e no gerenciamento de dados, transformando a cultura organizacional da instituição e reduzindo riscos operacionais. No entanto, o sucesso a longo prazo dependerá de esforços contínuos, como atualização tecnológica, monitoramento regular, capacitação contínua e maior engajamento do DPO. Com isso, a instituição fortalece sua conformidade legal e competitividade no mercado educacional, consolidando um modelo de governança alinhado às exigências da atualidade.

Palavras-chaves: PROTEÇÃO DE DADOS; DP; RH; LGPD; SEGURANÇA

ABSTRACT:

This article reviews the General Data Protection Law (LGPD), Law No. 13,709/2018, which was enacted on August 14, 2018 and came into force on September 18, 2020 through Provisional Measure 959/2020. The objective of this work is to evaluate the application of the General Data Protection Law - LGPD, in the DP/HR sector of a Higher Education company in Paraíba. The methodology used was through bibliographic research in books, articles, the General Data Protection Law itself, and information collected at the company, using the inductive method in the application of the gathered elements. The implementation of the LGPD resulted in significant improvements in data security and management, transforming the institution's organizational culture and reducing operational risks. However, long-term success will depend on continuous efforts, such as technological updating, regular monitoring, continuous training, and greater engagement of the DPO. With this, the institution strengthens its legal compliance and competitiveness in the educational market, consolidating a governance model aligned with current demands.

Key Words: DATA PROTECTION; PD; HR; GDPL; SECURITY

¹³ Graduanda do Curso de Ciências Contábeis - E-mail: marcia.olinda@hotmail.com

¹⁴ Professor Orientador, Graduado em Ciências Contábeis e Especialista em Gestão e Auditoria Pública, pelo Instituto de Educação Superior da Paraíba - IESP, E-mail: thyago@iesp.edu.br, Currículo lattes: <http://lattes.cnpq.br/5837790463608431>.

1 INTRODUÇÃO

A Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), Lei nº 13.709/2018, foi sancionada em 14 de agosto de 2018 e deveria entrar em vigor em 14 de agosto de 2020, mas seu prazo foi prorrogado para 18 de setembro de 2020 por meio da Medida Provisória 959/2020. Esta legislação trouxe uma nova abordagem para o tratamento de dados pessoais no Brasil, afetando diversas áreas dentro das empresas, incluindo o Departamento Pessoal (DP) e os Recursos Humanos (RH). Em um contexto onde a digitalização e o uso de dados são essenciais para as atividades empresariais, a LGPD se tornou uma regulamentação crucial para assegurar a privacidade e segurança das informações pessoais dos colaboradores.

O DP/RH, responsável pelo gerenciamento de dados sensíveis, como informações contratuais, salariais e de saúde dos empregados, ocupa uma posição central nesse novo modelo de conformidade. De acordo com Negrão e Pontelo (2014, p.35), o termo "compliance" refere-se ao cumprimento de normas e regulamentos, tanto internos quanto externos, assegurando que a organização atue em conformidade com a legislação. Assim, o DP/RH precisa reestruturar seus processos internos para garantir transparência, segurança e respeito aos direitos dos titulares dos dados.

A LGPD exige que os dados pessoais e sensíveis sejam tratados de acordo com uma base legal e em conformidade com princípios como a minimização dos dados e o consentimento informado. A lei impõe penalidades severas para o não cumprimento das suas disposições, incluindo multas, suspensão de atividades e a exposição pública dos infratores. O impacto dessa legislação no DP/RH é significativo, exigindo ajustes nos processos de admissão, gestão e desligamento de funcionários, além da adoção de tecnologias seguras e a revisão de contratos e políticas internas.

O DP/RH, ao atuar como responsável pela privacidade e integridade dos dados, deve implementar uma gestão estratégica para evitar sanções e garantir a conformidade legal.

A LGPD tem uma grande relevância para o DP/RH, pois este setor lida diretamente com dados pessoais e sensíveis dos colaboradores. Além disso, a legislação impõe uma nova cultura de proteção de dados, que enfatiza a transparência e o respeito aos direitos dos titulares. O DP/RH deve garantir que os

processos internos estejam alinhados com os princípios da LGPD, como a definição clara da finalidade dos dados, a necessidade de consentimento explícito e a segurança da informação.

Compreender a influência da LGPD no DP/RH envolve reconhecer que a lei estabelece normas rigorosas para o tratamento de dados pessoais dos colaboradores, com o objetivo de garantir a segurança e a privacidade dessas informações. O DP/RH lida com um grande volume de dados sensíveis, como dados financeiros, de saúde e informações pessoais, o que exige a adaptação dos processos de coleta, armazenamento e compartilhamento de dados às exigências da LGPD. A legislação também reforça a transparência e a necessidade de consentimento para o tratamento dos dados, além de prever punições rigorosas para as empresas que não cumprirem seus requisitos. A implementação da LGPD no DP/RH demanda revisões contratuais, treinamento contínuo dos colaboradores e o uso de ferramentas tecnológicas que assegurem a proteção de dados, com o objetivo de reduzir riscos e evitar penalidades.

Além disso, a LGPD impacta diretamente a contabilidade das empresas, pois o DP/RH fornece informações essenciais para o processamento de dados financeiros, como folha de pagamento, benefícios, encargos sociais e impostos, que são protegidos pela legislação. Para garantir a conformidade, é crucial que haja uma integração cuidadosa entre DP/RH e contabilidade, adotando práticas seguras para o compartilhamento de dados e respeitando os princípios de minimização e finalidade estabelecidos pela LGPD. A contabilidade também deve garantir que apenas os dados essenciais sejam utilizados, sempre com o consentimento adequado. Assim, as duas áreas precisam trabalhar de forma alinhada para assegurar que tanto a gestão de pessoas quanto a gestão financeira estejam em conformidade com a legislação, evitando riscos jurídicos e financeiros.

Nos últimos anos, a noção de privacidade passou por mudanças significativas. Antes, ela era compreendida como a proteção de informações pessoais e secretas, mas, como afirma Stefano Rodotà (2008, p. 381): "o conceito evoluiu para o controle da circulação das informações". Ou seja, as pessoas devem ter o poder de decidir como seus dados são compartilhados e utilizados, ao invés de simplesmente mantê-los em segredo.

Danilo Donelas (2019, p. 29), em seu artigo "A privacidade à proteção de dados pessoais", destaca que:

“a LGPD impôs novos critérios para o Departamento Pessoal, exigindo que as empresas reestruturassem seus processos de coleta, armazenamento e compartilhamento de dados dos colaboradores. Essa mudança é necessária não apenas para garantir o cumprimento da legislação, mas também para proteger a privacidade e a segurança das informações pessoais dos trabalhadores”.

Os principais impactos da LGPD no DP/RH de uma instituição de ensino superior são: maior controle e segurança dos dados sensíveis, mudanças nos processos de recrutamento e admissão, aumento da conscientização e treinamento de colaboradores, impacto nas relações com terceiros e redução de riscos jurídicos e financeiros. O foco da pesquisa está na aplicação prática da LGPD no tratamento de dados pessoais e sensíveis dos colaboradores, abordando as modificações necessárias nos processos de coleta, armazenamento e compartilhamento de informações. A análise também envolve os desafios enfrentados pelo DP/RH, como a complexidade legal, a falta de capacitação, a gestão de terceiros e as mudanças culturais que a implementação da lei exige.

A implantação da LGPD no DP/RH de uma Instituição de Ensino Superior da Paraíba foi um processo de adaptação às novas exigências legais. A conformidade com a lei é essencial para proteger os dados sensíveis dos colaboradores e evitar penalidades financeiras e danos à reputação da empresa. Além de garantir proteção contra riscos legais, a implementação eficaz da LGPD contribui para uma cultura organizacional de responsabilidade e transparência. À medida que a digitalização avança, a compreensão dos impactos da legislação e a adoção de práticas seguras se tornaram indispensáveis para garantir a privacidade das informações.

O objetivo geral do trabalho é avaliar a aplicação da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LDPD) no setor de DP/RH de uma empresa de Ensino Superior da Paraíba.

Na busca de encontrar o objetivo geral sobre este tema, são listados os seguintes objetivos específicos: I - Apresentar as principais características da LGPD; II - Pontuar os possíveis impactos da lei para os Departamento Pessoal/RH; III – Avaliar a aplicação da Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD.

Através de uma abordagem bibliográfica foram examinados artigos, livros, leis e a própria LGPD, para entender a sua influência no departamento pessoal/RH de uma empresa de ensino superior da Paraíba.

O presente artigo é composto de introdução, fundamentação teórica, metodologia, análise dos resultados, considerações finais e as referências que foram utilizadas na pesquisa bibliográfica.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS – LGPD

A proteção de dados pessoais na Europa teve início na década de 1970, especialmente na Alemanha, motivada pela crescente utilização da computação e pelo desejo do governo alemão de proteger seus cidadãos após as atrocidades do regime nazista. Nesse contexto, surgiram as primeiras normas para regulamentar o uso de dados pessoais, culminando na legislação de 1978.

A seguir, em 1995, a União Europeia estabeleceu a Diretiva 95/46/CE, que trouxe o primeiro regulamento europeu sobre proteção de dados, alinhando-se com as legislações modernas de privacidade. Em 2018, a Diretiva foi substituída pelo Regulamento Geral sobre Proteção de Dados (GDPR – General Data Protection Regulation), uma norma que impôs mudanças significativas nas práticas de coleta e tratamento de dados, forçando empresas como Facebook e Google a revisar suas políticas de privacidade e segurança.

O GDPR, originado na Europa, regula a integridade, privacidade e segurança dos dados pessoais. A legislação europeia de proteção de dados, que já existia desde 1995, foi aprimorada ao longo do tempo para acompanhar a evolução tecnológica e o processo de globalização. Embora a LGPD (Lei Geral de Proteção de Dados), no Brasil, e o GDPR na Europa, compartilham princípios semelhantes, ambas impõem um controle rigoroso sobre o tratamento de dados pessoais, especialmente no que diz respeito à coleta, processamento, compartilhamento e segurança desses dados.

A implementação do GDPR inspirou outros países a estabelecerem suas próprias leis de proteção de dados, como foi o caso do Brasil. Segundo Brasil HCS, o foco central do GDPR é garantir a privacidade das pessoas e assegurar que seus dados não sejam armazenados ou tratados sem seu consentimento explícito. No Brasil, o direito à proteção de dados pessoais já estava presente na Constituição de 1988, em seu Artigo 5º, que garante a inviolabilidade da intimidade e da vida

privada dos cidadãos, assegurando o direito à reparação por danos materiais ou morais resultantes de violações. Em 1993, o Código de Defesa do Consumidor também abordou a segurança de informações pessoais, permitindo que os consumidores tivessem acesso aos dados que as empresas possuíam sobre eles e a solicitassem a correção desses dados.

Em 1996, a Lei Federal 9.296 garantiu o sigilo das comunicações pessoais, como correspondências e comunicações telefônicas, exceto quando autorizado judicialmente. Nos anos seguintes, novas legislações, como a Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011) e a Lei dos Crimes Cibernéticos (Lei nº 12.737/2012), reforçaram a segurança dos dados pessoais e o direito de acesso à informação. Em 2013, o Marco Civil da Internet trouxe diretrizes sobre a neutralidade da rede e a liberdade de expressão, e o Decreto 7.962/2013, ampliou os direitos relacionados à privacidade, autodeterminação e confidencialidade dos dados pessoais.

Em 2018, inspirado pelo GDPR, o Brasil sancionou a Lei nº 13.709/18, conhecida como LGPD. Inicialmente, a LGPD estava prevista para entrar em vigor em agosto de 2020, mas o prazo foi adiado para setembro do mesmo ano, por meio da Medida Provisória 959/2020. Apesar da prorrogação, as sanções previstas pela lei só começaram a ser aplicadas a partir de agosto de 2021, devido a um regime transitório relacionado à pandemia de Covid-19, conforme a Lei nº 14.010/20.

Para garantir o cumprimento da LGPD, o governo criou a Agência Nacional de Proteção de Dados (ANPD), que é responsável por fiscalizar a implementação da lei e garantir que as organizações adotem as práticas necessárias para proteger os dados pessoais. A LGPD se destaca por ser a primeira legislação no Brasil a tratar exclusivamente da proteção de dados pessoais, tratando esses dados como propriedade do titular, com garantias de direitos sobre eles.

Essa legislação impõe regras claras sobre o uso dos dados pessoais de pessoas físicas e jurídicas, incluindo a coleta, o armazenamento, o processamento e o compartilhamento desses dados, assegurando os direitos dos titulares e impondo responsabilidades às organizações. Como destaca Alves (2020), a LGPD dá aos cidadãos maior autonomia e controle sobre seus dados, reconhecendo-os como propriedade do titular.

A LGPD terá um impacto significativo no mercado brasileiro, afetando setores como tecnologia, varejo, saúde, educação, comunicação e finanças. Muitas

empresas precisaram revisar seus modelos de negócios e suas estratégias para se adequar às novas exigências legais. No setor de DP/RH, apesar de já existir uma preocupação com a proteção de dados pessoais, a LGPD exigiu mudanças operacionais significativas, incluindo a implementação de sistemas mais seguros para evitar vazamentos de informações sensíveis. A violação das normas impostas pela LGPD poderá resultar em sanções financeiras e legais.

A criação da LGPD foi uma resposta à falta de segurança no tratamento de dados pessoais e à crescente preocupação com a privacidade dos cidadãos, à semelhança do que já ocorria na Europa. Com o objetivo de proteger os dados pessoais e garantir maior privacidade, o Brasil passou a adotar uma legislação semelhante à do GDPR, preocupando-se com a proteção dos dados dos seus cidadãos.

Este artigo visa apresentar a LGPD, discutir sua aplicabilidade, seus impactos no setor de DP/RH das empresas e as ações necessárias para adequar as organizações às exigências legais, criando ambientes mais seguros e protegidos contra riscos e penalidades previstas na lei. A adequação do DP/RH à LGPD é essencial para garantir a conformidade com a legislação, prevenindo riscos jurídicos e financeiros. Além disso, é crucial a capacitação contínua dos profissionais de RH para lidar com os dados pessoais de forma ética e segura, respeitando os direitos dos titulares.

Portanto, a discussão sobre a influência da LGPD no DP/RH é fundamental não apenas para o cumprimento das normas legais, mas também para a promoção de uma gestão de pessoas que respeite a privacidade e a segurança dos dados, aspectos cada vez mais valorizados no contexto corporativo atual.

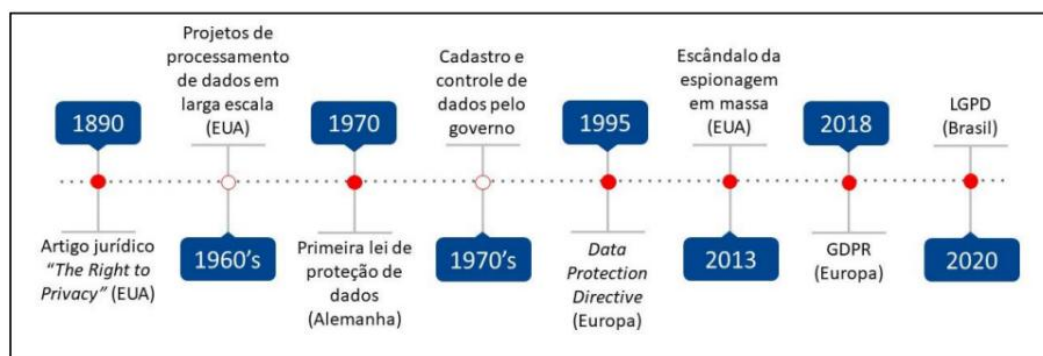


Fig.1. Acontecimentos para surgimento da LGPD
Fonte Gerald Albaum.

2.2 DESENVOLVIMENTO DO DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS E DEPARTAMENTO PESSOAL

A Administração Científica tem suas origens nos estudos de Frederick W. Taylor, nos Estados Unidos, e Henri Fayol, na França, com o propósito de aplicar métodos científicos para aprimorar a gestão das organizações. Taylor observou que os trabalhadores produziam abaixo de sua capacidade e, com isso, desenvolveu um sistema para otimizar as tarefas e aumentar a produtividade. Fayol, por sua vez, formulou o "fayolismo", um conjunto de princípios que visavam organizar as funções de gestão, como prever, organizar, comandar, coordenar e controlar. Outro nome importante nesse contexto foi Henry Ford, que implementou a produção em massa, a especialização dos trabalhadores e a ênfase na eficiência. Ao mesmo tempo, Elton Mayo demonstrou a relevância dos fatores psicológicos e sociais no ambiente de trabalho, como motivação e liderança, ampliando a visão sobre a gestão de pessoas.

Com a Revolução Industrial, as empresas adotaram uma estrutura hierárquica mais rígida, centralizando as decisões e criando departamentos específicos para lidar com questões legais e administrativas, como o Departamento de Relações Industriais. No Brasil, o governo de Getúlio Vargas, por meio da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), promoveu avanços na proteção dos direitos dos trabalhadores.

Entre 1950 e 1990, surgiu a Administração de Recursos Humanos (RH), que passou a reconhecer os colaboradores como recursos estratégicos para o sucesso das empresas. O Departamento de Recursos Humanos (DRH) tornou-se essencial, com responsabilidades que incluíam recrutamento, treinamento e gestão das relações trabalhistas, focando cada vez mais nas questões operacionais e burocráticas.

Com o advento da era da informação nos anos 1990, o conhecimento se tornou um diferencial competitivo para as empresas. Nesse contexto, as organizações começaram a formar equipes de gestão estratégica, enquanto as funções mais operacionais passaram a ser responsabilidade do Departamento Pessoal.

O Departamento de Pessoal é encarregado de gerenciar a integração dos funcionários, cuidando das obrigações administrativas e legais da empresa. Como destaca Rocha (2012, p. 10):

“As pessoas são recursos essenciais para o alcance dos objetivos organizacionais. A eficácia dos colaboradores dentro da empresa é crucial, pois ter recursos materiais ou administrativos de qualidade não é suficiente sem uma equipe bem treinada e motivada para utilizá-los de maneira eficaz”.

Embora os termos "Recursos Humanos" e "Departamento de Pessoal" sejam frequentemente usados de forma intercambiável, existem diferenças claras entre eles. Gil (2001, p. 24) explica que o RH abrange atividades como recrutamento, descrição de cargos, treinamento e avaliação de desempenho. O RH, portanto, é responsável por selecionar, treinar e desenvolver os colaboradores, além de cuidar da cultura organizacional e das relações interpessoais. Já o Departamento de Pessoal, segundo Silva (2009, p. 1), tem foco nas questões burocráticas, como folha de pagamento, registros trabalhistas e o cumprimento das obrigações legais, incluindo cálculos de INSS e FGTS.

As atividades do Departamento de Pessoal incluem a gestão de processos como folha de pagamento, administração de benefícios, registros dos funcionários, envio de informações ao Ministério do Trabalho, cálculo de encargos sociais e concessão de férias. Além disso, o DP também acompanha acordos coletivos e questões trabalhistas e previdenciárias.

Oliveira (2010, 45), afirma que o objetivo do setor pessoal é promover o desenvolvimento dos recursos humanos, ajudando os colaboradores a demonstrar suas habilidades e capacidades, contribuindo para o sucesso da organização no cenário atual dos negócios.

Atualmente, o Departamento de Pessoal é uma parte integrante do setor de Recursos Humanos da empresa, com a função de não apenas manter os registros, mas também treinar e orientar a força de trabalho. Dado o complexo cenário da legislação trabalhista brasileira, é essencial que o DP esteja constantemente atualizado sobre mudanças e exigências legais, especialmente considerando que a Justiça do Trabalho tem se tornado mais ágil na fiscalização e penalização dos empregadores que não cumprem suas obrigações. As penalidades decorrentes do descumprimento podem afetar severamente os resultados da empresa, chegando

até mesmo a levá-la à falência. Por isso, muitas empresas optam por terceirizar tanto o Departamento de Pessoal quanto o de Recursos Humanos, contratando contadores ou empresas especializadas para reduzir custos operacionais, melhorar a qualidade dos processos e garantir o cumprimento das normas trabalhistas e das obrigações acessórias exigidas pelo governo.

2.3 CONCEITO DE RECURSOS HUMANOS X GESTÃO DE PESSOAS

O termo "Recursos Humanos" foi substituído por "Gestão de Pessoas", que é definida como a função gerencial responsável por promover a colaboração entre os membros da organização, visando alcançar os objetivos tanto da empresa quanto dos indivíduos que nela atuam (GIL, 2006, p. 17). Por outro lado, o Departamento de Recursos Humanos das instituições tem como principal função o cuidado com as pessoas, atuando em diversas áreas como recrutamento, seleção de candidatos, treinamento e desenvolvimento, além de gerenciar remunerações, benefícios, clima organizacional e estratégias de endomarketing.

O endomarketing, conforme Silva (2024, p. 21), é uma ferramenta crucial para motivar os colaboradores, fortalecer o senso de pertencimento, melhorar a comunicação e criar uma cultura organizacional sólida, contribuindo para a maximização dos resultados da gestão de pessoas. Entre as ações de endomarketing, destacam-se campanhas de satisfação, programas de bem-estar, o fortalecimento da cultura organizacional e políticas de benefícios aos colaboradores.

Os profissionais que atuam nesse setor geralmente possuem formação em áreas como administração e psicologia, dado o perfil interdisciplinar necessário para lidar com as diversas questões relacionadas ao desenvolvimento e ao bem-estar dos colaboradores.

2.4 APLICABILIDADE E FUNDAMENTOS DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS

O cumprimento da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) no Departamento Pessoal/RH vai além de uma obrigação legal; trata-se também de uma questão fundamental de segurança e integridade das informações dos

colaboradores. Dados pessoais como nome, endereço, informações bancárias, histórico de saúde e desempenho são exemplos de informações sensíveis que este setor precisa gerenciar adequadamente. O manejo inadequado desses dados pode resultar em severas penalidades legais, além de prejudicar a imagem da empresa.

Aplicação e Fundamentos da LGPD, conforme a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018: o artigo 1º da LGPD, a lei se aplica a qualquer tipo de tratamento de dados pessoais, independentemente do meio utilizado, sendo aplicável a pessoas físicas ou jurídicas, de direito público ou privado. Já o artigo 2º da LGPD descreve os seus principais fundamentos:

Art. 1º Esta Lei regulamenta o tratamento de dados pessoais, inclusive por meios digitais, com o objetivo de proteger os direitos fundamentais de liberdade, privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade das pessoas naturais. A aplicação das normas gerais dessa lei é de interesse nacional e deve ser observada pelos entes federativos (União, Estados, Distrito Federal e Municípios), conforme especificado pela Lei nº 13.853, de 2019.

Art. 2º A proteção de dados pessoais tem como fundamentos: I - O respeito à privacidade; II - A autodeterminação informativa; III - A liberdade de expressão, comunicação e opinião; IV - A inviolabilidade da intimidade, honra e imagem; V - O desenvolvimento econômico e tecnológico e a inovação; VI - A livre iniciativa, concorrência e defesa do consumidor; VII - Os direitos humanos, a dignidade, o exercício da cidadania e o livre desenvolvimento da personalidade.

A LGPD se aplica a empresas de todos os portes (micro, pequena, média e grande), públicas ou privadas, que operem no Brasil e tratem dados pessoais. Em especial, os departamentos de pessoal/RH das empresas, que gerenciam bancos de dados com informações como currículos de candidatos, documentos de colaboradores, entre outros, precisam se adaptar às exigências da nova legislação.

2.5 PRINCÍPIOS DA LGPD

A aplicação de bom senso no tratamento das informações pessoais é crucial. Isso implica em avaliar a necessidade de obter dados, considerando se são

realmente essenciais para o fim proposto. Caso contrário, a coleta de dados irrelevantes deve ser evitada.

O Artigo 6º da LGPD estabelece que as atividades de tratamento de dados pessoais devem observar os seguintes princípios:

I - Finalidade: O tratamento deve ter propósitos legítimos, específicos e informados ao titular, sem que haja tratamento posterior incompatível com essas finalidades.

II - Adequação: O tratamento deve ser compatível com as finalidades informadas, considerando o contexto.

III - Necessidade: O tratamento deve se limitar ao mínimo necessário para atingir suas finalidades, abrangendo apenas os dados pertinentes e proporcionais.

IV - Livre Acesso: Garantir que os titulares possam consultar, gratuitamente e de forma fácil, as informações sobre o tratamento de seus dados, incluindo duração e integralidade dos dados.

V - Qualidade dos Dados: Garantir que os dados sejam exatos, claros, relevantes e atualizados, conforme necessário para cumprir a finalidade do tratamento.

VI - Transparência: Fornecer informações claras, precisas e acessíveis sobre o tratamento e os responsáveis por ele, respeitando segredos comerciais e industriais.

VII - Segurança: Implementar medidas técnicas e administrativas para proteger os dados pessoais contra acessos não autorizados, destruição, perda, alteração ou divulgação indevida.

VIII - Prevenção: Adotar medidas para evitar danos decorrentes do tratamento de dados pessoais.

IX - Não Discriminação: Garantir que o tratamento de dados não seja utilizado para fins discriminatórios ou abusivos.

X - Responsabilização e Prestação de Contas: Demonstrar a adoção de medidas eficazes que comprovem a conformidade com as normas de proteção de dados e a eficácia dessas medidas.

Esses princípios são fundamentais para a construção de um ambiente corporativo que respeite os direitos dos colaboradores e esteja em conformidade com a LGPD, evitando riscos legais e reputacionais.

2.6 CLASSIFICAÇÃO DOS DADOS

A legislação estabelece diferentes categorias de dados, destacando suas particularidades e as formas de tratamento adequadas para cada tipo. É fundamental que os profissionais do Departamento Pessoal/RH compreendam as distinções entre essas categorias, pois, dependendo do tipo de dado coletado, a empresa pode estar infringindo normas legais. Nesse contexto, os dados pessoais são classificados em duas categorias principais:

1. Dados pessoais, que são informações que permitem identificar uma pessoa, como: nome, endereço, documentos pessoais (como RG, CPF, CTPS), e-mail, telefone, localização geográfica, entre outros.

2. Dados sensíveis, que se referem a informações que podem distinguir as pessoas em grupos sociais, tais como: fotos, histórico médico, origem racial ou étnica, religião, opinião política, orientação sexual, dados genéticos, e afiliação a sindicatos ou partidos.

2.7 DIREITOS DOS TITULARES DOS DADOS NA LGPD

A Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) assegura diversos direitos aos titulares das informações pessoais, permitindo que eles tenham maior controle sobre como seus dados são tratados pelas organizações. Esses direitos podem ser exercidos a qualquer momento, por meio de uma solicitação formal à entidade responsável pelo tratamento dos dados. Entre os principais direitos, destacam-se:

- **Confirmação da Existência de Tratamento:** os titulares têm o direito de saber se seus dados estão sendo processados pela organização.
- **Acesso aos Dados:** é garantido o acesso às informações pessoais armazenadas, possibilitando que o titular conheça quais dados estão sendo utilizados e com qual finalidade.
- **Correção de Dados:** o titular pode solicitar a correção de dados pessoais que estejam incompletos, incorretos ou desatualizados.
- **Anonimização, Bloqueio ou Eliminação:** caso os dados sejam considerados desnecessários, excessivos ou estejam sendo tratados em desacordo com as disposições legais, o titular pode requerer que sejam anonimizados (removendo sua identificação), bloqueados ou eliminados.
- **Portabilidade dos Dados:** mediante solicitação expressa, os titulares podem exigir a transferência de seus dados pessoais para outro fornecedor de serviços ou produtos. No entanto, essa transferência deve observar as regulamentações da autoridade nacional e respeitar segredos comerciais e industriais.

Esses direitos são pilares fundamentais para a proteção da privacidade e para assegurar maior transparência nas relações entre os titulares de dados e as organizações que os processam. Além disso, a LGPD estabelece que as empresas

devem estar preparadas para atender a essas solicitações de forma ágil e adequada, promovendo a conformidade com a legislação.

2.8 IMPACTO E DIFICULDADES DA IMPLANTAÇÃO DA LGPD NO DP/RH

Os departamentos de Departamento Pessoal (DP) e Recursos Humanos (RH) desempenham funções essenciais relacionadas à gestão de dados pessoais, começando pela coleta de informações de candidatos durante processos seletivos. Com a entrada em vigor da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), esses setores precisaram se adaptar às novas exigências legais, que visam garantir maior segurança, transparência e controle no tratamento de informações pessoais.

A LGPD estabelece que as organizações podem utilizar dados pessoais de colaboradores e fornecedores para fins de execução de contratos, especialmente aqueles que visam garantir benefícios aos empregados. No entanto, é fundamental que essas práticas estejam em conformidade com os princípios da lei, abrangendo desde o recrutamento até o desligamento do colaborador.

Principais Mudanças e Desafios a implementação da LGPD trouxe transformações significativas nos processos e na gestão de dados nos setores de DP e RH. Entre as principais alterações estão:

Revisão de processos internos a necessidade de revisar e adaptar práticas de coleta, armazenamento e compartilhamento de dados para que sejam realizadas conforme os princípios de finalidade, minimização e transparência.

Consentimento explícito: o consentimento informado dos titulares passou a ser indispensável, principalmente em processos como recrutamento, admissão e arquivamento de informações.

Segurança da informação: é imprescindível implementar medidas robustas, como criptografia, controle de acesso e sistemas de armazenamento seguros, para evitar vazamentos e proteger dados sensíveis.

Gestão de contratos com terceiros: com fornecedores, como empresas de folha de pagamento e consultorias, devem ser revisados para garantir conformidade com a LGPD.

Treinamento de equipes: a capacitação contínua dos profissionais de DP/RH é essencial para que compreendam suas responsabilidades e atuem de acordo com a legislação.

Dificuldades na adequação à LGPD e os desafios enfrentados pelas organizações incluem:

Atualização Tecnológica: a modernização de sistemas para garantir segurança e rastreabilidade no tratamento de dados é uma dificuldade para muitas empresas.

Custo de Conformidade: pequenas e médias empresas podem enfrentar dificuldades para arcar com os investimentos necessários em ferramentas, auditorias e consultorias.

Interpretação Legal: a aplicação prática das normas da LGPD exige conhecimentos técnicos e jurídicos especializados.

Mudança Cultural: muitas organizações precisam desenvolver uma cultura de proteção de dados, o que pode ser desafiador em ambientes com pouca experiência em segurança da informação.

As medidas necessárias para conformidade para atender às exigências da LGPD, as organizações devem adotar estratégias específicas:

Mapeamento de Dados: identificar quais informações são coletadas, como são utilizadas e onde são armazenadas.

Estabelecimento de Políticas Internas: criar regulamentos claros sobre o uso e o acesso aos dados.

Nomeação de um Encarregado de Proteção de Dados (DPO): o DPO (Data Protection Officer) é o profissional responsável por monitorar a conformidade com a LGPD e atuar como ponto de contato com a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD).

Planos de Resposta a Incidentes: desenvolver protocolos para lidar com vazamentos e acessos não autorizados, minimizando os impactos e cumprindo as exigências legais.

Importância da Conformidade: garantir o cumprimento da LGPD no Departamento Pessoal e no RH não é apenas uma obrigação legal, mas também uma questão de ética e segurança. Informações como nome, endereço, dados bancários, registros de saúde e desempenho são altamente sensíveis e exigem proteção rigorosa. A inadequação no tratamento desses dados pode resultar em penalidades severas, danos à reputação e perda de confiança por parte de colaboradores e candidatos.

Com a implementação das diretrizes da LGPD, as empresas têm a oportunidade de fortalecer suas práticas de gestão de dados, promovendo uma relação mais transparente e segura com seus empregados e parceiros.

2.9 PUNIÇÕES PARA O DESCUMPRIMENTO A LGPD

Desde agosto de 2021, passaram a ser aplicadas sanções para empresas que não estejam em conformidade com as determinações da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD). As penalidades podem ser severas, incluindo multas significativas e outras medidas restritivas. Confira as principais punições previstas:

Multas Financeiras: as empresas podem ser multadas em até 2% de sua receita anual, com um limite máximo de R\$ 50 milhões por infração.

Obrigação de reparação de danos: de acordo com o artigo 42 da LGPD, organizações que causarem "dano patrimonial, moral, individual ou coletivo" são obrigadas a reparar os prejuízos causados aos titulares dos dados.

Restrição às atividades: dependendo da gravidade da infração, a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) pode determinar a suspensão do processamento de dados, o bloqueio do banco de dados ou, em casos extremos, a interrupção das atividades da empresa.

Danos à reputação: descumprimento da LGPD pode comprometer seriamente a imagem da empresa, prejudicando sua transparência e confiabilidade perante clientes, parceiros e o mercado.

Essas sanções reforçam a importância da adequação à LGPD, tanto para evitar penalidades financeiras e operacionais quanto para preservar a confiança dos titulares de dados e fortalecer a reputação da organização

2.10 A Importância da Adequação à LGPD nos Setores de Departamento Pessoal, RH e Contabilidade

A adequação à Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) impacta diretamente a relação entre os setores de Departamento Pessoal (DP), Recursos Humanos (RH) e Contabilidade, considerando que ambos lidam com informações sensíveis e financeiras. A LGPD estabelece regras claras para o tratamento dessas informações, assegurando a privacidade e a segurança dos dados e atribuindo responsabilidades às empresas.

O compartilhamento de dados entre esses departamentos deve respeitar os princípios de finalidade, minimização e transparência, evitando a utilização desnecessária de informações e garantindo o controle adequado sobre os dados pessoais dos colaboradores. Esse alinhamento é essencial para reduzir riscos legais e fortalecer a governança da informação.

A relação com o setor contábil: o setor contábil é responsável pela gestão de dados financeiros, tributários e trabalhistas, que frequentemente incluem informações pessoais sensíveis, como CPF, RG, dados bancários e endereços.

De acordo com Oliveira (2020, p. 18):

"os profissionais de contabilidade devem atuar como agentes de conformidade, assegurando que o tratamento dos dados atenda às exigências da LGPD, especialmente na elaboração de folhas de pagamento, emissão de notas fiscais e declarações fiscais."

Para cumprir essa função, a contabilidade deve implementar medidas que protejam os dados contra acessos não autorizados ou vazamentos, como o uso de tecnologias seguras e o controle rigoroso de acesso às informações.

A relação com o Departamento Pessoal: o Departamento Pessoal gerencia dados trabalhistas relacionados a processos como folha de pagamento, benefícios, admissão, demissão, férias e obrigações previdenciárias. Essas atividades envolvem informações confidenciais que precisam ser protegidas. Segundo Silva (2021, p. 45), "o Departamento de Pessoal deve adaptar seus sistemas e processos para garantir a confidencialidade, integridade e disponibilidade dos dados dos colaboradores, em conformidade com os princípios da LGPD."

Isso inclui práticas como: Controle de acesso às informações; Uso dos dados restrito à finalidade declarada; Garantia de transparência aos titulares sobre como suas informações são utilizadas.

Na implementação e ferramentas de conformidade, para atender às exigências da LGPD, as empresas devem elaborar um plano de ação com base em boas práticas de compliance. Esse termo, amplamente utilizado nos RHs, refere-se ao conjunto de normas e diretrizes adotadas pelas organizações para garantir o cumprimento da legislação, minimizando riscos e reforçando a segurança administrativa.

Medidas indispensáveis incluem: Estabelecimento de políticas claras de privacidade e segurança de dados; Treinamento contínuo de funcionários para conscientização sobre proteção de dados; Garantia de rastreabilidade no uso das

informações, evidenciando conformidade em auditorias; Respostas rápidas e eficazes a solicitações dos titulares, como acesso, correção ou exclusão de dados.

Consequências do Não Cumprimento: o descumprimento da LGPD pode levar a penalidades severas, como multas de até 2% do faturamento anual da empresa, limitadas a R\$ 50 milhões por infração, além de danos à reputação corporativa (LGPD, art. 52).

Assim, a integração entre os setores de contabilidade, DP e RH no cumprimento da LGPD é essencial, dado o papel central que esses departamentos desempenham na gestão de dados sensíveis. A conformidade com a legislação não apenas protege a empresa de sanções, mas também fortalece a relação de confiança com colaboradores, parceiros e clientes.

3 METODOLOGIA

O objetivo desta pesquisa é analisar a influência da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) nas práticas do Departamento Pessoal e Recursos Humanos (DP/RH) em uma empresa de ensino superior localizada na Paraíba.

A investigação busca compreender sua aplicabilidade, os cuidados necessários para garantir o cumprimento da legislação e os desafios enfrentados no contexto organizacional. Para isso, adotou-se uma abordagem metodológica baseada em pesquisa bibliográfica e utilizando o método indutivo para interpretar os dados coletados.

A pesquisa foi desenvolvida com base em uma revisão bibliográfica que incluiu livros, artigos científicos e a própria Lei Geral de Proteção de Dados. Além disso, foram realizadas coletas de informações diretamente na empresa-alvo, com foco em práticas de implementação, conscientização e desenvolvimento da conformidade com a LGPD no setor de DP/RH.

Conforme Marconi e Lakatos (2010, p. 68), a indução é descrita como "um processo mental por intermédio do qual, partindo de dados particulares, suficientemente constatados, infere-se uma verdade geral ou universal, não contida nas partes examinadas." Nesse sentido, o método indutivo foi utilizado para generalizar conclusões a partir dos elementos observados e coletados na empresa.

Como Bervian (1978, p. 25), complementa:

"As premissas de um argumento indutivo correto sustentam ou atribuem certa verossimilhança à sua conclusão. Assim, quando as premissas são verdadeiras, o melhor que se pode dizer é que sua conclusão é, provavelmente, verdadeira."

Dessa forma, o método indutivo possibilitou identificar padrões e implicações do impacto da LGPD no DP/RH da empresa estudada, relacionando as práticas observadas às exigências legais e às melhores práticas sugeridas pela literatura.

Para abordar o problema, utilizou-se uma metodologia explicativa, cujo objetivo é explorar e esclarecer como a LGPD afeta os processos de gestão de dados no DP/RH. A pesquisa explicativa busca não apenas descrever os fenômenos, mas também compreender as relações entre os elementos analisados e identificar melhores práticas para garantir conformidade com a LGPD.

A coleta de dados foi realizada por meio de levantamento bibliográfico, que incluiu o estudo de materiais teóricos e legais relevantes para o tema;

Observação e análise das práticas de conformidade da LGPD na empresa de ensino superior; Identificação de medidas adotadas para conscientização e desenvolvimento da conformidade no DP/RH, com foco em segurança de dados e transparência nos processos internos.

O estudo busca evidenciar como a LGPD influencia diretamente os processos do DP/RH em uma organização educacional, oferecendo uma visão detalhada das práticas necessárias para a conformidade. Além disso, a pesquisa propõe contribuir para a orientação de boas práticas relacionadas à proteção de dados no setor, destacando a importância de adequar os processos internos à legislação vigente.

Com base nos dados coletados e analisados, espera-se que esta investigação forneça subsídios úteis para gestores e profissionais de DP/RH interessados em compreender e aplicar a LGPD de forma eficiente e alinhada aos requisitos legais, fortalecendo a governança de dados pessoais e a proteção da privacidade no ambiente corporativo.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Conforme a análise científica e explicativa da implantação da LGPD em uma Instituição de Ensino Superior na Paraíba, a Lei Geral de Proteção de Dados –

LGPD, Lei nº 13.709/2018, estabelece diretrizes sobre o tratamento de dados pessoais em território brasileiro. Sua aplicação em uma instituição de ensino superior, que lida com informações sensíveis de colaboradores e estudantes, é imprescindível para garantir conformidade legal e prevenir incidentes de segurança. No caso em análise, a motivação para a implantação foi decorrente de vazamentos de dados que expuseram fragilidades no sistema de segurança da informação.

A instituição conta com um quadro de 500 funcionários, distribuídos entre cargos de docentes e técnicos administrativos. Os setores mais impactados pela Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) incluem o Departamento Pessoal/Recursos Humanos, a Secretaria Acadêmica, o setor Comercial e o Financeiro. Além disso, os setores voltados para o atendimento aos estudantes são diretamente influenciados pela legislação, considerando que a instituição atende em média a um total de 7.000 mil alunos.

A implantação da lei iniciou sua adequação em julho de 2023, com objetivo principal de garantir a segurança no tratamento de dados pessoais e sensíveis, além de estabelecer uma cultura organizacional pautada pela conformidade da lei.

A abordagem adotada incluiu estratégias para conscientizar colaboradores, revisar processos internos e implementar controles preventivos, através de conscientização e capacitação, formalizada pela implantação de um termo de conduta, assinado por cada colaborador, oficializando o compromisso com boas práticas no tratamento de dados, foram feitas visitas setoriais do DPO, onde realizou reuniões presenciais em cada setor, detalhando os riscos associados ao uso indevido de dados e apresentando medidas preventivas específicas para cada área, palestras em auditório da empresa, reuniões coletivas foram organizadas para nivelar o entendimento sobre a LGPD, com foco nos conceitos de dados pessoais, dados sensíveis, consentimento e finalidade.

O Departamento Pessoal e Recursos Humanos fizeram a reorganização do tratamento de dados sensíveis dos colaboradores, como informações de saúde, de gênero, processos judiciais, entre outros assuntos nos seus arquivos. Procedimentos passaram a ser acompanhados por autorizações documentadas e controles de acesso restritos.

A secretaria acadêmica, financeiro e comercial passaram por adequação do sistema para incluir funcionalidades que garantam consentimento explícito dos titulares de dados (alunos e responsáveis) e controle da finalidade de uso.

A Política de Retenção de Dados estabelece prazos claros para armazenamento de dados, seguido do descarte seguro, criação de protocolos para identificação, contenção e notificação de possíveis violações de dados pessoais.

Os resultados iniciais indicam impactos positivos, tanto do ponto de vista organizacional quanto na percepção externa da instituição:

A Cultura Organizacional da empresa foi transformada, pois houve um aumento significativo da conscientização entre os colaboradores sobre a importância da proteção de dados. A assinatura dos termos e as ações educativas criaram uma base sólida para a consolidação de práticas éticas e seguras.

Houve a redução de riscos operacionais com a implementação de controles preventivos, como restrição de acessos e consentimento explícito, diminuiu a probabilidade de novos vazamentos. Até o momento, não foram reportados novos incidentes de segurança.

Apesar do avanço, a manutenção de uma cultura de proteção de dados requer esforço contínuo, incluindo a atualização de tecnologias para prevenção de novas ameaças cibernéticas; Monitoramento regular dos processos internos; Engajamento contínuo dos colaboradores para evitar a naturalização das práticas, o que pode levar à negligência.

A implementação da LGPD não é apenas uma resposta a obrigações legais, mas também uma prática alinhada às melhores estratégias de governança corporativa. Segundo as diretrizes de privacidade por design e por padrão (art. 46 da LGPD), as organizações devem integrar a proteção de dados em todas as etapas de seus processos.

Na instituição, as ações de treinamento e conscientização destacaram o princípio da minimização de dados, reduzindo o tratamento ao estritamente necessário para a finalidade declarada. Além disso, o setor de DP/RH demonstrou conformidade com o princípio da adequação, ao garantir que os dados sensíveis fossem utilizados apenas para fins legítimos e previamente autorizados.

Para a sustentabilidade do programa o monitoramento regular são processos de proteção de dados para identificar e corrigir falhas, além de investir em programas regulares de treinamento e certificação dos colaboradores e o engajamento do DPO para manter as estratégias da instituição, reforçando o papel da proteção de dados na governança.

A instituição demonstrou maturidade organizacional ao tratar a adequação à LGPD como uma oportunidade de melhoria e inovação, e não apenas como uma obrigação regulatória. Os resultados iniciais são promissores, mas o sucesso a longo prazo dependerá da continuidade dos esforços, integração tecnológica e engajamento constante de todos os envolvidos. Assim, além de estar em conformidade com a legislação, a instituição estabelece um padrão de excelência que fortalece sua posição no competitivo mercado de ensino superior.

Segue o gráfico que apresenta as categorias de impacto relacionadas exclusivamente aos colaboradores e processos internos da instituição, focado nos aspectos internos e operacionais da implementação da LGPD.

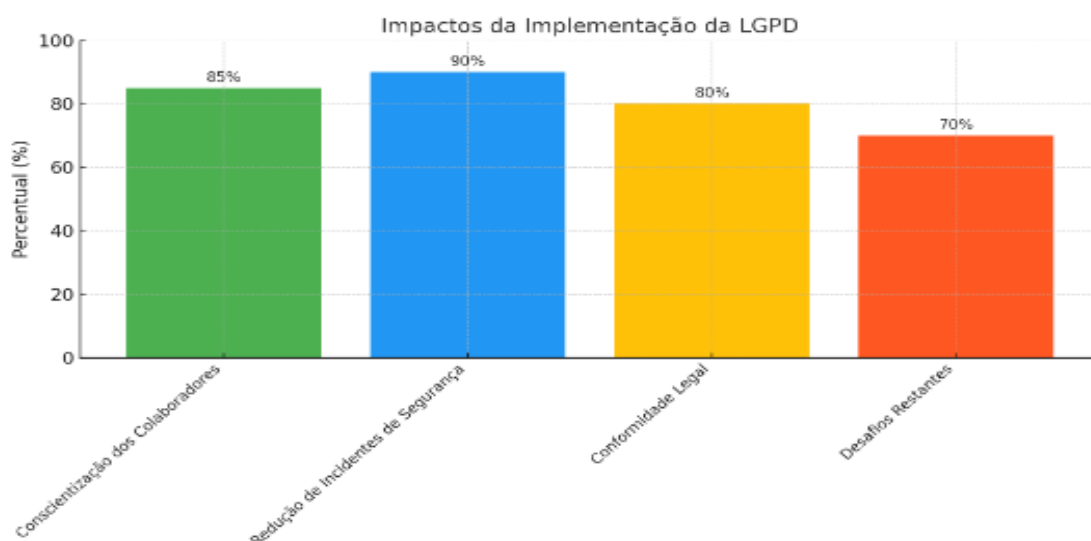


Figura 2: Impactos da Implementação da LGPD
Fonte: BRASIL, HSC. LGPD (2024)

Na análise técnica dos impactos da implementação da LGPD teve os seguintes resultados:

1. Conscientização dos Colaboradores: 85% Concluído, a conscientização dos colaboradores tem sido um dos pilares fundamentais para a implementação bem-sucedida da LGPD. Atualmente, 85% dos funcionários já foram capacitados por meio de palestras, visitas do DPO - Data Protection Officer, (termo em inglês usado nas empresas para o profissional responsável pela aplicação da lei), aos setores e assinatura de termos de conduta. A maioria dos setores, como administrativo, acadêmico e financeiro, já possui colaboradores capacitados para

identificar, prevenir e mitigar riscos relacionados ao tratamento inadequado de dados, os 15% restantes, correspondem a grupos que, por motivos diversos, ainda não participaram dos treinamentos. Por exemplo, parte do pessoal da manutenção, que possui horários diferenciados, além de não poder sair dos seus postos para comparecer às sessões orientações da lei.

2. Redução de Incidentes de Segurança: 90% Concluído, pois houve uma redução significativa nos incidentes de segurança devido à implementação de medidas de proteção e conscientização sobre boas práticas no manejo de dados. No ano de 2023, a instituição registrava 27 tentativas de invasões ou vazamentos de dados, neste ano de 2024, apenas 2 tentativas foram detectadas, ambas mitigadas pela equipe de Tecnologia da Informação. Exemplos de ações tomadas:

Atualização de sistemas de segurança, como firewalls e monitoramento de acessos.

Capacitação de funcionários para reconhecer ameaças como vírus e acessos não autorizados.

3. Conformidade Legal: 80% Concluído, a adequação à LGPD em termos legais está em estágio avançado, com 80% das exigências atendidas, isso inclui a revisão de contratos, armazenamento de consentimentos e adequação dos processos ao tratamento de dados. A maioria dos setores administrativos e comerciais já implementou políticas de retenção e descarte de dados pessoais, conforme exigido pela legislação. Os 20% restantes estão relacionados à complementação de processos, especialmente nos armazenamentos dos documentos exigidos por lei, que são exigidos 5 anos de armazenamento de todos os registros dos acessos, assim como os consentimento e políticas detalhadas de acesso e descarte de dados. Para atingir a conformidade total, é necessário digitalizar e centralizar tais documentos, além de revisar regularmente os processos para evitar falhas.

4. Desafios Restantes: 70% Concluído, apesar do progresso significativo, os desafios relacionados ao controle de dados ainda representam uma questão relevante, com 70% de eficácia alcançada.

Os principais desafios identificados, são os fatores fora de controle interno, muitos usuários compartilham indevidamente acessos ou enviam documentos institucionais por canais não autorizados, como e-mails pessoais ou plataformas de

terceiros. Esses dados, ao ficarem armazenados em locais externos, apresentam maior probabilidade de vazamento.

Os resultados da implementação da LGPD são altamente positivos, com avanços claros em todas as áreas avaliadas. No entanto, os percentuais restantes em cada categoria demonstram a necessidade de medidas complementares. Isso inclui estratégias direcionadas para capacitação de colaboradores específicos, investimentos em tecnologia de segurança avançada e revisão contínua de processos internos e externos. Esses passos serão fundamentais para consolidar a conformidade e a proteção total de dados dentro da instituição.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise detalhada do processo de implementação da LGPD em uma Instituição de Ensino Superior na Paraíba, evidenciou avanços significativos e transformações positivas, tanto no âmbito organizacional quanto na percepção da proteção de dados por parte de colaboradores e responsáveis pelos processos internos. A adequação à Lei nº 13.709/2018 não só atendeu à necessidade legal, mas também proporcionou uma reestruturação importante nos mecanismos de governança e segurança da informação.

Entre os principais resultados, destaca-se a conscientização dos colaboradores, que atingiu 85% do público-alvo, transformando a cultura organizacional e promovendo a adoção de práticas seguras e éticas no tratamento de dados. Essa etapa representou um dos pilares da implementação, com palestras, visitas do DPO aos setores e assinatura de termos de conduta.

Ainda assim, o desafio remanescente de alcançar os 15% dos colaboradores não treinados reforça a necessidade de estratégias específicas, como a adaptação de horários e métodos de capacitação. A redução dos incidentes de segurança, que alcançou uma efetividade de 90%, demonstra o impacto direto das medidas de proteção implementadas. Com a queda de 27 para apenas 2 tentativas de invasões em um ano, ficou evidente que o fortalecimento dos sistemas de segurança e a capacitação técnica dos colaboradores foram fundamentais. No entanto, o avanço na infraestrutura tecnológica e no monitoramento contínuo de ameaças permanece como um ponto de atenção para garantir a continuidade dos resultados. A

conformidade legal, com 80% das exigências já atendidas, evidencia a maturidade da instituição na implementação de políticas de retenção, descarte e armazenamento de dados. Ainda há a necessidade de armazenar e centralizar os documentos exigidos por lei e de revisar constantemente os processos, garantindo o cumprimento total das exigências regulatórias. Assim, a categoria "Desafios Restantes", com 70% de eficácia, reflete as complexidades inerentes à gestão de dados em uma organização com grande volume de informações sensíveis. Questões como o uso de canais externos não autorizados e o histórico de compartilhamento indevido de acessos exigem uma abordagem mais rigorosa e abrangente, incluindo campanhas educativas contínuas e protocolos mais robustos.

Nas perspectivas futuras, embora os resultados sejam promissores, a continuidade da implementação requer atenção a alguns fatores críticos:

1. **Sustentabilidade das ações:** o esforço de engajamento contínuo dos colaboradores e a atualização tecnológica são indispensáveis para evitar a complacência e a vulnerabilidade a novas ameaças.
2. **Integração tecnológica:** ferramentas mais avançadas, como softwares de rastreamento de acessos e inteligência artificial para identificar padrões de risco, devem ser consideradas para melhorar a segurança e a eficiência dos processos.
3. **Acompanhamento do DPO:** a presença ativa do DPO será fundamental para monitorar e ajustar as políticas de proteção de dados, garantindo alinhamento com as melhores práticas e requisitos legais.
4. **Reforço educacional:** a implementação de treinamentos regulares e específicos, com conteúdo atualizados e adaptados às diferentes funções, consolidará a conscientização e a adesão às normas.

A instituição demonstrou comprometimento e maturidade ao tratar a adequação à LGPD como uma oportunidade de transformação organizacional e fortalecimento da sua posição no mercado educacional. Ao transformar desafios em avanços concretos, estabeleceu uma base sólida para uma gestão ética, segura e eficiente de dados pessoais.

Por fim, a consolidação da LGPD como parte integrante da governança corporativa não apenas protege os dados dos colaboradores e estudantes, mas também reforça a reputação da instituição, promovendo confiança e competitividade em um cenário cada vez mais digital e regulado. A manutenção desse padrão de

excelência dependerá da capacidade de integrar avanços tecnológicos, cultura organizacional e conformidade legal de forma contínua e estratégica.

REFERÊNCIAS

ALVES, GERVÂNIA. Ciclo de Vida dos Dados e LGPD. Disponível em: <https://www.xpositum.com.br/ciclo-de-vida-dos-dados-e-lgpd> . Acesso em: 10 agosto 2023.

ALBAUM, Gerald. The Likert scale revisited. **Market Research Society. Journal.**, v. 39, n. 2, p. 1-21, 1997.

ANDRADE, M. M. **Introdução à Metodologia do Trabalho Científico**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

BRASIL, HSC. LGPD: **Lei Geral de Proteção de Dados do Brasil**. Disponível em: <https://www.hscbrasil.com.br/gdpr/>. Acesso em: 13 out. 2024.

Brasil. **Historico Lei Geral de Proteção de Dados**. Disponível em: <https://lgpd.df.gov.br/historico> . Acesso: 10 set 2024.

BRASIL. Constituição (2018). Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018. Brasília, DF: Presidência da República, [2019]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/l13709.htm. Acesso em: 05 agosto 2024.

Brasil. Constituição Federal de 88. Disponível em: <https://constituicao.stf.jus.br/dispositivo/cf-88-parte-1-titulo-2-capitulo-1-artigo-5#:~:text=Art.%205%C2%BA%20Todos%20s%C3%A3o%20iguais,69> . Acesso: 10 set 2023.

BERVIAN, Pedro Alcino; CERVO, Amado Luiz; SILVA, Roberto da. **Metodologia Científica**. 6ª ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino. **Metodologia Científica: para uso dos estudantes universitários**. 2. Ed. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1978.

CHIAVENATO, Idalberto. **Iniciação a administração de pessoal**. 3.ed. São Paulo: Makron Books, 2000.

CABRAL, Filipe Fonteles. **Proteção de dados pessoais na atividade empresarial: gerenciamento de riscos eo relatório de impacto à proteção de dados**. Editora Lumen Juris, 2019.

DONEDA, Danilo. **Da Privacidade à Proteção de Dados Pessoais: Elementos para uma Interpretação do Marco Legal Brasileiro**. In: MENDES, Laura Schertel (Org.). ***Proteção de Dados: Comentários à Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei 13.709/2018)***. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2019.

DONEDA, Danilo. **Princípios da proteção de dados pessoais**. In: DE LUCCA, Newton; SIMÃO FILHO, Adalberto; LIMA, Cintia Rosa Pereira de (Coords.). *Direito & Internet III – Tomo I: Marco Civil da Internet (Lei n.12.965/2014)*. São Paulo: Quartier Latin, 2015

EUROPEIA, Comissão. **O que são dados pessoais**. Disponível em: https://ec.europa.eu/info/law/law-topic/data-protection/reform/what-personal-data_pt. Acesso em: 05 agosto 2024.

GIL, Antonio Carlos. **Gestão de pessoas: enfoque nos papéis profissionais**. São Paulo: Atlas, 2006.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar Projetos de Pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2010.

INFOMONEY. **Pesquisa indica que 64% das empresas não estão em conformidade com a LGPD**. Disponível em: <https://www.infomoney.com.br/economia/pesquisa-indica-que-64-das-empresas-nao-estao-em-conformidade-com-a-lgpd>. Acesso em: 13 set. 2024.

KIYOHARA,JEFFERSON. **A importância do PMO na adequação a LGPD**. Disponível em: <https://lexprime.com.br/2019/09/a-importancia-do-pmo-na-adequacao-a-lgpd>. Acesso em: 12 out. 2024.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de Metodologia Científica**. São Paulo: Atlas, 2010.

MENDES, Laura Schertel, Proteção de Dados: **Comentários à Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei 13.709/2018)**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2019.

MULHOLLAND, Caitlin (Ed.). **A LGPD e o novo marco normativo no Brasil**. Arquipélago Editorial, 2020.

NEGRÃO, C. L.; PONTELO, J. F. **Compliance, controles internos e riscos: a importância da área de gestão de pessoas**. Brasília: Senac, 2014.

OLIVEIRA, Aristeu. **Manual de prática trabalhista**. 11.ed.São Paulo: Atlas, 1990.

PALMA, Vera Helena. **Departamento pessoal modelo**. São Paulo: Infoc, 1997.

PORTAL GOV.BR. Institucional — **Autoridade Nacional de Proteção de Dados**. Disponível em: https://www.google.com/search?q=O+QUE+%C3%89+Autoridade+Nacional+de+Prote%C3%A7%C3%A3o+de+Dados+&sca_esv=ea7a65d4a06fc667&ei=R. Acesso em: 05 set.2024.

RODOTÀ, Stefano et al. A vida na sociedade da vigilância: a privacidade hoje. In: **A vida na sociedade da vigilância: a privacidade hoje**. 2008. p. 381-381.

SILVA, João Vitor Dias et al. As implicações do endomarketing na gestão de pessoas e cultura organizacional: uma visão de gestores de uma startup itabirana. **LIBERTAS: Revista de Ciências Sociais Aplicadas**, v. 14, n. 1, 2024.

SILVA, Julielly de Jesus et al. O TRABALHO DO DEPARTAMENTO PESSOAL PARA O ATENDIMENTO ÀS EXIGÊNCIAS DO E-SOCIAL. 2019.

SILVA, Keyla; SARKIS, Laura. Análise de conformidade da LGPD nas Instituições Públicas de Ensino Superior no Brasil sob a perspectiva dos profissionais de TIC. In: **WER**. 2023.

VIANNA, Ilca Oliveira de Almeida. **Metodologia do trabalho científico: um enfoque didático da produção científica**. São Paulo: E.P.U., 2001.